

CONFIDENCIAL

CIMI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI



034/79

25.ABR.79

PANFLETO DA REGIONAL NORTE I - CIMI

ASI/FUNAI

-

-

-

DSI/MINTER

PANFLETO (01 FLS)

Para conhecimento dessa Divisão, encaminhamos, em anexo, cópia xerox do panfleto alusivo à "Semana do Índio", promoção do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - Regional Norte I, onde o intitulado "DIRETÓRIO UNIVERSITÁRIO" tece desairosas considerações ao atual Ministro do Interior, Exmo. Sr. Cel. MÁRIO DAVID ANDREAZZA.

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOMAR CO-
NHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICA
AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (Art. 12 do
Decreto nº 70.634/72 - Regulamento para Sal-
vaguarda de Assuntos Sigilosos)

CONFIDENCIAL

16 a 21 de Abril de 1979 - MANAUS

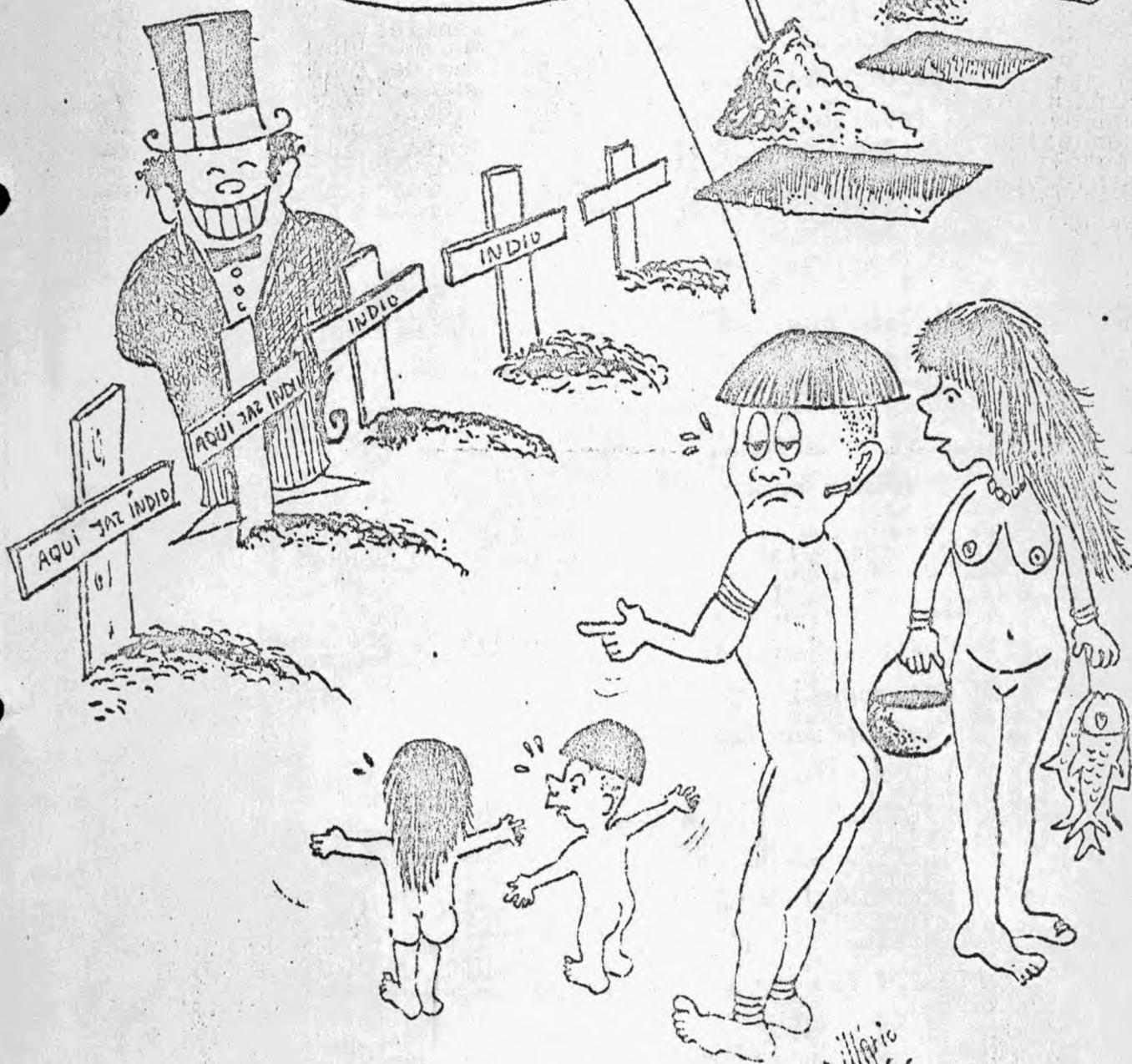
Promoção: CIMI Regional Norte I - Grupo KUKURO - CPT - AMAPAM - FITAM

Proc. FUNAI 2011/79

Fls. 02

Rubrica

EM TAPAUÁ
COMEÇARAM A
DEMARCAR NOSSAS
TERRAS!..



O INDIO PRESERVA O QUE É DE TODOS
DEFENDA O ÍNDIO!

1979: ANO DA LUTA PELA DEMARCAÇÃO DAS
TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

CHEGA DE BARBARIE !

Nós, estudantes universitários, em comemoração ao Dia Nacional do Índio, vimos de público manifestar o nosso repúdio contra o autoritarismo e o paternalismo da FUNAI, órgão do Ministério do Interior que tem à frente o Cel. Mário Andrezza, conhecido por todos pela política de mordomia e entreguismo desenvolvido no governo de Medici, um dos períodos mais negros dessa ditadura.

Manifestamos nosso repúdio também pela forma brutal e assassina com que tem sido tratados secularmente os Povos Indígenas brasileiros, tendo o coroamento dessa dizimação o seu ponto alto nessa política de extermínio provocada pela expansão do capitalismo internacional em nossos dias.

Unimos nossa voz aos movimentos de apoio a causa indígena que nesse momento manifestam-se publicamente em todo País e conclamamos A LUTAR PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA NESSE ANO DE 1979.

E nós, estudantes amazonenses, precisamos nos organizar para que possamos participar como agente dessa caminhada de libertação das Nações Indígenas.

Portanto:

- NÃO A EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDÍGENA !
- NÃO A POLÍTICA GENOCIDA DA FUNAI !
- NÃO AO LATIFUNDIO E AS MULTINACIONAIS !
- PELA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS !
- PELO DIREITO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DECIDIREM SEU PRÓPRIO DESTINO HISTÓRICO !
- PELA DEVOLUÇÃO DAS TERRAS TOMADAS DOS ÍNDIOS !
- PELA DEMARCAÇÃO URGENTE DAS TERRAS INDÍGENAS !

DIRETÓRIO UNIVERSITÁRIO

Meu. 5, p. 4/228

Proc. FUNAI 20/11/79
Fls. 04
Rubrica

Cacique amazonense escreve ao Presidente Figueiredo

GUERRA NA SELVA CONTRA DEVASTAÇÃO DA FLORESTA



Expressões como "dentro da selva sou um leão entrincheirado" e "combaterei contra toda devastação na floresta", estão contidas na extensa carta que o cacique Tayu Mapuriná, da maloca dos Mapuriná, do grupo étnico tupi, enviou ontem ao Presidente da República, general João Batista Figueiredo, advertindo contra os grandes grupos econômicos multinacionais dedicados à devastação da Amazônia e exploração de seus recursos madeiros e minerais. O cacique da aldeia, que compreende várias malocas no interior do Amazonas, criticou a Funai por sua atuação desagregadora, dizendo que "a nova lei da Funai causará guerra na selva", e que este órgão está procurando desunir os silvícolas. Tayu Mapuriná declara, na carta enviada ao Presidente Figueiredo, que recusa a lei dos brancos e que enfrentará os devastadores da floresta onde, segundo ele, o índio vivia em paz antes do SPI e da Funai. "Se teimarem, levantarei minhas malocas numa guerra selvagem - acrescenta o cacique, que também considera "o resultado e a responsabilidade no bico da minha flexa com o sopapo do meu arco", aludindo à perspectiva de uma guerra entre índios e brancos com aqueles defendendo a ecologia regional e a preservação da natureza amazônica, contra os interesses destes últimos em explorar, a qualquer preço, as riquezas ocultas no intrincado da selva amazônica. (Página 5 do 2º Caderno)

A NOTÍCIA A N O 10

Diretor responsável: ANDRADE NETTO
ANO X — Manaus, terça-feira, 17 de abril de 1979 — Nº 2.701

PREÇO DESTA EDIÇÃO CR\$ 5,00
24 PÁGINAS

Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

BR AN, BSB AAB. MRh. 05, p. 5/223

Dados do documento especial

Característica:

Grande Formato

Conteúdo:

Recorte de jornal

Localização:

caixa 07

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

ASI - Funai

Ptes. FUNAI 2011/79
Fla. 06
Rubrica H

ÍNDIOS ASSISTEM MISSA E TROCAM MUITOS PRESENTES



Com a celebração de uma missa na qual o pão e o vinho foram substituídos por objetos de utilidade doméstica trocados entre os participantes, os 53 silvícolas residentes na Casa do Índio comemoraram ontem pela manhã mais um "Dia do Índio". Houve cantos e danças durante as festas. (Página 3 do 2º Caderno)

JORNAL: A. Notícias
DATA: 20 / 04 / 79
PÁG. 01 CADERNO 01

MRB.5, p. 7/223

Fic. FUNA 20/1/79
Fls. 07

Rubrica
Rubrica

FESTA DO ÍNDIO REUNE OS SILVÍCOLAS CIVILIZADOS



Na missa, a troca de presentes após o sermão

Os 53 indígenas residentes na Casa do Índio, a avenida Constantino Nery, participaram ontem de uma missa campal celebrada pelo padre Casimiro Beksta, na qual substituíram as oferendas de pão e vinho pela oferenda de objetos de utilidade doméstica e adornos, fabricados pelos povos das tribos do Amazonas. Ao final da missa, um grupo Sateré cantou e dançou em agradecimento a Deus, da mesma forma que fazem em suas terras.

Indagado sobre o significado do Dia do Índio para si e para o seu povo, o Índio Roberto Ferreira Trindade, capitão do grupo Sateré, na comunidade Andirá, em Barreirinha, disse: "É como se fosse o aniversário de todos os índios. A gente faz festa em homenagem de cada um".

Mas isso não foi a Funai ou os padres quem ensinou, o capitão Roberto disse que esta é sua forma de entender a comemoração e que foi sendo definida conforme o tempo passava.

Ele também disse que na aldeia a data é comemorada de diversas formas, com coisas que aprenderam da civilização, como jogo de futebol, mas também com festas e danças próprias, como a dança do Gamba.

A Tucandeira, numa prova indígena, ainda executada pelo Sateré, consiste em encher uma espécie de luva fabrica de casca de árvore com formigas Tucandeira e ali enfiar o braço para comprovar a resistência do jovem. Segundo o capitão Roberto, as ferradas das Tucandeiras doem 24 horas e a resistência à dor

prova que o rapaz já é um homem capaz de assumir suas responsabilidades, pronto para o casamento. A prova é acompanhada por outras manifestações típicas dos Sateré, nos dias de festas.

As comemorações da Semana do Índio prosseguem na Casa do Índio, onde atualmente existem 53 pescas vindas de todas as áreas indígenas sob a jurisdição da Delegacia Regional. O delegado Kasuto Kavamoto explicou que as brincadeiras e jogos de salão, constantes no programa das comemorações, nada mais são que passa-tempo próprio dos índios, realizado entre si e que funcionam mais como difusão da cultura de cada grupo ali representado.

Os índios que vêm a Manaus para tratamento de saúde, em busca da solução de algum problema, resolver assuntos com a direção da Delegacia Regional, ficam todos alojados na Casa do Índio e como não tem atividades determinadas preenchem o tempo com atividades de lazer, com jogos e brincadeiras próprias de seus grupos, que geralmente são usadas nas festas.

Essas brincadeiras é que foram utilizadas para as comemorações da semana dedicada a eles próprios, porque segundo o delegado, estas festividades são internas. Apenas a exposição de artesanato foi aberta aos visitantes e dedicada principalmente aos estudantes que nesta época realizam visitas e buscam subsídios para realização de trabalhos escolares. Essa programação será encerrada sábado.

JORNAL: A Notícia
DATA: 20/04/79
PÁG.: 03.....CADERNO 02.....

Proc. FUNAI 2011/79
 Fls. 08
 Rubrica AB

Semana do Índio

A FUNAI vai comemorar a Semana do Índio com jogos de salão, hasteamento de bandeira, cânticos e lanches. Algumas entidades civis e religiosas programaram, para a sede do SESC, apresentações e pronunciamentos sobre o problema indígena brasileiro visando a conscientizar conjunto da sociedade para este lento, mas eficaz, genocídio que há décadas se vem perpetrando.

A diferença de atitudes diante do mesmo evento é, por si só, esclarecedora. A FUNAI deseja conferir à oportunidade o caráter de festividade formal, burocrático. Os demais desejam extrair resultados que possam influenciar diretamente na chamada política do índio.

A FUNAI bem poderia extrapolar o sentido da data, à maneira dos outros estudiosos e preocupados com a questão, não fosse o órgão que cumpre a tarefa de apaziguar os índios revoltados, com toda a justiça, contra o esbu-

lho que se vem fazendo em suas terras.

A FUNAI procura retirar legitimidade para sua atuação da dedicação profunda de alguns antropólogos e de várias categorias de funcionários que integram seus quadros. Seria incoerência esperar da FUNAI a denúncia contra a política indígena, ora patrocinada, tentada ou estimulada pelo Governo Federal, do qual faz parte.

Comemoração da Semana do Índio com jogos de salão e hasteamento de bandeira, distribuição de sanduiches, é engodo; é subtrair a essência desta tão trágica questão. Merece, portanto, ser considerada como a autêntica comemoração os atos que terão lugar no SESC, porque eles questionarão, eles inquirirão os sentimentos, eles colocarão no banco dos réus a nossa suposta civilização superior. E nada mais apropriado para a Semana de uma minoria étnica que está sendo literalmente trucidada.

JORNAL: A CRÍTICA
 DATA: 14 / 04 / 79
 PÁG. 04 CADerno 10

Proc. FUNAI 2011/49

Fis. 09

Rubrica 16

Problemática indígena

Começa hoje a programação da Semana do Índio, com uma mesa redonda na TV Amazonas, composta por padres e representantes de grupos de apoio a causa indígena. Na Praça 14 será projetado um filme sobre a problemática indígena e quinta-feira, à noite,

Dia Nacional do Índio, serão feitos exposições e debates sobre o drama dos primeiros donos do Brasil e que hoje estão marginalizados em suas próprias terras, com apresentação de trechos da peça "Dessana, Dessana", de Marcio Souza na quadra do SESC.

Nos dias 16 e 20, no horário das 20:30 horas, no auditório Alberto Rangel será efetuada uma amostra de filmes.

"Demarcar para preservar"

Começa hoje a Semana do Índio. Que pelo menos nesta semana os "indiferentes" ao problema dos nossos índios façam uma meditação e tentem alertar suas consciências para um problema que é de todos.

A realidade do índio ameaça registrar uma página negra em nossa história. Quem duvidar e achar que o índio está "legalmente protegido, é só abrir as páginas do PORANTIN, jornalzinho do CIMI — Conselho Indigenista Missionário — e constatar quanta injustiça sofre o índio.

E quando a Campanha da Fraternidade lança como "slogan" "preserve o que é de todos" o slogan mais adequado para a semana do índio seria "demarcar para preservar o que é dos índios" — a terra — o que não vem acontecendo.



Semana do Índio: um grito pela demarcação de suas terras.

JORNAL: A CRITICA
DATA: 15 / 04 / 79
PÁG. 15 · CADERNO 10

Proc. FUNAI 2011/49

Fis. 10

Rubrica [assinatura]

Na Semana do Índio, um chamado para a realidade indígena na AM

Com a apresentação do filme "Amazônia", de Jean Manzon, o Conselho Indigenista Missionário — CIMI —, o grupo Kukuro de Apoio ao Índio, a Comissão de Pastoral da Terra — CPT, a Associação Amazonense de Proteção Ambiental — AMAPAM — e a Federação Independente de Teatro do Amazonas — FITAM, iniciaram ontem a Semana do Índio em comemoração ao Dia do Índio que se celebra quinta-feira em todo o Brasil. Mas longe de ser apenas comemoração, o interesse daquelas entidades, conforme palavras de seus dirigentes, é chamar a atenção do povo para a "luta pela demarcação das terras indígenas na Amazônia".

As entidades reunidas denominaram "1979 — o Ano da luta pela demarcação das terras indígenas na Amazônia", por isso as atividades da Semana do Índio são todas voltadas para a conscientização do público, para a integração desse público na luta e até para um maior conhecimento pelo povo dos problemas que envolvem a causa indígena.

A mostra de cinema, no auditório Alberto Rangel, sempre às 20 horas, incluirá debates em torno das propostas dos autores dos filmes e a visão da realidade indígena na Amazônia, hoje. A mostra será complementada com exposição e venda de livros também ligados ao assunto índio.

Os promotores da Semana do Índio também já acertaram a programação para o dia 19. O Ato público previsto para a quadra do Sesc — Serviço Social do Comércio —, contará com a apresentação da peça de teatro "Dessana, Dessana", e de vários autores e compositores locais, assim como músicos, que executarão temas indígenas. Os pronunciamentos em torno do tema "demarcação de terras indígenas" prometem ser a melhor parte do ato público, segundo os promotores.

Naquele dia, também serão entregues os prêmios aos vencedores do concurso literário, promovido para alunos do 2º grau, cujo prazo de inscrição encerra-se hoje, devendo os trabalhos sob o tema "Os povos indígenas no Amazonas de hoje" serem entregues no Cenesc, à avenida Joaquim Nabuco, ao lado do Arcebispo.

MOSTRA DE CINEMA

A mostra de cinema está assim:

Hoje, dia 17: "O começo antes do começo", Márcio Souza; "Uirá — um índio em busca de Deus", Gustavo Dahal. Dia 18, "Kuarup," Heins Fortman; "Pankararu do brejo", Wladimir de Carvalho; "Nel Nutels," Marcos Alteberg. Dia 20, "Ajuricaba", Oswaldo Caldeira".

DISCUSSÃO DO CIMI

Pelo lado do CIMI, vários foram os pronunciamentos de seus membros sobre a problemática do índio brasileiro, feitos no programa "Isto é Inreia", da TV-Amazonas. Dentro do tema "A realidade indígena no Amazonas", foram abordados problemas sobre terra, saúde, autodeterminação do índio, tendo em vista os problemas reais do Estado que tem o número maior dos índios brasileiros.

TERRA E MORTE

Depois de falar sobre a "Emancipação" Pe. Renato Barth iniciou explicando que o problema fundamental dos índios brasileiros é terra e exemplificou com o caso que várias frentes de expansão que só visam os interesses das grandes empresas irradando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Continuou denunciando, que a maioria das terras indígenas ainda não está demarcada, pois o governo não obedeceu a lei que estabelece o prazo de 5 anos para que isto fosse feito. O prazo terminou no ano passado.

Sobre "saúde" uma entrevista com o Dr. Dourado do Hospital Tropical de Manaus, mostrou que "os índios estão morrendo por causa do contato que estão tendo com os brancos na frente de expansão"; Dourado citou o caso da Serra do Surucucu em Roraima onde a malária está dizimando populações inteiras. E sobre isso ele tem dados pois visitou-os antes dos garimpeiros chegarem ao local.

Para Rosa Maria do Grupo Kukuro "nós lutamos pela autodeterminação dos povos indígenas". "Quem deve construir a história dos índios, são eles mesmos, pois eles sabem o que é bom para eles; o branco deve devolver a história dos índios ao próprio índio; para isto as nações indígenas estão se organizando e procurando a sua própria identidade cultural.

Pe. Paulo Suess, mostrou que o trabalho do CIMI junto as comunidades, está se desenvolvendo em três níveis: "Garantir as suas terras, a auto determinação e a encarnação", e finalmente o trabalho de conscientização junto a população envolvente. O CIMI atua junto aos missionários que estão nas bases para, segundo ele, seu trabalho seja antropologicamente correto e pastoralmente eficaz. O trabalho missionário com o índio está pois baseado no princípio da soberania e autodeterminação das nações indígenas.

JORNAL: Notícia
DATA: 17 / 04 / 79
PÁG.: 03 CADERNO 02

ÍNDIO - O MÁRTIR INOCENTE DO PROGRESSO

Associação Amazonense de
Proteção Ambiental

Há 479 anos começou neste país uma das mais vergonhosas fases da história do homem. Iniciou-se em 1500, com a chegada do colonizador europeu, o extermínio crescente do povo brasileiro original; no mesmo processo de destruição da natureza provocada pelo branco, justificado como busca do "progresso" ou "desenvolvimento", inseriu-se a destruição dos nossos povos indígenas, vez que compunham em perfeita harmonia, os sistemas naturais americanos pré-colonização.

Este processo exterminador realizava-se e realiza-se pelas formas mais diversas, desde as mais sutis às mais sanguinárias e cruéis, desde a submissão cultural direta com todas as suas conseqüentes mazelas à "proteção" oficial farsante, desde a disseminação de doenças da civilização nas comunidades indígenas aos massacres genocidas.

Mas a forma mais vergonhosa, mais abjeta e contra a qual nos colocamos frontalmente contra e dispostos a denunciar agora e sempre à consciência nacional, é aquela representada pela política indigenista oficial. Esta é a pior forma porque estabelece uma cortina de fumaça que encobre os crimes que se cometem contra os índios. Ilude a opinião pública. Diz defender direitos indígenas quando na verdade defende interesses dos grandes latifúndios nacionais e multinacionais. Mas esta realidade não aparece. Os pronunciamentos oficiais mostram uma preocupação, um cuidado, uma seriedade no trato da questão indígena que nada tem a ver com a realidade dos assassinios cometidos com armas de guerra mantidos no mais cuidadoso sigilo, com a realidade das reservas não demarcadas apesar da determinação legal, com a realidade das estradas que não respeitam as reservas previstas e mesmo as já demarcadas, contribuindo para a abreviação da degenerescência física, moral e cultura do índio, com a realidade enfim de que neste país o índio é considerado pelos detentores do poder como um intruso, um entrave, que será eliminado totalmente mais dia menos dia, sutil ou violentamente.

Infelizmente daqui só podemos denunciar esta situação e hipotecar a nossa total solidariedade à causa indígena e aos companheiros nela mais diretamente empenhados, com a clara compreensão de que não existem lutas isoladas, existem frentes diferenciadas de uma mesma batalha, algumas extremamente difíceis de se conseguir ganhos concretos, devido à conjuntura, como é esta do índio, mas não é por isso que se deva permanecer passivo. Não compreendemos críticas que ignoram o processo histórico e a correlação de forças. Repetimos, todas as lutas compõem a grande luta da humanidade hoje, e particularmente do povo brasileiro por uma sociedade onde os direitos fundamentais do homem e das demais espécies constituam a sólida e indestrutível base de sua estrutura.

JORNAL: *A notícia*

DATA: *17* / *04* / *79*

PÁG.: *02* CADERNO: *01*

Proc. FUNAI 2011/79
Fla. 12
Rubrica [assinatura]

Inaugurada exposição de artesanato indígena

Foi inaugurada na segunda-feira a exposição de artesanato indígena na Casa do Índio, à Ave Avenida Constantino Nery.

Segundo declarações do sertanista Giuseppe Cravero, a exposição, que também faz parte das comemorações da Semana do Índio, não tem como objetivo maior obtenção de lucros financeiros, mas uma amostra da cultura indígena, seus hábitos e tradições através do artesanato.

Atualmente a Casa do Índio abriga cerca de 60 indígenas, todos em trânsito, que para lá se dirigem com o objetivo único da assistência médica, quando essas não podem ser realizadas em suas comunidades.

Além da referida exposição, a semana está repleta de programações especiais para a população desse estabelecimento, como é o caso de rifas, tardes de lazer e jogos, realizados internamente, já que foi uma opção da comunidade.

"Eles preferiram algo do qual pudessem usufruir plenamente, não bastando apenas servirem como objeto de exposição e acreditamos que a programação elaborada atenderá a essa aspiração", declarou Giuseppe Cravero.

BRANCO COMPRA E NÃO PAGA

Uma das reclamações realizadas pelos indígenas naquele estabelecimento, foi no que se refere ao baixo preço pago por seus artesanatos pelo homem branco.

Segundo eles, o branco dirige-se a essas aldeias, adquirem os artesanatos e pagam preços irrisórios, obtendo, entretanto, vultosos lucros, já que revendem a preços bastante elevados.

A indígena Isa, que reside na Casa do Índio há 6 meses, pertence à tribo Sataré, em Cuatá, área assistida pelo posto Candirá da FUNAI.

Segundo suas declarações, "muitos comerciantes se dirigem ao local, não querem pagar o preço cobrado pelos objetos e inúmeras vezes ficam até sem pagá-los". Isa confirma que o branco continua levando problemas à população indígena.

JORNAL: A CRITICA
DATA: 18 / 04 / 79
PÁG. 02 ... CADERNO 1

TERRITÓRIO

LIVRE

Proc. FUNAI 2011/49
 Fls. 13
 Rubrica [assinatura]

• Vem aí, dias 16 a 21 próximos, a chamada "Semana do índio" que, a meu ver, não passa de mais uma "semana do branco". O índio não está nem aí p'ra semana que dizem dele. Na verdade, dele mesmo são os 478 anos de segregação, esbulho, infâmias, agressões, assassinatos, genocídios e o extermínio de suas tribos sofredoras e ultrajadas. Vão festejar a "Semana do índio" na casa da vizinha! (Paulo Lucena)

JORNAL: A NOTICIA
 DATA: 13 / 04 / 79
 PÁG.: 03 CADERNO 1

"PORANTIN" CRITICA REDUÇÃO DA POPULAÇÃO DO R. NEGRO

Proc. FUNAI

Fls.

Rubrica

A edição do "Porantim" — órgão informativo de defesa da causa indígena — do mês de abril, publica matéria com título "Rio Negro é a única região do Brasil onde a população diminuiu", valendo-se para tanto de um trabalho publicado pelo INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, na revista científica "Acta Amazônica", volume 8, que acusa ter a população daquela área diminuído na proporção de 0,10 para 0,90 no período de 1960 a 1970. O "Porantim" analisa a questão levantando as causas, os possíveis culpados, e termina dizendo que longe de oferecer melhorias à população de São Gabriel, as inovações que ali são introduzidas em nome do progresso "só vem proporcionar lucros para uma minoria e a busca pelo exótico constituem um pretexto de integração, que na prática é extinção", dos povos índios que constituem a grande maioria da população.

Em sua edição n.º 7, deste mês, o "Porantim" questiona o porque da diminuição da população da região do Rio Negro entre 1960 e 1970, perguntando se não nascem mais crianças ou se aumentou muito o índice da mortalidade e se grandes epidemias assolam a área e ninguém está sabendo. Ao mesmo tempo pergunta se alguém lembra dos 100 mortos do rio Maiá. Quer ainda saber se os índios estão abandonando a região em busca do que acham melhores condições de vida.

RESPOSTA

E' o próprio "Porantim" que responde ser "muito fácil jogar a culpa no trabalho dos missionários, como fez um relatório super-secreto, carimbado "confidencial", encomendado pela Sudam ou do antropólogo Peter Silverwood a serviço da Funai". Diz o informativo que "críticas tanto dos antropólogos como da própria Funai pretendem atribuir à forma de atuação dos missionários o fato de que haja emigrações, de que os missionários violentam a cultura indígena, fazem tráfico de índios para o trabalho doméstico na cidade branca, inculcam valores alheios à realidade indígena, fomentando assim a mortalidade infantil e o êxodo para um centro urbano idealizado pelo aparato

educacional".

Criticando diretamente as medidas desenvolvimentistas como a "abertura de estradas e de bancos, construção futura de hotéis de turismo, incremento do artesanato, estabelecimento de uma repetidora de TV e afirmando não querer entrar no mérito da validade ou não do trabalho missionário, diz o informativo não poder aceitar "esta interpretação simplista da realidade por duas razões: porque se trata de um problema estrutural ligado à forma de como está organizada toda a sociedade brasileira e o modelo econômico vigente e não à simples atuação de uma entre tantas instituições trabalhando na área; e porque a própria missão Salesiana tem consciência do que faz e de suas omissões".

E acrescenta que em dezembro de 77 o padre Norberto informava estarem "os Maku diminuindo a população. Usando anticoncepcionais do mato, por não quererem que seus filhos nascessem para sofrer" e afirmam que com a tomada de consciência dos missionários demonstrada pelo padre Norberto durante a Assembléia Prelática em 1977 bem demonstram a preocupação dos missionários pela procura de novas metodologias para a educação e que muitas vezes esses missionários são mais vítimas que promotores e cita a proposta do padre Laudato sobre a educação bilingue para os indígenas, **MUDANÇAS**

Concluindo dizendo que o problema é estrutural, pelo que se compreendem — os editores do "Porantim" — com "tanto foguetório em torno das novas mudanças e do progresso uniforme e multinacional que está chegando a São Gabriel". E cita Puebla, afirmando que "a Igreja questiona, como é óbvio, aquela universidade que é sinônimo de nível e uniformidade, que não respeita diferentes culturas, enfraquece as, absorvendo-as e eliminando-as.

Prossegue dizendo que "a Igreja não aceita a instrumentalização da universidade que equivale a uma unificação da humanidade mediante uma injusta e férrea supremacia e dominação de uns povos ou setores sociais sobre outros povos e setores".

JORNAL: *A notica*
 DATA: *12* / *04* / *79*
 PÁG.: *03* ... CADERNO: *20*

Jamil louvou o índio brasileiro

Tendo sua atitude e oglada por vários parlamentares, o líder da Arena, deputado Jamil Sefair, propôs, ontem, um voto de louvor ao índio brasileiro, em nome do povo amazonense, num requerimento aprovado por unanimidade.

Com essa homenagem, o parlamentar pretendeu "transmitir-lhe a solidariedade humana, o reconhecimento justo ao papel do silvícola na História e na vida, a certeza de que estamos prontos a defendê-lo" e, ainda, "confirmar-lhe que acreditamos no futuro desta Nação, com a Integração adequada do Índio".

Jamil lembrou que "o Brasil nasceu com o Índio, seu primeiro proprietário, que seus esforços garantiram os primeiros passos para o futuro grandioso da Pátria, e que construiu, com sacrifícios e esforços desmedidos, as bases para o desenvolvimento de nosso País".

"Hoje — enfatizou — o Índigena ainda mantém o seu papel de destaque, embora sem a mesma participação. Mesclando-se à raça brasileira, à qual serve de fundamento característico, o nativo está desaparecendo. Todavia, nunca se extinguirá o reconhecimento de um povo que lhe é grato, pelo muito que lhe deve, notadamente pelos belos exemplos de patriotismo e resistência natural".

Destacou, também, que não só o Governo se preocupa, atualmente, com o silvícola, e que o público nunca participou, com tanto entusiasmo e consciência, das providências e medidas votadas para o Índio, como agora, quando manifesta o propósito incontestado de protegê-lo, de propiciar-lhe uma integração sadia e adequada, sem inconveniências.

JORNAL: *A notícia*DATA: *20* / *04* / *79*PÁG. *02* CADERNO *02*

Proc. FUNAI 2011/79
 Fls. 16
 Rubrica [assinatura]

CIMI também promove a Semana do Índio

No decorrer da semana vários filmes serão exibidos no Auditório Alberto Rangel às 20 horas, nos dias 16, 17, 18 e 20. Após cada exibição haverá debates sobre a situação do índio no Amazonas hoje.

No dia 19 às 20 horas na quadra do SESC haverá um Atô Público onde serão apresentadas várias músicas, teatro e a entrega dos prêmios aos vencedores do Concurso literário entre os alunos de 2º. Grau. Na oportunidade haverá vários pronunciamentos pró-índios.

NO ACRE

Rio Branco — A Comissão Pró-Índio do Acre está organizando uma programação especial para comemorar a Semana do Índio, a partir de hoje e até o dia 21. A programação contará com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do Serviço Social do Comércio (SESC), mas não da Ajudância da FUNAI no Acre, que se colocou à margem.

A semana será aberta com uma palestra do ex-coordenador do CIMI, Pe. Antonio Iasi, sobre a política indigenista governamental, e encerrará na sexta-feira com o show reportagem "Man" de Leila Denis, já montado em Brasília e bem recebido pela crítica da capital federal. Incluirá também uma mesa redonda sobre problemática indígena regional e uma feira de artesanato indígena montada no térreo da Assembléia Legislativa, onde serão vendidos 100 quilos de peças artesanais dos índios Caxinauas do rio Jordão.

FUNAI abriu ontem a Semana do Índio

Com a palestra sobre a causa indígena proferida pelo Delegado Regional da FUNAI, Kazuto Kawamoto, foi aberta ontem, às 9 horas, a Semana do Índio em nossa capital, cujas festividades se prolongarão até o dia 21, tendo com local a Casa do Índio, à Av. Constantino Nery, 2060.

Após a palestra, foi feita a abertura da Exposição de Artesanatos, no mesmo local, com o objetivo de atender a todos os estudantes que se deslocarem aquela casa com a finalidade de obter dados sobre a cultura indígena. Salienta-se que no decorrer da semana, a Exposição ficará aberta pela manhã e tarde, durante o horário comercial.

Na quinta-feira, Dia Nacional do Índio, haverá o hasteamento das Bandeiras Brasileira e da Fundação Nacional do Índio. Às 9 horas será celebrada Missa na Casa do Índio, alusiva a data.

JORNAL: A CRÍTICA
 DATA: 16 / 04 / 79
 PÁG.: 03 CADERNO P

①

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

1- Foi realizada no período de 02/04 Set corrente ano, uma reunião em Meruri, de diversos chefes indígenas, convocada pelo líder Bororo Lavareço Rondon, que é membro da atual tribo de Limi.

2- Espera-se que o objetivo desta reunião foi o de sensibilizar os diversos chefes para possíveis irregularidades que estariam ocorrendo em diversos pontos do País, nos postos indígenas de FUNAI. Como exemplo, foi conduzido a Meruri um índio Guarany, que teria sido espancado e expulso de sua tribo em baradas, pela Polícia Indígena.

Foi nesta reunião ressaltado também, que os chefes indígenas, deveriam concentrar esforços (unirem-se), e realizarem o trabalho de desocupação de suas terras, com seus próprios meios (como Meruri - São Marcos), etc.

neste trabalho de conscientização de

②

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

índios para um movimento nacional de defesa da terra, alheio a obediência às autoridades constituídas, tomaram parte ativa os Pes Thomaz de esquino lezíbea, que inclusive conduziu a Merui dezesseite (12) índios da Missão Encubieta, sediada em Diamantina; Pe Agidjo Ehand, o bispo de Goiás, Pe Thomaz Balduino e o de São Felix Pe Pedro Caraldaliga, que chegaram a Merui, na manhã do dia 03 em avião particular do Bispo de Goiás. — Argumento utilizado para sensibilizar o índio e citar que o Governo não pretende solucionar o problema de terra indígena, e vem obstante, o trabalho daquele que deseja faz-lo - como exemplo foi o trabalho de Pe Francisco Gentel, que foi colocado como vítima de arbitrariedade do Governo - Em seguida foi citado o problema de Pe Agidjo e bispo Caraldaliga, que recentemente, foram proibidos de ingressarem em

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Gabinete do Presidente

líderes indígenas - grandes defensores dos posseiros e índios - nestas ocasiões foi também explanado, por D. Rosaldalige, a necessidade de unificar o maior com os posseiros nesta luta. Esta reunião encerrou-se no dia 4, conforme estava previsto.

No período de 5 a 6 reuni em minha residência simultaneamente - No dia 5 pela manhã o Sr. Rodolfo - líder de Muni - justificando que poderia com surpresa as visitas de Rosaldalige e Agidye - a tarde o Sr. Thomaz de Aquino também visitou o Sal 5º DE, com um grupo de índios de Uiamantina - ocasião em que dizem que esta reunião teve aspectos altamente proveitosos - como entrosamento entre chefes - cantos, danças, etc. Na manhã do dia 6 (seis) compareceram o Sr. Agidye (o Sr. ainda não o conhecia pessoalmente), logo se identificou e fez uma série de críticas da política de FUNAI - que foram relatadas - o Sr. Agidye ao retirar-se afirmou - tenho de ir embora, porque vamos fazer o índio na frente, mas estamos sempre atrás, tomando posições - mesmo que seja no lado.

Resumo

1) após a reunião foram organizadas guiyas para visitas a diversas aldeias - principalmente perto de FUNAI.

2) foram instalados radios nas 3 (trs) áreas de MISSO Selviane (Munui - São Marcos - Sangre-douro) - com ligação (comunicação) com a igreja de Rosário em Luiala (ponta) e também com Kiamantine, Utiariti e Barro Vermelho.

~~Obs - Tudo~~

Obs - Ver sendo cumprido paratematicamente as linhas de seq. especificadas no documento ~~de~~ elaborado em Munui após a 1ª reunião de Portofol - 26/ago/24.

MRN. 5, p. 21/223

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

- Informação do Jerson : está
havendo uma reunião de líderes
em Mekre, convocada pelo Lou-
renço. Período 2 a 4 Set.

Estão presentes :

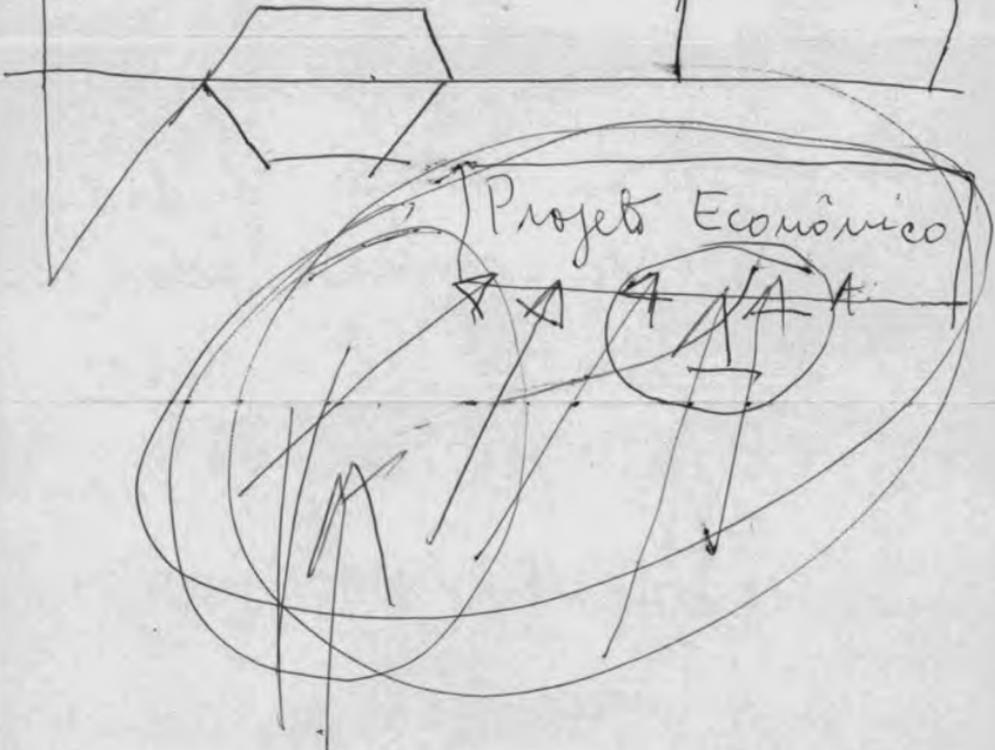
{
Frantxe
Pareci
Xavante (todos os grupos)
Bororo

OIMI

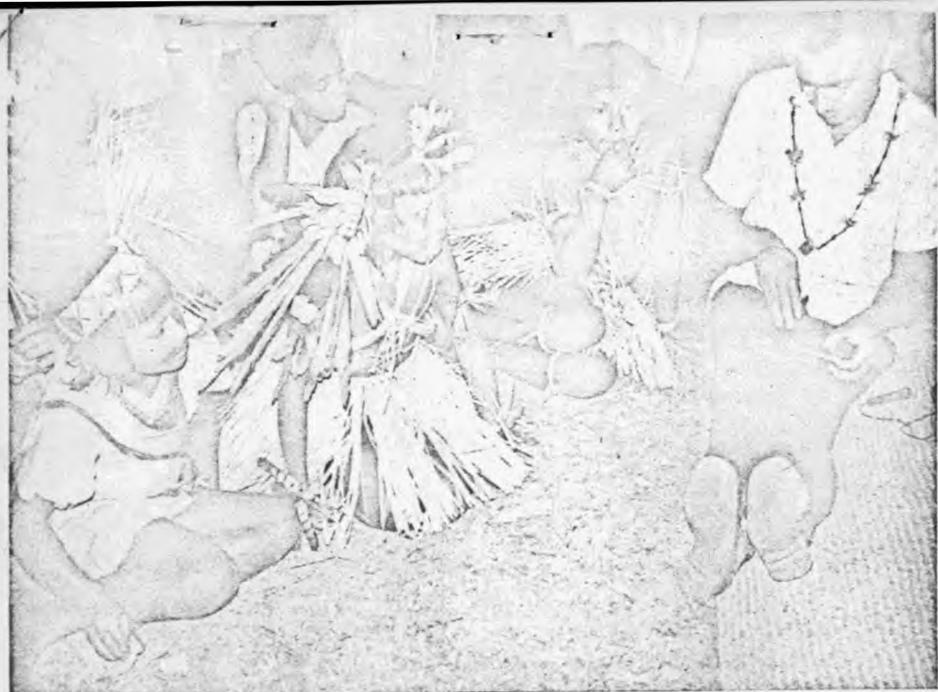
DGRC

Projeto Des. Com

Dir:



- capacit.



CIMI POR UMA PASTORAL INDÍGENA

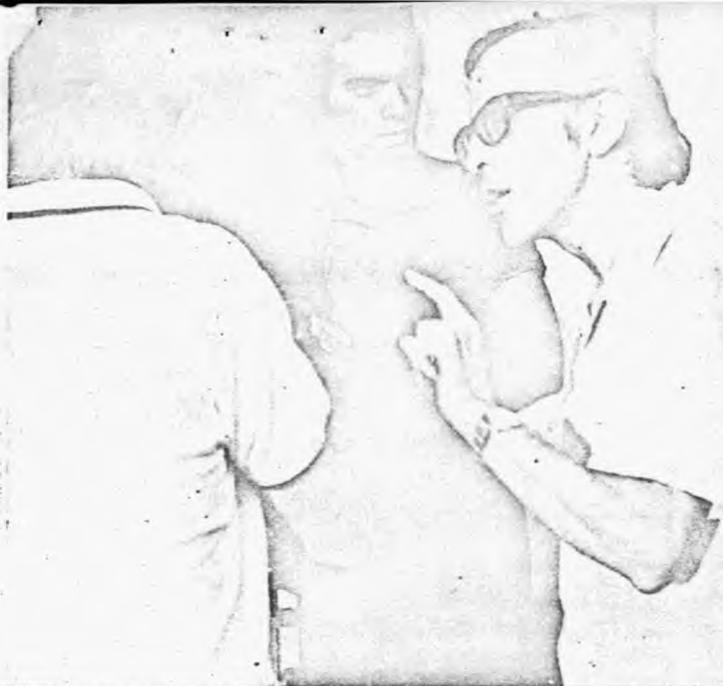
Desde que o Secretariado do CIMI iniciou as atividades visando, sobretudo, o intercâmbio direto com as bases, os resultados dos trabalhos missionários junto aos índios têm-se revelado mais positivos. A Equipe do Secretariado vem mantendo constantes contatos com as prelaças onde existem comunidades indígenas.

O objetivo destes contatos é um levantamento "in loco" da situação indígena regional/ e através de uma verdadeira percepção das necessidades, procurar soluções em conjunto

para os problemas atuais. Uma tomada de consciência que prepara um futuro menos incerto ao índio.

A Equipe do Secretariado constatou, através de visitas a diversas prelaças, que além da boa vontade, os missionários precisavam de uma melhor preparação para desenvolver um trabalho mais positivo junto aos índios. Sentiu-se que os missionários trabalhavam isoladamente e as orientações sobre Pastoral Indígena que recebiam eram resultados de decisões a nível de cúpula.

←
Padre Miguel,
na aldeia
São Marcos
(M.T) com
crianças
Bororo



→
Dom Pedro
Casaldáliga,
bispo em
S. Félix (MT),
defensor dos
índios e
posseiros

O problema das terras e os internatos indígenas foram os principais assuntos do I.º Encontro de Estudos de Meruri, Mato Grosso, promovido pelo CIMI (conselho indigenista missionário). As conclusões a que chegaram os representantes de Diamantino, São Félix e Guiratinga, tornaram o acontecimento bastante proveitoso, fazendo com que aumentem as expectativas dos próximos encontros. Neste artigo, o leitor vai ter uma visão geral do que precedeu o encontro de Meruri, terminando por tomar conhecimento das proposições ali feitas e o que o encontro veio acrescentar de novo à Pastoral Indígena.

Antes mesmo da criação do CIMI, já havia uma preocupação sobre a Pastoral Indígena. Os encontros para debate do assunto sucediam-se, mas sempre reunindo as mesmas pessoas e nunca havia oportunidade de os problemas reais serem trazidos das próprias bases, para uma discussão.

Por isso, depois da criação da Equipe do Secretariado, logo se sentiu que o CIMI teria mais um objetivo pela frente: o de organizar Encontros de Estudos que reunissem bispos, missionários, religiosos ou

leigos e interessados pela causa indígena.

Esses encontros, em nível regional, reunindo o pessoal de prelazias próximas, daria oportunidade a todos de trazer os resultados das próprias experiências para um questionamento que só poderia contribuir para um verdadeiro crescimento comum. Ficou também acertado que nesses encontros, os assuntos tratados não seriam previamente estabelecidos, mas nasceriam das necessidades, isto é, espontaneamente, dos próprios participantes. Quanto

ao local ficou estabelecido o seguinte: se possível o mais próximo ou no próprio local do trabalho missionário.

O primeiro desses encontros aconteceu em Meruri — Mato Grosso, aldeia Bororo, de 26 a 29 de agosto — reunindo representantes das prelaças de Diamantino, São Félix e Guiratinga; entre eles, Dom Tomás Balduino (Vice-Presidente do CIMI), Dom Pedro Casaldáliga (Prelado de São Félix), o pessoal do Secretariado, a equipe que assessora Dom Tomás e a presença importante de um chefe Bororo e outro Xavante.

o encontro de meruri

Todo o curso transcorreu num ambiente de amizade e entrosamento e para isso muito ajudou a boa receptividade que todos tiveram por parte da Comunidade dos Bororo, que ofereceu até uma noite de festa para os participantes, do padre Rodolfo Lukenbein e toda a comunidade salesiana e ainda das Irmãs Maria Auxiliadora de Meruri.

Inicialmente o pessoal distribuiu-se em equipes para discutir e delinear, com base nos antecedentes de Pastoral Indígena, os objetivos e mais tarde, no final, as conclusões do encontro. As experiências pessoais ouvidas e questionadas foram de grande importância, e como se esperava, a partir delas foi que o Encontro tomou forma.

o que foi debatido

Os assuntos Terras e Internatos Indígenas, mereceram destaque especial por parte dos missionários:

— o índio do norte de Mato Grosso não pode mais viver de caça e pesca; suas melhores terras estão

sendo invadidas ou já foram, pelo latifúndio.

— as tribos localizadas na Missão Anchieta, têm reservas decretadas e demarcadas, mas há ameaças de invasão e de serem cortadas por estradas.

— Os Xavantes e Bororo lutam por suas terras, já ocupadas parcialmente por fazendeiros.

Diante desta realidade, foram discutidas as medidas a serem tomadas pelos missionários e pelas próprias comunidades indígenas.

Quanto aos Internatos Indígenas, discutiu-se até que ponto eles são uma instituição ou se existem em função da desintegração do índio. Pessoas da missão Anchieta — Diamantino, MT — disseram como resolveram pôr fim ao sistema de internato; “aquela estrutura não estava a serviço da comunidade indígena, ainda mais que o internato de Utiariti estava distante das aldeias, atuando como fator de dispersão dos índios”. “Mas, isso já não acontece nos casos das Missões Salesianas, onde o internato existe na própria aldeia”. Mesmo assim disseram as Irmãs e os padres salesianos que “é preciso modificar tudo sob o impulso de uma nova inspiração”.

As conclusões do Encontro de Meruri foram divididas de acordo com as especificidades da linha de ação. Os assuntos tratados de forma geral foram:

Ligação do CIMI com organismos de apoio à Pastoral Indígena:

O CIMI ficou encarregado de fazer um levantamento da existência e das características dos organismos que se interessam pelas populações indígenas, visando uma melhor preparação do missionário sobre a realidade da região para onde será destinado. Sentiu-se também a necessidade de que o CIMI facilite o entrosamento da



Índios Bororo de Meruri - MT.

Pastoral Indígena com a operária, a rural e a de outros meios marginalizados, e também o das bases missionárias com as missões evangélicas, particularmente no que se refere a problemas de terras, educação, linguística, saúde e pastoral nos diversos níveis.

formação e encontros de missionários:

É necessário que o missionário seja preparado para ter uma capacitação pastoral, antropológica e política, através de leituras, palestras troca de experiências vividas, encontros, cursos. Essa capacitação deve envolver sempre a análise de realidades indígenas, revendo e analisando



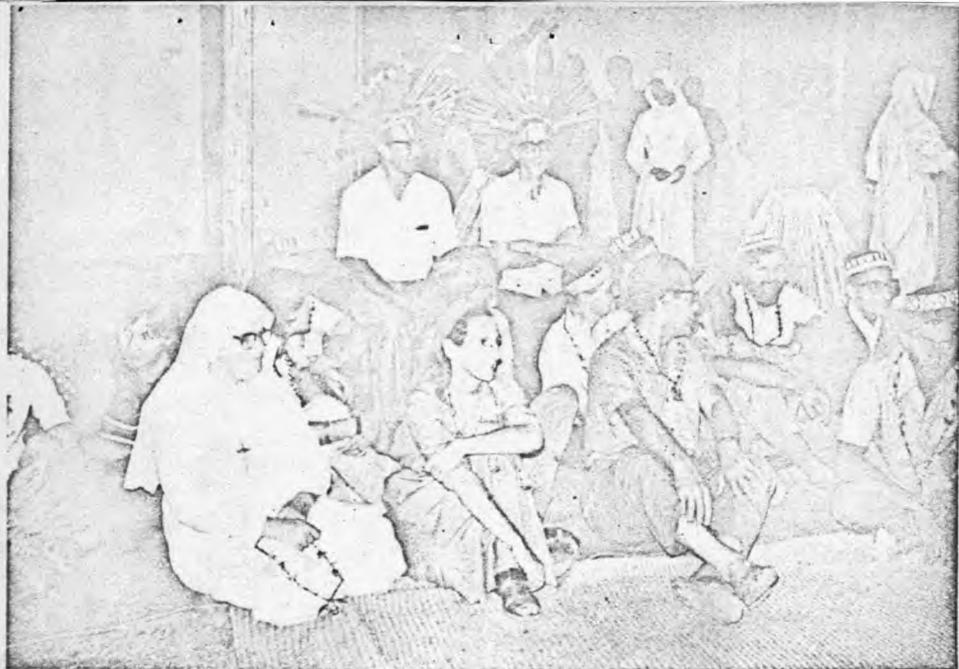
Em traje de festa

do os trabalhos em nível de comunidade e em nível de Equipe Pastoral, com a participação da totalidade ou da maioria dos membros e de representantes indígenas.

Cada prelazia deve organizar, uma ou duas vezes por ano, encontros de seus missionários, nos quais haja a presença de pessoas especializadas na problemática indígena.

turismo, população envolvente

Outra conclusão a que se chegou no Encontro de Estudos de Meruri foi a de que não se deve permitir turismo em áreas indígenas. Ao mesmo tempo é necessário que as



Na festa final do encontro de Meruri, D. Tomás Balduino (vice-Presidente do Cimi) e D. Pedro Casaldáliga receberam as mitras - Cocares - de dignitários

prelacias e dioceses programem um trabalho de conscientização da população envolvente, tanto sobre a realidade indígena quanto sobre o seu relacionamento com o índio.

estruturação da pastoral indígena

Foi proposto também que se fizesse uma coordenação regional de pastoral Indígenista, visando a um melhor entrosamento dos trabalhos na área.

Uma vez por ano as pessoas que atuam nesta pastoral se reunirão numa assembléia em nível regional para um levantamento e análise da problemática indígena. Nessa ocasião, serão também escolhidos os

participantes da assembléia a ser feita em nível nacional. Nela serão confrontados os resultados das assembléias regionais já realizadas, definida a Pastoral Indígena em âmbito nacional e eleitos os membros do Conselho Indigenista Missionário.

Ficou estabelecido que haja em toda a atitude missionária um esforço no sentido de que se conscientize o índio para a defesa de sua própria terra e conservação de seus valores culturais; que se favoreçam as visitas intertribais para a superação das hostilidades, naturais entre certos grupos; que sejam entregues às lideranças indígenas as responsabilidades surgidas do contato com a população envolvente, como também as de recuperação dos irmãos distribuídos, dispersos ou marginalizados.

EXPERIÊNCIAS DE PASTORAL INDÍGENA

nos longínquos Içana e Airi

Você sobe o Amazonas, penetra no Rio Negro e encontra o Içana, que recebe o Airi na margem direita. Uma vasta bacia fluvial em plena selva Amazônica, com suas riquezas, seus perigos, seus mistérios. Em Assunção do Rio Içana, os missionários salesianos fundaram um centro de irradiação catequética, para atender às provocações dispersas. Uma primeira tentativa do estabelecimento aí das F.M.A., em 1957, durou perto de 10 anos.

Novos contatos foram tentados em 1971, até concretizarem-se em ação pastoral mais aberta, quando novos caminhos foram apontados pelo Vaticano II e Paulo VI enfatizou o dever fundamental da evangelização.

Era preciso levar em conta o trabalho realizado por missionários protestantes, que fazia diminuir, em seus centros de influência, a receptividade do elemento humano. Decidiu-se, então, promover o elemento católico e estar sempre disponíveis para qualquer atendimento, quando solicitados pelos "crentes".

Como a ausência das Irmãs tinha sido vivamente sentida, foi rápida a aceitação da promoção integral. Todos colaboraram para a funcionalidade dos diversos locais.

Visitas domiciliares foram abrindo caminho para o setor saúde e higiene, escola e artesanato.

Surgiram assim duas escolas em sítios distantes e 5 postos do Mo-bral, com participação de 109 adultos. Os monitores são jovens alunos nativos. Esse trabalho de promoção exige verdadeiro heroísmo, tanto por parte dos professores como por parte dos alunos. Em suas frágeis canoinhas, sobem e descem o rio, sob o sol escaldante ou sob as rajadas de chuva tropical, que não raro os surpreende, quando de volta, ao anoitecer.

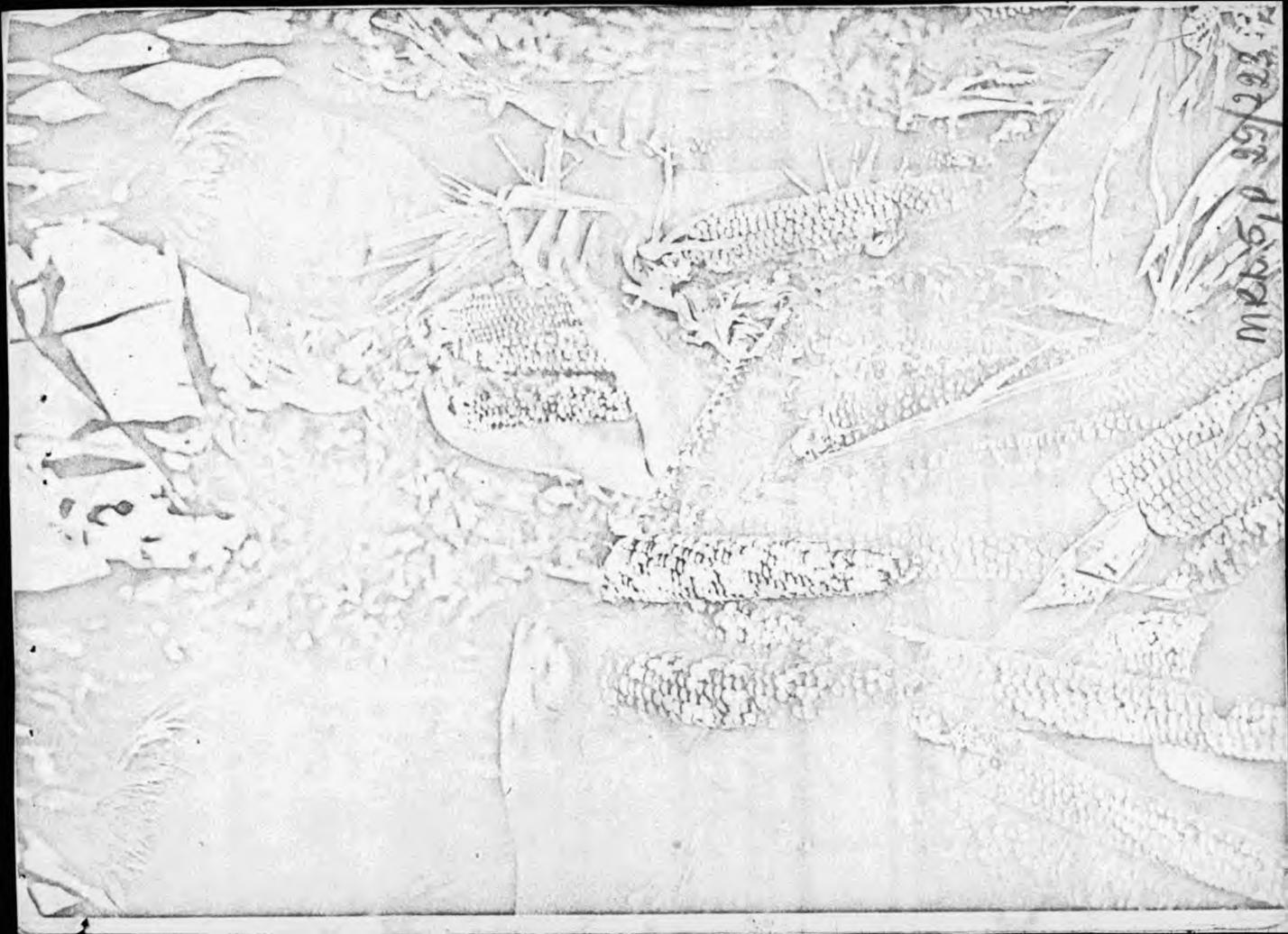
Foi com encantamento que celebramos juntos o mês de Maria; com a alegria pura dos "simples de coração".

Passamos a seguir para novas conquistas. Tínhamos em mira os moradores do Alto Içana, Airi e os vários igarapés habitados.

Organizada a Equipe, planejaram-se as tarefas: conhecer, entrar-se, e realizar um levantamento desta nossa primeira visita, tanto nos sítios católicos como nos protestantes. O que vimos foi de molde a incentivar o nosso zelo.

Aquela pobre gente está sedenta de um contato com os missionários. Mal ouviram o barulho do motor saíram dos igarapés as canoas peçadas de gente, redes e alimentos. Rumavam até ao sítio em que deviam pernoitar. Para quê? Para ouvir a palavra de Deus, para assistir à Missa, para ver e falar com as Irmãs, para serem por elas medicados. Tudo isso ficávamos sabendo através dos intérpretes, pois só falam o "Banina", dialeto da região.

Dois, três dias, distantes de suas choças, dormindo ao relento... Esses filhos de Deus, tão simples e sofridos



M.B. 51 P 29/223

dos, pediram na oração espontânea, durante a Missa: — que venha o padre, — que venham as Irmãs muitas vezes, — queremos a visita do padre (suplicou o velhinho) — que não nos enganem, mas voltem mesmo.

No sítio de UAPUÍ, meta final de nossas visitas, permanecemos 10 dias. Realizamos um programa de desenvolvimento de comunidade. Os moradores planejaram e iniciaram a construção do novo povoado: 10 casas, uma capela, uma escola. Note-se que há três anos esperavam o missionário a fim de serem orientados.

Dificuldades principais são o analfabetismo, as incríveis distâncias dos centros civilizados, os entraves criados por protestantes fanáticos.

Ficou programado: alguns elementos deviam participar de um encontro da paróquia de Jauretê, promover a oração comunitária, principalmente aos domingos. Para a cobertura da capela e da escola, ir buscar o zinco de uma antiga nossa residência abandonada.

COMPROMISSOS: Beber menos caxiri, colaborar na construção do povoado; incentivar a agricultura, dando também início à criação de gado e aves domésticas.

Mesmo nos ambientes de influência protestante, ouvimos a pergunta: "quando voltam"?

Voltaremos depois de termos armazenado novas energias espirituais na nossa residência de São Gabriel da Cachoeira, onde a comunidade nos acolhe com carinho.

parí-cachoeira

Parí-Cachoeira, missão salesiana indígena da Prelazia do Rio Negro.

Nesta Paróquia há 1838 habitantes, distribuídos pelos povoados na imensidão da Floresta.

São várias as tribos: Tukanos, Dessanos, Tuiucas, Iepã-Maysã, Miriti-Tapuias, Barassana, Carapanã, além de uma raça de Makus, bem numerosa, que não foi ainda atingida pela Evangelização.

No centro, "Parí-Cachoeira", onde está situada a missão, há dois grandes colégios dos alunos e alunas, onde funcionam o ensino do 1.º grau de 2.ª às 6.ª séries: 70 meninos internos e 28 meninos externos, 63 meninas internas e 22 meninas externas.

Na mesma missão os meninos têm a oportunidade de aprender mecânica, alfaiataria e marcenaria. E para as meninas há a tecelagem (com tucum, fibra tecida de uma palmeira) corte e costura, bordados à mão e diversos trabalhos domésticos.

Acima e abaixo do Rio Tiquiê, há espalhadas 45 comunidades nos povoados, 13 escolhinhas isoladas da 1.ª série, onde professores lecionam em seu próprio idioma primeiramente e depois na língua vernácula.

A pobreza desta nossa gente da região do Rio Tiquiê é imensa. Porém, mesmo desprovidos de meios, esse povo tem um grande desejo de se promover. Atualmente estão construindo um grande barco de madeira para transportar seus produtos, fruto do trabalho do povo, peneiras de farinha, aves, frutas, etc. para a promoção de toda a comunidade da região. Estão já na fase do trabalho final; porém, para seu término, há falta de muito material como pregos, parafusos, etc. Esperamos a ajuda de pessoas generosas que queiram estender a mão a este povo que quer crescer, se esforça para isso e merece todo o nosso apoio.

Racista

Dermi Azevedo

A campanha que vem sendo movida contra os índios brasileiros, utilizando-se de canais como os jornais **O Estado de S. Paulo**, **O Globo** e **Correio Braziliense**, **Jornal Nacional** da TV Globo e o ministro da Justiça, Paulo Brossard, além de alguns parlamentares do PMDB, PDS e PFL, tem um caráter essencialmente racista, baseado na tentativa de legitimar o completo extermínio, a total destruição dos 230 mil índios que ainda restam no país.

Em nome do "desenvolvimento econômico", do "progresso" e das "exigências inevitáveis do avanço da civilização", tenta-se completar a política de genocídio, iniciada no "descobrimento", eliminando os obstáculos - ou seja, as étnicas indígenas - para que o capital se estabeleça por inteiro, em todo o país, em particular na região amazônica. Curiosa e tragicamente, os que investem contra os índios - tomando o CIMI, o CEDI, a CESE como bodes expiatórios - costumam apresentar-se como "nacionalistas", "democratas", e "patriotas"...

É ou não racismo considerar os indígenas como obstáculos para o desenvolvimento do país, negando-lhes o seu direito básico de viver de acordo com sua cultura, costumes e tradições? É ou não racismo justificar o extermínio dos índios em nome do lucro, das estratégias de "segurança nacional", da ocupação do subsolo das terras indígenas para explorar minérios necessários à estratégia armamentista? Não se trata, evidentemente, do racismo declarado de um Gobineau, um Chamberlain, um Mussolini ou um Hitler, mas os seus pressupostos são os mesmos, suas consequências etnocidas são as mesmas, tudo em nome da "civilização ocidental cristã"...

Com base nessa premissa - do caráter racista e legitimador do etnocídio, dessa campanha -, quero destacar outros aspectos nessa vergonhosa montagem anti-índios, espécie de reprodução do Plano Cohen. A primeira consequência desejada (e parcialmente conseguida) é a de con-

fundir os próprios índios e a opinião pública como um todo.

Aos índios, as Igrejas, os organismos de apoio e as próprias entidades representativas de suas lutas - como a UNI - são apresentadas como "inimigos". Executa-se uma política de cooptação. As Organizações Globo chegaram ao cúmulo de trazer ao Rio, há cerca de uma semana, índios tukanos que foram levados ao Jardim Botânico e cuja viagem foi justificada como de "agradecimento a Roberto Marinho por um editorial contra o CIMI"... A opinião pública, apresenta-se uma montagem de palavras muito mal feita, em que documentos forjados, manipulados, são apresentados como "provas" de uma "conspiração contra o Brasil"... Os índios (como já denunciava, há mais de dez anos, o documento "Y Juca Pirama - o índio, aquele que deve morrer") são apresentados aos leitores e telespectadores como "primitivos, incapazes de autoquestionamento e auto determinação instrumentos dos missionários" ou então como "aculturados que devem ser tratados como os demais brasileiros", isto é, submetidos a condições de vida cada vez mais degradantes...

A segunda consequência desejada para a campanha - e conseguida - é a difamação de todos quantos unem-se aos índios em favor do reconhecimento de seus direitos, numa sociedade que é culturalmente diferenciada. Nesse coro difamatório, unem-se Júlio de Mesquita Neto e Paulo Brossard, a UDR e a Associação Brasileira dos Criadores de Neolore, Roberto Marinho e Roberto Cardoso Alves, na integração de tudo quanto há de mais "nacionalista" e "democrático" no Brasil...

Um terceiro alvo da campanha é a tentativa de conquistar todo o segmento militar para a tese do "avanço inexorável do desenvolvimento econômico". Este objetivo está sendo parcialmente conseguido e a campanha tem sabido explorar, com eficiência, o discurso de legitimação do Projeto Calha Norte, me-

nina dos olhos dos militares. De um momento para outro, porta-vozes de transnacionais como a Brascan, a Anglo-American e outros grupos utilizam-se da tese da defesa das fronteiras brasileiras para apresentar os ianomamis, vítimas da tuberculose e da malária, como articuladores de um "estado independente" na fronteira Brasil Venezuela.

Todos esses objetivos e consequências desejadas da campanha convergem para o essencial: abrir caminho - inclusive com amparo constitucional - para o definitivo loteamento do solo e subsolo indígena, por parte dos grandes grupos econômicos brasileiros e estrangeiros que têm, na Amazônia, o filé-mignon de seus investimentos. Para que isto aconteça, trata-se de "remover, logo, todos os obstáculos", sejam os missionários efetivamente comprometidos com a causa da libertação indígena, seja os próprios índios, e igualmente, os agentes de Pastoral da Terra, dirigentes sindicais dos trabalhadores rurais. Deve restar somente o espaço vazio para os grandes projetos, a metrópolis amazônica.

...Um outro aspecto a ser analisado, nessa campanha, é o papel dos meios de comunicação e dos jornalistas. Quanto aos primeiros - aos meios - atuam de acordo com as vozes de seus donos ou parceiros empresariais. No caso dos jornais, o Estadão assume o papel de ventríloquo dos interesses da Paranapanema e outros grandes grupos econômicos. Rompe com normas elementares da investigação jornalística e não se preocupa em verificar a autenticidade dos "documentos" utilizados para a sua série de reportagens. Os outros jornais - **O Globo**, **Correio Braziliense** - secundam o Estadão e logo começam a publicar matérias fortemente editorializadas no mesmo tom. A equipe editorial do Jornal da Tarde duvida da autenticidade do material usado pelo Estado e dá espaço secundário às tais denúncias. Outros jornais - como a **Folha** e o **Jornal do Brasil** - não entram em cheio

no debate. Todos pertencem à Associação Nacional dos Jornais e suas diferenças não chegam a ser contradições.

Que avaliação podemos fazer da atuação dos jornalistas nessa campanha? A reflexão envolve, necessariamente, o questionamento sobre o nosso papel como profissionais dentro das empresas de comunicação. Cada situação específica deve ser examinada com cuidado, dentro de seu contexto próprio, para não cometermos injustiças. A regra geral é a de que devemos executar as tarefas que nos são ordenadas. No entanto, há uma regra maior, que nos é recomendada, inclusive, pelo nosso Código de Ética: a de que somos servidores da verdade e da justiça. Esses valores devem prevalecer sempre, custe o que custar, mesmo que isto implique em consequências prejudiciais quanto à manutenção do emprego. A nossa legítima aspiração de ascender profissionalmente não pode fazer tabula rasa de valores éticos fundamentais. Se as tarefas que nos são atribuídas ultrapassam os limites da verdade e da justiça, temos o dever de recusá-las e a obrigação de publicamente denunciar a situação a que estamos sendo submetidos.

Tragicamente, essa dimensão ética vai sendo cada vez mais violentada na nossa profissão. Em nome do poder e da ascensão na hierarquia empresarial, a ideologia patronal é, muitas vezes, assumida consciente e acriticamente, sacrificando todos os princípios.

Numa hora em que a nossa profissão está sendo violentada sob todas as formas possíveis, precisamos urgentemente restabelecer a nossa capacidade de indignação. Precisamos indignar-nos, em primeiro lugar, com a nossa submissão às injustiças.

Diante de todo esse quadro, nosso dever é o de denunciarmos o caráter da campanha contra os índios e o de defendermos, acima de tudo, o direito dos nossos irmãos indígenas à vida e à liberdade.

Dermi Azevedo é jornalista e editor-responsável da AGEN.

DECLARAÇÃO DO CIMI

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), reunido em Goiânia, diante dos graves acontecimentos do dia 15 deste mês, em Meruri, município de General Carneiro-MT, que tanto sensibilizaram a consciência nacional e a opinião pública internacional, vem manifestar sua posição sobre esse fato e suas implicações no panorama indigenista e missionário do Brasil.

Como foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, na manhã do dia 15 um grupo de 62 pessoas bem armadas invadiu a Colônia indígena de Meruri, administrada pela Missão Salesiana do Mato Grosso, após haver interrompido o trabalho de uma das três equipes que faziam a demarcação da Reserva, por ordem da FUNAI, obrigando os topógrafos e índios Bororo que executavam o serviço a acompanhá-los até a sede da Colônia. Lá, insultaram e agrediram o padre Gonçalo Ochoa (ver depoimento, em anexo), usando igual procedimento com o padre Rodolfo Lunkenbein, diretor da Colônia, que chegou ao local pouco depois. Os líderes do grupo, sobretudo João Marques de Oliveira ("João Mineiro"), José Antonio Guedes Miguez, Manuel Borges ("Preto") e Alair Borges não conseguindo obter dos missionários qualquer ^{regra} às suas provocações, agrediram o Padre Rodolfo e os Bororo que foram defendê-lo, matando o padre e o índio Simão Cristino, e ferindo outros quatro Bororo: Lourenço Rondon (Txibae Ewororo), Gabriel dos Santos (Bakorokudo), José Rodrigues e Tereza, mãe de Simão. No tiroteio, um dos atacantes, o menor Aloísio Bispo, foi atingido pelos próprios companheiros, vindo também a morrer no próprio local.

Esses incidentes e todo o clima que se instalou na região nos dias subsequentes fazem-nos lembrar que não são apenas os Bororo de Meruri que lutam pela garantia de suas terras. No município de

Rondonópolis, ME, está sendo demarcada a Reserva Bororo de Tereza Cristina, que, com a cobertura legal da FUNAI, deverá, pelo atual projeto, conservar incrustada no centro da área indígena uma fazenda particular que ocupa as melhores terras, isolando a aldeia do rio que constitui sua mais importante fonte de sustento, que é a pesca, e do resto da reserva. Também no município de Poxoréu, MT, há um grupo Bororo na Colônia Paraíso, também sem terra legalizada.

Torna-se imperativo, neste momento, repetir o que é, a toda hora, denunciado de muitas formas: a insegurança das populações indígenas do Brasil, pela invasão de suas terras. Do Sul ao Norte este problema se repete e cada vez com maior gravidade. Basta, neste momento, lembrar o acontecido, no início deste mês, com os índios Xerente de Tocantínia, GO,. Também lá a reserva foi criada pela FUNAI, mas os fazendeiros desapropriados não foram indenizados. Quando os Xerente iniciavam uma roça numa dessas áreas desapropriadas, ocorreu um conflito que resultou em dois índios feridos, e três mortos da parte dos fazendeiros.

O índio e o problema das terras no Brasil

É comum se ouvir dizer que, por se constituírem em pouco mais de 0,1% da população do país, os índios brasileiros "não teriam necessidade de tanta terra". Quem assim pensa se esquece de que o índio foi o primeiro habitante das Américas. Como concluiu o Parlamento Índio Americano do Cone Sul, reunido em San Bernardino, Paraguai, em outubro de 1974, "o índio americano é o dono milenar da terra; a terra é do índio. O índio é a própria terra. O índio é o dono da terra, com títulos de propriedade ou sem eles".

Apesar de o índio ser o "dono milenar da terra", no Brasil as áreas indígenas não estão, em sua grande maioria, sequer demarcadas. Se, ao longo da história do Brasil, se registraram inúmeros conflitos de terra entre os indígenas e os colonizadores, o problema vem se tornando muito mais grave nos últimos anos, com a abertura de novas fronteiras de expansão da agropecuária e mineração, determinan-

da pelos interesses dos grandes capitais, o que deu origem ao duplo fenômeno de uma maior concentração da terra, e de sua transformação em objeto de especulação. A terra já não é um meio de trabalho, mas apenas uma mercadoria. Essa concepção é uma ~~agressão~~ agressão ao universo cultural do índio, ~~isto é uma agressão~~. Os índios têm uma relação com a terra baseada na satisfação das necessidades da vida da comunidade, e não na busca do lucro. Eles não exploram a terra como nós o fazemos, destruindo o meio ambiente. Por isso, o respeito aos valores culturais indígenas exige que lhes reconheçamos o direito a uma extensão de terra maior, como garantia de seu equilíbrio e sobrevivência.

Agrava-se ainda mais o problema pelo fato de que as mesmas empresas capitalistas que invadem as terras dos índios ~~est~~ estão igualmente expulsando posseiros e pequenos lavradores. Por esse motivo, algumas vezes, posseiros e trabalhadores rurais, esbulhados de seu meio de trabalho, são compelidos a ocupar áreas indígenas. É fácil perceber, todavia, que, por trás de eventuais invasões de pequenos lavradores contra as áreas indígenas, está a agressão do latifúndio capitalista que, em última análise, é o responsável direto e indireto pelo esbulho da terra dos índios. Aliás, queremos denunciar a cortina de fumaça que a Funai e alguns setores ligados aos grandes proprietários de terras estão lançando sobre a opinião pública, mostrando toda invasão de área indígena como obra de posseiros. Na verdade, os choques entre posseiros e índios são relativamente pequenos. Os maiores problemas, muitas vezes promovidos ou, pelo menos, acobertados por órgãos do Governo, são causados pela invasão das terras indígenas pelas grandes companhias pecuárias, madeireiras e mineradoras, nacionais e multinacionais.

No caso concreto de Meruri, ocorreu algo semelhante. Segundo testemunhas oculares (ver p.ex. relatório anexo do pe. Ochoa), nem todos os que participaram do ataque eram grandes fazendeiros. Alguns deles eram pequenos posseiros, que foram para lá iludidos e inflamados por alguns cabeças, estes, sim, grandes fazendeiros da á-

rea com seus jagunços, bem motorizados, e armados e apoiados pela política e pelo comércio de Barra do Gargas e Calabá. Nos dias seguintes ao crime, a imprensa divulgou declarações do próprio governador do Mato Grosso e do presidente da Funai, que aludiam à existência de um Sindicato da Morte no estado, cujo objetivo seria a eliminação dos índios para ocupação de suas terras.

* * *

Uma das causas imediatas do conflito em Meruri foi, seguramente, o início da demarcação da reserva, sem uma prévia solução do problema dos ocupantes, mediante reassentamento dos pequenos posseiros em outras áreas e a desapropriação por interesse social de alguns invasores que já possuem outras terras fora dali.

Para se definir as responsabilidades deste e de outros conflitos, é importante recordar a posição manifestada diversas vezes pelas autoridades da Funai, para quem o problema dos posseiros em terra indígena deve ser resolvido pelo Inera. Este órgão, entretanto, tem se excusado de intervir nos conflitos, alegando que, em área indígena, a responsabilidade é da Funai. Quem, então, ~~intervém~~ nesse "jogo de empurra", soluciona o problema que existe e para o qual o Governo só se volta quando ocorrem mortes, como neste caso?

Conclusões

Com a consciência de que "evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade" ^(*), o Conselho Indigenista Missionário - CIMI - propõe-se a contribuir para essa transformação, definindo as seguintes posições:

1. Existem, no Brasil, mais de 700 mil posseiros assediados, como os índios, em seu direito à terra. Eles se situam entre os 10 milhões de famílias de trabalhadores rurais brasileiros sem terra.

(*) "Evangelii Nuntiandi", do Papa Paulo VI.

em qualquer meio e latitude, pelo seu influxo. Tais fenômenos, de caráter de dentro, e terra nova à própria humanidade" (*)

Por isso, vemos o problema das áreas indígenas situado no contexto mais amplo da distribuição irracional da terra em nosso país. Só com uma radical e profunda transformação da estrutura agrária brasileira, que beneficie a todos os trabalhadores rurais sem terra, será possível abrir o caminho para o reconhecimento pacífico do direito dos povos indígenas à terra.

2. Assim como defendemos o direito dos índios a uma extensão de terra compatível com as necessidades impostas por sua cultura, reafirmamos a importância de se respeitar e defender essa mesma cultura das pressões para uma integração rápida dos indígenas à sociedade nacional. É necessário que tenhamos a humildade e honestidade de desejar um intercâmbio e um diálogo com a cultura do índio, para que também a sociedade nacional possa se beneficiar dos valores das comunidades indígenas.

3. Há pouco mais de um ano, neste mesmo local, a primeira Assembléia Indigenista Missionária promovida pelo CIMI afirmava a necessidade de "os missionários, como pessoas e como Igreja, optarem por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles, investigando, descobrindo e valorizando, adotando sua cultura e assumindo sua causa, com todas as suas consequências". Acreditamos que o padre Rodolfo Lunkenhein tenha selado, com o testemunho de sua morte, a aceitação desse princípio. Ao mesmo tempo, o sacrifício de Simão Cristino e seus irmãos Bororo que ofereceram sua vida para defender a do padre Rodolfo, constitui um apelo e uma exigência para que toda a Igreja Missionária do Brasil busque cada vez mais essa encarnação com o índio. Esperamos também que esta realidade constitua um chamado a todas as Igrejas do Brasil, no sentido de que a pastoral indigenista seja assumida integralmente no planejamento pastoral de conjunto.

Finalmente, convictos de que, no mistério da Páscoa de Jesus Cristo, a morte desses irmãos é mais um sinal de que os índios do Brasil viverão vencendo os que desejam sua extinção, apelamos à consciência de todos os brasileiros para nos unirmos na luta por trans-

- 6 -

formações estruturais que nos conduzam a uma sociedade mais justa e humana humana, onde não tenham lugar acontecimentos como os de Meruri. Nenhuma força deterá a determinação de um povo consciente e unido. Os índios estão se unindo e lutando. Unamo-nos nós todos e trabalhemos x solidariamente, apoiando a causa indígena, causa de todos nós.

Goiânia, 25 de julho de 1976.

Esp. 14/08/75

Jdu

Ismarh de Azeij. Oliveira
PRESIDENTEPRIMEIRA ASSEMBLEIA MISSIONÁRIA INDIGENISTACONCLUSÕES

Dado o momento histórico vivido pelos povos indígenas do Brasil, de expoliação de suas terras, destruição de sua cultura e negação do seu direito de decidir sobre seu futuro, a Igreja Missionária, reunida nesta 1ª Assembléia Indigenista, reconhecendo sua omissão e conivência com esta situação injusta e anticristã, e consciente tanto da sua corresponsabilidade em relação a estes povos, quanto da sua missão de anunciar o Evangelho, se compromete a seguir estas linhas de Ação e programação:

I - Linhas de Ação

- TERRA** 1. Apoiar decidida e eficazmente, em todos os níveis, o direito que tem os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra, nos termos do Art. 11 da Convenção 107 da OIT, uma vez que eles são os proprietários originários e parte integrante da mesma terra. Terra apta e suficiente para um crescimento demográfico adequado à sua realidade ecológica e sócio-econômica.
- CULTURA** 2. Reconhecer, respeitar e apoiar abertamente o direito que têm os povos indígenas de viver segundo sua cultura (Estatuto do Índio, art. 1º). De modo especial, animar os grupos em processo de desintegração pra que revitalizem sua cultura.
- AUTO-DETERMINAÇÃO** 3. Procurar por todos os meios devolver aos povos indígenas o direito a serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento. Reconhecer que, como pessoas e como povo, são e devem ser aceitos como adultos, com voz e responsabilidade, sem tutela nem paternalismo, capazes de construir sua própria história. Consequentemente, qualquer organismo, religioso ou civil, que considere o Índio ou grupo indígena como propriedade ou objeto de manipulação, atenta contra os direitos fundamentais da população indígena.
- ENCARNAÇÃO** 4. Seguindo os passos do Cristo, optar seriamente, como pessoas e como Igreja, por uma encarnação realista e

Cuit.
seg. no pasta proprias
br. 2/9/75

comprometida com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles, investigando, descobrindo e valorizando, adotando sua cultura e assumindo sua causa, com todas as suas conseqüências; superando as formas de etnocentrismo e colonialismo até o ponto de ser aceito como um deles.

- CONSCIENTI- 5. Assumir como nossa tarefa principal trabalhar numa cons
ZAÇÃO cientização sistemática:
- 5.1. para que a Igreja reflita sobre sua aliança com os poderosos, optando real e eficazmente pelos oprimi
dos e marginalizados;
- 5.2. para que os povos indígenas conheçam e façam respei
tar todos os seus direitos e também para que se in
formem devidamente dos justos deveres para com outras sociedades;
- 5.3. para que a sociedade envolvente e, de modo especi-
al o Governo caminhem para estruturas sociais mais justas e cristãs;
- PASTORAL 6. Conduzir a Pastoral indigenista em nosso País dentro da
GLOBAL missão que a Igreja Latino-americana se sente chamada a cumprir no mundo de hoje, de exprimir e encarnar o apelo dos oprimidos e marginalizados, superando nossos indivi
dualismos de Igrejas e Congregações, e buscando conjuntamente a união e coordenação de todos os esforços por uma ação global libertadora.

CONCLUSÃO

Ao aprovar estas linhas de ação, cremos proporcionar uma alternativa ao único modelo sócio-econômico e religioso da sociedade nacional, garantindo assim um Brasil mais justo e pluralista.

Goiânia, Goiás, 27 de junho de 1975

**** . ****

II - PROGRAMAÇÃO

- 1) Terra - Que as Missões se comprometam a preparar junto com os índios documentação exata de problemas de terras e encaminhá-la à Assessoria de Terras do CIMI e diretamente a FUNAI.
- A Assessoria de Terras do CIMI desenvolva com presteza o trabalho de terras com pessoal competente, encaminhando os resultados aos órgãos do governo, em vista de uma solução rápi
da e eficaz.

- 2) Auto-determinação - Apoiar, incentivar e possibilitar encontros de Chefes e grupos tribais, e também a participação efetiva dos índios em nossos encontros de Pastoral Indigenista.
- 3) Encarnação - Os missionários não se limitem à adaptação de alguns ritos nas cerimônias, mas se comprometam também a um sério estudo da cultura e da religião indígenas.
- O CIMI e os institutos especializados proporcionem cursos, diretrizes, subsídios e assessoria aos missionários empenhados nesta busca.
- 4) Conscientização - Governo - Empenhar-se para que o órgão de assistência ao Índio dependa diretamente da Presidência da República.
- Prelados e Superiores maiores - Urgir para que Prelados e Superiores religiosos se sintam responsáveis em criar condições para que o pessoal que vai trabalhar junto ao índio adquira a devida preparação antropológica e linguística.
 - Missionários - Levando em conta que grande parte dos missionários que já trabalham em Missões, não receberam orientação para esse tipo de trabalho: considera-se urgente a necessidade de participação e conscientização das decisões tomadas nos Encontros, nacional, regional e assembleia, para que possam avaliar seus trabalhos mediante esses conhecimentos.
 - Os missionários se empenham em estudar e aprofundar a política oficial de modo a poder tomar atitudes consequentes em favor dos grupos tribais.
 - Os missionários documentem e recolham os fatos detalhadamente para que sirvam de fonte e subsídio às Assembleias, Encontros de revisão e planejamento.
 - CIMI - O CIMI assuma em etapas sucessivas a organização de cursos e reciclagem de Antropologia, Linguística, Teologia e Realidade Sócio-Política e Econômica para os missionários.
 - Que o CIMI se esforce por encontrar, em suas relações com o governo, a linha mais eficaz para o bem dos índios.
 - Que os institutos regionais de pastoral (CENESC, COM...) tenham um setor para estudo de pastoral indigenista.
- 5) Pastoral Global - União = Os missionários, procurem fomentar e dinamizar por todos os meios possíveis a verdadeira colegialidade e solidariedade dentro de sua congregação e prelazia, a fim de que a pastoral indigenista faça parte integrante da preocupação pastoral da Igreja local e seja garantida sua continuidade.

- Coordenação = Haja uma Assembléia Nacional de Pastoral Indigenista cada ano. Pelo menos um encontro anual de cada Regional. Cada um deles constando de três elementos: revisão, estudo, planejamento.

= Que os agentes de pastoral indigenista possam radicar-se de modo estável, não sendo removidos sem grave necessidade.

- Informação = Informar às comunidades missionárias e superiores religiosos e bispos sobre seu relacionamento e compromisso com o CIMI.

= O CIMI e a OPAN unam esforços no sentido de elaborar um Boletim que atenda às exigências de formação e informação.

= Intensificar o fluxo de informação entre CIMI e Missões por todos os meios possíveis: Boletim, textos, etc. a fim de melhorar a unidade de ação.

Goiânia, Goiás, 27 de junho de 1975

CIMI

O ESTADO DE SÃO PAULO - 24.06.76

Cimi acusa a Funai

Da Sucursal de
BRASÍLIA

ESTADO SP
24-6-76

"A Funai está envolvida com os espoliadores das terras indígenas do Acre, tendo fornecido certidão negativa da presença de índios na região do Atlo Envira, para permitir a instalação de projetos econômicos, quando naquela área vivem três grupos tribais: Kulina, Kampa, e Kachinawa".

Esta denúncia foi feita ontem pelo Conselho Indigenista Missionário - Cimi -, que acusou a Funai de manter, no Acre, uma política contrária a um de seus principais objetivos - garantir a posse de terra aos índios, quando eles são seus primitivos habitantes. Explica o Cimi que, por lei, as terras habitadas pelos silvícolas pertencem a União, mas são destinadas ao uso exclusivo das comunidades indígenas, não podendo ser exploradas por quaisquer outros empreendimentos que não venham em benefício de seus primeiros ocupantes.

Para a instalação de um projeto econômico em áreas da Amazônia Legal e o recebimento de incentivos fiscais, é imprescindível que se apresente a Sudam uma certidão negativa da presença de índios nas áreas que serão ocupadas, fornecida pela Funai. No caso do Acre, o Cimi informou que houve cumplicidade do funcionário da Fundação destacado para aquele Estado, José Porfirio de Carvalho, que teria fornecido um parecer, orientando a Funai no sentido de emitir a certidão.

LINHAS DE AÇÃO DA PASTORAL INDIGENISTADA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)

- ENCARNAÇÃO** 1. Seguindo os passos de Jesus Cristo, optar seriamente, como pessoas e como Igreja, por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos povos indígenas, investigando, descobrindo e valorizando, adaptando-se à cultura e assumindo sua causa, com todas as duas consequências; superando as formas de etnocentrismo e colonialismo até o ponto de ser aceites como um deles;
- TERRA** 2. Apoiar decidida e eficazmente, em todos os níveis, o direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra, nos termos do Art. 11 da Convenção 107 da OIT, uma vez que eles são proprietários originários e parte integrante da mesma terra. Terra apta e suficiente para um crescimento demográfico adequado à sua realidade ecológica e sócio-econômica.
- CULTURA** 3. Reconhecer, respeitar e apoiar abertamente o direito que têm os povos indígenas de viver segundo sua cultura (Est. do Índio, Art. 1º). De modo especial, animar os grupos em processo de desintegração para que revitalizem sua cultura.
- AUTODETERMINAÇÃO** 4. Procurar por todos os meios devolver aos povos indígenas o direito de serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento. ~~Para~~

PROGRAMAÇÃO

- TERRA** 1. Que as Missões se comprometam a preparar junto com os índios documentação de problemas de terras e encaminhá-la diretamente à FUNAI.
- ENCARNAÇÃO** 2. Os missionários não se limitem à simples adaptação de alguns ritos nas cerimônias, mas se comprometam também a um estudo sério da cultura e da religião indígena, respeitando sobretudo a liberdade dos povos indígenas.
Que se proporcionem cursos, diretrizes, subsídios e assessoria aos missionários empenhados neste trabalho.
- PASTORAL GLOBAL** 3. Os missionários procurem fomentar e dinamizar por todos os meios possíveis a verdadeira colegialidade e solidariedade dentro de sua congregação e prelazia a fim de que a pastoral indigenista faça parte integrante da preocupação da Igreja local e seja garantida sua continuidade.
- Haja uma Assembléia Nacional da Pastoral Indigenista cada ano e, pelo menos, um encontro anual de cada regional, com o seguinte programa: revisão, estudo e planejamento.

- Que os agentes de pastoral indigenista possam radicar-se nas áreas de modo estável, não sendo removidos sem grave necessidade.

LINHAS DE AÇÃO DO REGIONAL NORTE I DA CNBB

A 2a Assembléia Regional de Pastoral Indigenista da Amazônia Ocidental, abrangendo as Prelazias de Porto Velho, Humaitá, Guajará-Mirim, Acre e Purus, Alto Juruá e Lábrea, reunida em Rio Branco nos dias 9 a 11 de agosto de 1976, chegou às seguintes propostas de trabalho pastoral:

- 1) Formação de equipes locais que desenvolvam um trabalho em contato direto com as populações indígenas;
- 2) formação de uma equipe de coordenação da pastoral indigenista de nível regional ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

LINHAS DE PASTORAL

1. Cabe às Prelazias: incentivar a formação especializada de agentes de pastoral indigenista nos aspectos de missionologia e antropologia;
 - sensibilizará para os valores e direitos dos povos indígenas a população envolvente e todo o cidadão;
2. Cabe à Equipe Regional: - manter contatos com a CNBB e outros Regionais;
 - fomentar a união dos agentes de pastoral Indigenista atuantes nas áreas indígenas;
 - promover um encontro anual dos agentes de pastoral indigenista para revisão, análise e planejamento.
3. Cabe às Equipes Locais: - marcar presença junto aos povos indígenas, assumindo sua causa e respeitando sua cultura;
 - dedicar-se sobretudo ao estudo do idioma indígena;
 - fazer um programa de ação concreta para a sua área.
4. Cabe às ambas às Equipes:
 - ter uma visão global da realidade indígena (ao nível local, regional e nacional).
 - manter-se entrosados com a pastoral global da prelazia e da CNBB.
 - realizar levantamentos da realidade indígena;
 - elaborar relatórios dos levantamentos feitos.

PLANO DE AÇÃO PASTORAL DA EQUIPE
DO ALTO PURUS

1. Na chegada e mesmo posteriormente, evitar criar no grupo necessidades pertencentes à nossa cultura;
2. Na vivência diária, tentar efetivar uma vida encarnada, não só respeitando mas participando de todas as atividades do grupo indígena: de sua vida social, do trabalho, língua, religião...
3. Levar a população envolvente a aceitar o índio não como um inferior, mas como pessoa pertencente a outra cultura a fim de que se quebrem as barreiras entre eles, uma vez que o contato é bastante frequente.
4. Levar o índio a dominar o uso de nossa moeda, fazendo com que as frequentes explorações a que os índios estão sujeitos se extingam;
5. Inventivar o uso da medicina indígena e só usar da nossa no caso de não existir remédio nativo. Neste caso dar todo o ~~apio~~ atendimento necessário, visando a uma rápida recuperação.
6. Usar do sistema bilingue na instrução escolar e, na medida, que dominarmos o idioma do grupo, atender de uma forma mais eficiente a seus reais problemas.
7. Evitar e erradicar o paternalismo, considerando que o índio possui meios próprios para a sua subsistência e à aquisição de algo que julgar necessário.
8. Como agentes de pastoral ligados à Prelazia do Acre e Purus, esta equipe local seguirá as diretrizes acima referidas e terá o apoio dos responsáveis pela Prelazia.

*João de Deus
Bispo Prelado
do Acre e Purus*



R. Branco, setembro de 1976

SETIMO ENCONTRO REGIONAL DE
PASTORAL INDIGENISTA

Aquidauana, Maio de 1975.

Dia 20

Como estava programado, reunimo-nos no salão da escola paroquial, adrede preparada. O secretário executivo do CIMI pediu ao Sr. Bispos de Corumbá que fizesse a abertura do encontro. Muito cordialmente, ele nos disse de sua alegria pela escolha de sua Diocese para este encontro, invocou as luzes do Espírito Santo, para que possamos tomar consciência dos problemas cuja gravidade e importância bem conhece pela leitura dos relatórios enviados pelo CIMI, este precioso instrumento ligado à CNBB, que procura responder às esperanças que os índios devem depositar na Igreja. Lembrou que não nos faltará a presença de N. Senhor e a proteção de sua Santa Mãe, cujo mês celebramos. Cumpre-nos ver o que podemos fazer pelos nossos irmãos índios tão marginalizados, no respeito à sua cultura, tentando ver o que podemos levar-lhes, Sua presença aqui é sobretudo a presença do Pastor, solicito por essas ovelhas do seu rebanho.

1. Introdução. Comunicações.

O Secretário do CIMI começou falando do impasse em que estamos, por causa do atraso de vários participantes, acenando para 3 saídas possíveis: a) Começar normalmente os trabalhos. b) Esperar que o pessoal chegue, adiando os trabalhos para depois do almoço. c) Enquanto o pessoal não chega, fazer uma reunião informal de comunicações e levantamento de assuntos.

Trocaram-se idéias, sugestões e motivos foram debatidos, concluindo-se pela terceira saída, isto é, reunião informal de comunicações e levantamento de assuntos.

As comunicações começaram pela notícia do "Diário da Serra" de Campo Grande sobre este encontro, uma entrevista com o P. Iasi, frisando objetivos e motivando a não-convocação da FUNAI para participar do mesmo.

Em seguida, falou-se do recente encontro de chefes indígenas no Cururú (Pará), missão junto aos munducurús, acentuando a importância de tais promoções dentro dos objetivos do CIMI, pois se trata de devolver aos índios a liderança de seus destinos, facultando diálogo direto com eles e entre eles. Foi este o segundo encontro desse tipo e se pensa num terceiro. Encontro valioso pela representatividade, (pois eram 13 tribos presentes pertencendo a dois grupos linguísticos) e pela área - Mato Grosso, Goiás, Amapá e Pará. 33 chefes indígenas, com seus assessores, acolhidos por uns oitocentos índios mundurucús que se organizaram para atender a tudo. Via-se a esperança renascer nesses povos oprimidos. Sentiu-se uma vontade grande de reviver e recuperar suas tradições. Já foi elaborado um texto, contendo o que eles próprios disseram e discutiram. Uma espécie de cartinha que será enviada a todas as missões e certamente os outros índios terão, ler, o mesmo interesse que os que lá estavam presentes mostraram em ouvir. Só foi acrescentado uma introdução e uma nota explicativa da intervenção do chefe Nhambiquara, assim como o título dos capítulos. No mais são os índios falando para seus irmãos índios.

Quanto ao encontro de Manaus, convocado pela FUNAI, foi um "rubicão" apenas faltando o Cesar (o presidente) para atravessá-lo... Até então não se sabia o que a FUNAI pensa das missões. Lá se esclareceu e por meio de provocações. Vinha um clima de tensões criados por declarações do presidente Gal. Ismarth de Araújo, aos jornais, denunciando irregularidades nas Missões da área. Gente da FUNAI andou percorrendo, quase turisticamente a região e se dava ao luxo de fazer críticas sem verificação. Eis por que se recejava o confronto. Mas, diante dos relatórios, o pessoal da FUNAI guardava silêncio, até que se decidiu provocar. Foi então taxada de leviana uma declaração do Ministério do Interior e isto forçou o presidente a um desabafo contra o CIMI, tentando distingui-lo e separá-lo das Missões, tentativa desfeita por uma oportuna intervenção de D. Newton, auxiliar de Manaus. Antes, em declarações a um jornal, o presidente elogiava as missões evangélicas "por reconhecerem seus limites" e acusava o CIMI de extraplar. Aliás, os agentes evangélicos se mostram submissos à FUNAI e absterem de criticar, sob pretexto que é da FUNAI que recebem autorização. O importante desse episódio foi que saiu fortalecida a união das Missões católicas e reafirmando o apoio que prestam ao CIMI.

Note-se que a sessão era presidida por um professor de Brasília, Alberto Cardoso de Oliveira, que explicitamente chamou o CIMI de benemérito, por ter vindo em defesa do índio numa hora em que outros se omitiram. Vamos continuar a defender o índio, de modo suave e sério, quando este ideal for possível, ou provocando quando a provocação for o único meio. O CIMI não se dobrará a prepotência de ninguém.

O encontro de Cururu foi também um encontro a nível de pensamento e de consciencia dos problemas, como a terra, a importancia de sua cultura, a solidariedade com os outros, a opressão de que foram e estão sendo vítimas.

Durante esta primeira reunião, chegaram outros participantes. Fomos tomar um café e a coordenação se reuniu para programar o seguimento.

2. Apresentação - horário - outros problemas.

Ao voltarmos, cada um se apresentou, dizendo o nome, donde vinha e o que esperava deste encontro. Além do pessoal do CIMI e assessores, havia gente de Dourados, das aldeias de Bananal, Ipec, Limão Verde, gente de Corumbá, Campo Grande, S. Felix do Araguaia, de Chapecó e do Paraguai. Expectativas de aprender algo mais, trocar experiências, ter clareza sobre os caminhos da missão indígena, sobre a realidade do índio, possibilidades de soluções para os impasses, diálogo, união, nova teologia da Missão, mais consciencia das exigencias do Evangelho, contribuição que a pastoral indígena pode trazer para a pastoral geral, sentir os problemas concretos da região, etc.

Foi aprovado o horário destes dias. Para a coordenação do encontro, explicou-se que tomarão parte alguns elementos do CIMI e outros eleitos pelo grupo no final do dia. Outros serviços a definir - secretaria, encarregado do horário, das celebrações (de espiritualização), do atendimento e de comunicações à imprensa. Tudo provido, fomos almoçar.

T a r d e.

3. Historico do CIMI e destes encontros regionais.

A Historia da união das Missões, da qual resultou o CIMI já tem varios anos. Desencadeou-se mais vivamente por ocasião do Concilio. Em 67, houve uma reunião em Brasília sobre as desobrigas na Amazonia. Estavam presentes alguns padres que trabalhavam com os indios, mas não se tratou dos indios. Dai certa decepção e nasceu a idéia de uma reunião de pastoral indigenista que se fez em Morumbi (S. Palo) em 68. Pensou-se na eleição de um Bispo especial só para cuidar dos indios e D. Tomás Balduino ficou encarregado de estudar essa possibilidade. Pareceu pouco viavel e inoportuna. Veio depois uma reunião em Passo Fundo, quando era encarregado das Missões o P. Lourenço que, promovido a provincial de sua congregação, retirou-se do trabalho. Foi pedida ao P. Iasi uma assessoria e, em 69, realizou-se um simposio em Brasília, ao qual P. Iasi não pôde comparecer, por causa de um acidente. Em 70, houve uma reunião em Santo Amaro e um curso em Campo Grande, onde o estudo do Concilio trouxe uma nova perspectiva. Continuava a preocupação com a união mas se sentia falta de uma coordenação mais ampla para as reuniões e o trabalho. Nesse clima, foi programado um encontro para abril de 72, com uma agenda prévia que foi contestada pelo Regional de Mato Grosso. Este apresentou uma contraproposta, sugerindo uma especie de Conselho, o que foi aprovado, surgindo então o CIMI, cuja composição, em 73, foi enriquecida pela presença de um indio. No primeiro ano, a grande tarefa do CIMI foi estudar e contribuir para o Estatuto de Indio, elaborando um projeto que, em parte, veio melhorar o projeto da camara. Depois, além de fazer seu proprio regimento, deu os primeiros passos para a renovação da pastoral indigenista. Limitava-se porém a reuniões e cursos, mas faltava um acompanhamento, dia a dia, dos problemas que ocorriam como o do fr. Gil que foi aliado da missão e substituido por agentes da FUNAI que os indios acabaram rejeitando. A necessidade de maior atuação, causou a nomeação de um secretario executivo (junho de 73) e, posteriormente, a constituição de uma equipe volante para levar avante os objetivos do CIMI que são: 1) O levantamento nacional da realidade indígena, 2) Desencadear um processo de renovação vindo da base, colocando o missionario face a realidade objetiva e analisando a experiencia, na tentativa de saídas mais adequadas (donde estes encontros regionais). 3) Encontros dos chefes indigenas para que eles proprios tomem consciencia de seus problemas. - Tudo isto para que o CIMI seja um instrumento de união, uma força tanto para os indios como para os missionarios.

1) Regionalizar o CIMI. 2) Procurar uma renovação da pastoral missionária, pelas perspectivas abertas no Concílio. 3) Vencer o isolamento e o desanimo, acenando para uma nova esperança e uma força nova. Que se analise o que aconteceu e o que está acontecendo. Que se reconheça o pecado cometido contra os índios e de que, muitas vezes, a Igreja foi cúmplice. Através dos povos indígenas que são povos mais inteiros como cultura e como comunidade, que possamos ver-nos a nós mesmos, para melhor entrar na visão de Deus, no processo de encarnação que o Evangelho apresenta e que nos leva a buscar entre os índios uma força de evangelização para a Igreja no Brasil.

Cumpra-se acentuar que, embora pareça desproporcionada a preocupação do CIMI com os índios (que infelizmente não são tão numerosos) o processo desencadeado vai muito além da realidade do próprio índio, pois tomamos consciência de que eles têm uma missão profética e o CIMI quer ser o eco destes povos para o resto. Trata-se portanto de uma nova dimensão do processo.

4. Metodologia do encontro.

Como foi exposto, parece terem ficado claros os objetivos do CIMI e destes encontros. O CIMI se coloca a serviço da união e quer, regionalizando-se, ser como uma teia de aranha, bem unida e sensível, de modo que, ocupando o centro, possa sentir qualquer problema e encaminhar sua solução a quem de direito. Lembrar também que outro objetivo é preparar a Assembleia Nacional de Pastoral Indigenista que se reunirá em Goiânia de 24 a 27 de junho. Daí serão os delegados para essa assembleia e que, juntos com os delegados do resto do Brasil, vão analisar os problemas, procurar saídas e ainda escolherão a nova Diretoria do CIMI. Teremos de formar um Regional aqui e escolher os representantes desta reunião para a Assembleia. Qual o método que vamos adotar para isto? Pensamos assim: quem mora aqui e que conhece mesmo as coisas daqui. Viemos não fazer o encontro que é de vocês e por vocês será feito. Viemos ajudar para que seja assim, participando, seguindo passo a passo. Este vai ser o método. - Agora, quem vai pra roça, leva ferramentas. Nossas ferramentas serão técnicas para ajudar o pessoal a falar, a organizar as ideias, etc. São técnicas de grupo. Todo mundo participa, todos devem compreender, pedir explicação quando necessário. - Nosso encontro vai ser de pastoral indigenista. O principal é o índio, com sua vida, suas dificuldades, sua realidade. Daí ser preciso fazer um levantamento. Para ajudar este levantamento, o Iasi vai dar algumas ideias, alguns pontos importantes.

5. Para o levantamento da realidade.

I Identificação - Começar pelo nome da tribo e a autodenominação do grupo. Localizar a aldeia ou aldeias dentro do município, do Estado e da nação. Dar o número de pessoas ou de famílias. - II Assuntos fundamentais - Terra. O grupo tem área própria? Já está decretada? Já está demarcada? Já tem alguma reserva? É respeitada ou está sendo invadida? Tem posseiros dentro? Outros problemas relacionados com a terra. - III Economia - O grupo conhece a moeda nacional? Usa essa moeda? Quais as fontes de renda? Qual a produção e que espécie de produção? Trabalha? Onde e para quem? Como é remunerado? Tem comércio? Com quem e como? Inclui bebidas alcoólicas? Há algum plano de desenvolvimento comunitário? Qual? Quem fez e quem executa. - IV Saúde - Estado geral. Doenças mais comuns e suas causas. Epidemias e endemias. Existe medicina preventiva? Educação sanitária, vacinação, medidas higienicas. Quem dá assistência à saúde? Onde vem os remédios? - V Educação - Tem escola? Os professores são do grupo ou de fora? Educação bilíngue? Qual o material usado? O método e o programa? Qual o período de ensino? Quem sustenta os professores? - VI Sociedade - Quem são os vizinhos? Qual o relacionamento com eles? Existem abusos? Qual o grau de "integração"? Contato permanente ou esporádico? O índio está isolado? - VII Cultura - Tudo o que o índio inventou antes de conhecer os brancos para resolver os seus problemas, isto é, língua, costumes, ritos, chefia, cerimônias, constituição da família, etc. - VIII Assistência - Se existe posto da FUNAI, órgão mais próximo, nome do posto e do encarregado, o que o posto faz, se o grupo conhece a delegacia regional. Missão, sua denominação, língua, atendimento, o que o grupo espera do missionário.

Isto foi feito para ajudar o trabalho. Vamos distribuir-nos em quatro grupos para fazer este levantamento. Nossa área será esta região do Sul de Mato Grosso. Embora existam talvez dados em livros, é importante fazer nos mesmos este levantamento, como se tirássemos uma fotografia que depois iremos examinar para ver os problemas concretos e as saídas.

D i a 21

A coordenação do encontro, escolhida ontem no final dos trabalhos, isto é, Ir. Constança, Luiz, médico paraguaio e Felix, ex-capitão terena para trabalharem com 3 elementos do CIMI, reuniu-se à noite. Começamos os trabalhos com uma leitura bíblica, 2 Cor. 3, 9-18, seguida de algumas reflexões.

Paulo fala da glória do Senhor que, segundo S. Irineu, é a vida do homem. Quando o homem é glorificado, Deus é glorificado e viceversa. Em contato com o homem marginalizado, como é o índio, o Espírito do Senhor é que nos dá coragem para lutar pela sua glorificação. Esta leitura nos encoraja porque nos mostra a glorificação de Deus nos homens.

Importante esta mensagem porque se não somos abertos ao Espírito não podemos entendê-la. Só quando abertos ao Espírito, recebemos sua iluminação. Daí a necessidade de procurar essa abertura mais e mais ao Espírito.

Numa reunião como esta, procuramos conhecer a situação de povos primitivos e, diante desse texto, será que temos a fé de descobrir neles a revelação de Deus? Todo homem, criado à imagem de Deus, apesar de tudo que o possa desfigurar, poderá e deverá revelar essa imagem. Precisamos ver como Deus se revela em nossos índios.

Senhor, vos pedimos neste segundo dia de trabalho que, a partir desta etapa na qual estamos descobrindo a realidade, consigamos ir tirando o véu que nos separa da realidade e descobrir no fundo desse santuário a vossa imagem escondida nesse povo através do qual tendes muita revelação a nos fazer. Amém.

Depois desta oração, apresentaram-se cinco companheiros recém-chegados. A seguir foi feita uma síntese do dia de ontem.

A proposta da coordenação foi que os novos companheiros se integrassem nos grupos do seguinte modo - Como os grupos 3 e 4 terminaram o levantamento ontem, cada um receberia um companheiro da Cachoeirinha para fazer o levantamento dessa aldeia, dividindo o esquema pelo meio. Do grupo 2, passaria alguém para o grupo 1, para melhor equilibrar os representantes das diversas realidades. O trabalho de grupos continuaria até a hora do café.

6. Plenário sobre o levantamento da realidade.

- 1) LIMÃO VERDE - Grupo Terena. Munic. de Aquidauana. Mt. - 1.200 hs. dos quais 477 eleitores. - TERRA - Cerca de 14 Kms quadrados. Desconhecem documento de posse legal. Existem marcos, sem cerca. Terra fértil, mas uma parte montanhosa. Tem 4 nascentes. Tentativa de um fazendeiro de invadir (Dr. Estevinho), frustrada graças ao chefe do posto da FUNAI. - ECONOMIA Trabalho na lavoura, que dá pra viver, mas um pouco prejudicado pelo trabalho fora. Produção de arroz, feijão, milho, soja, banana, cítricos, batata, mandioca, cana. O excedente é vendido duas vezes por semana na feira em Aquidauana. Os que trabalham fora, saem com autorização da FUNAI, recebem o salário da região, não têm seguro social mas a FUNAI exige do patrão que argue com as despesas em caso de acidente. 7 boliches na aldeia (4 de baianos, 1 de paraguaio, 1 de paulista e 1 de mineiro) onde, apesar da proibição da FUNAI, há bebidas alcoólicas. Por causa da venda de bebidas, o chefe do posto feriu um bolicheiro, foi denunciado e preso sob pressão do Estevinho e apenas solto depois de vários abaixo-assinados dos índios. Falta um plano de trabalho e o comércio é desorganizado. - SAÚDE - Gripe, tuberculose, tumores. Médico e dentista uma vez ao ano. Atendente índia. Faltam remédios. Os enfermos devem ir a Dourados. Vacinação sistemática contra varicela e sarampo. Falta de educação sanitária. - EDUCAÇÃO - Predio novo para a escola, construído pela FUNAI, mas ainda sem mobília, sendo as cadeiras levadas da igreja. 93 alunos, 4 professoras e uma zeladora da cidade. As professoras às vezes faltam e a limpeza deixa a desejar. Ensino em português, só até o 2o. Ano. Moral à noite. O professor índio tem poucos alunos. Escola municipal. - CULTURA - Conservam a língua. Só tem a dança do bañe-pau (kexoti-hipali) Enfeites de capim, penas, colares de contas. Não têm ritos religiosos próprios. Há polícia indígena desarmada. Respeito à autoridade do capitão. - SOCIEDADE - Vizinhança de fazendeiros, reduzindo-se o relacionamento quase só ao trabalho. Compadrio, em geral interno. - ASSISTENCIA 1) FUNAI - Posto com chefe. Incentiva ao trabalho e controla o trabalho fora. 2) Católicos - durante 2 anos, ausência do padre. Agora, visita

de Irmã e atuação de alguns que fizeram a PLC em Aquidauana. 3) Assembléia de Deus - visitas do Pastor de Aquidauana para rezas e cantos.

- Note-se, quanto a terra, que o chefe do posto oficiou em julho de 74 pedindo a demarcação e falava de um decreto de reserva.

2) BANANAL - Grupo Terena. Munic. de Aquidauana. Mt. Uns 3.000 hs. TERRA - Eram 27.000 has. mas diminuiu. O informante desconhece os limites, documento legal e mapa. Respeitada. ECONOMIA - Lavoura de arroz, feijão milho, frutas. Só 10% trabalham na aldeia, o resto fora. Todos conhecem e usam a moeda nacional. A FUNAI é intermediária dos trabalhos fora. Cr\$18,00 de diária, com 3 comidas. Em caso de acidente, o patrão paga. SAÚDE - Grave problema da tuberculose, sem tratamento na aldeia, indo os casos mais sérios para o hospital de Dourados onde não recebem tratamento adequado. Muita queixa dos que vão, inclusive da alimentação. Falta saneamento básico e assistência preventiva. 30 ou 40% se alimentam bem, havendo carencia para os demais. Atendentes índias que não inspiram confiança. Faltam remédios e são obrigados a comprá-los. Curadores com plantas e raízes, mas estão desaparecendo porque os jovens não se interessam em aprender. O médico passa uma vez por ano. Há uma enfermeira. Vacinação periódica contra a tuberculose e a varíola. EDUCAÇÃO - das 5 aldeias, isto é, Morrinhos, Jaraguá, Bananal, Agua-Branca e Lagoinha, só as 3 últimas tem escola. Muitos preferem estudar na vila, não confiando nos professores locais, índios pagos pela prefeitura. Falta material escolar e fiscalização. Um terena é vereador pela 3ª vez, mas atua em benefício de seus irmãos de raça. SOCIEDADE - Atualmente os vizinhos não causam problemas. Antes foram expoliados de parte do terreno por um fazendeiro e já não têm esperança de rehavê-lo. São agora respeitados porque se impõem. CULTURA - Todos falam a língua, mas não escrevem. Conservam algumas festas, com danças próprias, em datas do calendário católico, usando bombo e pífanos. Enfeites de penas, colares e pulseiras. Pintura com barro a que se juntam folhas queimadas. Ritos de casamentos diante do chefe da aldeia. Velório com cânticos na língua. Artesanato de barro, potes e moirangas. Tecidos de folhas e fibras. Chapéus, abanos e peneiras. O capitão é votado, exceto o atual que foi imposto. ASSISTENCIA 1) FUNAI - O posto pouco atua. Desconhecem o Estatuto do índio. 2) RELIGIOSA - Falta atendimento do padre, mas a Irmã visita as aldeias. Vieram alguns fazer a PLC aqui. Existem crenças.

- Houve pedido de esclarecimento sobre o vereador, visto que os índios pertencem à alçada do Minist. do Interior, no entanto lá existem serviços da prefeitura. Sobre o hospital de Dourados, foi reafirmado que há muitas reclamações dos que por lá passaram.

3) IPEQUE - Grupo Terena. Perto da vila de Tonay. Munic. de Aquidauana. Mt. Um 100 famílias, cerca de 600 hs. TERRA - Demarcada, boa, suficiente, mas no passado parte foi tomada pelos fazendeiros e, apesar da luta por recuperá-la, nada se conseguiu. ECONOMIA - Conhecem e usam a moeda nacional. Agricultura de subsistência, arroz, milho, mandioca, batata, banana. Criam galinha, porcos, gado em pequena escala. Trabalham fora por necessidade, na roça, cuidando de gado, como diaristas ou por contrato. São explorados no comércio. Os boliches vendem bebidas alcoólicas. Falta plano de desenvolvimento comunitário e fiscalização da FUNAI no trabalho fora. SAÚDE - Doenças - Tuberculose, gripe, malária, sarampo. Remédios da CFME, distribuídos no Posto. Vacinação e borrifação. Queixas do hospital de Dourados. EDUCAÇÃO - Escola da FUNAI com professor índio, isto é, 3, pagos pela prefeitura pouco competentes, com nível só até o 4o. ano. SOCIEDADE Vizinhos, fazendas Pequena e Esperança. Houve antes invasão de terra. Atualmente, problema do gado que escapa, resolvido sem confusão. Abusos nas festas, por causa das bebidas e certa falta de respeito dos brancos aos índios. Casamentos entre índios e brancos. Contato permanente. - CULTURA - Conservam a língua mas as crianças não falam. Não têm ritos próprios a não ser o bate-pau. Artesanato feito só pelos mais antigos e para as festas ou uso comum. Capitão eleito. Terreno próprio, constituição familiar como no civilizado. ASSISTENCIA - 1) FUNAI - O chefe é novo. Pouco faz pelo índio. Não controla entrada de brancos. 2) Igreja - paróquia de Aquidauana. Assistência de Missa e sacramentos. Ficou 10 anos sem atendimento. 3) Crenças - visitas frequentes.

- O chefe da FUNAI veio com muitas promessas de trator, escola, luz, enfermaria, etc.

4) CACHOEIRINHA - Grupo Terena. Munic. de Miranda (a 17 kms) Mt. - 1.100hs. TERRA - reservada e demarcada. Boa e suficiente. Sem invasões. - Tem mais as repartições de Argola, Campão e Morrinhos. - ECONOMIA - conhecem e usam a moeda nacional, exceto algumas mulheres mais velhas que ignoram os números. Roca de subsistência, vendendo o que sobra em Miranda, pagando 5,00 por volume. Traba lham fora por necessidade. Moças que se empregam nas casas. SAÚDE - Gripe, tosse, anemia, tuberculose. O grande problema é o da água da represa, já poluída e fonte de doenças. Há promessa de poços artesianos. Pouca educação sanitária. Faltam remédios e não têm atendimento médico normal. O chefe do Posto ajuda nos casos urgentes, transportando no seu carro particular. SOCIEDADE - Grandes fazendas vizinhas como Miranda Esplanada (300.000 has) e Bodoquena, do grupo Rockefeller, do mesmo tamanho e com umas 200.000 reses. EDUCAÇÃO - 4 professoras, das quais 3 índias pagas pela prefeitura. (Ainda quanto às relações de vizinhança, há problemas com a invasão de gado e desordens nas festas que os brancos frequentam) Apareceram duas professoras americanas, ensinando e aprendendo a língua, que prometeram ensinar datilografia aos índios para facilitar trabalho na cidade. CULTURA - Todos falam a língua. Das danças, conservam o batepau. Ainda fazem o batismo. O resto como o civilizado. Cada grupo elege seu chefe. Cada família tem casa própria. Artesanato de cerâmica e chapéu de carandá. Fazem arco e flexa para vender. ASSISTENCIA - O encarregado da FUNAI se dedica e um casal de terenas são atendentes para as aldeias. Falta remédio às vezes. padre católico vai algumas vezes, todo primeiro domingo. O culto dominical é feito por índios normalmente, seguindo o folheto. Quando o padre faz sermão, um índio traduz na língua. A Irmão vai com frequência. Existem crentes que não se dão muito com os católicos.

- Apareceu o problema do núcleo União, umas 15 ou 20 famílias que, há mais de 20 anos se mudaram para uma terra que compraram, todos crentes. Lá existe alguma assistência dos pastores. Parecem que desejam voltar.

5) MISSÃO DE MARIA AUXILIADORA - Autodesignação - MOROS. Habitam o Chaco do Paraguai, defronte Murtinho. São uns 500 habitantes em 22.000 has. propriedade da Santa Sé, suficiente e respeitada. ECONOMIA - Pouca produção agrícola, pois eram antes nômades e caçadores. Fixando-se num lugar, tiveram de mudar o sistema de vida. A alimentação depende da missão e a fonte de renda depende da mão de obra facilitada pela Missão. Cortam madeira e a missão paga. Falta plano de desenvolvimento econômico. SAÚDE - As doenças mais frequentes são a desintéria infantil, o amarelão (parasitosis), sarampo e varíola. Falta programa de saúde preventiva. Uma enfermeira missionária. Assistência médica gratuita de um médico próximo a missão. Recebem remédios por pequenas doações. EDUCAÇÃO - 3 professoras, sendo duas missionárias, sustentadas pela missão. Desde o pré-escolar até o 3o. Ano, em espanhol, com programa escolar de fevereiro a novembro. SOCIEDADE - Relações ocasionais com paraguaios que vivem numa localidade perto. Não há indícios de integração porque vivem isolados. CULTURA - língua própria, pouco conhecida pelos missionários que por isso pouco sabem de sua religião ou ritos. Tem um cacique que não conhece seu campo de ação. Não há artesanato. ASSISTENCIA - Só recebem da Missão que não tem relações com organismos estatais nem particulares que trabalhem na área indígena.

6) PAI-FAVITERA - Nome do grupo, localizado em Amambay, Nordeste do Paraguai, 10.000 hs. do lado do Paraguai, 4.000 do lado brasileiro. Organizados em 31 colônias das quais 9 são habilitadas, 16 são autorizadas e 7 em tentativas. Mais ou menos 10 has. por família. Trata-se de um plano que tem alguns objetivos fundamentais. 1) TERRA a) Garantir a terra (já alcançado) b) Auto-subsistência (conseguido). c) Cooperativização para evitar frustração na comercialização e exploração, ainda em preparação. Programa socioeconômico elaborado conforme conceitos pai e sistema de relações. - 2) EDUCAÇÃO 1a. Etapa - elaboração de programa em idioma próprio de conceitos sociais, religiosos e políticos e introdução de conceitos econômicos, de saúde e civismo. Já elaborado. 2a. Etapa - Preparação de professores nativos. 3a. Etapa - ensino do Espanhol como meio de relação útil e necessária - projetado. - 3) SAÚDE 1a. Etapa - estudo e avaliação sanitária já feito. 2a. Etapa - política sanitária com prioridade da medicina preventiva, isto é, vacinação sistemática, controle de T.B.C., educação sanitária e elevação do nível nutritivo. Medicina curativa só em caso de necessidade.

União - Chapéu Pi

CULTURA - língua própria, o guarani. Conservação de ritos religiosos. Religião própria monoteísta com fé na sobrevivência depois da morte. Liderança política e religiosa bem definida e consciente. Organização familiar estável e monogâmica. Organização social com forte coesão social. Artesanato pouco desenvolvido. - SOCIEDADE - Vizinhos fazendeiros e camponeses paraguaios, brasileiros e japoneses. Relações amistosas mas sem confiança. Em processo de integração e aceitação por parte da população paraguaia. Entre eles não existe discriminação nem desconfiança. Note-se que o projeto visa que eles se integrem, como fatores do próprio desenvolvimento, conservando e desenvolvendo os seus valores, portanto sem identificação ou assimilação. - ASSISTENCIA - Projeto Par-Tavyterá juridicamente representado por a) Mission de amistad, b) Asociación Indigenista del Paraguay, contando com a colaboração do Ministerio de Defensa Nacional, Instituto de Bem-Estar Rural, Ministerio de Saúde Pública e Conferencia Episcopal Paraguaya. É financiado por - "Pão para o mundo", "Vizinhos mundiais", "Misereor", "Instituto Nacional de Investigações" da Austria.

Esclarecimentos - Do lado brasileiro, parece que a realidade é semelhante tendo algumas agravantes, p.ex. no lado da saúde, com maior incidência de tuberculose, o que se nota pelos brasileiros que aparecem por lá. O projeto não se estende aos que estão do lado do Brasil e seria bom se se conseguisse vencer as barreiras estatais. Conservam sua religião. Poucas conversões conseguiram as missões das Novas Tribos, durante 10 anos. Os índios pediram que se afastem, acusando-as de vários abusos. Por lá esteve um jesuíta fazendo pesquisa e publicou um estudo sobre sua consciência mitológica, o que contribuiu para a parte de conceitos religiosos do projeto. Parece que há reminiscências da religião vivida nas antigas "Reduções".

7) GRUPOS DA REGIÃO - Foi dada uma visão geral dos outros grupos da região. O relator fez comentários muito ricos sobre cada grupo, com que procurou contato. Seria longo reproduzi-los e vamos limitar-nos aqui a uma enumeração sucinta.

1) DOURADOS - Missão evangélica KAIWÁ - Localizados a 4 kms do centro da cidade, são assistidos pela Missão Presbiteriana e atendidos pela FUNAI. São uns 2.400 índios pertencentes a três grupos - KAIWÁ (1.750) - GUARANI (160) TERENA (600). Tem terra própria, uns 3.500 ha., demarcada. Na Missão há um hospital só curativo, especialmente para tratamento da tuberculose. Economia de subsistência.

2) AMAMBAI - Posto Benjamin Constant com uma área de 2.381 ha. onde moram 800 Kaiwá. Separada, uma outra reserva onde mora apenas uma família.

3) TAQUAPERI - Posto da FUNAI, são uns 600 índios, possuindo reserva mas já diminuída numa extremidade pelo avanço dos civilizados. Assistidos também pela Missão evangélica. Este grupo guarda sua tradição e sua religião. Com o capitão Cecílio "sem nossas festas, nossa religião, nossa tradição nós somos bichos. Religião de civilizado é bom mas pra eles. Nós temos a nossa".

4) RAMADA, entre Amambai e Iguatemi. Uns 500 Kaiwá. Ao lado da reserva, está a missão evangélica que tem ambulatorio e escola.

5) PIRAJUI, perto da fronteira com o Paraguai, com uma reserva de 2000 ha de terra boa. São 473 Kaiwá. O jovem capitão incentiva a lavoura e tenta recuperar as cerimônias tradicionais.

6) JACAREÍ a 12 kms, de Iguatemi. 600 Guarani, numa reserva de 2000 ha. dos quais 1500 de mata virgem, cercada por colônias demarcadas pelo INCRA. Assistido pela FUNAI e pela missão evangélica. Conserva seus rituais.

7) TRIQUÊ, a 20 kms. de Caarapó, 1026 índios, na maioria Kaiwá, sendo os demais guarani, numa reserva de mais de 3000 ha. FUNAI e Missão evangélica. Conservam sua cultura.

8) PANAMBI, a 30 kms. de Itaporã. São 250 índios numa terra de 500 ha. Lavoura e algumas reses. O chefe do posto é idealista e dedicado.

9) PANAMBIZINHO. Ocupando dois lotes do INCRA, 60 ha., quase dentro de Vila Cruz, vivem 100 índios Kaiwá, cultivando sua cultura tradicional.

10) ÍNDIOS DESALDEADOS DE CAARAPÓ - 18 Kaiwá nos fundos da fazenda Mate-Laranjeira. Uns 10 moram na cabeceira de um córrego. Um outro grupo na fazenda Rancho. Um grupo maior vivia na fazenda Campanário, mas pressionados, foram forçados a mudarem-se para os postos próximos.

Nesses grupos aldeados, em geral, existe guarda indígena. Os mais próximos da fronteira, tem problemas especiais.

7. VISÃO GLOBAL DA REALIDADE INDÍGENA NO BRASIL.

Comecendo pelo Acre, na área de cultura da borracha, os grupos estão fragmentados, os índios dispersos vivem trabalhando nos seringais, recebendo um salário de miséria, tanto que uma garrafa de cachaça custa dia e meio de trabalho - diária de 10,00. Instalam-se fazendas de "paulistas" (nome genérico do pessoal que vem do Sul), procurando proprietários que têm título da terra, comprando, para afugentar os outros, açambarcando tudo e dificultando a vida dos índios da área. Falta total de assistência, faltam escolas. Não há trabalho metódico. A FUNAI está ausente - a delegacia mais próxima está em Porto Velho (Rondonia). Praticamente perderam sua cultura. - No Alto Solimões, só o grupo dos Ticunas são uns 8.000, sem contar uns 2000 na Colômbia e mais de 3000 no Peru. Há um projeto de desenvolvimento da FUNAI ao longo do Solimões. Duas missões evangélicas. Existe pressão contra seus ritos que fazem disfarçadamente, numa espécie de sincretismo religioso. A saúde é atendida em postos das Missões. Pequena reserva estrangulada por Tabatinga. Invasão das terras por fazendeiros. Antes a terra valia pelo número de habitantes que eram mão de obra barata. Atualmente, com a pecuária, vale mais a que está desabitada. O gado espanta o povo invadindo as roças que precisam ser cada vez mais longe. - No Mato Grosso, os Bororo da missão salesiana está com problemas de terra. O mesmo os Xavante que, embora tenham terra demarcada, enfrentam os posseiros que estão dentro. Os Tapirapé também tem de lutar por sua terra. Lá estão as Irmanzinhas de Jesus que fazem um bom trabalho de presença e respeito. "São pobres como nós", dizia o representante Tapirapé e isto deve levar-nos a pensar. O problema das terras é uma constante. Pelo estatuto do Índio, devem ser demarcadas dentro de 5 anos, e destes já se passaram dois. Trata-se de um assunto urgente a encaminhar. - Em Roraima, duas áreas bem distintas. No Leste, região de campos, uns 10000 Maxacalis estão estrangulados à margem dos rios, pressionados pelo gado solto. No rio Soromon ainda há uma placa de Rondon (1917) declarando que é reserva para os índios... Na estrada de Bela Vista, um posto da FUNAI, uma casa no descampado, onde mora uma atendente. O Oeste e Sul do território do território existem matas e grupos ainda não contatados. Os Waimiri-Atroari já entraram em conflito, na defesa de suas terras. Outro grupo, perto da perimetral, terão suas águas poluídas pelos funcionários da estrada.

Abrindo para a análise, já seria o momento de usar algumas palavras-chaves. Há conflitos com a nossa sociedade que procura acumular bens enquanto a sociedade indígena visa mais o homem. O índio tem sido vítima do que tem de valor na sua região - os pacaia-nova possuem terra fértil e estão sendo enxotados. Outros são expelidos pela mineração. Outros por causa da madeira. A empresa agropecuária, a estrada, a exploração, tudo é motivo de invasão da terra dos índios.

Este também é o problema do Sul, onde há 21 ou 22 postos. Região de pinhas que despertam a cobiça dos grandes que destroem os minifúndios e invadem as terras dos índios. São ainda uns 6000 ou mais. Muito maior porém é o número de intrusos em suas áreas. Brevemente haverá um grande problema, pois existe um decreto dando seis meses para esses intrusos se rerirarem e certamente não vai ser fácil. Mas a própria FUNAI, através do DGPI se organiza em empresa que explora o índio. Cada índio, p.ex. tem de dar 15 dias de trabalho a FUNAI. Há promessas e planos, mas o índio não mais acredita, pela decepcionante experiência do passado.

Em Minas Gerais teimam em sobreviver 4 tribos que sobraram da devastação do tempo do ouro. São uns 350 Maxacali que muito ainda conservam de sua cultura. Outro local foi transformado numa penitenciária para os índios, guardado por cães policiais até há pouco tempo.

Depois dessa realidade, vamos entrar numa nova etapa. Vimos como uma árvore cheia de frutas podres. Agora é preciso examinar o que está por trás ou por dentro, o motivo dessas frutas podres. Neste ponto, precisamos examinar e localizar os problemas. Distribuídos em grupos, vamos procurar apontar os três problemas mais importantes, dando o motivo de cada um. Depois aqui voltaremos para conferir o resultado desse estudo. E assim, todos juntos, vamos acabar por descobrir para depois ver como devemos agir.

9

8. OS MAIORES PROBLEMAS

Grupo 1 - A partir dos companheiros índios, os primeiros a falar, apareceram como os maiores problemas - a) SAÚDE, b) TERRA, c) BEBIDA. Falta atendimento nos casos de doença. As terras são invadidas pela estrada de boiadeiros, mas, vendo a realidade geral, pareceu um grande problema para os índios do Brasil. A bebida cria confusões e prejudica a saúde, se bem que não é certo proibir os índios e dar mau exemplo. Depois o grupo tentou analisar e viu que o grande problema é que o índio não tem consciência dos seus direitos e o assistencialismo com que é tratado pela FUNAI não leva à libertação nem da consciência dos seus valores.

Grupo 2 - 1o. Falta LIBERDADE e a árvore não é bem tratada para dar bons frutos. 2o. SAÚDE pela falta de tratamento e de remédios. 3o. TERRA - a divisão da terra devia ser nominal para cada grupo afim de manter a coesão. Sem isto vem a dispersão que faz perder a cultura e causa a exploração.

Grupo 3 - O sistema brasileiro de escolha de responsáveis e o sistema econômico que valoriza a posse mas não a pessoa. 2o. O etnocentrismo ou a supervalorização de nossa cultura, menosprezando o índio. 3o. Uma visão mediévalista da salvação, como se fosse monopólio da Igreja.

Grupo 4. Falta de segurança ou proteção, apesar do Estatuto do Índio e da FUNAI. 2o. Problema da TERRA é uma prova disto. O índio tem de deixar sua terra, onde estão seus mortos. 2o. Falta de confiança em si - o índio não tem mais sua história na mão, não tem direito de opinar e depende de outros, pela perda de suas lideranças. 3o. Falta de união na defesa de sua causa.

Grupo 5. 1o. A Terra. 2o. A população envolvente. 3o. Perda dos valores, da liberdade e autonomia. Sem a terra, ele não pode viver. Da terra vem a caça e a pesca, a terra é que produz alimentos. Sem a terra tem de ir trabalhar fora, fica dependente e é explorado. - A população envolvente não respeita o índio e o prejudica. - Sem liberdade e autonomia, torna-se joguete nas mãos dos outros, perde a coesão e seus valores culturais. Perde sua identidade, suas lideranças, fica exposto à desunião e a desconfiança.

Num grupo, um companheiro índio perguntou se podia falar com liberdade e achou que a causa dos problemas é o presidente. Viu-se que há um jeito de agir, uma política do governo que parece preocupada em "integrar" como dizem, o índio mas essa integração pode acabar destruindo o índio como povo. Ai estão os problemas que descobrimos e precisamos ir aprofundando mais a nossa.

Antes de separar-nos, pensemos naquela palavra do Evangelho de Mateus - "Vinde a mim todos os que estais sobrecarregados e eu vos aliviarei". Façamos nossa oração e peçamos coragem para continuar e descobrir como agir.

Di a 22

Antes dos trabalhos, uma leitura tirada da carta aos Efesios, cap. 4. Seguiram-se alguns rápidos comentários, lembrando que Paulo se encontrava em cárcere ao escrever aquela carta. A insistência com que lembra que Cristo "desceu para subir", mas levando-nos consigo, distribuindo seus dons, tirando-nos do estado de infância, para que também crescamos. - O pensamento da unidade faz refletir sobre a união que se sacramentaliza na união entre nós quando refletimos sobre as saídas a respeito de grupos dispersos, inseguros, ameaçados de absorção. Sua segurança será a união entre si. Dizem por aí "cada um por si e Deus por todos. De modo algum é verdade. Se for cada um por si e não por todos, Deus não será por ninguém. Não podemos aceitar um princípio que é típico da sociedade de consumo. Porque Deus não está se ~~faz~~ não procuramos a união com nossos semelhantes.

9. O PROBLEMA MAIS IMPORTANTE.

Ontem, estudando como continuar o trabalho, a coordenação achou oportuno pedir que nossos companheiros Terena se reunissem para verem qual o problema mais grave e sua causa. Agora vamos saber qual o resultado a que chegaram.

- Nós achamos que o problema é o da segurança. E segurança porque é a causa dos problemas do grupo indígena. Depois a confiança e terceiro a liberdade. Só isto o que nós encontramos ainda.

Depois de um pequeno debate, aceitou-se um trabalho em grupos, mas colocando em cada grupo dois Terena.

Relatorio dos grupos

Gr.1. - O maior problema é a insegurança, por se sentirem sós. As crianças, na escola, não são educadas pelo proprio indio para serem amanhã líderes de seu povo, futuros educadores. Não ha verdadeira promoção da comunidade. - Segundo, a incompreensão dos brancos que estão por perto. Menosprezam e quando agradam é para conseguir, expolia-los. - Depois confiança, sobretudo na FUNAI. Quando o chefe vem a aldeia, fala muito bem, mas não acolhe bem quando o indio vai a delegacia. O chefe do posto diz claramente que não confia no indio, por não ser bastante submisso. Ainda na segurança, tem a ameaça da ambição dos que vivem. Ainda falta liberdade porque não existe confiança no grupo envolvente e o indio se sente inibido fora da aldeia. Esta foi a posição do Terena. Depois fizemos uma análise dentro da realidade, não isolando seu caso, mas a partir de uma visão geral. Um dos grandes problemas é o da chefia. Sentimos que quando falava de insegurança, o indio culpava o chefe. O chefe não se interessava pelo povo e o encarregado da FUNAI não se empenhava. Na sua mentalidade, graças a organização comunitaria que tiveram, tudo depende do chefe. Tal expectativa perdura ainda. Mas agora o chefe está na mentalidade ocidental, individualista, procurando seu proprio bem. Este problema estava implicito. A situação deles, além disso, está ligada a situação nacional. A insegurança não é só deles, mas de muitos outros que são oprimidos, como os camponeses. Aliás eles tem ainda vantagem porque formam um grupo que tem um chefe. A falha está na liderança. A quebra está aí - o chefe não existe mais em função do bem comum e não é mais traço de união do grupo. A influencia negativa da FUNAI está sobretudo em destruir as lideranças proprias, através de certo paternalismo.

Apareceu um fato. Tanto o encarregado da FUNAI como o chefe foram aliciados por um fazendeiro contra os interesses do grupo. Outra causa de insegurança são os estereótipos da população envolvente, certos preconceitos, certas coisas que dizem como "o indio não faz a terra produzir". Isto cria insegurança. Quanto a liberdade, a maior dificuldade é não se ver saída e certo desconhecimento - "Ninguém conhece a nós"...

Gr.2. - Em alguma coisa nossas conclusões coincidem com o primeiro grupo, como a falta de confiança dos encarregados. Também a falta de maior conhecimento ou preparo que os coloque em nível de conversar, entender e exigir no mesmo pé de igualdade. - Fator de insegurança é a desunião entre eles, consequencia da situação de precisarem virar-se para sobreviver. - Desconfiança dos brancos porque estão cansados de promessas não cumpridas. Na linha do primeiro grupo, quanto a chefia, nossos companheiros se queixavam que quando um indio se promove, isto é, chega a vereador ou estuda, como foi citado um caso concreto, abandona a aldeia. Além disso, os que ocupam o lugar de chefe não cumprem as promessas, decepcionam o grupo, geram a desconfiança e isto causa a desunião.

Gr.3. - Vendo o que entendem por segurança, falaram da questão da terra, perigo de vida, falta de liberdade de trabalhar na terra, carencia de transporte para as mercadorias. Viver só do braço é penoso... Por que? Culpam o capitão que acusa de desinteresse alguém que não atendeu ao sinal por que não ouviu. Culpam o chefe da FUNAI que promete as coisas mas nunca aparece nada. Ou faz negócios, como aconteceu com o arrendo do pasto em Limão Verde, sem dar satisfação. Assim os brancos vão penetrando e invadindo. Isto gera desconfiança e inibe. Sentem que não são tratados como os brancos, ficam dependendo em tudo, não são livres nem de agir nem de falar. Vão trabalhar fora porque faltam recursos para cultivarem suas terras. - Resumindo, a causa maior é que a FUNAI promete e não cumpre, não confiam no chefe que não justifica suas atitudes e acabam não confiando em si mesmos por não poderem fazer valer suas idéias. Daí se retraem e a inibição vem mesmo do grupo.

Gr.4. - Não têm segurança porque lhes faltam as garantias do branco, isto é, terra, trabalho e saúde. Nem sabem se a terra está titulada. No Ipegue, houve invasão, a terra diminuiu e o grupo aumenta. Os contratos de trabalho nem sempre são cumpridos e falta segurança contra acidentes. 22 índios morreram no trabalho e nem investigação das causas houve. Pouca assistência sanitária. Desconhecimento dos direitos. Falta de confiança no branco e a FUNAI é responsável, pois seus objetivos não são conhecidos. Não tem liberdade de resolver seus problemas por falta de apoio, como no caso da terra do Ipegue. Apareceu o caso concreto de um índio que não foi atendido pelo delegado de Campo Grande.

10. MENTALIDADE DO BRANCO

Como apareceu como um dos problemas básicos a quebra das lideranças indígenas por causa de encarregados e chefes com mentalidade dos brancos, mentalidade "ocidental", foi proposto que um grupo tentasse analisar o que é esta mentalidade dos brancos para depois fazer um confronto com a mentalidade do índio, no que se refere a chefia.

RAINEL - Para o governo do branco o que interessa é quem produz mais. Vale mais quem mais produz.

- Neste caso estamos na situação de não sermos vistos como pessoas humanas.
- Para os "brancos" vale mais quem tem mais, num sentido individualista.
- Só vale o ter. Daí a ambição dos grandes que passam os outros pra trás e só olham pra si. Tudo é legitimado, contanto que possam ter mais.
- Distingo os brancos responsáveis e os outros que vivem esses mesmos problemas como explorados. Portanto, duas categorias. Da parte dos oprimidos é justificado o desejo de ter. Portanto o problema é a ideologia dos dominadores, responsáveis pela política e organização do país. O branco de quem os índios dependem.
- Mas nós, inconscientemente, temos a mesma mentalidade.
- Colocou-se o problema da chefia. Vamos discutir a chefia do governo ou de uma empresa?
- O que vale hoje é a empresa. A lavoura se transforma em empresa. O próprio índio querem que entre nessa forma.
- Temos de ver a organização no sentido da exploração. O fraco é visto como objeto para render mais. O lucro leva a usar o menor como mão de obra e explorar.
- Assim, o poder vai ficando na mão de uma minoria. Quem tem mais pode mais. A multidão oprimida pela minoria não tem condições de cobrar seus direitos. Os poderosos se aliam para aumentar seu poder.
- Quais são as qualidades de um administrador de empresa? Seria importante para a escolha dos chefes.
- Estou por fora disto!
- Hoje existem faculdades de administração. Ensina o modo de aproveitar dos recursos da pessoa.
- Isto para aumentar a renda da empresa e não para que a pessoa cresça.
- O bom administrador de empresa leva as pessoas a produzir mais, com a consciência do seu valor. Deve ser um bom "relações-públicas" para que todos se sintam bem no trabalho, valorizando o que fazem.
- A pessoa é reduzida a um meio. Não passa de exploração. A finalidade é o lucro.
- Não temos de ver a finalidade mas as qualidades. Um chefe da FUNAI deve ter essas qualidades. Relações-públicas, liderança, conhecimento da realidade.
- Não estaremos fugindo do assunto?
- É preciso ver essas qualidades. Hoje o branco só fala de especialização. Produzir, crescer, desenvolver.
- Desenvolver a empresa... Quanto ao sistema, o maior engole o menor, como acontece na terra, o pequeno não tem vez. Daí a insegurança dos índios.
- Quando o grande vê o pequeno possuído crescer, põe pra fora porque só ele pode crescer. O pequeno proprietário deve ceder lugar ao grande.
- Para todo tipo de emprego, concurso, vale muito a contagem dos pontos, escolhendo os que têm mais.
- Porque existe a luta, o domínio da concorrência.

- Entre o industrial e o artesão. Este não pode entrar na concorrência.
- O que aconteceu com um pequeno fabricante de anzóis. Não vendeu sua pequena fábrica, então os japoneses interessados baixaram tanto os preços, que ele não pode sobreviver.
- Um pequeno grupo de poderosos paulistas, não se contentando com suas riquezas no Sul, resolveram tomar as terras para estes nossos lados. Transformam as fazendas para render mais. Os que estão em seu caminho são obstáculos, então os afastam. Daí as estradas que estão cortando as reservas.
- Existe um pequeno grupo de brancos que luta pela justiça e sofre as consequências não boas. São cortados e perseguidos.
- Insisto nas duas categorias de exploradores e explorados.
- Porque não têm outro jeito, mas pensam como os outros...
- A situação é assim e as leis sacramentalizam essa situação. A maioria se deixa explorar. Digo se deixa, porque se acomoda.
- Todo branco tem dentro de si um explorado e um explorador. Os grandes se julgam explorados por seus empregados.
- No sistema dos brancos, tudo fazem por desunir os explorados para continuar a exploração.
- Reina a mentalidade empresarial. Acumular cada vez mais para ter poder.
- Colocam a segurança no ter.
- Daí a necessidade de organizar-se e especializar-se para vencer na concorrência.
- Todos os meios são lícitos desde que levem ao lucro. Desrespeito das pessoas, manipulação da opinião pública, a pessoa reduzida a objeto.
- Acima de tudo, o desenvolvimento tecnológico da empresa.

Plenário

- Sobre a questão da chefia, talvez se pudesse caracterizar mais. Segundo o sistema, como devem ser os mandantes? Acrescentaria ainda como deve ser a igreja dos brancos.
- Para poder ser chefe é preciso o poder do dinheiro. Ter a filosofia de que todos os meios são lícitos para alcançar a finalidade.
- A Igreja, como parte do sistema, se conforma a ele. A Igreja deve legitimá-lo. Ve na Igreja mais uma força para que possa estabelecer seu domínio. Daí gosta muito quando a Igreja combate o comunismo. Mas já não vê com bons olhos e a acusa de comunista quando ela defende os pobres. Quanto ao índio, ela não deve dar segurança ao índio, mas deve "segurar o índio" para que não desperte nem lute por seus direitos. Nossa visão não é a do sistema porque achamos que o lugar da Igreja é ao lado dos pobres.
- Quem manda? - Manda quem tem poder e dinheiro. Ligando isto com o problema da Igreja, pode-se perguntar se o trabalho com os índios é aceito quando favorece o sistema (contra o índio) e, assumindo a causa do índio, acaba sendo cortado.
- Talvez fosse bom voltar ao tema da liderança, na qual parece estar a causa principal, porque atinge a coesão comunitária e compromete a autonomia. Analisamos o conceito de liderança segundo nossas categorias. Talvez conviesse ver agora segundo os conceitos dos próprios índios. Segundo o modo de ver a autoridade, nosso sistema tem um conceito comercial do uso da pessoa e, dentro desse esquema, vê a Igreja. O conceito de autoridade contamina nosso sistema, substituindo o serviço pelo mando, a disponibilidade pela dominação, a partilha da responsabilidade pelo monopólio.
- Quanto a cultura, o branco deixou sua autenticidade pelo lucro, correu para a tecnologia. Deixou de ter cultura própria, por causa de uma cultura de exportação. Impera o egoísmo. Cada um quer ser chefe de si mesmo, tomando o caminho que dá mais lucro.
- Nossa autoridade não favorece nem permite a iniciativa dos chefiados. Proíbe qualquer união deles.
- No posto, tentando analisar como age uma liderança imposta, percebe-se como cria uma imagem de algo superior, que está por cima e isto tem consequências porque o outro passa a ser tratado como inferior, menor, incapaz etc. Facilmente podemos cair neste erro, outorgando-nos uma superioridade por motivos que não sejam econômicos, como seja a cultura, p.ex.

Depois de um pequeno debate, foi pedido aos Terena que procurassem conversar entre si sobre este assunto de chefia. Um deles, na presença do grupo, dispôs-se a colher a opinião de seus companheiros, em sua língua. Depois

de alguns minutos, foi sugerido que eles se reunissem e os "brancos" se retiraram. Nos corredores houve uma interessante troca de impressões sobre o episódio, alguns lamentando que não tivessem ficado ali em silêncio, atentos e sentindo como se comunicavam. - À tarde, na retomada dos trabalhos, um deles, convidado a relatar os resultados da conversa que aliás continuou animadamente depois do almoço, com extrema discrição e senso do essencial, apenas disse - "Nós encontramos que o nosso grupo precisa de liderança, valor e união". Quem assistiu a vivacidade da conversa (embora sem entender) sobre tudo depois do almoço, lamentou que ele não relatasse com mais prolixidade mas tem de reconhecer que tocou nos pontos essenciais. LIDERANÇA - VALOR - UNIÃO. Realmente, para eles, tudo está nessas três palavras.

11. VALORES DA CULTURA INDIGENA.

Gr.1 - Comunidade, vida comunitária, consciencia comunitária intensa - Liderança como serviço de união - o grupo respeita, acata e aceita o chefe. - Educação em que toda a comunidade é educadora, educa para a liberdade de modo que a pessoa evolue globalmente. - Respeito pela pessoa e pela propriedade. Entre eles não existe marginalizado e daí também a solidariedade. - Consciencia do que faz, isto é, sabe o sentido do que faz e porque faz. - Respeito pelos velhos e pelas crianças. - A pessoa vale pelo que é e não pelo que possui. - O valor da religião.

Quanto a propriedade, vivem um respeito que emerge da propria natureza, de modo que entre eles a propriedade não precisa ser defendida por cercas nem por proibições. De outro lado vivem o sentido social ou comunitário da propriedade privada, o que também é uma expressão desse direito natural. Entre eles também não existe discriminação de pessoas. Se tem do branco certa desconfiança, não é por discriminação racial, mas pelo receio de algum mal que lhes possa acontecer, motivado pela experiencia triste do passado.

Gr.2 - Solidariedade. Desejo de aprender. Sensibilidade e criatividade artística. Espírito grupal e comunitário. Respeito às pessoas, sobretudo às crianças. Impregnação religiosa de toda a vida. Cumprimento da palavra e veracidade. O que vem da terra é de todos. Equilíbrio social. Espírito de partilha. Ideal de liberdade. Autoridade participada. Grande respeito à natureza.

Gr.3 - Julgam-se capazes de liderança, embora os capitães sejam impostos. Admiram no líder a inteligencia e formação, o interesse comunitário para resolver os problemas. Acatam a autoridade. São alegres, cantam e mantêm a tradição comunicando aos outros gradualmente e de modo vivencial. A aldeia é o seu habitat. Capacidade de aprender. Valorizam a instrução.

Gr.4 - Os informantes já não encontraram os valores tradicionais e por isso não puderam informar sobre eles. Hoje só conservam a lingua a que atribuem grande valor como fator de união e identidade. Frisaram o respeito que têm as crianças e aos velhos. O respeito que os filhos têm aos pais. Achan que os dois grandes valores que estão perdendo é a liderança e a união comunitaria.

Nos comentários que se seguiram, observou-se que: seria importante a recuperação desses valores mas, no dia a dia, graças a outras influencias, só existem resquícios, depois de uma devastação, que são restos do passado mas podem tornar-se sementes de esperança. Acentuou-se a surpresa de um companheiro Terena ao saber que ainda são encontrados grupos desconhecidos que vivem seus valores tradicionais em toda a sua pureza. Foi explicado porque num dos relatorios houve certa sombra de "desconfiança", visto que foi calado no depoimento de dois participantes Terena que praticamente foram criados fora do grupo, numa fazenda e valorizaram muito a capacidade de aprender as coisas e o que para eles representa a instrução.

12. ESTATUTO DO INDIO

Achou-se importante apresentar o Estatuto dos Indios, não na sua integridade, mas apontando alguns pontos relacionados com os problemas que apareceram neste encontro. Foi feita uma pequena introdução historica e foi explicado o sentido e o valor desse conjunto de leis de que todos devem tomar

conhecimento. Referiu-se especialmente à convenção de Genebra, conhecida pelo No. 107 da O.I.T. que está na base do Estatuto. Referiu-se à criação da FUNAI em 67 e o decreto de março de 71, dando nova redação ao Estatuto para o qual o CIMI tentou colaborar quanto pôde. Seu propósito expresso é preservar a cultura dos índios para integrá-los "progressiva e harmoniosamente" na comunhão nacional. Essa palavra "integrar" tem criado muitos problemas e talvez haja muita confusão sobre ela.

Depois foram escolhidos alguns artigos referentes à integração, aos direitos da terra, ao trabalho e aos crimes. Com palavras simples, para todos entenderem, foi exposto o que diz a lei sobre essas matérias, enquanto eram feitos alguns reparos importantes sobre alguns termos como "tutela", "emancipação", etc. Não se tratava de uma aula nem de um estudo, mas apenas uma amostra de modo que ficasse clara a necessidade de conhecer esse Estatuto. Até depois apareceu uma sugestão interessante: pedir ao Inst. Linguist. para fazer uma tradução em língua Terena.

13. O MODELO BRASILEIRO.

Tanto pela análise da realidade como pela idéia de integração do índio na "comunhão nacional", parecia importante parar um pouco para ver o que é essa realidade nacional, o modelo de desenvolvimento adota em nosso país e o sistema que está por trás. Foi então feita uma exposição em que se sentiu um grande esforço para que todos pudessem compreender.

Começou pela visão bastante simples e prática que o povo adquire da sa atual estrutura, pela análise de sua realidade concreta, iluminada pela parábola do trigo e do joio, fazendo-se notar como o joio aparece organizado numa espécie de construção muito sólida.

Em seguida, veio a história, tomando como um marco importante a primeira Grande Guerra de 14-18, a crise internacional do fim da década de 20, a industrialização substitutiva que então começou, a crise do café, a evasão do campo para a cidade, o governo de Getúlio, a segunda guerra mundial, suas consequências para nós, o capital estrangeiro, a volta de Getúlio e o drama que se seguiu, Juscelino e suas metas, Janio Quadros, Jango, o movimento de 64.

Aí se camirhou analisando os fatos, os Atos Institucionais, até chegar aos tempos atuais.

Dentro desse quadro, se chamou a atenção para o problema dos índios. Parece que todo mundo viu bem claro e uma luz nova foi lançada sobre toda a problemática que até agora nos vem ocupando neste encontro. Para alguns, foi como uma revelação, pois nunca tinham visto as coisas assim organizadas de onde vem a resposta para muita dúvida e obscuridade dos fatos que ocorrem.

Di 23

Às sete e meia, como de costume, tocou o sinal e todo mundo se reuniu no salão. Alegrou-nos ver de volta uma companheira que adoeceu no primeiro dia. Foi feita uma pequena introdução à leitura bíblica tirada de Lc. 4, 16-21.

- Muitas coisas impressionam nesta leitura. Um particular pequeno que diz muita coisa: quando aquele povo, acostumado a vir ali, ouviu o que foi dito por um filho de carpinteiro, os olhos se abriram, se estatelaram diante dele. Ele tinha lido Isaías, num trecho que talvez era o cerne de toda a promessa do A.T. e afirmava que aquilo se cumpria. Isto dito por um filho de carpinteiro. Por que os olhos se abriram tanto? Naquela época todo o povo de Israel estava oprimido. A terra pela qual tanto lutaram, estava tomada pelos Romanos. Como acontece sempre com os encarregados, seus chefes, temerosos dos Romanos, faziam o jogo deles, submissos ao seu poder. O povo vivia de cabeça baixa. Aí levantaram a cabeça quando ouviram Jesus falar. É preciso compreender a situação. A palavra de Cristo é para todos os tempos. Ele veio libertar do pecado, de todo pecado e ontem vimos como o pecado está organizado para nos espezinhar. Devemos ter esperança para acreditar na força de um filho de carpinteiro. Não esquecendo que a Palavra é para todos os tempos: se hoje o pecado se apresenta de um modo dentro de nossa realidade, daqui a 200 anos haverá outra situação em que os cristãos de então poderão ouvir a Palavra e abrirem os olhos para assumir a missão de Cristo, a missão da Igreja.

Já que estamos na oitava de Pentecostes, estas palavras do Evangelho e o comentário nos servirão para levar para as nossas Dioceses essa coragem de abrir a boca, como Cristo e apontar a necessidade de todos lutarem pelo Reino de Deus. É necessário coragem, boa vontade e a força do Espírito Santo. Que sobre nós ele derrame seus dons, sobretudo de fortaleza, para que tenhamos a coragem de assumir os fracos, de falar em favor dos nossos irmãos marginalizados, sobretudo nossos índios, para que possam viver seus valores autênticos e todo o trabalho sirva para a glória de Deus.

14. O QUE FIZERAM AS MISSÕES EM RELAÇÃO AOS ÍNDIOS

Para justificar este terceiro passo na nossa caminhada, foi lembrado que até agora tentamos levantar a realidade regional e acenar para a realidade global, depois buscamos localizar os problemas e analisar suas causas, terminando esta etapa, a segunda, com uma rápida colocação do modelo brasileiro. Agora temos de ver e analisar a atuação da Igreja, perguntando o que as Missões fizeram e depois, a luz do Vaticano II, o que devem fazer. Os companheiros Terena se reuniram em separado, com a ajuda de dois coordenadores e os restantes fizeram também sua reunião para ver o que a Igreja fez em relação aos índios.

Grupo Terena

Procedeu-se perguntando a cada um a que missão pertence, quem atuou, quais as mudanças que houve, quais as falhas, o que esperam dos missionários. Eram representantes do Limão Verde, Ipeque e Bananal. Todos católicos. Durante algum tempo, quatro anos, ficaram sem assistência religiosa. Mudanças apenas perceberam algumas de ordem física: mudança da imagem e dos canticos. No começo, chegaram a duvidar se provinham da Igreja católica. Não apontaram falhas. Esperam que o missionário melhore as capelas, sobretudo conseguindo bancos. Depois do Concílio, o progresso que notaram foi o folheto para o culto. Aí vieram algumas perguntas dirigidas: Se falavam com o missionário sobre problemas de terra, educação, segurança, saúde e responderam que não. Se na Missa o padre tocava nesses problemas, também disseram que não. O que esperam? Um disse que a parte de melhorar a população. Os demais parecem identificar o missionário com a parte religiosa. A conclusão é que até agora identificam o padre só no campo religioso. Quanto à mudança, só percebem no campo físico. Até agora falta comunicação recíproca dos problemas não-religiosos. Só tem expectativas no campo religioso: ensinar a Bíblia, catequese, melhorar a capela. Um falou que a Igreja ensina o direito, o amor, a paz e traz felicidade. - Alguém falou que agora pensam que o missionário vai ajudar na parte da terra.

Grupo dos "brancos".

Tentamos ver com honestidade e espírito crítico e construtivo o papel da Igreja, sem querer julgar os missionários. Sugeriu-se fixar área e época. A ludiu-se a presença da Igreja ao lado dos bandeirantes, a serviço dos "brancos". Citou-se um relato histórico em que o missionário era consagrado como herói porque defendeu os brancos contra os índios. Falou-se do Vaticano II e a grande abertura a respeito das culturas e se lamentou a destruição do que era próprio dos índios. Parece que a ação tradicional continua ao lado dos pretensos novos bandeirantes. Predominou no passado a mentalidade de conquista das almas. Lembrou-se a Missão presbiteriana de Dourados que se aceita talvez por comodismo. Este Regional do Mt. já mostrou empenho pelo índio e graças a sua contraproposta é que, em Brasília, foi aprovada a ideia do CIMI. Em termos regionais (aqui) parece que o índio não existe para a pastoral e é relegado a FUNAI. Na reunião do Regional, onde se propôs este encontro, mal se conseguiu falar, em 5 minutos, quando um agente de Turismo teve meia hora - índice de algo a analisar. Falou-se do trabalho da Irmã, começado pelo vigário que teve a ideia do P.L.C. (peregrinação dos líderes cristãos). Depois se voltou a examinar a mentalidade colonialista, pre-conciliar e foi contado um recente encontro de gauchos que entraram em crise ao perceber que não vinham para o norte trazer seus modos e hábitos mas deviam encarnar-se na realidade. Problema de uma igreja de massa que valoriza a quantidade e pouca atenção dá ao índio que não é numericamente significativo. Parece até que, "se acabassem, seria melhor" como já foi afirmado. Para a Igreja o índio é um estorvo e ela se omite. Citou-se o exemplo da aceitação pacífica de uma Missão Evangélica que não se tem a preocupação de conhecer e desenvolve puro assistencialismo (no caso, impuro, porque um assistencialismo proselitista). Ideia pre-conciliar que "fora da Igreja não exis

te salvação", quando hoje sabemos que Deus a todos salva e tem seus caminhos só dele conhecidos. Para salvar os homens é preciso fazer que eles se sintam gente. Identificação entre evangelizar e civilizar, mentalidade moralista e impaciência de fazer a todos cristãos. Nos Xavante, exemplo dessa impaciência que fez dos missionários vítimas. O índio, de fato, é estorvo, espinho na carne, pedra no sapato porque questiona nosso mundo, todo o nosso sistema de valores. Terá falhado o Espírito Santo, visto que os antigos missionários eram sinceros e dedicados dentro de uma mentalidade que receberam? Pode talvez tal mentalidade ter prendido o Espírito Santo, se é que isto pode acontecer... Voltou-se à realidade e se aludiu a Amambai onde propriamente não é a Igreja que trabalha e a Miranda onde um grande trabalho foi feito mas desencarnado, que precisava recomeçar com visão nova. Conclusão: parece que nesta região os índios todos são catequisados mas a Igreja esteve ausente. Logo, há ação da Igreja, mas o fato de deixarem suas tradições mostra que foi uma ação desencarnada, alienada e alienante, pois os tirou do seu universo próprio de valores.

Debate em plenário

Entre as várias intervenções, foi pedido que se completasse concretamente, falando de outros lugares além de Miranda e Amambai. Informou-se do interesse manifestado por uma delegada de ensino de Aquidauana em relação aos índios, sobre Bonito onde o vigário não tem contato direto mas fala sobre os índios a partir do realcionamento que tem na cidade. Foi dado um depoimento sobre o Sul, isto é, um posto que conta com grande maioria de católicos mas nada se está fazendo no plano propriamente religioso, com maior preocupação com a formação de líderes e solução de problemas urgentes, ao contrário dos crentes que mantem culto onde os índios comparecem, a seu ver, mais por pressão social do que por motivo de fé.

Surgiu um grave problema sobre a presença e atuação do missionário, em relação ao conteúdo da mensagem e seus instrumentos de santificação. Por respeito à cultura, deve o missionário deixar de lado justamente aqueles valores de que é mensageiro, isto é, a doutrina, os sacramentos, etc? Tal dúvida sugeriu um fórum de debates, que não foi aceito, mas o assunto esquentou, inspirando várias intervenções. Falou-se da importância de não levar quadros institucionais, mas o essencial que é a experiência de Deus, concretizada e aprofundada na experiência da pessoa de Jesus Cristo. Nesta linha, veio uma séria advertência que, sob pretexto de respeitar a cultura, não se criem choques maiores em relação ao que já absorveram de nossa religião e portanto dar continuidade ao que já existe nos seus hábitos e na sua consciência. Foi ressaltado o acerto dessa posição, porque a religião é um grande valor para o índio e se ele se sente católico, para essa expressão religiosa se transfere o valor de unidade e coesão. Como porém o trabalho missionário atinge também grupos não católicos, é correta a dúvida, para evitar a clara religiosa, fenômeno analisado por Darci Ribeiro nos Ticuna. Mas é importante levar a mensagem de Jesus a todo grupo humano. No entanto, querendo implantar uma forma religiosa que acarrete a destruição da religião própria do grupo, não será um atropelo, uma violência, um colonialismo mental bem mais grave do que o imperialismo material? Para um grupo indígena, perder sua religião é perder a nacionalidade, é como ser excomungado. Seria necessário medir todas as consequências disto. Toda a energia mobilizada para a pregação não será ambígua e contraproducente se for fortalecer o modelo de pecado organizado? Não seria mais válido empregar essa energia em conservar e cultivar aquela religião natural profunda justamente como instrumento para destruir o modelo do pecado? Mais cedo ou mais tarde talvez chegue, nesta linha, o momento da fé.

15 - A PARTIR DO CONCILIO, O QUE DEVE A IGREJA FAZER.

Gr.1 - Partimos da afirmação do Cristo que não veio para destruir e sim para completar. Tratava-se de completar a Lei Antiga. Daí uma primeira conclusão: estudar a realidade e a religião dos índios e partir daí para uma complementação, isto é, dar-lhes condições de crescimento. Então a missão seria não a de levar, mas a de ajudar a revelar o Verbo cuja "semente divina" está latente em todos os homens, em toda a sua potencialidade. Com relação a revelar a semente do Verbo e a impor Jesus Cristo aos índios, surgiu um questionamento, quando se citou o livro dos Atos na passagem referente ao Concílio de Jerusalem. - Grande desafio à Igreja é a encarnação. Uma Igreja que se encarna tem que observar todos os aspectos do grupo onde o faz.

Usos costumes, moradia, etc. Exemplos: as Irmãzinhas de Jesus nos Tapirapé "são tão pobres como nós" como dizia um tapirapé. Foram lembrados os exemplos de Frei Gil Gomes e da jovem Rosa da OPAN. - Lembrou-se a necessidade de ir lá, ver como estão as comunidades indígenas e começar a partir do alicerce. (O PLC parece só ter atingido exterioridades, pelos depoimentos ouvidos: esperam bancos e concerto da capela). Essa é uma visão talvez excessivamente pessimista. - Neste relato aparece uma contradição que o é apenas na aparência: completar o que falta e cultivar a semente. Tanto completar como cultivar a semente querem dizer criar condições para que o Cristo possa crescer até a sua plenitude.

Gr. 2 - Conversa inicial com dois índios, tentando perceber o que esperam. Eles falaram de cursos, oportunidade de aprofundamento na religião. Como fazer na aldeia? Não conhecem seus ritos antigos porque já adotaram os hábitos e ritos de nossa cultura. Deram respostas fabulosas sobre Jesus e sobre catequese. Têm o coração aberto, como crianças, percebem as coisas de Deus. Na linha do que foi colocado no plenário antes, temos de dar continuidade porque estão pedindo, visto que estão dentro de nossa cultura. Seria diferente entrar numa tribo nova. Mas assim mesmo seria interessante tentar perceber sua realidade e seu modo de vida. Senão podem correr o risco de não terem uma coisa nem outra.

- Quando se falou "coração de criança" foi no sentido da pureza.

Gr. 3 - Era um grupo de teólogos, houve muita discussão e é difícil relatar. Partiu-se do princípio que é preciso respeitar o que há de bom nos índios, para encaixar o Evangelho. O que será básico no Evangelho? Arrependimento dos pecados, ser batizado, receber os dons do Espírito Santo. O Cristianismo não se identifica com nenhuma cultura. A mensagem deve atingir todos os povos, assumindo todos os valores como Cristo que assumiu a natureza humana, exceto o pecado. Assim deve fazer a Igreja. O que pode parecer pecado para nós, talvez tenha outro sentido e valor para eles. Daí a necessidade do dom de discernimento, para poder identificar o pecado naquela cultura. Foi lembrado o A.T. e suas leis. O Concílio insiste sobre a necessária adaptação do missionário. A Igreja é o povo de Deus em marcha, em busca. O agente precisa conhecer a cultura do grupo. Um conhecimento antropológico tanto maior quanto mais aquela cultura se distancia da nossa. Nossa mensagem implica o respeito à cultura e não sua destruição.

- Sendo um grupo de "teólogos" vários assuntos saíram que não era possível aprofundar. A síntese feita corresponde.

Gr. 4 - Tínhamos a presença de índios e procuramos saber como viam o missionário. Se houvesse algum padre morando no meio deles, o que achavam? Achariam bom para aprenderem mais. Contaram fatos sobre as mudanças experimentadas. Alguém retomou a colocação feita antes no plenário, sobre a importância de o índio ter a sua expressão religiosa. Nesta nova forma, cumpre dar um sentido mais profundo para isto. A partir do Concílio e Medellín a imagem do homem novo é uma riqueza assim como o sentido de integração na realidade social em que se vive e se trabalha. No campo religioso, importa contribuir para despertar a consciência dos direitos e dos valores que lhe são próprios. Na situação dos Terena, talvez precise esforçar-se por recuperar valores subjacentes, especialmente a dimensão comunitária e a liderança. Quanto a grupos novos, será que não seria mais importante preservar sua vida religiosa para questionar nosso sistema? - Ainda persiste uma dúvida sobre a situação concreta - se a identificação com o catolicismo não será autodefesa. Aí se coloca a possibilidade de voltar a algo mais próprio. - Isto implica o compromisso missionário com todos os aspectos da vida. Não pode desligar o espiritual do material. Assumir tudo. Encaminhar a energia não para mudar mas para melhorar a imagem desse homem novo, no sentido de ser mais humano.

Gr.5 - Partindo do Vaticano II, vimos que é preciso partir dos valores existentiais, superando toda atitude de superposição. Os índios presentes no grupo acompanham hoje o catolicismo. Mas ainda guardam muitas coisas. O rezador, lua nova para a cura, sereno que salva, o batepau, o jogabunda, o cavalinho. Dizem que não podem acabar com essas expressões porque, sem elas, não seriam considerados índios. À luz do Concílio, vimos que é essencial o sentido da comunhão.

Cumpramos procurar os valores dos povos para integrá-los e levar a mensagem de comunhão. Como se apresentar a mensagem? A Igreja tem a Boa Nova e deve anunciá-la. Conforme o Evangelho, Cristo anunciou dentro dos costumes do povo como vimos na leitura do texto de Lucas - o povo tinha o costume de reu-nir-se. Para anunciar é preciso conhecer o povo e pode-se fazer na medida desse conhecimento. Disseram os índios que "quem faz é nós mesmos". Depois notaram que não há necessidade de o missionário se tornar índio. O que é preciso é coerência.

- Com o anúncio explícito do Evangelho, os índios vão se encontrar com o que já são.

Quando os "teólogos" discutiam, o índio achou difícil dizer como seria sua religião na vida. Isto pode servir de indicio.

- Importantes são os elementos de união e identificação que eles conservam.

Depois desses relatórios foi feita uma exposição teológica, baseada no decreto Ad Gentes. Depois de uma introdução sobre a universalidade da salvação, tentou-se, baseado em textos do Decreto, mostrar os três passos essenciais do viver e do agir do missionário - Encarnação, Revelação e fé na Ressurreição.



VII Enc. Reg. de Inst. Indigenista
 Aquidauana - MT.

mau s, p. 65/1993

Fotocópia

CNBB
 REGIONAL EXTREMO OESTE
 RUA DR. EULER DE AZEVEDO, 78 - F
 3 - Fone: 4-73-78 - MT.
 Cx. Postal, 3 - CAMPO GRANDE - MT.
 79.100 -

1º Encontro de Povos Indígenas do Norte do Estado
de Mato Grosso (Palácio de Diamantina Guiratinga, São Félix)
dias - 26, 27, 28 e 29 de agosto de 1974
Linha de água -

23

3º Dia.

Depois de uma noite linda, convidados pela comunidade Bororo, e ainda pensando nela, vamos retomar os trabalhos.

Antes de entrar no nível das opções, temos que caminhar mais no aprofundamento de alguns assuntos. Vamos fazer hoje uma parada para um apanhado de tipo exposição, para permitir uma definição melhor da ação pastoral.

O problema do índio deve ser visto no contexto nacional; suas implicações na economia, política nacional. Só assim poderemos encaminhar acertadamente uma estratégia comum, ou seja linhas de ação e sair daqui com um verdadeiro instrumento de trabalho.

Inicialmente foi lida uma carta de apoio dirigida ao Sen. Franco Montoro, que vem encaminhando um processo que visa à superação do Veto presidencial ao direito das Missões de prestarem assistência aos índios. Foi lembrado que este Veto prejudica não as Missões, mas ao índio. A carta será assinada por todos os presentes.

Afirma-se: "o índio não tem vez no Brasil; a integração que se pretende é torná-lo mão de obra barata, um marginalizado". Será isto correto? Quais as coordenadas da política econômica, com sua ideologia e justificção, que está em prática no atual momento brasileiro? Dentro delas, qual o "lugar" dos povos indígenas? Num esquema, fruto da pesquisa econômico-política, e necessitado de maior explanação, o Brasil funciona assim:

1. Economia.

- 1.1. Indústria Nacional Particular- pequena em média- produção menos técnica: tende a ser "integrada" às multinacionais
Estatual: Forte - estilo capitalista
De capital estrangeiro: tecnologia mais avançada: multinacion.
Dá-se, recentemente, união de interesses entre:

empresa nacional estatal e Capital estrangeiro (multinacionais)

Como veremos depois, há quebra entre "Estado" (Governo) e Nação (povo).

A empresa estatal não pode estritamente ser considerada nacional.

- 1.2. Agro-pecuária: latifúndio modernizado = empresas agro-pecuárias. Escola da Região Amazônica para Pecuária.

- 1.3. Economia capitalista Donos do capital: lucro-renda mais concentrada
Empregados: operários-salário-pauperização absoluta e relativa
As relações sociais de produção (trabalho) são de exploração.

Nota: não incluímos, para simplificar, o funcionamento da comercialização. Mas segue sendo na direção capitalista.

2. Política

2.1. Governo (Executivo) = é executivo sem a base de sustentação que viria de um legislativo forte, mas sujeito às pressões dos tecnocratas (Militar) ligados às pressões do capital estrangeiro. Essa correlação de forças determina o exercício da "política de desenvolvimento", e constituem o verdadeiro sistema político donde emanam as decisões, as estratégias e as táticas. Isto é demonstrado na implantação dos AI 2 e AI 5, e no fato de nenhum governo da "revolução" ter feito seu sucessor.

2.2. Legislativo

Inexpressivo, tanto como representação da nação, quanto na elaboração e controle da política nacional. Cerceado, sua tarefa é aprovar os projetos "governamentais" e, por meio de discussão e elaboração de legislação em setores secundários e pouco relevantes, dar uma "imagem" de "democracia representativa".

2.3. Judiciário

Civil - limitado à criminalidade

Militar = segurança nacional - ligado às forças de repressão, que já nem consegue controlar.

3. Ideologia

O sistema se justifica e procura de todos os modos sustentar-se
Pontos principais:

- Precisa concentrar a renda para desenvolver. Depois se fará a distribuição. Com isto se leva ao máximo a tendência estrutural do sistema capitalista: a concentração. Mas a gente vai vendo o resultado enganador de tal afirmação.
- O povo não está preparado... Evidente, não é? Com isso, há os escolhidos e

servidores do sistema. Utilização e controle dos meios de comunicação... Utilização justificadora da religião, das igrejas...

4. - Onde fica o índio para o sistema?

O veto presidencial, que nega às Missões o direito de prestar serviços assistenciais às populações indígenas, deve ser visto neste contexto todo. P. ex. Célio Borja, líder do atual governo e que foi o defensor da proposição do CIMI no Estatuto do Índio, foi quem por certo, contra sua consciência pessoal; introduzir a proposta de ratificação do Veto presidencial no Legislativo.

Assim também devemos ficar atentos às forças que estarão atualmente influenciando na anunciada revogação do Veto, assim como no propalado entendimento entre Igreja-Estado. A Igreja, ou se define em favor do sistema, ou conscientiza o povo do contrário. Onde se situa o índio?

A FUNAI é o órgão do Ministro do Interior, ministério do "desenvolvimento" e da "integração". Daí que o Estatuto do índio insistir tanto na "integração". O Executivo, através da FUNAI, influi a política no sentido de submeter o índio aos seus interesses. O índio é condescido a ser alimento da organização das fazendas, ou empresa agrícola: isto é, a ser peão.

A "integração" do índio é transformá-lo em mão-de-obra barata das empresas pecuaristas; assim ele "ajuda" o desenvolvimento. Assim o índio viverá em paz com os fazendeiros; deixa de ser tropeço para o progresso. O objetivo da Igreja é promover o índio com tudo o que isto implica. Para isto precisamos definir uma linha de ação (estratégia): (p.ex.) - ligação do trabalho com organizações internacionais que se interessam pelo índio; com outras populações marginalizadas: operários, colonos, posseiros...; com o órgão oficial: presença junto ao mesmo, eventual ação dentro dele; com o Legislativo.

Precisaremos além do mais, definir algumas táticas: p. ex: Quem vai executar esta linha de ação? Que necessitamos? De quem necessitamos?

Num seminário de estudos promovido em 1970 em Campo Grande pelas Missões Católicas para seus missionários, funcionários da FUNAI trouxeram por escrito, a linha do órgão, cujo 1º item rezava assim: "O índio não pode ser entrave para o desenvolvimento nacional".

O atual Ministro da Agricultura definiu claramente sua política agrária amazônica, em favor da grande empresa agro-pecuária. Isto em vista do comércio internacional, ao qual interessa a carne. Até as grandes e médias empresas estão se tornando macro-empresas. Assim que estamos no momento mais crucial para o índio, o posseiro e o pequeno agricultor.

As multi-nacionais controlam uma rede de empreendimentos no comércio, indústria, agro-pecuária, bancos, etc. Através desta rede de empreendimentos controlam a circulação da produção.

A absoluta maioria das financeiras são internacionais e conseqüentemente fazem o jogo que querem. Como é que a Igreja se situa dentro disso? Os únicos poderes que pesam contra este sistema são: a Igreja, a imprensa e os índios (o mundo dos pobres). Trata-se de fazer calar a voz destas forças. A neutralização das mesmas através dum diálogo, controle censura, etc., são empenho tático do governo.

A Comissão da Cruz Vermelha Internacional, referiu que não podia falar o que viram sobre a situação dos índios, pois isto cortaria todas as ajudas que poderiam fornecer ao índio. Quando o Cardeal Sales diz que o diálogo da Igreja com o Governo está ótimo "porque não há padre preso", incorre num lamentável equívoco sobre a Igreja, pensando "ingenua" ou "astutamente", que quando a Igreja cúpula está livre, está tudo bem.

Referiu-se ainda que a OEA está em crise por sua dependência e controle pelo capitalismo internacional. Mesmo que taticamente mude a linguagem do Governo não devemos iludir-nos pensando que a política do sistema está mudando.

A Igreja, como única força interna organizada deve estar alerta para não ser manipulada por todas estas forças ocultas do sistema.

LINHAS DE AÇÃO

Que linhas de ação vemos necessário definir, diante das estruturas econômicas, políticas, sociais e religiosas?

Respostas dos grupos de trabalho

1) Para a formação dos missionários

Conhecer o "gigante" para tomar uma atitude moral frente a ele. -Ter a cons-

situação que estamos diante de um povo que se defronta com outro. Isto exige que procuremos cada vez mais profundamente os dois povos. -Conhecer os direitos dos índios. -Aprender a confiar na capacidade do índio de solucionar os seus problemas (Veja reunião dos Chefes em Diamantino) -Aprender a correr o risco com o índio. Não temer os fracassos. Não predeterminar soluções. -Conhecer e lutar pela Teologia da Libertação. Atualizar-se continuamente nela. -Chamar o índio às nossas reuniões nas quais tratamos de sua promoção. - Incentivo à formação política. Equipar-se para fazer frente ao sistema. Sugeriu-se o jornal "Opinião". - Organizar encontros de estudos para aprofundar temas básicos. Isto com participação dos índios. - Despojamento das próprias idéias de superioridade frente ao índio. -Conhecer a doutrina social da Igreja. Explicar aos índios a situação política que nos envolve.

2) Auto-promoção do índio.

-Conscientizar o índio, frente ao sistema que o marginaliza, para que não entre na jogada. Coloca-lo no contexto nacional. Propiciar o contato com outros povos. -Que aproveite a área para sua subsistência. -Incentivar a comunidade indígena, no trabalho, etc, a reuniões de chefes indígenas em âmbito nacional. Apoiem-se mutuamente. Unam-se. -Estar do lado do índio na sua caminhada, ppções, etc. -Apoia-lo na luta pela terra. -Incentivá-lo a que organize o seu progresso. Apontar para os perigos da sua ida às fazendas para trabalhos. -Ficar de alerta para não acelerar a entrada na sociedade capitalista, fazendas, tecnologia, etc. ao invés de auto-promovê-lo. - Conseguir reserva suficiente e incentivar o índio a conseguir ali a sua sobrevivência, a fim de evitar que se transforme em esmoler.

3) Organização mais ampla da Pastoral Indígena.

-Questionar a posição da Igreja para se colocar do lado do índio de fato. -Definir linhas de ação comuns em âmbito local, regional, nacional e internacional. Unir a ação das Prelazias. -Avisar o Prelado de nossas resoluções. -Unir-se. -Incentivar o CIMI. Evitar que nele entrem pessoas inescrupulosas, subservientes. -Inserir-se no povo a denunciar a partir dele como povo. É o povo que vai estourar as estruturas da opressão. -Denunciar as situações de injustiça. -Romper as situações de injustiça dentro da Igreja., latifúndio, situação de patrão que tem posseiros, etc.

4) Ligação com organizações de apoio.

-A Igreja não comprometida com as estruturas que oprimem o índio. -Com antropólogos. -Ter talvez representante no Congresso Interamericano de americanistas. -Evitar de pedir recursos das organizações que condenamos, a fim de que não ficarmos com as mãos amarradas. É preferível recorrer a organizações internacionais de ajuda, em vista da independência da Igreja. -Usar da imprensa. -Ligar-se a organismos internacionais, para armar-nos contra a "onça". -Ligação com o mundo operário e rural. -Com a FUNAI. -Com povo envolvente. -Turismo. -Com fazendas.

O grupo foi novamente dividido, desta vez para Prelazia e buscou responder à seguinte questão: O que vamos fazer concretamente no grupo indígena e na área prelatícia em que nos achamos.

Respostas:

Merúri - Algumas linhas pastorais à guisa de conclusões.

- 1) Desenvolver sempre mais a atitude de consulta ao grupo para ver a que podemos fazer na nossa missão de encarnarmos.
- 2) Dar importância à consulta no problema econômico.
- 3) Impedir a caminhada dos Bororo para o sistema econômico existente na comarca.
- 4) Favorecer o desenvolvimento do grupo do Buqueirão. Evitar no entanto interferência na organização dos mesmos.
- 5) Estudarmos a língua Bororo através de aulas. Faremos matrícula no curso linguístico de Verão.
- 6) Confirmamos para o próximo ano a não aceitação de alunos das cidades na escola de Merúri.
- 7) Estabelecer contatos com os outros grupos Bororos, especialmente do córrego Grande (Rondonópolis) e Berigaça (Pantanal)
- 8) Apoiar o mais possível as ações dos Bororos na retomada de posse da terra.

Guiratinga - Xavante.

- 1) Lamentamos a ausência dos "cabecas"; em vista disso será enviada uma carta ao prelado, ao inspetor e à inspetora ressaltando a importância da reunião. Isso será enviado juntamente com o relatório.
- 2) A missão entre os in-

esta está sendo vista com desinteresse prático da parte da prelazia e também a história dos membros da missão salesiana de Mato Grosso. A carta está sendo enviada também neste sentido. 3) Conscientizar a comunidade, com reuniões e aprofundamentos do que vimos aqui, para que todos assumam as decisões. 4) Organização e entrosamento, para que todos saibam o que está acontecendo. Trabalhar abertamente, sabendo aceitar oposições e conflitos, à procura angustiosa de objetivos, e assim chegar a resultados positivos. 5) Necessidade primária - conhecimento dos costumes, estruturas sociais religião, e isso é do dever de cada um. 6) Respeito e mínimo de interferência nas danças e festas, como tradições e costumes. 7) Levar avante as conclusões de nossas reuniões regionais e locais. 8) Estudar as lendas e mitos para a criação urgente de uma liturgia. 9) Interferência não é não interesse. Junto com eles resolvemos as dificuldades e procuramos as prioridades. 10) Está sendo estudado o modo de atingir os índios de outras aldeias com os mesmos índios. 11) Formação-base para o nosso trabalho pastoral. 12) Os relatórios e conclusões deste encontro sejam levados aos outros encontros similares; os relatórios de outros sejam devidamente levados pelos coordenadores (CIMI), a todos os missionários do Brasil.

Qual o projeto concreto de cada grupo?

-Ter no encontro anual da Prelazia de levantamento e pastoral indígena.

-Transmitir a toda a equipe pastoral da prelazia as conclusões dos vários encontros indigenistas. -Fazer da escola um instrumento de auto-conscientização sobre a problemática própria dos indígenas. -Facilitar o contato com outros índios. -Curso de linguística. -Casas: torná-las mais semelhantes às dos índios. -Troca de músicas gravadas para incentivar maior conhecimento das diferentes culturas indígenas (em contraposição ao rádio). D. Pedro procurará participar da maior festa dos Tapirapé (como a Assembleia da CNBB). -Levantamento geral pelo Pe. Iasi das áreas indígenas não atingidas pela Prelazia. -Insistir com a equipe de pastoral da Prelazia na conscientização permanente da população envolvente a respeito da problemática indígena.

Diamantino

Total diálogo com o índio para encontrar qualquer solução, acreditando na capacidade dele. - Nossa principal tarefa será a de defender e garantir a posse e o uso-fruto da terra.

MRW.5, p-70/223

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

Brasília - DF.

DF. Nº 580/DGO

Em 12/9/75.

Do Diretor do DGO
Ao Sr. Chefe da ASI
Assunto Encontro de missionários e indígenas



Aug. Jul. 15-9-75

O Delegado da 5ª DR informou ter havido recentemente um encontro de missionários e indígenas em Merure, que contou com a presença de alguns bispos, inclusive o de Goiânia e o de São Felix (D. Pedro Casaldáliga).

2. Da Missão de Sangradouro compareceram os Xavantes Renato, Felipe, Paulo e Nicolau. Os dois últimos foram, contrariando ordem do Padre Mário Panziera, diretor daquela Missão e, ao regressarem, anunciaram ser portadores de uma "missão de paz", de que fazem segredo.

3. Este encontro, que é o 2º, constituiu grande ampliação do anterior, realizado em 1974, onde foram tomadas medidas preliminares para as reuniões futuras e que contou apenas com a presença de um chefe Xavante e um Bororo, além dos bispos D. Tomaz Balduino (Vice Presidente do CIMI) e D. Pedro Casaldáliga (Bispo de São Felix) e dos representantes das Prelazias de Diamantino e Guiratinga.

4. Segundo carta do Pe. Mário Panziera, o controle desta última reunião foi arrebatado pelos índios, manipulados secretamente por alguém não identificado, deixando os demais missionários na situação de meros ouvintes.

Ao ensejo reitero a V.Sª protestos de estima e consideração.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Dept.º Geral de Operações

[Handwritten signature]
J. SE JOEL MARCOS
Diretor Substituto

cente. Aug.
15

JJM/eam.

Sangradouro, 9 de setembro de 1975

Exmo. Senhor Gerson,

atenciosas saudações.

Venho por meio desta esclarecer a ida dos dois xavantes, Renato e o Felipe, que impaciente não quiseram mais esperar, pois a resposta que aguardavam do senhor eles a supunham seguramente afirmativa.

O senhor bem sabe qual o meu pensamento com relação à saída de Índios, quanto menos, melhor; se porém o senhor julgar que os dois podem servir à polícia ou exército, como é desejo deles, eu me atenho, de boa mente à sua decisão.

Recebi com grande atraso, um rádio, solicitando a volta do Otávio, como este porém se encontra na caçada, só na próxima semana é que poderá regressar a Cuiabá.

Os dois Índios Paulo e Nicolau que estiveram presentes a reunião de Chefes indígenas no Meruri, como é de seu conhecimento, para lá foram sem minha licença e de lá vieram com uma missão secreta a cumprir, uma missão de paz, que ainda não consegui entender.

Sem mais, um grande abraço de amigo:

Pe. Mário Panziera

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAICONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI

- Radiograma recebido da 5a. Delegacia Regional - 17.09.75 (23/5a.)
- 19 de agosto/75 - reunião na área de Diamantino, com participação dos seguintes Jesuítas:
 - Padre THOMAZ DE AQUINO LISBOA
 - Padre MOURA
 - Padre ADALBERTO HOLANDA PEREIRA
 - Padre JOÃO DARNSTNADR
 - Padre ARLINDO OLIVEIRA
 - Padre JOÃO BOSCO
 - Padre ALBANO TERNUS
 - Padre WABER
 - Padre EGYDIO SCHWADE
 - Bispo HENRIQUE FROCHLID, Diretor da Missão Anchieta
- Convidados:
 - Padre GONÇALO UCHOA (Salesiano), Vice-Diretor MERURI
 - Padre RENATO ROQUE
 - Padre JOSÉ LAGO
 - Bispo Dom THOMAZ BALDUÍNO, Presidente do CIMI
 - Bispo Dom PEDRO CASALDÁLIGA
- Além de outros Padres e irmãos ainda não identificados
- Assunto: 1a. Reunião nova Diretoria CIMI, onde foi esquematizado o encontro de Chefes Indígenas realizado no período de 02 a 04 de setembro corrente, em MERURI.

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- Radiograma nº 24/5a.DR, de 16.09.75 -
- informa a presença do Pe. ANTÔNIO IASI JR., em Cuiabá-MT, após três meses de ausência.
- informa será realizada no dia 18 de setembro, a Reunião CIME, em Goiânia-GO, com previsão de importantes decisões referentes ao Conselho.

CIMI

18-9-77

37 — O ESTADO DE S. PAULO

O Cimi culpa a civilização pela morte dos índios

Do correspondente em
FLORIANÓPOLIS

Depois da morte na última quarta-feira de três índios guaranis durante tiroteio com um grupo de ciganos, nas proximidades da cidade catarinense de Jaraguá do Sul, o Conselho Indigenista Missionário — Cimi —, de Chapecó, divulgou ontem nota assinada pelo bispo d. José Gomes salientando que, praticamente, a maioria dos homens do grupo indígena está liquidada.

"Para os índios — diz a nota — as mortes significam o extermínio do grupo. Como três índios foram mortos e dois outros estão gravemente feridos — e como o grupo era formado por seis famílias no máximo — é fácil deduzir que a sobrevivência se torna quase impossível para aquela comunidade".

Esta constatação é, para o Cimi, de fundamental importância, "embora vivamos em um

mundo em que as mortes possam parecer um fato corriqueiro. Estamos habituados a assaltos, mortes e sequestros, o que faz com que o acontecimento logo seja esquecido".

No entanto, a nota ressalta que "os culpados pelo fato somos todos nós, a civilização cristã brasileira que decretou o extermínio dos índios desde que pôs os pés em terras de Santa Cruz. Já matamos seis milhões, não importa que matemos mais três. No ano passado, matamos um padre e um índio na missão salesiana de Micuri".

Por outro lado, a polícia de Jaraguá do Sul informou ter prendido três dos oito ciganos que mataram os índios. São eles Sadi Alves dos Santos, chefe do grupo; Alcides Gonçalves e Antonio Alves dos Santos. Foram apreendidas também diversas armas que estavam com o grupo, entre as quais uma Winchester, sete revólveres calibre 38 e 18 facas.

JB - 17/18/77

D Tomás diz que é vigiado em Goiás mesmo antes da acusação de ser comunista

Juiz de Fora — O presidente do Conselho Indigenista Missionário e Bispo de Goiás Velho, D Tomás Balduino, afirmou que existem em sua diocese pelo menos 40 pessoas designadas para vigiar seu trabalho na região, e que isso acontece mesmo antes de o Arcebispo de Diamantina, D Geraldo Sigaud, acusá-lo de atuação comunista.

"Mesmo assim" — afirmou o Bispo — "não encontro obstáculos que me impeçam de desenvolver um trabalho em favor dos marginalizados. A resistência maior, encontro entre os grupos de ricos, que, de maneira geral, se manifestam em desacordo com essa orientação, pois esperam uma Igreja que atue em benefício de uma sociedade estabelecida. Uma Igreja que assume uma atitude profética contraria uma mentalidade estática".

EQUILÍBRIO

Em Juiz de Fora, D Tomás Balduino fará conferência sobre a Pastoral entre os índios, no Instituto Santo Tomás de Aquino. O Bispo considerou a ligação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) "um projeto positivo, que irá beneficiar o Conselho numa tarefa que ele não pode se dar ao luxo de realizar sozinho, num país tão grande e em uma atividade tão complexa, que, no fundo, é papel de toda a Igreja".

A política desenvolvida pelo Cimi, segundo D Tomás, pretende oferecer condições para que os índios se tornem protagonistas de sua luta. "Não podemos adotar o papel de protetor" — explicou — "ditando normas, mas devemos dar-lhes a chance da voz. Muitas vezes, essa tarefa se torna impossível, em virtude da insegurança da sociedade e do Governo, que vê no índio uma ameaça, em sua vida sem tutela".

D Tomás Balduino afirmou que "a Igreja está exprimindo hoje um clamor de todo o continente. São séculos de marginalização, que agora começam a ser encampados por ela, numa linha evangélica. No plano da Pastoral Indianista, podemos dizer que os missionários começam a ver claro que a convivência tribal, embora longe e pequena, tem um valor de dimensão mundial, no sentido de propor a este mundo louco uma alternativa de vida solidária".

Para o presidente do Cimi, o peso maior "dessa sociedade que idolatra o di-

neiro e, consequentemente, o poder, são as jóias e pérolas que descobrimos — os índios — que possuem o pleno equilíbrio consigo, com a natureza e com Deus. Ao contrário do homem branco que repudiou Deus, poluiu a natureza e se isolou de si mesmo".

"Em minhas experiências concretas" — disse — "constatei que, quando os índios têm a oportunidade de decidir por si, apresentam sempre as soluções mais humanas e mais pacíficas, sempre respeitando as outras culturas".

O Bispo de Goiás Velho revelou que o trabalho do Cimi se divide em dois aspectos: "Em primeiro lugar, a defesa do índio, de suas terras, e de sua integridade física e cultural. No temos poupado esforços no sentido de denunciar as arbitrariedades, mesmo que isso desagrade ao Governo. A questão indígena é da opinião pública e deve ser encarada como um campo aberto".

Na segunda parte, está o trabalho desenvolvido entre os missionários: "Procuramos atualizá-los, dentro do fluxo da cultura atual. Proporcionamos também uma vinculação entre eles, tirando-os, algumas vezes do isolamento".

Desde a criação do Cimi, já foram realizadas 10 assembleias entre os índios, "todas com saldo positivo", segundo D Tomás. Ele afirmou ainda que, após o encontro realizado em Manaus, foi decidido que os missionários não mais se reunirão sem a presença do índio: parece-me um total desrespeito ao índio tratar de seus problemas na sua ausência, o que já faz o Governo, em seus laboratórios secretos da Funai".

C. M. I.

MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL

CAIXA POSTAL 7: VIANÓPOLIS, GOIÁS
CAIXA POSTAL 7: VIANÓPOLIS, GOIÁS

Vianópolis, 31 de Agosto de 1970

Exmo. Snr.
General Cesar Jerônimo Bandeira de Melo
Digníssimo Presidente da Fundação Nacional do Índio
Brasília, D.F.

Excelência:

Cumprimentando-o respeitosamente pela investidura de V. Exa. no alto cargo de Presidente dessa importante Entidade, formulamos os melhores votos pelo completo êxito de sua gestão.

Esta Missão, que sempre colaborou com a maior lealdade e dedicação à obra de redenção dos indígenas de nosso querido Brasil,



CONSELHO GERAL

Luiz Monteiro da Cruz

Luiz Monteiro da Cruz
Presidente

MACON G. HARE
1º Vice Presidente

Marshall Killcrease
2º Vice Presidente

O Estado de S. Paulo, de 17-3-76

Cimi quer CPI para apurar ação da Funai

Da Sucursal de
BRASILIA

Os membros do Conselho Indigenista Missionário deverão propor, esta semana, a parlamentares a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades na área da Fundação Nacional do Índio, envolvendo mais diretamente o Departamento Geral do Patrimônio Indígena, que cuida das terras indígenas e de toda a renda proveniente dos postos e projetos economicos.

Os missionários acham que a CPI deveria atingir toda a gestão do general Bandeira de Mello, que dirigiu o órgão de 1970 até março do ano passado, não poupando, no entanto, a atual administração.

"Na verdade — afirmam os assessores do Cimi — o general Ismarth de Araujo Oliveira continua mantendo na chefia dos principais departamentos os mesmos dirigentes que acompanharam o general Bandeira de Mello, na nossa opinião, o responsável pela criação do sistema mais rápido de extinção do índio brasileiro.

A idéia da CPI foi lançada pelos integrantes do Cimi, padre Egydio Schwade, assessor

para assuntos de terras, e padre Antonio Iasi, secretário executivo do órgão. Eles acham que está na hora de se realizar um minucioso inquérito na Funai, que esclareça uma série de fatos ligados à espoliação continuada do índio brasileiro, praticada especialmente pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena, chamada pelos padres de "grande eminência parda da Funai".

"O atual presidente da Funai — afirma o padre Antonio Iasi — já chegou a admitir, há poucos meses, em Cuiabá, que muitos erros foram cometidos nos últimos anos pela Funai e que sua administração estaria empenhada em corrigir as distorções. No entanto, isso não está ocorrendo, pois o general não teve força para afastar determinados elementos da Funai, que continuam agindo com total independência dentro do órgão".

Os dois missionários denunciaram a existência, hoje, de várias Funais, dentro de um mesmo órgão. "Enquanto o presidente prega a defesa das terras indígenas e é apoiado pelos antropólogos do Departamento Geral de Pesquisas Comunitárias, o DPGI continua desenvolvendo ambiciosos projetos economicos em áreas indígenas, onde o menos beneficiado é o índio, pois toda a renda obtida é encaminhada ao Patrimônio

Indígena. "Na verdade, não se sabe qual o total de recursos encaminhados por ano ao DGPI, mas acreditamos que devam ser muitos milhões, pois só num pequeno projeto de exploração de madeira em Chapecó, Santa Catarina, a renda obtida é de 900 mil cruzeiros por mês".

"A propósito de Chapecó — continuam os padres — recebemos da Regional Sul do Cimi a denuncia de depredação da reserva feita pela própria Funai, através do DGPI. Ali são retiradas 1.500 duzias de tabuas por mês. No trabalho na serraria, apenas 26 dos 1.090 índios do posto são aproveitados". Para Egydio Schwade, "se está pretendendo transformar aos poucos o indígena, secularmente premido pelos órgãos protecionistas e pela população branca, em peões da empresa Funai".

"Sabe-se que o índio sempre perdeu na exploração de suas reservas efetuada pelos órgãos publicos — afirma Egydio. — E foi isso, exatamente, que levou os índios de Mirama, num gesto de desespero, a eles mesmos entrarem em acordo com madeireiros da região, para vender a madeira de lei de sua área, condenada de qualquer jeito. Sabiam que tal acordo direto lhes teria muito mais do que a exploração da Funai".

CPI, último recurso para salvar o índio

ELIANA LUCENA

Os fatos comprovam a ocorrência de graves problemas na aplicação da política indigenista brasileira, que não foram solucionados apesar das boas intenções anunciadas pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, no início de sua gestão, em março passado. As denúncias estão se avolumando sobre invasões de áreas indígenas, aplicação da renda indígena, a extinção de tri-

bos, fatos que em breve poderão gerar nova onda de protestos no Exterior contra a política indigenista brasileira. Isso poderá ser evitado, na medida em que o governo brasileiro decidir investigar o que se passa dentro da Funai, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estas são as justificativas apresentadas pelo Conselho Indigenista missionário que sugeriu, esta semana, a constituição de uma CPI para investigar a atuação da Funai. Os missionários apresen-

tam um quadro bastante amplo do problema indígena para justificar a medida, partindo do desrespeito contínuo do próprio Estatuto do Índio, que diz em seu artigo 1.º, Parágrafo único: "Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do país, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta lei".

Terra, problema mais grave

O problema mais grave apontado é, sem dúvida, o da terra indígena, também garantida por lei, mas que continua sendo violada. Os padres, no caso da constituição da CPI, por certo terão uma vasta documentação para apresentar, envolvendo áreas indígenas de praticamente todo o País.

Uma das situações mais críticas já levantada é a dos índios nhambiquaras, relatada pelos próprios antropólogos da Funai em recente relatório: "O vale do Guaporé está, hoje em dia, praticamente nas mãos de particulares, quase todos com certidões negativas da própria Funai confirmando a ausência de grupos indígenas na área. Isso mostra que nem a lei, nem a própria Constituição foi respeitada e os órgãos aos quais compete a execução da lei não tinham o poder ou o interesse de cumpri-la".

Problemas semelhantes são enfrentados pelos suruis e cintas-largas de Rondonia; dezenas de tribos em Mato Grosso, destacando os bororo e os índios xinguanos, que perderam a parte Norte de sua reserva, cortada pela rodovia BR-080, e os krenhacarores, transferidos apressadamente para o Parque do Xingu antes que a tribo toda desaparecesse. No Sul, apesar das áreas serem demarcadas, elas já foram invadidas por milhares de posseiros e arrendatários. Os índios, por sua vez, foram reduzidos a "boias frias", como ocorre no Norte do Paraná com os kaingangues. A situação não é melhor em outras áreas, segundo relatam os padres: na Bahia, conforme denunciou a antropóloga Maria Hilda Paraiso, tem havido matanças de índios pataxós que se recusam a deixar suas terras, ocupadas por fazendeiros. Em outras áreas do Nordeste, como o Maranhão, as brigas entre índios, posseiros e grandes proprietários persistem.

Ainda com referência às terras, o Cimi assinala a presença nociva do Departamento Geral do Patrimônio Indígena da Funai. "O DGPI, que deveria ser o defensor das áreas indígenas — afirma o padre Egdio Schwade —, em verdade vem prejudicando o patrimônio dos índios, quando orienta a "empresa" Funai, Dominado por uma filosofia desenvolvimentista, o DGPI, no caso específico de Nonoai, no Rio Grande do Sul, não vê o índio, vê o seu projeto de soja, de trigo, cujas rendas não retornam ao posto onde é produzido. O DGPI não está cumprindo o objetivo da Funai ou mesmo as decisões do 1.º Simposio Funai-Missões, de 1969, que estabeleceu um retorno de 90 por cento das rendas para os postos indígenas que as produziram".

O problema do DGPI não é recente. Relatório apresentado pelo Projeto Rondon, em 1969, indica que são recolhidos por ano 240 mil cruzeiros em arrendamentos e desta quantia nada retorna ao índio, conforme depoimento colhido dos próprios chefes de posto. Os grandes projetos econômicos do órgão, segundo as denúncias, vêm sugando as últimas riquezas das áreas indígenas, principalmente a madeira de lei, conforme denuncia divulgada recentemente envolvendo o posto Chapecó, onde o DGPI recolhe 900 mil cruzeiros por mês, só numa serraria.

Sobre as rendas indígenas, o deputado Jerônimo Santana já levantou muitas dúvidas: segundo ele "ninguém dá notícia das rendas patrimoniais da Fundação. O mecanismo de sua prestação de contas, previsto no Artigo 5.º da Lei n.º 5371-67, é semelhante ao mecanismo aplicado no caso Territórios Federais. Ela é feita para o Ministro do Interior. A Funai tem a supervisão do Ministério do Interior, e o presidente, por sua vez, é nomeado por indicação do ministro ocupando cargo de confiança. Como esse presidente, dentro do esquema de confiança, prestará contas?" pergunta o deputado.

O secretário executivo do Cimi, padre Antonio Iasi, afirma que as violações da lei, no que se refere à renda indígena, são clamorosas. A lei 6001, artigo 43, Parágrafo 2, diz: "A re aplicação da renda indígena revertirá, principalmente, em benefício da comunidade que produziu os primeiros resultados econômicos". As comunidades, entretanto, desconhecem onde vão parar esses resultados, que somam a milhões, uma vez

que os postos estão em péssimas condições, como afirmaram os participantes do Curso-seminário de Antropologia, Indigenismo e Desenvolvimento, promovido pela Funai na ilha do Bananal. Eles levantaram quatro pontos: 1) há grandes deficiências na infra-estrutura dos postos indígenas; 2) essa deficiência chega a comprometer a segurança e integridade física dos indivíduos das comunidades indígenas; 3) muitas vidas humanas feneceram em razão dessas deficiências; 4) essas deficiências resumem-se a itens primários, não onerosos e de fácil resolução.

"Para não parecer que somos nós que estamos encontrando falhas gravíssimas na estrutura da Funai — afirma o padre Iasi —, deixamos que falem os participantes do curso, que apontaram as seguintes distorções: a estrutura atual da Funai vem repetindo, em essência, a mesma estrutura usada pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio; essa estrutura não tem atingido, no total, as finalidades para as quais foi criada; ela favorece a conflitos internos em diferentes setores da execução da política indigenista brasileira; tais conflitos refletem-se, sobretudo, nos postos indígenas, impedindo que possam executar uma prática indigenista racional e eficiente.

Bandeira de Mello

O Cimi julga que a CPI deverá investigar especialmente a gestão do general Bandeira de Mello, que dirigiu a Funai de junho de 1970 a março de



1974. Para os padres, esse foi "o período mais negro da curta e já triste história da Fundação Nacional do Índio".

Durante sua administração, permitiu-se que a BR-080 cortasse o Parque Nacional do Xingu, fato que gerou protestos não só no Brasil, mas no Exterior. As certidões negativas no vale do Guaporé quase todas foram expedidas durante sua administração, permitindo que 16 empresas ocupassem o fértil vale, que na verdade era o habitat de centenas de índios nhambiquaras, que sofrem até hoje os efeitos da invasão, pois o erro cometido não foi sanado. As empresas continuam expandindo-se na área. Tentou-se transferir os índios para uma área de cerrado, mas parte da população nhambikwara morreu e os sobreviventes estão retornando espontaneamente ao vale, passando a viver junto às fazendas num clima de miséria e fome.

O Cimi acha importante que se investigue não só a invasão ilegal das áreas indígenas, mas também a exploração de suas riquezas naturais, porque tudo leva a crer que o general beneficiou a alguns grupos, alguns deles multinacionais, na exploração de minérios, especialmente de cassiterita, em Rondonia. Nessa área foram expedidas autorizações para prospecção de minério em áreas habitadas por tribos ainda arredias. "O general Bandeira sempre negou

esses acusações, mas hoje é sabido — afirma o padre Iasi — que o general está à frente do grupo Badin, que faz pesquisas na área indígena do Gurupi, no Maranhão.

Ainda na gestão Bandeira de Mello graves denúncias feitas pelo médico Sadock de Freitas Filho, que dirigia um dos departamentos do órgão foram praticamente arquivadas, ao que tudo indica, e precisariam ser revistas na CPI. Dizia ela no documento que divulgou ao pedir demissão que "o que falta para o índio na selva, sobra à burocracia da Funai, em Brasília".

"A verba para o programa de Saúde, em 1972 — afirmou —, era de 2,1 milhões de cruzeiros e baixou para 1,76 em 1973. A destinada a educação dos índios, de um milhão foi reduzida para 470 mil. Em contrapartida a Funai, que possuía 101 funcionários em Brasília, em 1970 teve esse número elevado para 216, em 1973. A folha de pagamentos da entidade, de pouco mais de um milhão de cruzeiros, tem 44 por cento comprometidos no sustento de funcionários moradores no Distrito Federal.

"Seria o caso, agora — afirmam os padres — de se verificar se a situação persiste, ou mesmo se agravou, uma vez que a Funai ocupa atualmente pelo menos sete andares em um edifício de Brasília".

Ainda durante a administração Bandeira de Mello, graves denúncias foram feitas por sertanistas, como Antonio Cotrim Neto, demitido da Funai, envolvendo grupos indígenas da Amazônia. A lista de demissões durante sua administração é interminável e, como resposta às acusações, o general preferia levantar suspeitas sobre as tendências ideológicas de seus opositores.

Dois enfoques

Em um trabalho coordenado pelo Cimi, os missionários definem bem a problemática distinta enfrentada pelos índios já em processo de integração, especialmente do Sul do País e os povos mais isolados, que estão sob a mira das estradas, do latifúndio, do minério, da colonização e da "catequese" da Funai. Para os missionários é preciso que a CPI estude o problema do índio de uma forma global, pois essas minorias étnicas nos diversos estadios de contato com a sociedade envolvente recebem o mesmo impacto da política desenvolvimentista do país, a ser vivida qual está a Funai.

Os índios já em maior contato com a sociedade, segundo o trabalho do Cimi, estão direta ou indiretamente sob pressão dos latifundiários. Tutelados pela Funai sofrem as consequências de um regime tradicionalmente paternalista, vivem dispersos e confinados, acúdos por uma política oficial de grandeza e pelos segmentos da sociedade envolvente marginalizada. São vítimas da sociedade de consumo que os explora e, roubados que foram em seu patrimônio cultural, esmolam nas estradas o que já lhes pertenceu. Semi-escravizados em terras que foram ou são suas, frequentemente são transferidos das terras que ocupam em nome do interesse nacional. Outras vezes elas são invadidas e cortadas por estradas que atentam contra sua própria sobrevivência física e cultural. Abandonados pela Igreja, instrumentalizados por estudiosos, turistas e políticos à cata de votos, objeto de sustentação para muitos funcionários públicos ociosos, os povos indígenas estão se extinguindo.

Os índios mais isolados, especialmente na Amazônia, por sua vez, vem sendo sacrificados, sistemática, organizada e conscientemente pelo progresso brasileiro, sobretudo em favor do boi e do minério. Estes grupos, despreparados para o convívio com o mundo civilizado, quando não desaparecem fisicamente, acabam se desestruturando, perdendo em pouco tempo sua coesão tribal, e mesmo suas terras, ocupadas da noite para o dia pelas frentes pioneiras.

Os missionários explicam que a problemática indígena a ser estudada numa CPI é vastíssima, e exigirá o depoimento especialmente dos funcionários, sertanistas e antropólogos marginalizados durante a gestão de Bandeira de Mello, para que venha a público todo o "mar de lama" que correu na Funai nesta época, e que ainda tem seus reflexos nos tempos atuais.

Cimi apela à oposição para constituir a CPI

Da Sucursal de
BRASÍLIA

"A serviço de quem está a Funai? Dos índios, dos latifundiários, de alguma instituição? Será que sua política está orientada para a preservação e orientação do indígena nacional ou obedece a imposições não se sabe de quem?"

Estes foram alguns dos pontos destacados ontem pelos secretários executivo e adjunto do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — padres Antonio Iasi e Egidio Schwade, junto ao líder da oposição na Câmara, deputado Laerte Vieira, para defender a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquerito destinada a apurar a atual política indigenista da Fundação Nacional do Índio — Funai.

Comparecendo ao gabinete de Laerte Vieira no final

da tarde, os dois missionários denunciaram que os índios estão sofrendo graves violações em seus direitos, sendo a Funai a causadora de muitos deles.

Acentuando que o Cimi vem se empenhando em criar novas linhas de ação missionária, com o propósito de salvar cultural e biologicamente o que ainda resta do índio, os missionários consideravam que o trabalho que a Funai vem desenvolvendo nas margens da rodovia Manaus-Caracará é simplesmente atentatório aos direitos humanos, pois se reveste de imposições terríveis aos índios, que vez por outra são obrigados a matar seus maiores amigos, como ocorreu com o sertanista Gilberto Pinto.

Sobre o Parque do Xingu — "uma vergonha internacional", segundo os missionários — criticaram a passagem da rodovia BR-080

pelo parque, permitida pela Funai, que cortou-o em dois e criou uma faixa de acesso às terras da reserva e um ponto de atração para os índios que ali vivem. Para os dois missionários, a passagem da rodovia por dentro do Parque do Xingu, considerado até bem pouco tempo como um exemplo para o mundo, põe a perder o trabalho dos irmãos Villas Boas.

Os secretários executivo e adjunto do Cimi, em expediente entregue ao líder Laerte Vieira, destacam que, em certa época, o general Ismarth de Araujo Oliveira, presidente da Funai, os autorizou a promover pesquisas junto aos grupos indígenas para conhecimento direto e exato da Funai — e por vezes também da opinião pública — das clamorosas injustiças de que são vítimas os índios. Esse trabalho foi realizado nos Estados do Amazonas, Acre, Mato Grosso, Sul do País e nos Territórios de Rondônia e Roraima. "A divulgação dos fatos, contudo — prosseguem — não foi do agrado da Funai, que procurou ocultá-los ou mascará-los. Como represália, o mesmo general Ismarth de Araujo Oliveira proibiu que elementos do Cimi entrassem em áreas indígenas, alegando terem eles violado um pacto de cavaleiros.

"Não obstante essa proibição, o Cimi vem se inteirando, direta ou indiretamente, de graves ocorrências em áreas indígenas, cujas causas, por ação ou omissão, devem ser atribuídas ao órgão oficial de proteção ao índio, razão porque achamos que é chegada a hora do MDB, como em outras ocasiões tem feito, empenhar-se na defesa dos direitos humanos encarnados nessa minoria étnica".

O líder da oposição ficou de estudar a possibilidade da constituição de mais essa CPI, uma vez que atualmente já se encontram em funcionamento as cinco que são permitidas pela Constituição e pelo regimento interno da Câmara.

© EST. DE SÃO PAULO DE 18-3-76

Proposta de CPI na Funai gera represália

Da Sucursal e do Correspondente

O secretário executivo do Cimi, Conselho Indigenista Missionário, padre Antonio Iasi, foi proibido de entrar no Departamento Geral do Patrimônio Indígena da Funai, o DGPI, pelo seu diretor-geral, general Demócrito Soares de Oliveira, que ficou bastante irritado com a iniciativa da entidade, de propor a parlamentares a constituição de uma CPI para investigar irregularidades que vêm ocorrendo na Funai, envolvendo diretamente aquele departamento.

"Na minha opinião — afirmou Iasi ontem, em Brasília — esta atitude vem confirmar que o DGPI é um órgão profundamente vulnerável, a ponto de temer que os seus erros venham a luz um dia. Além disso, a proibição comprova a força oculta que o órgão representa dentro da Funai, pois a decisão foi tomada arbitrariamente pelo general, à revelia do próprio presidente da Funai, que se encontra em viagem de inspeção às áreas indígenas da Amazônia".

Segundo Iasi, a proibição de ontem faz parte de uma série de restrições que a Funai vem fazendo ao trabalho do Cimi. "Com isso — afirma — estes elementos estão radicalizando uma situação, uma vez que temos procurado manter contato com o órgão, no interesse do índio". Ao ser impedido de ingressar, ontem, nas dependências do DGPI, o secretário do Cimi comentou que, agora, seria o caso de munir-se de um mandado de segurança para que, como cidadão brasileiro, possa entrar numa repartição pública: "Em que país estamos?" — concluiu.

Aparentemente desconhecendo a proibição, o presi-

dente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, reconheceu ontem, em Cuiabá, que ocorrem "muitas deturpações" nas administrações anteriores do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, lembrando inclusive que, depois de assumir a presidência do órgão indigenista, passou o Projeto da Castanha, desenvolvido no Pará, para a administração direta do índio, pois "é inconcebível um projeto de desenvolvimento econômico dissociado do desenvolvimento social".

"Dou razão ao padre Iasi — disse o presidente da Funai — quando afirma que ocorreram deturpações no passado. No entanto, ele não pode deixar de reconhecer que elas estão sendo reparadas". Segundo Ismarth, os dirigentes do Cimi estão mal informados ao afirmar que ele "não teve força" para afastar certos elementos da Funai. Ele lembra que o antigo responsável pelo DGPI, general Clodomiro Fortes Flores, foi substituído pelo general Demócrito.

Mesmo reconhecendo que, no passado, o DGPI chegava a vender os produtos do trabalho dos postos indígenas e ficar com o dinheiro, o presidente da Funai classificou de "extremismo" o fato de o Cimi pretender a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquerito para apurar essas irregularidades, que vêm sendo controladas e coibidas em caráter administrativo e, por isso, segundo ele, "sem alardes".

A propósito das críticas ao projeto de exploração da madeira em área indígena do município de Chapecó, em Santa Catarina, onde, segundo o Cimi, apenas 26 dos 1.090 índios estariam trabalhando na extração e beneficiamento do produto, o presidente da Funai declarou: "É evidente que não queremos o índio, como em

tempos passados, sendo pura e simplesmente a mão-de-obra de um projeto econômico. Nosso índio só é valorizado, quando participa de um projeto integrado, sendo ele, o índio, o beneficiado direto e não um meio para auferição de lucros".

Ontem, em Brasília, o padre Antonio Iasi fez referência também às denúncias que foram feitas pelo técnico indigenista Heleno Gonçalves, envolvendo o antropólogo Peter Silverwood, coordenador do Projeto do Alto Rio Negro, da Funai. Segundo Heleno, o antropólogo inglês estaria utilizando mal a verba que recebeu, usando ainda uma prática pouco honesta para conseguir auto-promoção: o roubo de material de pesquisa de seus subordinados, para utilização em trabalhos sobre grupos tribais dos quais não tem informações seguras.

Na opinião de Iasi, o técnico Heleno Gonçalves é um "teleguiado" de uma ala muito conhecida dentro da Funai, que está interessada em desmoralizar o trabalho das pessoas que estão realmente empenhadas em trabalhar junto às populações indígenas. Todas as pessoas que se identificam com a causa indígena têm sido sistematicamente perseguidas por estes elementos, que defendem uma série de interesses dentro da Funai e que não visam propriamente aos índios.

Peter Silverwood é um dos antropólogos que será afastado do projeto que coordena, por determinação da Funai, que não quer mais a presença de técnicos estrangeiros em áreas de fronteira.

"Na minha opinião — disse Iasi — essas atitudes só irão agravar a onda que novamente começa a surgir no Exterior acerca do tratamento dado pelo governo brasileiro às minorias étnicas".

MRU.5, p.81/223

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
5.ª DELEGACIA REGIONAL

OFÍCIO N.º 416/5ªDR/74 CUIABÁ, MT 27/09/74.

OK

Do: Delegado Regional da 5ª DR = FUNAI
Ao: Ilmo. Sr. Chefe da ASI - FUNAI - Brasília
Assunto: Encaminhamento (Faz)



Senhor Chefe :

Encaminho para análise de V.Sª. fotocópia do relatório, referente ao 1º Encontro de Pastoral Indígena do Norte de Mato Grosso, realizado recentemente em MERURI.

Sirvo-me do presente para reiterar meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Gerson da Silva Alves
GERSON DA SILVA ALVES
Delegado Regional

Aug. Jul.
13/11/75
01/12/75
Wb

GSA/rfc.

CONFIDENCIAL

*Cópia entregue ao
aquele, em 17-9-75
Jul.*

*1) A SE tirar cópia do relatório.
2) A SS elaborar H.p. à DSI.
Jul. 27-12-74.*

DGPI devolve
junto com o PB nº 018/A/77

O C I M I

E A T E R R A D O S Í N D I O S

*Depoimento de D. Tomás Balduino,
Bispo Diocesano do Goiãs e
Presidente do Conselho Indigenista
Missionário - CIMI,
à Comissão Parlamentar de Inquérito
destinada a investigar as atividades
ligadas ao sistema fundiário em todo o
território nacional (CPI da Terra).*

Brasília, 23 de março de 1977.

INTRODUÇÃO

Ao encetarmos a honrosa tarefa de depor, perante esta CPI do Sistema Fundiário, sobre os problemas das terras indígenas, queremos nos colocar, como missionários, na posição da Igreja que se sente impelida ao serviço de todos os homens, mas, de modo preferencial, dos oprimidos e marginalizados.

Queremos nos situar, aqui, dentro desta missão evangelizadora que se realiza na libertação total do homem. Assumimos, pois, nossa ação missionária, como obra ao mesmo tempo de Evangelização e de promoção humana, pois, como diz Paulo VI: "A Igreja não admite circunscrever a sua ação missionária apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem" (Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi, nº 34).

Conforme o Concílio Vaticano II, "Deus destinou a terra, com tudo o que ela contém, para uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob a direção da justiça acompanhada pela caridade" (Constituição Pastoral Gaudium et Spes, nº 69).

Ao defendermos, pois, a terra dos Índios, embora nos apoiemos imediatamente no texto da Lei 6001 e reivindicuemos sua aplicação, temos plena consciência de estarmos pleiteando para eles um direito que não é fruto de outorga generosa dos nossos legisladores, mas sim algo inerente à sua condição de Povo de homens e à sua dignidade de Filhos de Deus.

A HISTÓRIA DAS TERRAS INDÍGENAS

"O Índio americano é o dono milenar da terra; a terra é do Índio. O Índio é a própria terra. O Índio é o dono da terra, com títulos de propriedade ou sem eles".

Quisemos lembrar, no início de nosso depoimento nesta CPI, uma das conclusões do Parlamento Indio Americano do Cone Sul - que, em outubro de 1974, reuniu no Paraguai diversos representantes de povos indígenas deste continente - para deixar bem claro, de início, que o Cimi considera sua presença, aqui, um mero e limitado substitutivo das vozes que, de pleno direito, deveriam fazer-se ouvir por esta Comissão: as dos indígenas brasileiros - cuja convocação, ainda em tempo, poderá elucidar, melhor do que qualquer outro depoimento, a trágica situação em que se encontram os cerca de 180 mil remanescentes dos aproximadamente 3 milhões de índios que habitavam o País à época do Descobrimento.

Esperamos que esta CPI do Sistema Fundiário apure, com rigor, isenção e coragem, as causas da situação em que se encontram 10 milhões de famílias de lavradores brasileiros sem terra, marginalizados por um "processo de desenvolvimento" que, justamente por excluí-los, não merece esse nome. À margem da marginalidade dos lavradores, encontram-se hoje os povos indígenas, cuja problemática, embora mereça ser analisada por uma CPI específica, tentaremos apresentar, no que se refere ao aspecto das terras.

A espoliação das terras indígenas vem ocorrendo, em toda a extensão das Américas, desde que aqui pisou o conquistador europeu. É sobejamente conhecida - até por preconceituosos filmes exibidos regularmente pela nossa televisão - o extermínio quase completo dos índios que habitavam a América do Norte, pelo simples fato de ousarem defender suas terras, legado dos ancestrais, que os invasores brancos queriam, a qualquer preço, ocupar. Um olhar à História nos mostra que igual ou pior foi a sorte dos Incas, Maias e Astecas, senhores de brilhante civilização, destruída impiedosamente pela cobiça dos espanhóis ali chegados.

No Brasil, lembramos com tristeza o desaparecimento das Reduções Guaraníticas que, entre os anos de 1610 e 1768, mostraram um modelo de sociedade verdadeiramente exemplar, onde, com a assistência dos missionários jesuítas, os Povos Guaranis partilhavam, na justiça e na igualdade, os frutos de uma terra comum (Tupambã = terra de Deus) e de um trabalho organizado sem exploração de uns sobre os outros. Como todos sabemos, a displicência das autoridades coloniais, que, ao redefinir as fronteiras do Sul do País, não reconheceram as posses e os domínios daqueles povos, foi a primeira responsável pelos posteriores massacres levados a efeito tanto por forças oficiais quanto por bandidos aventureiros, também conhecidos por "bandeirantes", que hoje os compêndios escolares apresentam como heróis.

A tão louvada expansão de nossos limites territoriais para além da linha do Tratado de Tordesilhas foi igualmente obtida à custa do sangue Índio. O desaparecimento de dezenas de nações indígenas foi o preço da terra tomada ao Império espanhol pelo avanço dos bandeirantes.

Todos estes fatos - poderão objetar os ilustres membros desta Comissão - pertencem ao passado e, embora os lamentemos, nada mais nos cabe fazer. Antes assim fosse!... Os erros do passado, senhores deputados, apenas a História os conta, e seus responsáveis, hoje desaparecidos, já não podem ser argüidos por eles. O que nos parece inconcebível é que hoje - quando tão aguda é a questão do respeito aos direitos humanos; quando acusações de genocídio, prontamente desmentidas, se levantam no Exterior contra as autoridades de nosso País, quando existem um Estatuto do Índio e um órgão oficial encarregado da assistência às populações tribais - hoje esteja resuscitando, com pleno apoio e incentivo financeiro do Governo, a figura do "bandeirante" na pessoa do latifundiário ou "paulista", usurpador das terras indígenas, para cujos objetivos todos os meios são válidos.

O gravíssimo problema das terras dos Índios não pode ser solucionado enquanto não se repensar a política desenvolvimentista do Governo brasileiro, procurando situar corretamente as competências e possibilidades do órgão oficial de assistência ao Índio. A Funai, como é sabido, encontra-se subordinada ao Ministério do Interior, que abriga também, entre outros órgãos, a Sudam - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Por diversas vezes o Cimi uniu sua voz à de antropólogos e indigenistas que propuseram a vinculação da Funai diretamente à Presidência da República, junto à qual o órgão encontraria a indispensável força e autonomia, hoje inexistente, que lhe permitiria contestar as frequentíssimas investidas da Sudam e de seus beneficiários - as empresas agropecuárias, mineradoras, etc. contra as terras e a própria vida dos Índios.

De nada adianta o presidente da Funai apregoar uma força que realmente não tem - como repetidas vezes vem fazendo. Ainda recentemente, num debate promovido pelo seminário Opinião (cuja divulgação foi vetada pela Censura), o general Ismarth afirmava: "O Estatuto do Índio deu a força necessária à Funai para efetivamente fazer a defesa da comunidade indígena em todos os aspectos. Esse Estatuto pode ter falhas, mas é uma arma poderosa nas mãos da Funai, para fazer o que deve ser feito. A Funai não precisa consultar ninguém para cumprir a lei. Podemos tomar a iniciativa, e temos poder de polícia para atuar. Temos a força na mão. E só não nos omitirmos em relação aos problemas (...). Se a Funai precisar, pode se valer do Exército para resolver um problema (...). A Funai tem tudo na mão. E só cumprir a lei (...). As

ações de despejo estão atingindo os grandes proprietários, que estão correndo (das áreas indígenas) do Sul do País".

Como órgão subordinado a um Ministério encarregado da política desenvolvimentista, só resta à Funai reconhecer, pela boca de seu presidente, que "o que tem ocorrido nessa Amazônia Legal é que a Funai tem recebido fatos consumados, sem prévia consulta, e talvez tenha faltado uma coordenação entre todos os órgãos que operam na área" (palavras do general Ismarth de Araújo Oliveira na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, 2-10-75). Sua Excia. se referia, nessa ocasião, aos graves problemas que estavam ocorrendo entre comunidades indígenas da Amazônia, cujas terras tinham sido cortadas por estradas que lhes levaram doenças, prostituição, alcoolismo, morte. Ainda nesse pronunciamento, o general Ismarth afirmava que, diante dessas ocorrências, só restava à Funai "adaptar-se ao fato consumado para minimizar os efeitos decorrentes sobre as comunidades indígenas".

É essa passividade, senhores deputados, que nos preocupa. A História, sempre, e a opinião pública nacional e internacional, desde já, vão julgar implacavelmente a omissão e conivência dos participantes do extermínio das populações indígenas. Extermínio que se inicia, em todos os casos, pelo roubo total ou parcial de suas terras, e deveria ser coibido pelo Governo, desde que ele se decida a dar autonomia indispensável à Funai e que esta se proponha a destruir o monstro da burocracia que a subjuga. A luta pela sobrevivência do índio é uma questão de dramática urgência, que não pode ficar atrelada a formalismos burocráticos de paquidêrmicos grupos de trabalho que apenas produzem frios e inconseqüentes relatórios, para desespero de muitos sertanistas que, na mata, junto às comunidades indígenas, sabem que o índio não pode esperar os beneplácitos de Brasília para conter os bulldozers que já roncam na direção da aldeia. Afirmar que à Funai cabe "estabelecer contatos pacíficos e explicar que a rodovia não deverá prejudicá-los" (3) é ser conivente, é ser uma peça do mecanismo desumano que destrói o índio.

AS TERRAS INDÍGENAS, DENTRO DA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA

No depoimento que prestou dia 9 pp. a esta CPI, o Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, sr. João Carlos de Souza Meirelles, afirmou, mais de uma vez, que a ocupação da Amazônia pela empresa privada deveria respeitar a definição das áreas de reservas ecológicas, parques nacionais e reservas indígenas, e que, uma vez identificadas e delimitadas essas áreas, se aproveitariam, "POR EXCLUSÃO", outras áreas, que seriam destinadas à exploração agrícola, pecuária e florestal. Não é preciso muito esforço de memória para se ver que, entre o asséptico depoimento do líder dos empresários e a trágica realidade das tribos acossadas pelas agropecuárias e mineradoras, associadas da A.E.A., vai uma longa distância, comparável apenas àquela que separa o descaso das autoridades em relação ao futuro dos índios, do interesse que o mesmo governo manifesta pela "ocupação empresarial" da Amazônia.

Efetivamente, qual a grande razão para a abertura das rodovias amazônicas? Em um momento de ufanismo desbragado, falou-se em que uma dessas estradas, a Transamazônica, destinava-se a conduzir "homens sem terra para uma terra sem homens" (4). Constatamos hoje que os pãrias nordestinos não tiveram, na malograda "colonização" da Amazônia, a mesma sorte que os bois dos empresários do Sul e estrangeiros, que hoje engordam nos pastos formados onde deveriam estar as lavouras dos "homens sem terra". Pastos que, muitas vezes, ocuparam, também, o chão dos legítimos "homens da terra", indígenas que ali já habitavam desde tempos imemoriais - como os Xavante do Mato Grosso, expulsos da área que habitavam pelos proprietários da Agropecuária Suia Missu, hoje vendida à multinacional Liquigás.

Como explicar a invasão do Parque do Xingu pela Agropecuária Santa Rosa, que penetrou pelo menos 24 quilômetros no limite Leste dessa área? Como compreender a profanação desse mesmo Parque pela BR-80, em 1971, sem que parte da área desmembrada, ao Norte, permanecesse totalmente na posse dos índios, ou revertesse "à posse e domínio pleno da União", como determina a Lei 6001 (Estatuto do Índio), em seu artigo 21. Ao invés disso, como se sabe, essa área foi ocupada por fazendas, que poderão entrar em conflito com os índios Txukarramãe, que não concordaram em abandonar o seu território.

Como justificar a entrega da terra dos Nanbikwãra a várias fazendas, no Vale do Guaporé, Mato Grosso, pela própria Funai, mediante a expedição de certidões negativas da presença de índios na área?

Somente no Vale do Guaporê, há umas duas dezenas de fazendas instaladas: Firmas com Autorizações fornecidas pela Funai:

- 1 - Leo Maniero - Funai/5a./2331/70
- 2 - Agropecuária União S.A. - Funai/5a./185/71
- 3 - Agropecuária Guaporê-Galera S.A. - Funai/BSB/686/71
- 4 - Nhambikwara Ltda. - Funai/BSB/160/71
- 5 - Kanaxuê Agropecuária - Funai/5a./2199/70
- 6 - Agropecuária Tapicuru S.A. - Funai/BSB/319/71
- 7 - Agrorio - Agropecuária do Rio S.A. - Funai/5a./2072/70
- 8 - Cerro Azul - Funai/5a./0719/71
- 9 - Cia. Guaporê Agropecuária-Bonguapê - Funai/BSB/3193/71
- 10 - Bagua S.A. - Agropecuária da Baía do Guaporê - Funai/5a./2072/70
- 11 - Agropecuária Cabixã - Funai/5a./2518/70
- 12 - Galera S.A.- Agropecuária Comércio e Indústria - Funai/BSB/2556/70
- 13 - Edmundo José Rodrigues - Funai/5a./597/71
- 14 - Sape Agropecuária S.S. - Funai Gab/395/69
- 15 - Agropecuária Vale do Guaporê - Funai Gab/406/69

Obs.: Novas fazendas vêm se instalando na mesma área após essas autorizações.

Hoje os Nanbikwãra que sobreviveram às mudanças compulsórias efetuadas pela Funai perambulam, famintos, pelas fazendas e estradas localizadas em suas próprias terras.

Melhor sorte não tiveram os Suruí de Rondônia, que, pela demora em se definirem as suas terras, sofreram drástica redução populacional: de 4.000, aproximadamente, existentes em 1969, restam hoje, quando muito, 250. Eles iam ser transferidos para o Parque do Aripuanã, onde ficariam com os Cintas Largas, Zorões e Cabeças Secas (5). Este Parque, porém, apesar de demarcado pela Funai, está quase todo loteado para particulares, conforme mapa cadastral do Município de Aripuanã.

Outras invasões em Mato Grosso: os Xavante da aldeia dos Areões têm dentro de sua área uma fazenda; os de Pimentel Barbosa foram enganados pelos fazendeiros vizinhos que, com alguns presentes, levaram-nos a aceitar uma demarcação lesiva aos mesmos.

Os Bororo também têm problemas. Embora os de Meruri, no município de General Carneiro, tenham conseguido uma demarcação satisfatória, pagando, para isso, com a vida de um missionário e um índio, o mesmo não ocorreu com os da Colônia Teresa Cristina, em Rondonópolis. Esse grupo, que teve o primeiro mapa de sua área desenhado por Rondon, viu reduzir-se para 26 mil os 65 mil hectares da reserva, que acabou sendo demarcada com uma fazenda encrustada dentro, ocupando as melhores terras. Es-

sa fazenda, localizada bem no centro da área, pertence a José de Figueiredo Ferraz, membro de conhecida família paulista.

Estas anomalias e outras nos deixam ainda várias perguntas:

Como não se impacientar diante dos sucessivos adiamentos na demarcação da terra dos Tapirapê, no município de Luciara, MT, que foi em grande parte ocupada pelas agropecuárias Tapiraguaia, Codeara (Grupo BCN) e Porto Velho (Fertilizantes IAP), todas três associadas da A.E.A. - como, aliás, outras empresas invasoras, citadas atrás e adiante? Se os senhores deputados quiserem ver as provas da invasão, acobertada inicialmente pelo ex-governador do Mato Grosso, Ponce de Arruda, é só pedir aos donos da Tapiraguaia, sediada em São Paulo, que lhes mostrem seus documentos de propriedade. Eles comprovarão que aquela área foi praticamente doadada, em 1959, pelo referido governador a um cidadão que, em 1961, vendeu-a aos atuais proprietários da fazenda. Ouçam também as Irmãs de Jesus, dedicadas Missionárias que, ao chegar aos Tapirapê, em 1952, já encontraram naquele local a aldeia dos índios, que tinham, como local de caça e lavoura, uma área hoje parcialmente cercada de arame pelas três referidas fazendas, que dela fizeram seus pastos e "reservas florestais" (6).

Como não se revoltar com o sistema de semi-escavidão a que estão sujeitas, nos seringais do Alto Purus, Iaco e Alto Envira, no Acre, as tribos Kulina, Kaxinaua, Manxineri e outras? Suas terras foram tomadas pela Fazenda Califórnia (do Grupo Atala Copersucar), Companhia de Desenvolvimento Novo Oeste (do Grupo Atlântica-Boa Vista), Fazenda Sobral, Fazenda Petrópolis, etc. e hoje eles se encontram como empregados naquela que seria sua propriedade, recebendo de seus esbulhadores, muitas vezes, uma garrafa de pinga como pagamento do dia de trabalho. (7).

Como acreditar que, em Roraima, onde, ainda hoje, os indígenas representam pelo menos um terço da população do território, não haja sequer uma única área efetivamente demarcada e respeitada? Como acreditar, ainda, que as "compulsões violentas por parte dos fazendeiros" contra os índios, de que falou o general Ismarth em seu depoimento, dia 17 pp., sejam acobertadas e estimuladas pelo Delegado Regional da Funai de Boa Vista, sr. José Carlos Alves, como denunciaram diversos líderes das tribos Makuxi, Wapixana e Taurepang, presentes à Assembléia de Tuxauas, no rio Surumu, em janeiro pp. - assembléia que a Funai, arbitrariamente, dissolveu, talvez por não querer ouvir a voz acusadora dos índios? (8).

Como entender que os Índios Yanomami, do mesmo Território, ainda não tenham hoje, sequer, sua área definida, quando propostas para a criação da Reserva foram encaminhadas a Brasília por missionários e funcionários da Funai, sucessivamente em 1968, 1969, abril de 1974 e outubro do mesmo ano? (9).

PEQUENOS LAVRADORES E GRANDES FAZENDEIROS

Esta Comissão certamente percebeu que, até agora, nos referimos quase que exclusivamente à invasão das terras indígenas por parte das grandes empresas latifundiárias, sejam elas agropecuárias, mineradoras ou colonizadoras. Ninguém ignora, certamente, os conflitos - alguns até bastante recentes - em que se defrontaram Índios e pequenos lavradores, sobretudo posseiros. Também é de conhecimento geral que, em outras áreas indígenas, invadidas por posseiros e outros intrusos menores, o conflito está latente, podendo estourar a qualquer momento. O depoimento do general Ismarth a esta CPI faz referência a muitas dessas invasões (aliás, o presidente da Funai sempre se refere a posseiros e intrusos e, com parcimônia, a fazendeiros, sem esclarecer que, sobretudo na Amazônia, quase todos esses "fazendeiros" são, na verdade, prósperos industriais e banqueiros - do Sul do País ou estrangeiros - que se escondem atrás de uma S.A. e que, frequentes vezes, sequer se interessam por tomar conhecimento e coibir as infrações trabalhistas, as grilagens, a ação dos jagunços e outras arbitrariedades que se cometem na implantação e desenvolvimento de suas fazendas (10).

Um exemplo apenas: o poderoso grupo Itamarati, dono das fazendas Agroama, Pecuama, Guanabara, Bandeirante 67, Buriti, Apemague - todas em Mato Grosso, instalou-se numa área de aproximadamente 300 mil hectares, entre os rios Juruena e Papagaio, invadindo uma dezena de glebas com títulos definitivos e também uma parte da Reserva Pareci decretada em 1968. Qual o título aparente que o grupo Itamarati apresentou para se sobrepor aos títulos reais e válidos? Simplesmente a compra dos direitos de ocupação de uma parte daquela área, ao seringalista Propício Loureiro. O CIMI denunciou este "negócio", em 1974, ao correspondente de O Estado de S. Paulo em Cuiabá, mas a matéria foi - quem sabe por quais interesses? - vetada pela Censura oficial a que, na ocasião, estava sujeito esse jornal.

Como dizíamos, não ignoramos as invasões de áreas indígenas por posseiros e outros pequenos lavradores. É preciso atentar, porém, para o fato de que, na maior parte dos casos, os posseiros que hoje são

invasores de terras dos Índios já foram, anteriormente, eles próprios, invadidos e expulsos das áreas que cultivavam, por grupos poderosos de grileiros e prepostos dos grandes latifundiários. Como dissemos no documento em que o CIMI se manifestou sobre o assassinato do padre Rodolfo Lunkenbein, missionário entre os Índios Bororo do Mato Grosso, em julho do ano passado:

"... As mesmas empresas capitalistas que invadem as terras dos Índios estão igualmente expulsando posseiros e pequenos lavradores. Por esse motivo, algumas vezes, posseiros e trabalhadores rurais, esbulhados de seu meio de trabalho, são compelidos a ocupar áreas indígenas. É fácil perceber, todavia, que, por trás de eventuais agressões de pequenos lavradores contra as áreas indígenas, estão a agressão do latifúndio capitalista que, em última análise, é o responsável direto e indireto pelo esbulho da terra dos Índios. Aliás - continua o documento - queremos denunciar a cortina de fumaça que a Funai e alguns setores ligados aos grandes proprietários de terra estão lançando sobre a opinião pública, mostrando toda invasão de área indígena como obra de posseiros. Na verdade, os choques entre posseiros e Índios são relativamente pequenos. Os maiores problemas, muitas vezes promovidos ou, pelo menos, acobertados por órgãos do Governo, são causadas pela invasão das terras indígenas pelas grandes companhias pecuárias, madeireiras e mineradoras, nacionais e multinacionais" (11).

Em seu depoimento a esta CPI, o General Ismarth afirmou que as sérias deficiências da infra-estrutura da Funai na Amazônia foram "fruto de uma política adotada" (pelo órgão até 1976) "de dar prioridade às comunidades do Sul do País". Mais adiante, Sua Excelência enumerou, detalhadamente, o número de arrendatários e invasores das áreas indígenas do Sul. Não nos agradaria concluir que a "prioridade" da Funai tenha se limitado ao cadastramento dessas irregularidades - que, de resto, já tinham sido objeto de uma CPI na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1968. Mas, de fato, o que se observa é uma total descrença dos Índios Kaingang, Guarani e Xokleng, de voltarem a recuperar suas terras. Privados delas, não são poucos os Índios que se empregam como boas-frias, sobretudo no Paraná e em São Paulo, "integrando-se" ao mais miserável e explorado contingente de trabalhadores do País.

Como já aludimos ao falar das invasões na Amazônia, também no Sul é significativa a presença de grandes empresas ocupando a terra e dilapidando o patrimônio indígena. No P.I. Ibirama, em Santa Catarina, a firma Marchetti explora madeira-de-lei, sassafrás e palmito da terra dos Índios Xokleng. No P.I. Mangueirinha, PR, onde vivem 310 Kaingang e Guarani, a grilagem promovida pelo governo de Moysés Lupion, em 1949, tomou

8.976 hectares dos Índios, deixando-lhes apenas 8.804 ha. Parte grilada, onde existiam 170 mil pinheiros, foi vendida pelo governo estadual do Paraná à Companhia Forte e Cury, que a revendeu ao Grupo Slaviero, atual "proprietário". (12). Segundo depoimento do presidente da Funai a esta CPI, o P.Indígena Mangueirinha não apresenta invasões. Será um fantasma e se grupo Slaviero, que ocupa mais da metade da área indígena?

A firma Marochi invadiu o P.I. Rio das Cobras, no município de Laranjeiras do Sul, PR, onde também explora os pinheirais. (13). Em Nonoai, RS, a firma Hermínio Tissiani & Cia Ltda. apossou-se fraudulentamente de 20 km² da área indígena e transferiu o título para o atual "proprietário", Artur Dall'Astro (14).

Essas e outras empresas, além de ocuparem a terra indígena, dilapidam-na, carreando para fora uma incrível quantidade de pinheiros, que representam significativa parcela do patrimônio indígena, nos termos no Artigo 22, caput, do Estatuto do Índio: "Cabe aos Índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes".

Ora, o mais espantoso é que a própria Funai, tutora dos Índios brasileiros, tem se mostrado, por meio do DGPI - Departamento Geral do Patrimônio Indígena - a maior exploradora das riquezas naturais das áreas do Sul. Vejam, senhores deputados, os jornais dos dias 24 e seguintes, de fevereiro, que relatam a vinda, a esta capital, dos caciques das tribos Kaingang e Guarani do já referido Posto Indígena de Mangueirinha, no Paraná, para protestar contra as atividades da serraria do DGPI naquela área (15). O próprio general Ismarth reconheceu a evidência das denúncias, e o IBDF fechou a serraria da Funai, lavrando um auto de infração de quatro itens. O caso de Mangueirinha não é único. Os Kaingang do P.I. Xapicó, em Xanxerê, SC, estão sendo também espoliados de seus pinheirais por outra serraria do DGPI, com capacidade para serrar até 3.000 dúzias de tábuas por mês. (16)

No final do ano passado, esses Kaingang escreveram à sede da Funai, nesta capital, pedindo, mais uma vez, que lhes fosse permitido utilizar os pinheiros de sua própria área, para a construção de um galpão para armazenagem das colheitas. Enquanto isso, na serraria do DGPI, milhares de cruzeiros de tábuas são comercializados diariamente, sem que os Índios percebam qualquer parte dos lucros do seu órgão de assistência. Em Nonoai, RS, os Kaingang veem igualmente desaparecerem seus pinheiros, que são vendidos, em toras, pela mesma Funai.

Muito embora a posse e usufruto exclusivo das terras que habitam as populações indígenas lhes são garantidos pelo art. 22 da Lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973, contudo a Funai possui dentro de sua pró-

pria estrutura o Departamento Geral do Patrimônio Indígena - DGPI, que vem sugando e dilapidando esse mesmo patrimônio. Tais são os desmandos do DGPI que o antropólogo George Cerqueira Zarur, ex-diretor do Departamento Geral do Planejamento Comunitário da Funai não duvidou chamá-lo de "o monstro", no Simpósio realizado em Salvador, fevereiro de 1976.

Dado que, por motivos óbvios, os funcionários do DGPI, e, conseqüentemente, de toda a Funai, não possam prestar depoimentos capazes de revelar todos os desmandos sobre terras indígenas, esta CPI da Terra, em boa hora constituída, sentir-se-ia frustrada em seu objetivo e não resistiria à crítica da opinião pública, caso não tivesse a possibilidade de pesquisar dentro da própria Funai o problema das terras indígenas. Seria preciso ver o jogo de interesses e pressões que o órgão vem sofrendo, não obstante afirmações em contrário de seu presidente, a ponto de estar a serviço de outros interesses que não os dos índios, que constituem sua única razão de existir.

A marginalização que o índio sofre dentro de sua própria terra invadida e espoliada, compele-o, como já dissemos, a procurar outros meios de sobrevivência ("sobrevivência" é o termo exato). Assim é que encontramos, no subúrbio de Barragem, na zona rural da capital paulista, 15 famílias de Guarani, quase todas procedentes de Mangueirinha, as quais comprimidas em três alqueires de terra emprestada por um particular, não encontram outra alternativa senão a mendicância, em que podem ser encontradas, com bastante frequência, nas ruas de São Paulo.

Essa ou pior situação é a em que se encontram os poucos sobreviventes das tribos de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Paraíba. Em Minas Gerais, concretamente, os Maxakali estão, no momento, empenhados numa luta desigual pela sua terra, ameaçada por fazendeiros (17). Essa dramática realidade já foi referida pelo Presidente da Funai, no depoimento do dia 17 pp. Gostaríamos apenas de ressaltar que essas tribos são o triste exemplo do que poderá vir a ocorrer com outros grupos indígenas, hoje acossados pelos grandes fazendeiros e outros invasores. Aliás, é o que já está acontecendo com um grupo da quase extinta tribo Tupiniquim, no Espírito Santo (ao qual o general Ismarth não se referiu - embora, no início de seu depoimento, não tenha arrolado esse estado entre aqueles que não contam com populações indígenas). As terras dos Tupiniquim estão hoje ocupadas pelos empreendimentos de reflorestamento e celulose do poderoso grupo Aracruz - que, diga-se de passagem, é também responsável pela expulsão violenta de numerosos posseiros.

DEMARCAÇÃO URGENTE, CONDIÇÃO PARA SE DETER A VIOLÊNCIA E O
EXTERMÍNIO

O Estatuto do Índio, em seu art. 65, determina que "o poder executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas ainda não demarcadas". Mas, segundo o presidente da Funai, em seu depoimento a esta CPI, "é evidente que não vamos conseguir cumprir o prazo previsto na Lei 6001/73"... Perguntamos: quais as razões para uma tão categórica certeza do descumprimento da Lei, na boca de quem está aí para fazê-la cumprir?

O depoimento do general Ismarth contém algumas possíveis justificativas: desde a incongruência entre limites fixados há muitos anos e a realidade encontrada no momento da demarcação, ou a localização de grupos fora das divisas decretadas, até a parcimônia dos recursos financeiros colocados à disposição da Funai para essa tarefa. Segundo o general Ismarth, "entre 1972 e 1976, a Funai demarcou 4.627 km de perímetro de áreas indígenas", dispondo, para isso, dos seguintes recursos: 1972 : cr\$ 600 mil; 1973: cr\$ 900,00; 1974: cr\$ 2.800 mil; 1975: cr\$ 13.900 mil; 1976: cr\$ 10.000 mil. "Para 1977", continua Sua Excelência, "contamos com cr\$ 12 milhões e pretendemos demarcar, em números redondos, 3.000 km". A simples leitura destas cifras nos traz, inevitavelmente, uma interrogação: Por que, nos anos anteriores, dispoendo de mais fartos recursos, a Funai demarcou proporcionalmente muito menos do que se propõe a fazer, em 1977? Gastou-se inutilmente o dinheiro público, até 1976? Ou se pretende, em 1977, acenar novamente com metas ilusórias, cujo descumprimento aumentará ainda mais a frustração e desesperança das comunidades indígenas, vítimas do implacável avanço dos latifundiários invasores?

Não nos parece elevada a soma de cr\$ 12 milhões para a demarcação de áreas indígenas, em 1977, sobretudo se a compararmos, por exemplo, com os cr\$ 140 milhões que a multinacional Volkswagen receberá, até 1982, de incentivos fiscais do Governo - isto é, dinheiro de impostos que deveria reverter em benefício do povo e que vai ser empregado para derrubar e queimar 70 mil hectares de mata para formação de pastagens artificiais, no município de Santana do Araguaia, Pará (18).

Para a desesperadora questão da sobrevivência do Índio, definitivamente condicionada à demarcação de suas terras, o modelo desenvolvimentista do Governo não oferece, porém, mais do que cr\$ 12 milhões, em 1977.

Será isso, porém, que determina os sucessivos descumprimentos dos programas demarcatórios da Funai? Ou, privilegiadas como são com os incentivos fiscais, não estarão as grandes empresas latifundiárias bas-

tante fortes e seguras para, por diversas formas, pressionar o órgão oficial de proteção ao Índio, para que vá protelando inadiáveis demarcações? Por que não se elimina a burocracia demarcatória com a mesma presteza com que o general Ismarth de Araújo Oliveira dispensou o decreto do Presidente da República, exigido pelo Art. 20 da Lei 6001, quando se tratou de remover de seu habitat a tribo dos Kren-akarore, os tristemente famosos "Índios gigantes"?

Infelizmente, senhores deputados, somos forçados a concluir que o órgão oficial de assistência ao Índio só se dispõe a trabalhar quando a opinião pública toma conhecimento de sua omissão e/ou conivência face a desmandos observados em áreas indígenas, ou quando pressionado pelo próprio Índio. Essa é a única explicação para o súbito interesse pelas tribos de Roraima e do Acre, áreas que, segundo o general Ismarth, merecerão prioridade da Funai, este ano. No Acre, antes dos levantamentos efetuados pelo Cimi, em novembro de 1975 e janeiro, abril, maio e junho de 1976 - cujos relatórios entregues à Funai, comprovaram a completa espoliação das terras dos Índios naquele Estado (19) - não existia nenhum Posto Indígena e a Funai era a grande ausente. E, em Roraima, as queixas dos tuxauas reunidos em Surumu, em janeiro último, em Assembléia que a Funai resolveu dissolver, parecem ter atraído a atenção da Presidência do órgão, que agora promete deslocar para aquele Território três Grupos de Trabalho.

Essa tentativa de pensar feridas supuradas - ao invés de prevenir as infecciosas invasões das terras indígenas - nos parece extremamente inconsequente. A demarcação da Reserva de Meruri custou as vidas do Bororo Simão Cristino, do missionário salesiano Rodolfo Lunkenbein, membro do Cimi, e de um dos participantes do ataque à aldeia, dia 15 de julho de 1976. De certa forma, esses trágicos acontecimentos podem ser também creditados à burocracia da Funai, que, desde 1974, vinha sendo alertada constantemente por Índios e missionários sobre a gravidade da situação (20)

Também os Guajajara, no Maranhão, Suruí, em Rondônia, e muitos outros, estão empapando com o próprio sangue a terra que ainda não sabem se verão demarcada. Será tão difícil, assim, compreender que a rápida e corajosa demarcação das áreas indígenas bloquearia, no nascedouro, essa espiral de violência?

CONCLUSÃO

Senhores Membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ao atendermos à convocação para este depoimento, não tivemos outro propósito que o de oferecer a contribuição dos missionários que atuam junto aos índios, para a sobrevivência, com dignidade, dos povos indígenas.

Evangelizar é promover a libertação de todas as condições opressivas e revelar a vida nova de Jesus Cristo Ressuscitado. Por isso, o trabalho do Cimi e de todas as Missões só poderá realizar-se garantindo ao índio o seu legítimo direito à terra, condição essencial de sua sobrevivência e seu desenvolvimento integral.

É necessário, senhores Deputados, que no Congresso Federal os povos indígenas do Brasil encontrem aqueles que se disponham, diuturnamente, a defender-lhes os direitos.

Conscientes de seus próprios desacertos e limitações, os missionários do Brasil, aqui representados pelo CIMI, oferece esta sua colaboração, que nada mais significa que a indispensável coerência com a linha de ação definida na Primeira Assembléia de Pastoral Indigenista, realizada em junho de 1975, em Goiânia:

"Apoiar decidida e eficazmente, em todos os níveis, o direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra, nos termos do Art. 11 da Convenção 107 da OIT, uma vez que eles são os proprietários originários e parte integrante da mesma terra. Terra apta e suficiente para um crescimento demográfico adequado à sua realidade ecológica e sócio-econômica".

Muito obrigado.

Brasília, 23 de março de 1977

D. Tomás Balduino
D. Tomás Balduino
Presidente do CIMI.

NOTAS, REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS

- (1) a. O Estado de S. Paulo, 8-5-74: "Tretor destrói a aldeia dos munkus";
 b. Relatório do Cimi sobre o Alto Purus - 19-2-76;
 c. Relatório do Cimi sobre o Alto Enviro - maio de 1976.
- (2) a. Y Juca Pirons - o índio: aquele que deve morrer. Documento de urgência de Bispos e Missionários. 25-12-73;
 b. Schwade, Ezydio. Visão Panorâmica da situação indígena no Brasil. Revista de Cultura Vozes, Abril 1973. Edit. Vozes, Petrópolis.
- (3) Jornal do Brasil, 21-8-74
- (4) Discurso do presidente Emílio G. Médici, anunciando o início da construção da rodovia Transamazônica.
- (5) a. Situação dos índios Suruí, Muxor (Cabeça Seca) e Cinta Larga;
 b. Relatório do "Simpósio sobre o Futuro dos índios Cinta Larga". Cuiabá, março de 1973.
- (6) MOVIMENTO nº 14, 6-10-75: "Na Terra dos Tapirapé".
- (7) a. Ver Documentos (1) b e (1) c: Alto Purus e Alto Enviro;
 b. "Propostas sobre terras e outros assuntos relacionados com os índios Apurinã, Kulina, Janinawa e Manchineri": ofício do Sr. Antonio Iasi Jr., do CEMI, ao general Isenrth. - 10-3-75.
- (8) a. "Notas sobre o problema da Defesa da Terra Indígena. Da Prelazia de Roraima ao Conselho Indigenista da Funai - Rio de J., 18-2-72;
 b. Abaixo-assinado de 24 Tuxauas Makuxi, Wapixana e Taurepang ao Presidente da Funai. Missão Surumu, Roraima, 15-1-73;
 c. "Processo Atual de Espoliação do Índio em Roraima" (Relatório ao CIMI). Boa Vista, dezembro de 1976;
 d. Carta dos Tuxauas Makuxi Filismino Raimundo Tercera e Antonio Marculino, de Roraima, ao Presidente da Funai - Janeiro de 1977;
 e. "Palestra" do Tuxaua Filismino Raimundo Tercera, da Maloca do Linhão (Roraima), lida na Assembléia de Tuxauas, no Surumu (7 e 8-Jan-77) e enviada ao presidente da Funai.
- (9) a. Kenneth I. Taylor e Alcides Rita Ramos: "Sugestões para a Criação de um Parque Indígena no território dos índios Yanomama, no Norte do Brasil". Rio de Janeiro, 6-12-68 - Com 3 adendos elaborados em conjunto com a Missão Catrimani. Auaris, RR, 13 e 14-7-69;
 b. Reencaminhamento do Projeto de Reserva dos Yanomami, pelo Padre João Batista Saffirio. Missão Catrimani, 15-4-74.
- (10) "Pastoral da Terra: Posse e Conflitos". Coleção "Estudos da CIMB-CEP, volume 13. Edições Paulinas. São Paulo, 1977.
- (11) Declaração do CIMI. In Boletim do CIMI nº 30, julho 76; págs. 31-34.

- (12) a. Situação dos Índios do Sul do Brasil (Relatório do CIII). Porto Alegre, 12 a 22-2-75; (16 de
- b. Recortes de Diário do Paraná e O Estado do Paraná, março de 1977.
- (13) Vide (12) a.
- (14) Cópias de ofícios e Rádios dos ex-Chefes do Posto Indígena de Nonósi, RS, Waldemar Justino da Rosa e Victor Moreira Knowitz (1968-1969).
- (15) a. O Estado de S. Paulo, 24-2-77, pág. 15: "Índios pretendem impedir Funai de cortar pinheiros";
- b. O Globo, 25-2-77; pág. 7: "Funai apura denúncia de índios do Paraná";
- c. Jornal do Brasil, 26-2-77, pág. 20: "Funai confirma denúncia de irregularidades no Posto Indígena de Langueirinhas";
- d. O Globo, 27-2-77, pág. 6: "IBDF fecha serraria da Funai em área indígena".
- (16) Boletim do CIII nº 34
- (17) *Jornal de Brasília, 22 e 23 3 77*
- (18) Livro citado na Nota nº (10) - pág. 174.
- (19) Ver Nota nº (7).
- (20) a. Boletim do CIII citado na Nota nº (11);
- b. Diversos documentos de Maruri: cartas e relatórios do falecido Pe. Rodolfo Lunkenbein e telegramas dos chefes Eugênio e Lourenço Rondon.

M. I. - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

mem. S, p. 99/293

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

DE MANAUS NR 154 PLS 50 DT 2306 HS 1120

RECEBIDO DE PP129 2306 AS 1130 POR SDR IV

ENDERECO

DGO ASI BSB

CIMI

CONTROLE Nº 74884

852/IA DR DE 230677 PT INFO VS QUE ATENDENDO CONVITE FEITO S BANCADA
MDB/AM BISPOS DOM TOMAS BALDUINO VG DOM PEDRO CASALDALIGA VG DOM /
NOACYR GRECKI ET DOM MILTON CORREA COMPARECERAO AMANHAN AS 15.00 HRS
CAMARA VEREADORES PT SDS IA DR MAD 111-111

TEXTO E ASSINATURA

CIMI
Aug. Jus.
13/7/72.

EM 1
Nº 1
ASI/FUNAI

ASI/FUNAI
Nº 515 177
EM 23106 177

Nota da CNBB em tom moderado

Expulso soldado que matou Burnier

O comandante da Polícia Militar, coronel Geraldo de Oliveira e Silva, anunciou ontem a expulsão do soldado Ezy Feitosa Ramalho, autor do disparo que matou o padre João Bosco Penido Burnier, e de mais seis outros policiais, envolvidos na prisão e torturas de três mulheres e um rapaz, pretexto de localizarem o assassino do cabo Moisés, no povoado de Ribeirão Bonito, em Mato Grosso.

Além do soldado Ezy Feitosa Ramalho, 25 anos, natural de Goiás, a Polícia Militar expulsou o terceiro sargento Elias Amador, cabos Messias Maheins dos Reis e Juraci Pedro da Silva, e os soldados José Ferreira de Andrade, Clarindo Rodrigues do Carmo e Manoel Tavares do Nascimento, determinando que todos eles fossem levados sob escolta para a polícia civil, no município de Barra do Garças, onde serão processados.

DEPUTADO ACUSA PROPRIETÁRIOS

O deputado Adolfo Puggina, da Arena do Rio Grande do Sul, disse ontem, em Porto Alegre, que "os verdadeiros responsáveis pela morte do padre João Bosco Penido Burnier são aqueles que estão levando inquietação à Amazônia. Os verdadeiros responsáveis são os milhares de grandes proprietários, ou pretensos proprietários, capitaneados pelo ex-senador Flavio Brito, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que acusa de agitador quem contraria os seus interesses".

Adolfo Puggina, usando a tribuna da Assembléia Legislativa para a sua crítica, fez um apelo "aos altos escalões da República, ao próprio presidente Geisel, para que não se limite apenas ao exame do fato em si. Sabemos da preocupação do ministro da Justiça, sabemos da preocupação do Presidente que acompanha pessoalmente o noticiário sobre o desenvolvimento da situação no Mato Grosso. Mas o importante é ir às causas — acrescentou Puggina — porque senão estes fatos continuarão se repetindo, continuarão

ocorrendo crimes dessa natureza, porque agora foi apenas um padre, mas nestes últimos meses quantos posseiros foram assassinados? Quantos indígenas foram assassinados, corridos à bala por jagunços? Esta é a situação aflitiva da zona rural na Amazônia e especialmente no Mato Grosso".

IGREJA QUER BOM RELACIONAMENTO

O tom moderado da nota oficial divulgada pela CNBB revela que a Igreja acredita nas boas intenções do presidente Geisel e que não deseja romper com o Governo, embora considere muito delicado o atual relacionamento entre o Estado e a Igreja. Apesar de não ter sido feita qualquer declaração oficial neste sentido, sabe-se que a CNBB considera não ser do interesse do Governo a repetição de episódios sancionados como a morte do padre João Batista Burnier, e o massacre do padre Rodolfo Lunkenbein, em Mato Grosso, ou o sequestro do bispo de Nova Iguaçu.

Na opinião da cúpula do CNBB, não é interessante para o Governo a criação de mártires na atual situação. Afinal, segundo fontes da CNBB, "ninguém vai querer ressuscitar agora a figura de Tiradentes", acontecimentos como a morte do padre João Bosco marcam muito a opinião pública, acrescentaram as mesmas fontes, e está claro que estes não são os desejos do Governo.

Embora os últimos acontecimentos envolvendo religiosos tenham marcado profundamente o relacionamento entre a Igreja e o Estado, sabe-se que a CNBB ainda considera que as relações atuais como o governo Geisel são bem melhores do que as existentes durante o governo Médici. O relacionamento entre o Governo e a Igreja, segundo fontes da CNBB, chegou a se normalizar com o presidente Geisel, que possibilitou realmente uma abertura. A própria expulsão do padre Jentel, que retornou ao Brasil em 1975 depois de ter sido aconselhado a não voltar ao país, não chegou a abalar esse bom entendimento.

Cimi: ameaça contra padre

A ameaça de morte dirigida contra o padre Isidoro Schneider não provocou nenhuma surpresa ao Conselho Indigenista Missionário, pois o órgão já havia tomado conhecimento destas ameaças desde agosto passado, através de um boletim da prelaia de Diamantino, informou ontem, em Brasília, o secretariado do Cimi.

O padre Isidoro Schneider, no documento de agosto, coloca o problema dizendo temer as ameaças de morte já que havia sido procurado por pessoas não identificadas tentando demovê-lo da idéia de defender os posseiros ameaçados de despejo pela Agropecuária União, propriedade de Satoshi Kureaunaragi.

Há 20 anos trabalhando na região de Arenópolis, próxima ao município de Diamantino, Isidoro Schneider tem protestado contra o pretendido despejo dos posseiros que ali se encontram desde 1974, numa área em litígio, pois ainda não foi resolvida sua venda ao proprietário da Agropecuária União.

Em Brasília, o Conselho Indigenista Missionário, através de sua secretaria, e depois de entendimentos com Cuiabá, afirmou que todos os missionários, principalmente os que se encontram em áreas com problemas entre grandes fazendeiros e posseiros, enfrentam crises constantes, chegando mesmo a serem considerados "problemas normais".

Com a escalada terrorista contra a Igreja, temida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, manifestou-se o padre Egidio Schwade, secretário do Cimi, dizendo que "só um cego, um ingênuo, não percebem que privilégios protegem sequestradores, fazendeiros, policiais, jagunços e sobretudo os autores de crimes contra posseiros, padres, bispos ou quem quer que seja que denuncie os fatos".

Jornal de Brasília, de 16/10/76

file

CNBB revela força da Igreja na adversidade

O Departamento de Imprensa e Comunicações do Secretariado Geral da CNBB distribuiu ontem o seguinte Boletim de Imprensa:

"Mais um fato tristemente violento abala a paz do nosso convívio social, embora não venha a perturbar ou enfraquecer a caminhada pastoral da Igreja. O assassinato do virtuoso sacerdote e missionário jesuíta João Bosco Penido Burnier, perpetrado em repartição e por pessoa destinadas à Segurança Pública, demonstrar, em conexão com outros sintomas, que algo mui-

to sério deve ser feito neste caro país.

Urge que se apurem os fatos e se punam seus responsáveis na forma da lei, sem deixar de reconhecer honestamente e sanar corajosamente as raízes crônicas da violência. A Igreja, consciente da eficácia vital do martírio dos seus melhores filhos, reza a Deus pela pacificação do povo brasileiro e ficará feliz se for ouvida por quem de direito e admitida a participar nesta grande e urgente tarefa.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1976."

Soldado volta hoje para Barra do Garças

Cuiabá — O soldado Ezy Ramalho Feitosa, matador do Padre João Bosco e expulso ontem da Polícia Militar juntamente com os demais policiais militares que com ele trabalhavam no dia do crime, será levado hoje a Barra do Garças, escoltado por uma equipe de inspetores da Polícia Federal, enviados à Capital mato-grossense pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão.

Ao contrário do Secretário de Segurança, Coronel Madeira Évora, favorável à pena de morte em casos como os de Ludinho e do Padre João Bosco, o Comandante da PM de Mato Grosso, Coronel Geraldo de Oliveira e Silva, disse não ter uma opinião formada sobre o assunto.

SOFRIMENTO

"Sinceramente" — acrescentou o Comandante da corporação — "não sei se a eliminação pura e simples do indivíduo solucionaria ou se ele deveria amargar para o resto de sua vida, num cárcere, o ato praticado,

com sua consciência a lhe martelar o interior e a lhe trazer remorsos".

Sobre o Cabo Luis Targino, autor da denúncia que possibilitou desvendar a morte de Ludinho, o Coronel Geraldo de Oliveira e Silva disse que sua culpa no caso só poderá ser esclarecida em juízo.

"Para nós, da PM, ele é um réu confesso. Afirmou que vendeu armas apreendidas e comercializava ilegalmente. Isso, por si só, já é uma transgressão ao regulamento. No mínimo o que justifica a sua detenção. Pessoalmente acho que ele é culpado, pois é difícil imaginar que as coisas tenham se passado conforme relatou. Isto é: o Tenente haver-lhe informado, pura e simplesmente, sobre o sequestro. Quanto ao comércio ilegal de armas, estamos apurando. Vamos apurar também o desvio de material e munições do almoxarifado, do qual o Tenente Aramis era o encarregado", acrescentou o Comandante da PM.

Arquidiocese de Olinda e Recife prega união

"A Arquidiocese de Olinda e Recife une-se aos religiosos da Campanha de Jesus, à Prelazia de Diamantino, Mato Grosso, a Conferência Nacional dos Bispos e, em especial, à Comissão Indigenista Missionária e, por eles, a todos os que lamentam o sacrifício do Padre João Bosco Penido Burnier, SJ, morto por policiais de Mato Grosso.

De modo todo particular, lembramos aos pobres, aos oprimidos de todo o Brasil, o desaparecimento de alguém que se colocou decididamente ao seu lado. Que esta morte sirva de motivo e ocasião para o maior empenho de todos na defesa de sua causa que é abraçada pela Igreja do Brasil, como sinal de fidelidade ao Cristo que manifestou predileção especial para com os mais fracos".

Cardeal alerta para injustiças

Curitiba — "A onda de violências que assistimos não se restringe ao Brasil e certamente decorre das injustiças e inquietações sociais que se acentuam cada vez mais", disse ontem o Arcebispo de Porto Alegre, D Vicente Scherer, que participa da VIII Convenção Nacional dos Serra Clubes do Brasil, na Capital paranaense.

Para ele, os últimos atentados contra membros da Igreja e inclusive o assassinato do Padre João Bosco, em Mato Grosso, não comprometem o relacionamento entre ela e o Estado. O Cardeal acredita que o Governo tomará medidas preventivas e repressivas em relação à onda de violências. "É o que a Igreja espera", comentou.

ABUSOS

"A Igreja é muito visada, justamente porque protesta contra os abusos que se cometem contra os humildes", disse D Vicente, acrescentando que "a onda de secularização sacudiu e abalou as estruturas sociais, fazendo aumentar as injustiças e as inquietações sociais".

Ele entende que a Igreja deve continuar sua missão, "independentemente do prestígio que tenha ou deixe de ter". Reconhece, no entanto, que com os 13 mil padres aproximadamente que o Brasil tem hoje não há condições de uma ação eficaz no campo assistencial e educacional. "A explosão demográfica, nos últimos anos, foi muito grande e o número de padres não aumentou no mesmo nível. Necessitaríamos hoje de pelo menos 100 mil sacerdotes no Brasil".

VOCAÇÕES

"Não existe crise de vocações. A crise é na realização das convocações. Hoje, de 20 a 30% dos jovens das grandes cidades possuem o germen da vocação religiosa", comenta o advogado Luiz Alexandre Compagnoli, presidente do Comitê de Vocações dos Serra Clubes. Segundo ele, os seminários estão ficando lotados novamente, "pois o vazio do mundo de hoje também leva os jovens a Deus".

A convenção dos Serra Clubes em Curitiba reúne representantes de todo o Brasil da entidade dedicada a incentivar as vocações sacerdotais. Instalada na quarta-feira, será encerrada amanhã pela manhã com uma missa celebrada pelo Primaz D Avelar Brandão Vilela.

Crime provoca repercussões

BURNIER SERÁ SEPULTADO JUNTO AOS ÍNDIOS

Hoje, o corpo do padre Burnier chega a Diamantino, Mato Grosso, para ser velado e ali, onde desenvolveu seu trabalho missionário junto aos índios bakairi e xavantes, o jesuíta recebe as últimas homenagens de seus companheiros, para amanhã ser sepultado depois da missa.

Padre Burnier morreu em Goiânia, depois de haver recebido o tiro de Ezy Ramalho Feitosa, da polícia de Mato Grosso, na cidade de Ribeirão Bonito, povoado do município de Barra do Garças-MT, onde o problema de disputas de terras é mais sério, já tendo provocado morte de outro religioso, o padre Rudolf Lukenbeim, salesiano.

Em Goiânia, onde recebeu socorros, o padre Burnier morreu no final da tarde de terça-feira e seu corpo foi em seguida transportado para a residência Santo Inácio de Loyola, a casa dos jesuítas e velado pelos bispos de Cuiabá, Bonifácio Picinini, de Goiás Velho, D. Tomás Balduino, D. Pedro Casaldaliga-testemunho do crime e bispo de São Félix do Araguaia, D. Luciano Mendes de Almeida representando o cardeal Paulo Evaristo Arns, o arcebispo de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos e ainda os provinciais dos jesuítas.

O crime, acontecido às 19 horas de segunda-feira, se passou na própria delegacia, quando o padre João Bosco Penido Burnier acompanhava D. Pedro Casaldaliga, bispo de São Félix do Araguaia, para interceder em favor de duas mulheres que haviam sido presas e estavam sendo torturadas. Padre Burnier, segundo declarações de Casaldaliga, recebeu então uma coronhada seguida de um tiro no parietal direito, atingindo o cérebro.

UMA VIDA DEDICADA

Em todos os depoimentos sobre a vida de padre Burnier, seus companheiros foram unânimes em afirmar que se tratava de um homem simples e muito educado. Vindo de tradicional família da cidade de Juiz de Fora-MG, padre Burnier, nascido em 1917, entrou como seminarista na arquidiocese do Rio de Janeiro e em 1933 seguiu para Roma. Foi nesta cidade que decidiu ser jesuíta, tendo entrado para o noviciado três anos depois. Padre Burnier colaborou na vocação religiosa de muitos sacerdotes que hoje ocupam posição de destaque dentro da Igreja, entre eles, Luciano Mendes de Almeida, bispo auxiliar de São Paulo, padre Marcelo Azevedo, presidente nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil e foi ainda professor do atual governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins.

Sua missão em Diamantino foi iniciada em 1967 e junto aos índios bakairis padre Burnier desenvolvia um trabalho há três anos, dedicando-se ainda aos xavantes. Passava frequentemente em Goiânia a serviço de sua missão, atendendo também alguns índios que estudavam em Silvania, no Estado de Goiás. A saída de padre Burnier de Diamantino foi mais uma vez para atender a índios que estudavam fora e para participar da reunião anual dos indigenistas, realizada na prelaia de São Félix.

"Averso a problemas políticos", segundo o depoimento de seu ex-colega e padre José Carlos de Lima Vaz, padre Burnier sempre esteve preocupado com os problemas dos pequenos posseiros. Na região de Barra do Garças a luta entre posseiros, grandes proprietários e índios, tem se tornado cada dia mais violenta, sempre em detrimento dos pequenos proprietários que a cada dia mais vêm sen-

do pressionados pelos grandes latifundiários. Embora o comportamento de padre Burnier tenha sido bastante discreto, fruto de sua educação aristocrática, era conhecida sua posição na defesa dos pequenos posseiros.

De Cuiabá, o comando da Polícia Militar de Mato Grosso informou que além do soldado Ezy Ramalho Feitosa, assassino do padre Burnier, outros membros da Polícia Militar, também envolvidos no crime, já se encontram na prisão. Ezy Feitosa se encontra preso na cidade de Cuiabá, enquanto os outros acusados estão detidos no município de Barra do Garças, onde ocorreu o crime.

Chamando o crime de "infausto acontecimento", a Polícia Militar de Mato Grosso lamentou a morte do jesuíta dizendo que já foi instaurado inquérito policial para apurar todos os fatos. A nota foi assinada pelo coronel Geraldo de Oliveira e Silva, comandante geral da Polícia Militar de Mato Grosso.

ESCALADA TERRORISTA

Em Brasília, o ministro Armando Falcão, da Justiça, já determinou, ontem mesmo, a abertura de inquérito para apurar a morte do padre João Bosco Burnier. Transformando sua determinação em ato, o Departamento de Polícia Federal já enviou para o município de Barra do Garças, uma equipe policial para "apurar devidamente os lamentáveis acontecimentos que culminaram com a morte do padre João Bosco Penido Burnier". A ida do destacamento do DPF até Barra do Garças não deverá alterar o inquérito instaurado pela PM de Mato Grosso, pois as duas polícias vão trabalhar em conjunto.

A morte do jesuíta, comentada pelo Osservatore Romano, órgão oficial do Vaticano como um "acontecimento sumamente doloroso que repugna a consciência de todo ser humano", levou o ministro da Justiça a telefonar ao governador de Mato Grosso, Garcia Netto, para manter entendimentos sobre o crime.

No entender do jornal do Vaticano, a polícia do Brasil chegou ao crime e "já empregou sua arbitrariedade com os camponeses". Ao lado do protesto pela morte do padre Burnier, o Osservatore Romano acrescentou um enérgico protesto, com o desejo de que semelhantes atos desumanos terminem para sempre.

Testemunha do crime, D. Pedro Casaldaliga referiu-se à morte do padre Burnier considerando o fato "um sacrifício da igreja missionária, "sacrifício no sentido positivo cristão da palavra. Esta tampouco foi uma morte nem morrida nem matada, senão vivida". Pedro Casaldaliga mostrou-se apreensivo com o assassinato acreditando que esta morte é o sinal da escalada da perseguição contra a Igreja do povo em toda a América Latina.

Pedro Casaldaliga abordou a possibilidade de haver uma reação popular contra esse tipo de crime afirmando "esses crimes e essa impunidade mantêm, por hora, o povo em clima de terror e impotência. Porém, esses mesmos crimes e essa mesma impunidade um dia, amanhã, provocarão uma reação do próprio povo que, hipocritamente, os poderosos considerarão violenta, ilegal e subversiva".

Ontem, em São Paulo, D. Avelar Brandão arcebispo da Bahia, cardeal primaz do Brasil, em entrevista exclusiva ao Jornal de Brasília, manifestou repúdio por mais uma morte de membro da Igreja, dizendo: "Venho de Aparecida, remanso de paz onde presidi a celebração das festividades e preguei a palavra de Deus

para uma imensa multidão de fiéis". Desconhecendo os detalhes sobre o assassinato, D. Avelar, surpreso com o acontecimento, do qual só tomou conhecimento através do repórter, comentou o fato classificando-o de terrorista. O cardeal primaz do Brasil considera o sacrifício do padre Burnier como "uma nova escalada terrorista em marcha, indiferente ao diálogo e à compreensão entre os homens".

Confiando nas providências a serem tomadas pelo Governo, D. Avelar concluiu, "a nação inteira espera serem cumpridas as promessas para acabar com tais atos não como sinal do protecionismo à Igreja, mas como sinal de justiça em favor da paz".

O SOLDADO LEVOU UM TIRO NA BOCA?

Em entrevista coletiva concedida ontem a tarde, o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, desconhecendo o trabalho missionário do padre Burnier, disse que este não tinha nada com os índios, sendo "apenas um estudioso e pesquisador". O ministro Rangel Reis mostrou-se consternado com o fato, afirmando ter tido uma admiração pessoal por este jesuíta. "Foi um infeliz acidente", encerrou o ministro.

A notícia da morte de João Bosco Penido Burnier chegou ao presidente Ernesto Geisel através de um telefonema do ministro Armando Falcão. Humberto Barreto, secretário de Imprensa da Presidência, confiou que até o momento este assunto "é ainda de competência do Ministério da Justiça". Enquanto isso, outros assessores do Palácio do Planalto não acreditam na possibilidade de ser criada uma área de atrito entre a Igreja e o Governo.

O assassino do padre Burnier já foi ouvido ontem pelo próprio comandante da Polícia Militar de Mato Grosso, logo após ter sido preso. E considerando as circunstâncias da morte ainda não explicadas, o secretário de Segurança do Estado, coronel Aloísio Madeira Évora, disse que o soldado Ezy Feitosa "teria levado um soco na boca, antes de atirar no padre".

Madeira Évora informou que o soldado levou o soco tendo toda sua dentadura quebrada. O secretário de Segurança afirmou que "é difícil acreditar que houve uma coronhada, antes do tiro. Ninguém faz isto antes de matar alguém. Está muito confuso o caso". O coronel Évora não soube como atribuir a onda de violência envolvendo policiais de Mato Grosso, preferindo acreditar que esta onda de violência ocorre em todo país e citou os acontecimentos da Rota 120 em São Paulo.

Os fotógrafos que compareceram à entrevista coletiva dada pelo comandante da PM de Mato Grosso não puderam entrar em contato com o soldado Ezy Ramalho Feitosa, por proibição do próprio comandante.

Durante todo o dia de ontem, o corpo do padre João Bosco Burnier ficou exposto na casa dos jesuítas na cidade de Goiânia. Convocados pela Cúria Metropolitana os religiosos da cidade foram prestar homenagem ao padre morto — o segundo em três meses — e João Bosco Burnier será enterrado em um caixão de madeira, simples, na cidade de Diamantino, onde, há 10 anos atrás, chegou para se dedicar a uma missão de paz.

"Nosso repúdio não se volta somente contra os gestos violentos e desumanos daquele que, barbaramente assassinou nosso irmão, o padre João Bosco. Ele vai mais longe e grita à consciência daqueles

que, responsáveis pela justiça e segurança das pessoas, assumem atitude de contemporização ou fraqueza diante dos fatos." A afirmação consta da carta encaminhada pelo Conselho Arquidiocesano de Presbíteros ao secretário da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, tenentecoronel Geraldo de Oliveira e Silva, sobre o assassinato do padre João Bosco Burnier.

A carta foi distribuída ontem na Cúria Metropolitana de São Paulo e o cardeal arcebispo, D. Paulo Evaristo Arns, disse que a Igreja de São Paulo está preocupada com os últimos acontecimentos e vai continuar se pronunciando sobre o ocorrido e apóia totalmente o documento dos presbíteros.

"Vivendo em uma sociedade profundamente marcada por injustiças, algumas herdadas do passado, outras oriundas da conjuntura atual ou por ela incentivadas, a igreja vê seu compromisso como o Evangelho desabrochar sem exigências muito concretas de defesa dos direitos humanos", diz a carta "Nosso irmão derramou seu sangue nesse contexto de luta contra a violação dos direitos humanos, em especial a tortura dos fracos e pequenos. Mas sabemos que muitos outros irmãos nossos continuam igualmente sofrendo pelos mesmos valores".

E finaliza: "esta carta, senhor secretário, é uma tomada de posição, mas é também um convite. Um convite a V. Exa, às autoridades do país, aos homens de boa vontade para, conosco, deixarem-se questionar pela força profundamente transformadora da verdade e da justiça".

PUNIÇÃO PARA OS CULPADOS

Depois de criticar a posição das autoridades, pois "não basta que o ministro da Justiça faça declaração pelos jornais, mais com o intuito de inocentar atitudes omissas do Governo", o arcebispo metropolitano de Juiz de Fora, D. Geraldo Maria de Moraes Penido, distribuiu ontem nota oficial à imprensa, mostrando a posição de sua arquidiocese em face da morte do padre João Bosco Penido Burnier.

Em sua nota oficial — onde destaca seu parentesco com o padre João Bosco — o arcebispo destacou, também, que "não basta que o Presidente da República se mostre frio e tranquilo diante de toda essa onda de crimes que se cometem contra brasileiros. E portanto contra a nação. É preciso que se tomem decisões sérias e decisivas, que se castiguem os culpados, custe o que custar, doa a quem doer".

CNBB DIZ QUE ESTA CONFIANÇA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil informou ontem que está inteirada de que o Presidente da República interessou-se pessoalmente pelo assassinato do padre João Bosco Penido Burnier e que a Polícia Federal recebeu instrução do Ministério da Justiça para abrir inquérito para investigar o caso.

A CNBB informou ainda que a comissão Pontifícia Justiça e Paz, destacou o advogado de Goiânia, Licínio Barbosa, para acompanhar a apuração de responsabilidade no assassinato do padre João Bosco.

Na concelebração eucarística de corpo presente, em sufrágio do missionário, realizada ontem em Goiânia, a CNBB foi representada por padre Virgílio Leite Uchoa.

Hoje, o presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, e o secretário-geral, Dom Ivo Lorscheider se reunirão no Rio para tratar da reunião da Comissão Pastoral Episcopal, mas não está previsto qualquer pronunciamento sobre o assassinato do padre João Bosco.

MRW.5, p 104/223

MRh.5, p. 103/223

Regionais da CNBB discutem morte e seqüestro de padres

A pauta de trabalhos da Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instalada ontem em Laranjeiras, incluirá o caso do assassinato dos Padres Rodolfo Lunkenbein e João Bosco Penido Burnier e do seqüestro do Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito.

Ao afirmar que a morte daqueles padres é "apenas uma expressão do que está acontecendo entre posseiros e fazendeiros", o Arcebispo de Manaus e participante da reunião, Dom João de Souza Lima, lembrou que o assunto será tratado por uma comissão especialmente constituída e da qual fazem parte Dom José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa e Dom Epaminondas José de Araújo e Dom Paulo Moreto, Bispos de Anápolis e Caxias do Sul.

Segurança

Participam do encontro 38 cardeais, arcebispos e bispos, que representam os 13 regionais da CNBB e, cujas deliberações têm praticamente o mesmo peso de uma assembleia-geral. Um dos temas intitulava-se Os Cristãos e as Eleições. Como medida de segurança e pela primeira vez, a CNBB pediu a presença de policiais, durante os oito dias da reunião, no Convento do Cenáculo.

A reunião foi iniciada ontem pela manhã e na presença do Nuncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, pelo presidente interino da CNBB, Dom Geraldo Fernandes (a cargo dos médicos, o Cardeal Aloisio Lorscheider, presidente efetivo, não comparece), e o Cardeal-Arcebispo do Rio, Dom Eugênio Sales, como anfitrião, deu as boas-vindas aos colegas de Episcopado.

O secretário-geral da Conferência, Dom Ivo Lorscheiter, apresentou o relatório para votação. Alguns bispos pediram que fosse acrescentado o caso da morte dos Padres João Bosco e Rodolfo, e o seqüestro de Dom Adriano Hipólito.

Pela primeira vez na história das reuniões de cúpula da Igreja Católica no Brasil, foram convidados a participar, como observadores, representantes das Igrejas Ortodoxas, Episcopal, Metodista e Evangélica de Confissão Luterana. Mas até ontem à tarde só um tinha comparecido, o da igreja Evangélica, Pastor Weber, professor universitário de Porto Alegre.

O que está por trás

Comentando com a imprensa a morte do Padre João Bosco, o Bispo de Itapipoca, Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte, observou que "não se deve

Pastoral prega solidariedade

O Departamento de Imprensa e Comunicações do secretariado-geral da CNBB distribuiu ontem o seguinte *Boletim de Imprensa*:

Declaração da Comissão Nacional de Pastoral

A Comissão Nacional de Pastoral, integrada de bispos, sacerdotes, religiosos e leigos, participantes desta reunião ordinária para estudar O Caminhar da Igreja no Brasil Hoje e Amanhã, vem manifestar sua solidariedade às igrejas e congregações religiosas atingidas atrocemente em seus membros quando na defesa dos direitos da pessoa humana, especialmente dos pequenos e marginalizados.

Torna público o seu protesto por esses atos de violência e por todos os outros que os antecederam.

A consciência brasileira não pode mais ser aquietada com a simples afirmação de que esses atos são fatos afirmáveis, mas isolados. Lamentáveis sim e lamentabilíssimos, porque a brutalidade tem o sinistro poder de cometer erros irreparáveis. Mas isolados não, porque iluminam um subterrâneo de ini-

Juiz recebe inquérito hoje

Cuiabá — O Juiz da Comarca de Barra do Garças, Flávio José Bertini, recebe hoje o inquérito sobre a morte do Padre João Bosco. O Delegado Especial da Secretaria de Segurança e encarregado das investigações, Coronel José Pereira Diniz, disse que todos os envolvidos foram ouvidos.

O Coronel recebeu do inspetor de Polícia Federal Hélio Máximo Pereira — que acompanhou o inquérito por ordem do Ministro da Justiça — o depoimento escrito e assinado pelo Bispo de São Félix, D Pedro Casaldáliga. Ele foi ouvido pela comissão especial do Ministério da Justiça, domingo, em Cuiabá.

Sargento nega

Segundo fonte da Secretaria de Segurança, o único dos PMs a negar sua participação nas torturas de que são acusados os policiais de serviço no dia da morte do Padre, sargento Elias Amador — também expulso da corporação.

Cimi quer apuração ampla

Brasília — O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), padre Egidio Schwade, disse que o momento não exige fuzilamentos ou condenações de pessoas que praticam crimes bárbaros, como o de que foi vítima o jesuíta João Bosco Penido Burnier.

"É preciso" — destacou — "conhecer os verdadeiros mandantes desses crimes e, quem sabe, descobriremos, com surpresa, que os responsáveis são as mesmas pessoas que hoje falam em condenação e fuzilamento do soldado Ezy Feitosa Ramalho, assassino do Padre Burnier, conforme exigiu o Secretário de Segurança de Mato Grosso, Coronel Aluisio Madeira Évora."

O Padre Schwade acha que as raízes dos problemas vividos por índios e posseiros no país estão na expansão desenfreada das grandes propriedades rurais, principalmente no Norte, onde os pequenos agricultores defendem como

procurar um bode expiatório no soldado que matou o padre". Depois de confirmar que aquela morte "não pode ser encarada como um fato isolado", disse achar mais conveniente que o assunto seja tratado "em suas raízes e tudo aquilo que está por trás do episódio".

Sobre censura a sermões dentro da igreja, Dom Paulo declarou ter conhecimento de alguns casos, "mas só esporádicos". Quanto a Lei Falcão, que proíbe a propaganda eleitoral na rádio e televisão, comentou que "é lamentável" e que "gostaria de ver mais liberdade".

Tanto o Bispo de Itapipoca (Ceará) como o Arcebispo de Manaus admitem que nos últimos anos o povo de suas regiões têm obtido melhorias dos serviços públicos, mas não escondem que "cada vez diminui mais o poder aquisitivo dos pobres e aumenta o dos ricos". E ambos chamam a atenção para um complexo social que causa "muita inquietação" na Amazônia, especialmente, Acre, Rondônia e Mato Grosso:

"Todo mês chegam do Sul cerca de 1 mil famílias. As lutas entre posseiros e fazendeiros não param. E muitos que não têm onde trabalhar emigram para a Bolívia, Peru e Paraguai."

Catequese e liberdade

Em seu primeiro dia de trabalho, os bispos estudaram ontem o tema do Sínodo Mundial dos Bispos, a realizar-se daqui a um ano em Roma, e que tem por título A Catequese no Nosso Tempo com Particular Referência à Catequese das Crianças e dos Jovens.

Uma nota distribuída pelo Secretariado da CNBB diz que "o texto enviado por Roma contém apenas a indicação dos problemas e interrogações sobre uma série de assuntos para excitar e promover a consulta a ser feita nas Conferências episcopais". Acrescenta que "temas candentes são debatidos como a relação entre a catequese cristã e as culturas contemporâneas, entre catequese e situações sociais (...), entre mensagem revelada e promoção humana e compromisso político, entre teologia e ciências humanas".

A nota comenta que "talvez mereça destaque especial o tema Catequese e Liberdade, numa época em que a liberdade, e sobretudo a liberdade religiosa e de consciência, é muitas vezes cerceada em várias regiões do mundo".

Outro tema em estudo pelos bispos diz respeito à questão agrária, e para a qual a CNBB conta com sua Comissão Pastoral da Terra, presidida pelo Bispo do Acre, Dom Moacyr Grechi.

quidade, no qual se perseguem, espancam, ultrajam e matam vítimas indefesas. Isolados não, porque seus responsáveis encontram e encontrarão sempre as presenças incômodas daqueles que estão decididos, em nome das exigências do Evangelho, a dar voz aos que não têm voz. Isolados não, porque naquela empreitada iníqua está incluída a operação silêncio: fazer calar, pelas ameaças que se multiplicam e pelos atentados que confirmam as ameaças, a voz dos que denunciam a iniquidade. Outros martírios estão na lógica do sangue derramado e a eloquência do sofrimento inocente. Os que se comprometem realmente com os pobres e oprimidos aceitaram a condição de viver como seus reféns sempre sitiados.

Esta Comissão não faz apelo às autoridades, porque espera que elas tenham consciência de sua mais antiga e bíblica responsabilidade: a defesa dos pobres, dos órfãos e das viúvas.

Mas se volta sobretudo para Deus, que "ouve o clamor de seu povo", para que Ele confira à silenciosa eloquência do sangue derramado a força irresistível do testemunho profético.

Seu depoimento provocou revolta. Num trecho, afirmou ter deixado "as investigações sobre a morte do soldado Félix a cargo dos cabos e soldados do destacamento" e que teve conhecimento "das torturas, mas não as comuniquéi por falta de tempo."

O inquérito apurou que o Padre João Bosco e o Bispo D Pedro Casaldáliga foram recebidos na Delegacia de Ribeirão Bonito pelo soldado Ezy Ramalho Feitosa, que estava com a arma na mão. Ao tomar conhecimento das torturas contra as mulheres, os religiosos ameaçaram denunciar o fato às autoridades e à imprensa de Brasília.

O soldado exigiu a identificação do padre que, ao exibi-la, levou um tapa na mão. A carteira caiu e o jesuíta abaixou-se para apanhá-la, quando foi agredido com um soco, uma coronhada e, finalmente, um tiro na cabeça.

Testemunha do crime, um menino — cujo depoimento consta do inquérito — disse que, após atirar, o soldado declarou: "Cabo, eu atirei sem querer e matei o padre. Solte as mulheres."

podem as terras nas quais vivem e trabalham há muito tempo.

"Os órgãos governamentais criados para atender as comunidades indígenas (Funai) e trabalhadores rurais (INCRA) têm suas atuações limitadas pela política econômica oficial, principal incentivadora dos interesses privados", acrescentou.

Comentou que o sistema agrário brasileiro está totalmente desestruturado com o surgimento de oligarquias rurais, as quais não podem mais ser apoiadas pela Igreja. "Temos de nos comportar com a maioria marginalizada nacional e com ela lutar para que se faça justiça no país."

A reforma agrária — segundo o secretário-executivo do Cimi — tem de ser iniciada para dar terras produtivas e amparo das cooperativas às populações de baixa renda sem qualquer apoio legal.

CNBB protesta, mas evita aprofundar

Das sucursais e do correspondente

Enquanto alguns bispos e padres, isoladamente, faziam duras críticas à situação de insegurança no País, chegando a prever um estreitamento de relações entre o clero e o governo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) adotava ontem uma atitude moderada, embora firme, diante do assassinato do padre João Bosco Penido Burnier, por um soldado da PM, em Mato Grosso, e de outros atentados praticados nos últimos meses contra religiosos.

Uma reunião especial, para discutir o assunto, ontem, no Rio, contou com a participação da diretoria e toda a Comissão Episcopal do órgão, num total de oito bispos, com a presença do presidente, dom Aloisio

Lorscheider, em convalescência de uma cirurgia no coração.

A firmeza da CNBB pode ser traduzida na decisão de seu presidente em exercer, dom Geraldo Fernandes, de 17, ontem mesmo, ao Departamento de Polícia Política e Social, no Rio, para declarar que via "desinteresse" na apuração do recente sequestro do bispo de Nova Iguaçu e atentado contra a sede do órgão.

Quanto à moderação, além do tom discreto da nota, sabe-se que a CNBB considera ser contra os interesses do governo a repetição de episódios como morte ou sequestro de religiosos. Ontem, fontes eclesásticas comentavam que o diálogo da Igreja com as autoridades deverá continuar "em bom nível", citando como comparação o governo do ex-presidente Médici, no qual, embora não tivesse havido nenhum episódio sangrento, o relacionamento foi "marcado por total frieza".

"Algo sério deve ser feito"

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) afirmou ontem em nota oficial, que o assassinato do padre João Bosco Penido Burnier "vem demonstrar, em conexão com outros sintomas, que algo muito sério deve ser feito" no País. E enfatizou a necessidade de se "reconhecer honestamente e sanar corajosamente as raízes crônicas da violência".

Ao mesmo tempo, a CNBB informou que seu vice-presidente e presidente em exercício, dom Geraldo Fernandes, bispo de Londrina, tinha estado, ainda ontem, no Departamento de Polícia Política e Social (DPPS), para saber as razões do "desinteresse das autoridades na apuração do sequestro do bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, e do atentado contra a sede da entidade, no mês passado.

Segundo se revelou ontem, nenhum dos integrantes da Conferência foi até agora chamado a prestar depoimento pelas autoridades policiais que cuidam dos dois casos, o que levou o órgão a concluir sobre "o pouco empenho" em apurá-los.

Depois de se avistar com o diretor do DPPS, delegado Francisco de Paula Borges Fortes, dom Geraldo reuniu-se com o secretário-geral, dom Ivo Lorscheider. Pouco depois, convocado por dom Ivo, chegava também o professor Cândido Mendes, presidente da Comissão de Justiça e Paz da CNBB e representante brasileiro junto ao mesmo órgão no Vaticano.

Cândido Mendes manteve a atitude que já tomara durante toda a semana: recusou-se a falar à imprensa sobre o levantamento que está fazendo em torno do assassinato do padre João Bosco, para um posterior relato a Roma. Também dom Ivo e dom Geraldo mandaram dizer aos repórteres que não

fariam qualquer declaração, pois tudo o que a Igreja tinha a dizer já estava na nota oficial da CNBB.

E a seguinte a integra da nota: "mais um fato tristemente violento abala a paz do nosso convívio social, embora não venha a perturbar ou enfraquecer a caminhada pastoral da Igreja. O assassinato do virtuoso sacerdote e missionário jesuíta João Bosco Penido Burnier, perpetrado em repartição e por pessoas destinadas à segurança pública, vem demonstrar a conexão com outros sintomas que algo mais sério deve ser feito neste caro País. Urge que se apurem os fatos e se punam seus responsáveis na forma da lei, sem deixar de reconhecer honestamente e sanar corajosamente as raízes crônicas da violência. A Igreja, consciente da eficácia vital do martírio dos seus melhores filhos, reza a Deus pela pacificação do povo brasileiro e ficará feliz se for ouvida por quem de direito e admitida a participar nesta grande e urgente tarefa".

Em seu programa radiofônico "A Voz do Pastor", o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, afirmou ontem: "Não podemos nos calar diante daqueles que assassinam os que escolheram, por ideal, resguardar e proteger os valores evangélicos na sociedade. Ao mesmo tempo, confiamos na ação do governo que tem sob sua responsabilidade o bem comum. Convém recordar que muito depende do bom funcionamento da Justiça. É fácil apontar erros, difícil corrigi-los. A gravidade dessa situação certamente há de suscitar no espírito dos governantes a necessidade de emprestar remédios, embora dolorosos, mais eficazes".

O arcebispo procurou deixar clara sua confiança no

empenho do governo para evitar a repetição de casos como o do assassinato do padre Burnier. "Sei e posso dar o meu testemunho — afirmou — das providências tomadas pelas autoridades". Mesmo, assim, dom Eugênio lembrou vários outros casos de violências cometidas contra religiosos este ano, citando a morte do padre Rodolfo Lunkenbein, em Merure, a detenção de dom Teodato Leitz, bispo de Dourado, também em Mato Grosso, os maus tratos sofridos pelo irmão João Kauling, da Prelazia de Diamantina Diamantino, e o sequestro do bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, com requisitos de crueldade.

Em Curitiba, onde participa da VIII Convenção dos Serras Clubes do Brasil, o arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, afirmou que o assassinato do padre João Bosco não agravará a situação das relações entre o governo e a Igreja no País. Mas ressaltou: "Exigimos que a autoridade adote cada vez mais medidas preventivas e repressivas para combater as violências que vêm ocorrendo não apenas contra a Igreja, mas contra as demais instituições que lutam pelo bem do povo. E, principalmente as injustiças e violências que vêm sendo cometidas contra o próprio povo".

Mais importante que essas medidas, porém, para o cardeal, é "exterminar as próprias causas da violência, encontradas nas inquietações sociais, nos interesses dos ricos que retiram terras e posse dos pobres, na onda de secularização, na falta de educação do povo". Dom Scherer declarou-se abalado "não apenas pelo assassinato do padre Burnier, mas também pelas torturas a que vinham sendo submetidas as duas mulheres presas em Ribeirão Bonito".

Enfatizando que estava falando como bispo de uma região cheia de problemas, e não em nome da CNBB, dom Moacir disse não acreditar mais no diálogo de cúpula entre a Igreja e o governo. "O que se deve fazer agora — acentuou — é conscientizar o povo de seus problemas e das injustiças que sofre, para que ele possa fazer suas próprias reivindicações".

O bispo lembrou, ainda, as três horas de agonia do padre, que se manteve lúcido por um bom tempo e disse estar oferecendo o seu sacrifício "por um Brasil novo, sem terror, sem opressão e sem medo e por uma terra de homens livres".



Telefoto Solano José

Apesar do sol forte, mais de mil pessoas acompanharam o enterro a pé

Nos cânticos dos fiéis, o adeus ao padre Burnier

Do enviado especial

"Com alegria, ofereço o meu sacrifício e vou cantando e louvando o Senhor". Entoando cânticos religiosos e rezando, mais de mil pessoas de Diamantino acompanharam, ontem, o enterro do padre João Bosco Penido Burnier. Da igreja matriz, onde o corpo foi velado, ao cemitério do Seminário Jesuíta, o caixão foi levado pelo povo sob um sol forte e por uma distância de três quilômetros.

Embora com intensa participação popular, o velório, a missa de corpo presente e o enterro transcorreram sem qualquer incidente e sob as vistas de diversos agentes de segurança à paisana. Durante a missa, celebrada por três bispos e 26 padres, o bispo de São Félix, dom Pedro Casaldáliga, fez um sermão narrando os acontecimentos na delegacia de Ribeirão Bonito e comparando o sacrifício e agonia do padre João Bosco à Paixão de Cristo.

Sobre o altar-mor, havia um cartaz: "Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra". Numa lateral da igreja, junto à camisa ensanguentada do padre João Bosco, outro cartaz: "Sem derramamento de sangue não há libertação" (Hebreus 9.22). Esse foi um dos temas abordados pelo sermão do bispo Casaldáliga, quando lembrou que toda a argumentação usada por ele e pelo padre não havia servido para libertar as mulheres que estavam sendo torturadas na delegacia de Ribeirão Bonito. Mas acrescentou logo após o padre ter caído ferido com uma bala na cabeça, os policiais se apressaram em abrir as celas e mandá-las embora.

O bispo lembrou, ainda, as três horas de agonia do padre, que se manteve lúcido por um bom tempo e disse estar oferecendo o seu sacrifício "por um Brasil novo, sem terror, sem opressão e sem medo e por uma terra de homens livres".

CIDADE PARA

do Padre João Bosco. O juiz de Direito decretou luto oficial e nem mesmo os bares abriram antes do meio-dia. Nas primeiras horas da manhã, o alto-falante da igreja começou a chamar o povo para a missa e o enterro, enquanto transmitia os telegramas recebidos de autoridades religiosas de todo o País e de ex-alunos, amigos e colegas do padre assassinado. Entre os telegramas, foi lido o do governador Garcia Neto, de Mato Grosso, que apresentou condolências pela morte do jesuíta e prometeu punir os responsáveis pelo crime.

A missa começou às 9 horas e se prolongou até as 10 e 30, deixando a velha igreja completamente lotada. Apesar do sermão do bispo Casaldáliga, do pronunciamento dos jesuítas lido por ele e das incisivas orações e citações bíblicas, não havia clima de tensão no templo. Crianças, jovens e velhos cantavam com convicção alegres cânticos religiosos e o bispo dom Enrique Froehlich agradecia a Deus por ter dado um mártir à sua Prelazia.

Após a missa, formou-se um longo cortejo para levar o corpo ao cemitério do Seminário Jesuíta. Apesar do sol forte, a grande maioria das pessoas que assistiu à missa preferiu acompanhar o caixão a pé. E apenas cerca de 20 carros seguiram o cortejo.

Os mais de 50 religiosos que se reuniram em Diamantino para assistir aos funerais do padre João Bosco Burnier mostravam-se consternados com o crime. Mas a maioria não manifestava surpresa com a morte de mais um missionário em Mato Grosso. Há três meses, eles se reuniram para sepultar o padre Rodolfo Lunkenbein, morto com um indio por jagunços que invadiram a reserva de Meruri. Sabendo que o clima de violência tem crescido em Mato Grosso, os missionários já estavam preparados para enfrentar a repetição de agressões contra religio-

Assassino é expulso da polícia

O soldado Ezy Feitosa Ramalho, assassino do padre João Bosco Penido Burnier e, outros seis policiais envolvidos no caso foram expulsos da Polícia Militar de Mato Grosso, ontem e, deverão ser entregues à Justiça, hoje, para serem inquiridos e processados. No final da tarde, em telegrama ao secretário de Segurança Pública, Madeira Evora, o delegado especial enviado a Barra do Garças comunicou que os exames médicos confirmaram as torturas e sevícias praticadas em Santana Rodrigues dos Santos, Eloisa Penalva e Margarida Barbosa da Silva, as três mulheres presas e em favor das quais foram interceder, no dia do crime, dom Pedro Casaldáliga e o padre assassinado.

Hoje, segundo informou o chefe de gabinete do secretário de Segurança, os sete policiais serão levados para Barra do Garças e apresentados às três mulheres, para que elas reconheçam os seus sequestradores. Além de Ezy Feitosa Ramalho, estão envolvidos no crime o 3º sargento Elias Amador, os cabos Messias Martins dos Reis e Juracy Pedro da Silva e os soldados José Ferreira de Andrade, Clarindo Rodrigues do Carmo e Manoel Tavares do nascimento.

O comandante geral da PM coronel Geraldo de Oliveira e Silva depois de chamar a atenção para a rapidez com que se apurou o assassinio e se aplicou a punição aos culpados, admitiu, ontem, que, no decorrer do inquérito, poderão surgir outros implicados.

Cuiabá — O soldado Ezy Ramalho Feitosa, que matou o Padre João Bosco Penido Burnier em Ribeirão Bonito, foi levado ontem a Barra do Garças, sob escolta de três agentes do Ministério da Justiça. O avião, prefixo PP-EER, do Governo do Estado de Mato Grosso, decolou de Cuiabá às 7h05m.

O soldado, entregue à polícia civil juntamente com mais

dois cabos, três soldados e um sargento, será ouvido hoje no inquérito judicial presidido pelo Delegado Especial José Pereira Diniz, que está assessorado pelo Promotor Público do Município. Os outros implicados — acusados de comandarem torturas e sevícias em três mulheres — serão ouvidos no decorrer desta semana.

Jesuítas denunciam perseguição

Belo Horizonte — As comunidades dos jesuítas desta Capital lançaram ontem um manifesto, condenando o assassinato do Padre João Bosco Penido Burnier e denunciando uma "onda de perseguição à Igreja e de manifestações de opressão numa sociedade injusta, baseada no lucro, no egoísmo e na lei do mais forte".

O manifesto anuncia a realização da missa de sétimo dia pela alma do jesuíta, amanhã, às 20h, na igreja de Santo Inácio de Loyola. Seus signatários são os Padres do Colégio Loyola, Instituto Santo Inácio, Casa Provincial dos Jesuítas, paróquia Cristo Operário, paróquia de Lindóia e Casa de Retiros Vila de Fátima. O documento será distribuído hoje durante as missas na maioria das paróquias de Belo Horizonte.

Mártires

Depois de historiar os fatos que culminaram com o assassinato do Padre João Bosco, o manifesto dos jesuítas desta Capital diz o seguinte:

"Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida por seus amigos" (JO 15.13).

O Padre João Bosco Burnier morreu defendendo os pobres e os oprimidos, defendendo os direitos humanos, defendendo a libertação do homem que é "parte integrante da própria evangelização" (Paulo V Evangelii Nuntiandi)

Defender os direitos dos pobres e dos oprimidos sempre é arriscado, mas há momento da História em que este perigo torna-se maior. Não se trata de um caso isolado. No dia 15 de julho, o Padre salesiano Rudolf Lunkenhein e o índio Simão Bororo foram assassinados em circunstâncias semelhantes.

CRB lembra luta pelos índios

"A Diretoria Nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) sofre profundamente pela morte trágica do jesuíta, Padre João Bosco Penido Burnier, assassinado em Mato Grosso. Homem de grandes dotes, optou por colocá-los a serviço dos índios e dos caboclos. Viveu entre eles o esforço paciente de sua promoção e evangelização. Homem a um tempo austero e bom, rico de Deus e de incansável dedicação ao próximo, viveu no silêncio esta última etapa de sua vida.

Dispôs a Providência que sua morte tivesse impacto nacional e internacional de impressionante alcance. Ele mesmo seria o primeiro a admirar-se de tudo isto. É precisamente este fato que nos revela a facundidade de uma vida marcada pela coerência evangélica e cuja dimensão profética se potencia paradoxalmente, como a de Jesus Cristo, através da própria morte.

A Igreja esteve não raro no Brasil e no mundo vinculada ao Poder, privilegiada pelos grandes. Seu recente esforço para continuar a missão de Jesus Cristo numa linha de proximidade ao Homem e aos pequenos dentre os homens torna vulnerável esta Igreja, antes quase inatingível. Ela se faz participante do destino dos pobres. É perseguida como eles. Morre como eles.

O importante é perceber que, por mais que a Igreja tente eximir-se de contrastes e conflitos, há uma fronteira que os torna inevitáveis. Esta se define, quando ela tem a coragem de retomar sua vocação evangélica e afirmar aos homens o primado de Deus e a impossibilidade de construir no mundo qualquer tipo de prosperidade e paz alicerçada sobre a injustiça, a prepotência, a perseguição, a destruição dos direitos do Homem. Cada vez que a Igreja assume esta atitude e aceita morrer no seu prestígio humano ela é incompreendida e rejeitada. Mas é precisamente aí que ela renasce e rejuvenesce, no seu destino de serviço e redenção.

A morte do Padre Burnier, que intercedia por duas mulheres do povo, torturadas pela polícia, revela bem a pouca significação de sua extraordinária vida para aquele que se arrogou o direito arbitrário de exterminá-la. O que é novo, de certo modo, é que a presença de um Bispo e de um Sacerdote nada tenha dito a estes homens que não recuaram ante a ameaça e a consumação do crime.

O Padre Isidoro Schneider, jesuíta, está sendo repetidamente ameaçado de morte pelos jagunços da Fazenda União, porque se opõe à expulsão de 180 famílias de colonos de suas propriedades. O Bispo D Pedro Casaldáliga recebe constantes ameaças do mesmo teor. O Bispo de Nova Iguaçu, D Adriano Mandarino Hipólito foi sequestrado e torturado no mês de setembro pelos mesmos motivos. O Padre João Kaulink, jesuíta, foi torturado e espancado e ficou dois dias preso em Rosário Oeste, Mato Grosso, quando construía uma escola com o povo.

Não são casos isolados, porque as causas da injustiça social que produzem estes incidentes continuam existindo. Não se trata simplesmente de uma onda de perseguição à Igreja. Quantas pessoas sofrem nas mesmas circunstâncias, como aquelas mulheres, os posseiros, os índios e os operários e não têm quem fale por elas?

Trata-se de manifestações de opressão numa sociedade injusta, baseada no lucro, no egoísmo e na lei do mais forte.

Nos primeiros séculos do cristianismo dizia-se que "o sangue dos mártires é semente de cristãos." Rezamos para que o sangue dos mártires dos nossos dias seja também semente de cristãos engajados, semente de um mundo mais justo e mais humano, e semente de uma união maior do povo em defesa dos seus direitos.

Neste domingo, dia 17 de outubro de 1976, o Santo Padre colocará no número dos santos o Padre João Ogilvie, jesuíta, torturado e martirizado na Inglaterra em março de 1615. Hoje, em 1976, também existem santos. Hoje também existem mártires capazes de dar a vida pelo serviço da fé e pela promoção da justiça."

Impressiona a consciência de quem quer viver uma Igreja, cujo poder se afirme sobretudo pelo coerência de seu testemunho de verdade, de justiça e de amor, verificar que, em nome do ódio e de flagrante injustiça, se tenha aniquilado em tantos o respeito inato do brasileiro pela figura do sacerdote. A razão está em que, timidamente embora, a Igreja começa a fazer sentir que não endossa nem legitima o que fazem muitos na defesa ou na afirmação e expansão de sua grandeza e de seu poder. Se ela decepçiona alguns, passa a ser a esperança de muitos e a única voz de tantos que não têm voz. A História, desde os Césares até Hitler, desde João Ogilvie até os que morrem no silêncio da Sibéria, está vincada por esta surpreendente capacidade de rejuvenescer que tem a Igreja, ao superar, pela força da inspiração de Deus, o peso conformista de sua fragilidade humana, que tende sempre a acomodá-la e silenciá-la, quanto ao que a possa prejudicar na afirmação de seu poder institucional.

A morte do Padre Burnier, mártir da caridade, é fruto fecundo deste processo de crescimento interno da Igreja. Ela retoma sem qualquer mediação a verdade de Jesus Cristo, de que o grão de trigo precisa morrer para justificar e de que não há maior amigo do que aquele que dá a vida por seus amigos. Padre Burnier foi, em nome da verdade, da justiça e do amor, pedir clemência por pessoas humanas que nem sequer conhecia. A interpretação de seu gesto foi marcada pela injustiça e pelo preconceito, pela prevaricação e pelo ódio. Sua morte foi a expressão de tudo isto, fruto de um contexto violento que se vem consolidando.

O Brasil constata, no entanto, na enorme repercussão desta morte e na dimensão profunda de reflexão e análise que ela suscita em todos, o vigor e a vitalidade do sangue dos mártires que e sempre semente de Vida. Esta morte vivida nos questiona a todos, grandes e pequenos, ricos e pobres, Governo e Igreja. Todos somos chamados à construção responsável da justiça e da paz. Para que isto se concretize no Brasil, ofereceu a sua vida este religioso nosso irmão.

A DIRETORIA NACIONAL DA
CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO
BRASIL"

Só após as eleições a CNBB divulgará texto sobre violência

Por decisão de sua Comissão Representativa, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) só divulgará após as eleições um estudo sobre violências contra religiosos, "para evitar atitudes de instrumentalização no sentido político-partidário", como explicou ontem, em entrevista coletiva, no Rio, o secretário geral da Conferência. Dom Ivo Lorscheiter.

Sob o título "Comunicação com o Povo de Deus", o estudo faz o relato, interpretação e reflexão dos fatos que culminaram com o seqüestro do bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, e o assassinio do padre jesuíta João Bosco Penido Burnier, em Mato Grosso.

Aquela comissão redigiu um texto de orientação aos eleitores que será lido nas igrejas de todo o País oito dias antes das eleições municipais.

Dom Ivo disse que o texto de orientação aos eleitores católicos será enviado a todos os bispos do País para que eles, se quiserem, o divulguem nas igrejas no dia 7 de novembro, o último domingo antes das eleições.

Explicou que o texto é uma espécie de resumo de todos os que já foram distribuídos pelas dioceses do País, com o objetivo de dar orientação eleitoral ao povo, principalmente às populações rurais.

Informou ainda que a Comissão Representativa decidiu manter o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) como entidades independentes da CNBB:

— Suas iniciativas não serão creditáveis nem debitáveis à CNBB, que não ficará com todos os méritos nem com todas as culpas de seus atos — afirmou Dom Ivo.

O Globo, de 26-10-76

J. Brasil, de 26/10/76.

CNBB adia pronunciamento sobre violência no país

Embora esperado para ontem, "para evitar a veleiidade de sua utilização politico-partidária", só depois das eleições de 15 de novembro será conhecido o comunicado, de "longo texto", no qual a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil comentará as últimas violências no país, especialmente contra religiosos, segundo informou o secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter.

O documento foi elaborado em uma semana de estudos, realizada pela Comissão Representativa da CNBB, encerrada ontem ao meio-dia. Os bispos chegaram a informar que ele seria distribuído no fim da reunião, mas Dom Ivo justificou o adiamento como a melhor medida a ser tomada, para "não dar a impressão de que a CNBB está apoiando essa ou aquela forma de política".

OUTRO

Outro documento, também esperado para o fim da reunião, intitula-se Os Cristãos e a Política. Igualmente não foi divulgado, porque seus autores acharam preferível remetê-lo primeiro aos bispos de todo o país, sugerindo sua leitura em todas as igrejas e comunidades católicas, no último domingo antes das eleições — 7 de novembro.

Quanto ao conteúdo do documento, Dom Ivo limi-

tou-se a dizer que ele é uma súmula do que foi apresentado nos últimos meses pelos responsáveis de 66 dioceses e que a Comissão Representativa da CNBB elogiou "essa série de iniciativas, no sentido da educação política do povo". Frisou entretanto que a leitura, a ser feita durante as missas, em vez do sermão, "não é obrigatória, mas apenas uma sugestão, sem mais comentários".

CONSELHO

Outro problema debatido na reunião, que pela primeira vez foi levado a uma assembléia dos principais representantes da CNBB — 38 bispos, em nome da presidência da entidade e dos 13 órgãos regionais — diz respeito ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e à Comissão de Pastoral da Terra.

Oportunamente, será distribuída nota oficial da CNBB, mas Dom Ivo adiantou que ambos os organismos continuarão gozando de "certa autonomia", sem vinculação com a CNBB.

Explicou que, além de evitar morosidades, a independência do Cimi e da Comissão da Pastoral da Terra fará com que não fiquem só com a Conferência dos Bispos as "culpas e méritos daquilo que a Igreja faz no Brasil". Dom Ivo salientou porém, que aqueles dois organismos "continuarão

agindo sempre entrosados com os demais órgãos da Igreja".

SÍNODO

Um quarto, e último documento, que a CNBB distribuirá em breve, englobará as principais proposições com que o Brasil responderá ao convite do Sínodo Mundial dos Bispos, para participar da preparação do tema a ser debatido em sua próxima reunião, daqui a um ano, em Roma: A Catequese no Nosso Tempo, com Particular Referência à Catequese das Crianças e dos Jovens.

Dom Ivo observou que o tema pode parecer "inocente" mas chamou a atenção para um aspecto debatido profundamente pelos participantes da reunião da Comissão Representativa e já antes analisado pela Comissão Nacional de Pastoral:

"Não queremos fazer uma catequese de idéias, mas de vida e de compromisso, sem ignorar a catequese tradicional", disse ele.

Falando, ainda, sobre o Cimi, Dom Ivo defendeu a causa pela qual aquele órgão vem-se batendo junto aos indígenas:

"Nossa tarefa é evangelizar" — insistiu o Bispo — "mas não é só espiritualista; ela tem de se encarnar em outros aspectos humanos".

J. B. 26-10-76



Babrobo, 14 de Outubro de 1976.

Exme. Sr.
General

Temos esta a participar que fizemos ótima viagem graças à Deus.

Pegamos no dia 7, já encontrando apressões entre os nossos companheiros, e os dirigentes das terras que habitamos.

Temos um costume de aproveitar as terras altas que não são irrigadas pela companhia, CRC hoje DPV plantando feijão maciço, porque não cria outro legume:

Então este é o tempo de desocupar as terras e esperar os trabalhos.

É assim fazendo alguns dos iradins, os dirigentes da mesma, mandaram suspender o serviço, sobre pena de meterem o trator para desocupar o nosso plantio.

É não tendo nós, onde plantamos o nosso feijão, para assaçar a fome dos nossos filhos pelo inverno, visamos que só a ti, meritíssimo presidente, e que podemos fazer um pedido ao teu bem desta cordia. É queamos certos de que não vamos perder o inverno de próximo ano, contando na nossa generosidade.

Terminamos agradecendo as gestas que nos



CIMC

[Handwritten signature]

Lawyer
for

Igreja define atuação em favor dos pobres na AM

Da Sucursal de
BRASILIA

"A Igreja da Amazônia esta empenhada em orientar e acompanhar todas as famílias que enfrentam situações de opressão decorrentes da ocupação injusta de terras na região, para que a sua presença evangelizadora "inspire a libertação desses indivíduos de todo o tipo de escravidão material e espiritual" Esta orientação consta do comunicado divulgado por quatorze bispos do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima que estiveram reunidos em Manaus para avaliar o trabalho da Igreja na região, dentro das linhas prioritárias da pastoral da Amazônia, estabelecidas em 1974.

"Este momento histórico da caminhada da Igreja na Amazônia - diz o comunicado - rumo a sua autonomia, requer uma tomada de auto-confiança das Igrejas

da Amazônia na elaboração de objetivos claros e conjugação de forças locais que o episcopado brasileiro deve sempre mais apoiar e ajudar".

Dentro desse objetivo, os bispos ressaltam a necessidade de incrementar a promoção vocacional de candidatos locais aos ministérios diversificados, especialmente ao sacerdócio ministerial diocesano. "Em segundo lugar - afirmam - julgamos oportuno insistir na revisão contínua do tipo de presença, de função e de inserção dos religiosos na pastoral local de conjunto, em comunhão com todos os outros agentes de pastoral. A exigência de formar cada dia melhor os agentes de pastoral para a Amazônia, requer maior apoio do Instituto de Pastoral Centro de Estudos do Comportamento Humano CENEIC e dinamização das suas potencialidades, para colocá-lo

efetivamente a serviço de toda a região".

Os bispos decidiram, ainda, apoiar mais diretamente o trabalho do Conselho Indigenista Missionários, enfrentando junto com o CIM "os desafios de uma presença corajosa ao lado destes nossos irmãos, para os quais a Igreja é a forte esperança de ajuda e defesa de seus direitos".

O comunicado ressalta ainda, a crescente importância da Igreja na Amazônia. "A intensa vitalidade da Igreja na região - fruto especial do labor pioneiro de missionários das congregações religiosas - faz sentir, cada vez mais, a necessidade de promover a sua autonomia plena de comunidade eclesial local, em pessoas e meios, para se constituírem em Igreja adulta, não mais completamente dependente da presença exclusiva de institutos e congregações.

[Handwritten signature]

men. 5, p. 141/223

CIMI
J

Cimi contesta a Funai e prega liberdade no debate

ESTADÃO - 26-10-76

Da Sucursal de
BRASILIA

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) dom Thomás Balduino, declarou-se, ontem, surpreso com "a forte reação do presidente da Funai", general Ismarth de Araújo Oliveira, a uma afirmação do padre Egidio Schwade, segundo o qual o órgão encarregado da proteção aos índios "tem sua atuação limitada pela política econômica oficial". Em nota divulgada quinta-feira passada, o general Ismarth disse que a crítica do padre Schwade, um dos integrantes do Conselho, deixava "clara a impossibilidade de diálogo com o Cimi e o acerto da medida tomada pela Funai, proibindo o ingresso desses missionários em nossas áreas indígenas".

Dom Thomás afirmou que o Cimi pretende o diálogo com a Funai, "mas um diálogo em clima de liberdade,

sem as armas da repressão". E acrescentou: "Este diálogo precisa ser feito em campo aberto à opinião pública, sem cochichos e segredos". O bispo de Goiás Velho afirmou também que o Cimi não pretende negar a "razão de ser" da Funai.

Quanto à tentativa do presidente da Funai de "justificar a velha proibição" de ingresso dos missionários nas áreas indígenas, dom Thomás disse acreditar que o Cimi "está realizando bem a sua tarefa". Como prova, citou o fato de que o órgão tem recebido "o apreço e a solidariedade de congregações católicas e evangélicas e de entidades civis", além da "atenção especial" que lhe foi dedicada pela CNBB em duas assembleias representativas, "interessando-se por suas atividades o que por si só já significa confiança e apoio".

Dom Thomás também refutou as críticas que o ex-presidente do Cimi, padre

José Vicente César, fez recentemente à "ala jovem" do Conselho, acusando-a de "avançar o sinal" e criar o risco de provocar "soluções radicais" do governo. Resaltando que as declarações do padre César "não vão quebrar nosso relacionamento de colegas", dom Thomás disse que "ele se contradiz cobrando-nos tanto diálogo com a Funai, quando ele mesmo rejeita o Cimi".

Embora não negando a seu antecessor "autoridade moral para fazer pronunciamento sobre missionários", o presidente do Cimi acentuou que "esta autoridade tem duas grandes exigências: o engajamento na causa e o despojamento em face de outros interesses. Isso não se dá para quem se está limitando a observar de camarote a grave situação do índio. Não se dá, tampouco, para quem está preso às malhas das verbas e dotações oficiais".

Laura J. S.
S.

Jesuítas distribuem cópias de sua nota

É o seguinte o texto do pronunciamento dos jesuítas da Prelazia de Diamantino, lido durante a missa de corpo presente do Padre Burnier, e do qual 400 cópias mimeografadas foram distribuídas entre os presentes:

"Com o povo da Prelazia de Diamantino e representantes de igrejas-irmãs, estamos celebrando a morte do Padre João Bosco Penido Burnier, que doou sua vida pela causa da justiça e da caridade. Fazemos nossa a versão das circunstâncias dessa morte, divulgada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e agradecemos a colaboração da imprensa.

A causa imediata da morte do missionário jesuíta é atribuída a um soldado da Polícia Militar de Mato Grosso. Entretanto, não queremos ser ingênuos, referindo tudo apenas a um fato isolado. As causas verdadeiras têm raízes num sistema de desrespeito à pessoa humana e até de tortura que vêm oprimindo as populações dos índios, dos posseiros, dos peões, dos operários e de todos quantos se solidarizam com eles.

Limitando-nos a fatos mais próximos, no tempo e no espaço, ou sejam, as violências cometidas contra o povo, os padres e o Bispo da Prelazia de S. Félix, contra a aldeia de Meruri em julho passado, contra os índios e posseiros da Prelazia de Diamantino e contra D. Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu, descobrimos em todos esses acontecimentos uma raiz comum.

Lamentamos a morte desse nosso companheiro. Sentimo-nos felizes de poder acrescentar sangue e testemunho da Plazia de Diamantino e de tantos outros mártires anônimos. Interrogamo-nos, porém; o que representam esses acontecimentos para nós, cristãos,

e, mais concretamente, para nós jesuítas?

O missionário João Bosco foi homem marcado pela simplicidade, pelo equilíbrio, pela vida de oração. De origem e formação tradicionais, pouco a pouco foi se abrindo às luzes e às linhas orientadoras do Concílio Vaticano II e do Cimi.

Justamente este jesuíta, que primava pela capacidade de conciliar, foi escolhido por Deus para ser o primeiro mártir da Prelazia de Diamantino.

A nós, jesuítas, que recebemos na última Congregação Geral o apelo para nos comprometer pela "diacônia da fé e promoção da justiça", este sangue derramado não deixa de ser um marcante sinal: nos impele a deixar nossos possíveis comprometimentos com situações duvidosas e nos alerta do perigo de sermos por vezes injustos, precisamente quando nos empolgamos na luta pela justiça.

Agradecemos todas as manifestações providas de todo o país e do exterior. De modo particular queremos agradecer aos irmãos índios e posseiros que ensinaram através de seu martírio lento e constante ao Padre João Bosco esta profunda participação e presença nas suas angústias e aflições.

Com o coração repleto de esperança prosseguiremos todos, inalteráveis, no caminho da denúncia das injustiças que sofrem populações oprimidas e do anúncio jubiloso do Evangelho da encarnação e da libertação. Diante de nosso irmão João Bosco sacrificado, nos comprometemos continuar a construção do mundo novo alicerçado na justiça e na caridade.

Diamantino, 15 de outubro de 1976

a) D Henrique Froehlich S. J.; Padre Paulo Englert S. J.; Padre Joaquim Pereira S. J.; Padre Albano Te. nus S. J.

Exames confirmaram torturas e sevícias

Exames de corpo de delito constataram as torturas e sevícias que foram vítimas as três mulheres presas na Delegacia de Ribeirão Bonito pela paulista a qual fazia parte o soldado PM Ezy Ramalho Feitosa, assassino do jesuíta João Bosco. A notícia foi revelada ontem por uma fonte da Secretaria de Segurança, em Curitiba, e procede de Barra do Garças, onde o delegado especial da Secretária, Coronel José Pereira Diniz, preside o inquérito sobre o crime.

As mulheres — Margarita Barbosa, Samana Rodrigues e Yolanda Penaiva — ouvidas no inquérito, confirmaram as denúncias constantes na nota oficial do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), segundo a qual foram obrigadas a permanecer durante horas, de joelhos, sobre tampas de garrafas, além de serem espancadas e ameaçadas com revólveres e fuzis e de terem agulhas enfiadas nos seios e nas unhas.

D. Geraldo fica triste com os casos do Rio

"Volto triste porque até agora nada de positivo foi apurado ou pelo menos declarado a respeito pelos órgãos de segurança", afirmou ontem o vice-presidente da Conferência dos Bispos, D. Geraldo Fernandes, depois de uma visita ao DOPS, on-

de procurou se inteirar do andamento do inquérito sobre os recentes atentados terroristas contra a sede da CNBB, na noite em que foi sequestrado o Bispo de Nova Iguaçu, D Adriano Hipólito.

Cimi reforça denúncia do Padre Schneider

Brasília — Fontes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) confirmaram ontem notícias procedentes de Arenápolis, em Mato Grosso, de que o Padre Isidoro Schneider, da Prelazia de Diamantino, vem sendo constantemente ameaçado de morte pelos proprietários da Fazenda União, que querem expulsar 180 famílias de colonos que vivem nas cercanias.

Segundo informações da Casa de Curitiba, instituição ligada ao Cimi e onde pernoitam os missionários que atuam naquela região, as ameaças são frequentes.

Toda a vez que um religioso resolve proteger os colonos, os fazendeiros ricos os ameaçam de morte, acrescentam as notícias.

O Padre Isidoro — disse uma fonte do Cimi — afirmou durante o velório do Padre João Bosco Penido Burnier, domingo, em Goiânia, que ele seria o próximo alvo dessa escalada terrorista contra a Igreja, pois desde que começou a impedir a expulsão dos 180 colonos de uma área que a Fazenda União quer comprar, tem recebido constantes ameaças.

após missa de corpo presente

14 - NACIONAL

Diamantino sepulta Padre

Diamantino, Mato Grosso — Mais de 2 mil pessoas — 70% da população da cidade — acompanharam ontem o cortejo fúnebre do Padre João Bosco, sepultado no Cemitério do Seminário dos Jesuítas, após uma missa de corpo presente, na matriz de N.Sa da Conceição, onde os jesuítas denunciaram que "as causas verdadeiras do crime têm raízes num sistema de desrespeito à pessoa humana e até de torturas."

A expulsão do matador do Padre, soldado PM Ezy Ramalho Feitosa, e dos demais PMs que com ele trabalhavam no dia do crime, foi anunciada ontem em nota distribuída pela Polícia Militar do Mato Grosso e assinada pelo seu Comandante-Geral, Coronel Geraldo de Oliveira e Silva. Os expulsos foram entregues a polícia civil.

MISSA E ENTERRO

O Bispo de São Félix, D Pedro Casaldáliga, foi o principal orador da missa na Matriz — celebrada pelo Bispo jesuíta de Diamantino, D Henrique Froehlich — e, além de historiar a vida religiosa do Padre assassinado descreveu o crime com detalhes. Destacou que "a liberdade se compra com o sangue e que a vida se compra com a morte."

Segundo o Bispo de São Félix, o Padre João Bosco "morreu por um Brasil livre, sem injustiças, sem armas opressoras, sem intimidações e sem fazendas oprimindo posseiros. Vamos continuar a sua caminhada, trabalhando pela causa dos índios, garimpeiros, peões e suas famílias."

A igreja estava decorada. À entrada, um grande pai-

nel exibia recortes de vários jornais brasileiros com o noticiário do assassinato do Padre João Bosco Penido Burnier. À cabeceira do morto, pregadas na parede, as duas camisas que ele vestia — sujas de sangue — ao ser baleado e dois grandes cartazes com as seguintes inscrições: "Sem derramamento de sangue não há libertação" e "Padre João Bosco, vosso sangue é a esperança de libertação, paz e justiça".

Um pouco à direita, colada com fita adesiva, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Antes da missa, concelebrada por três bispos e 29 padres, um alto-falante espalhou pela cidade centenas de mensagens de pêsames e solidariedade recebidas pelos jesuítas de Diamantino de todos os Estados do Brasil e de vários países.

O comércio e as escolas não funcionaram em virtude de feriado decretado pelo prefeito. Muitos índios, garimpeiros e posseiros vindos de diversos pontos do estado se encontravam em frente à igreja. Os bispos e Padres se revezaram na concelebração, antes da comunhão rogando a Deus pelo jesuíta morto, pelos índios e por todos os que sofrem em Mato Grosso.

Representante da Arquidiocese de Cuiabá, Padre Pedro Coneti, disse que pedia a Deus para "que o sangue do Padre Burnier lavasse as almas das autoridades das injustiças". De Cuiabá, vieram também o representante do Tribunal de Justiça e o secretário do líder do Governo na Assembleia Legislativa. O Governador Garcia Neto estava em Campo Grande.

Bispo mostra divergências

O assassinio do Padre João Bosco serve para mostrar que "começa a cair a máscara da ilusão de que não havia divergências entre Igreja e Estado, divergências que muitas vezes tomam aspectos muito sérios", disse ontem o Bispo do Acre, Dom Moacyr Grechi. Ele se encontra no Rio participando de uma reunião de bispos de todo o país.

D Moacyr negou que a morte do missionário seja "um fato isolado, por se situar num contexto de povo, que vive sem nenhuma segurança, à mercê das forças políticas e econômicas". Disse que "aquela morte é mais uma consequência da atuação direta da Igreja, quando ela assume como sua a causa do povo".

AMBIGUIDADES

Seu depoimento — advertiu — só se referia à região onde trabalha. Deplorou a "mostra de ambigüidade" que tem caracterizado os últimos acontecimentos em que se evidenciaram violências policiais contra religiosos, silvícolas, posseiros e aqueles que tomam como suas as preocupações dos menos afortunados.

"A Igreja não pode mais manter essa aparência de paz" e "é preciso discordar publicamente e denunciar as injustiças", pois "a força policial e os poderosos fazem o que querem e não são punidos". Segundo o Bispo, a Polícia e o Poder Judiciário, em sua região, não passam de "um conjunto emperrado", com cartórios corruptos, pobres sem condição de ter advogado e uma justiça que "quando tem juiz não tem promotor".

Padre João Bosco

Dom Eugênio de Araújo Sales

Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro

JB 16/10/76

Semanas atrás, comentava aqui a morte de um sacerdote, bom e zeloso ministro de Deus. O Padre Rodolfo Lunkenbein, salesiano, em Merure, morreu em defesa dos índios bororos.

Era um brado de alerta, pois outros fatos lamentáveis vinham ocorrendo, como prenúncio de maus dias. O Bispo de Dourados, Mato Grosso, Dom Teodardo Leitz, fora detido ao cumprir sua missão episcopal em defesa dos silvícolas. Agiu de maneira correta. Apelou aos responsáveis de escalão superior, que corrigiram os desvios dos subalternos. O Irmão João Kauling, da Prelazia de Diamantino, sofreu maus tratos ao se dirigir, por motivos pastorais, a uma área onde se tentava, pela violência, expulsar posseiros.

Entre nós, o alvo foi Dom Adriano Hipólito, cujo sequestro teve requintes de crueldade. E outras ameaças continuam.

No último dia 11, seguiu-se mais um capítulo desse calvário com o assassinato do Padre João Bosco Penido Burnier, da Companhia de Jesus. A consciência cristã nacional foi profundamente atingida pelo crime. Sei e posso dar meu testemunho das providências tomadas pelas autoridades. Há, entretanto, algo que transcende o simples sentimento e penetra mais a fundo em nossa alma. Enquanto buscam e prendem os criminosos ou se tenta vislumbrar outras intenções nesses gestos tresloucados, examinemos alguns aspectos de uma atitude evangélica diante do episódio.

O trabalho em benefício dos fracos e pobres está no amago do cristianismo e foi sempre assim na Igreja, através dos séculos. Lembro a figura de São Vicente de Paulo, defendendo os prisioneiros. Recordo a Ordem dos Mercedários, criada para a libertação dos escravos. Entre nós, os jesuitas escreveram belas páginas de sacrifício e dedicação na luta em favor dos índios. O Padre João Bosco foi fiel a esse passado.

A tradição cristã mais pura sempre se contrapôs aos interesses de grupos e indivíduos, quando se identificam com a injustiça. Quem abraça a Cruz de Cristo desvenda a grandeza da missão sacerdotal e a incompatibilidade da Mensagem do Senhor com a maldade e a cupidez humanas.

Os dois padres sacrificados no cumprimento de seu dever pastoral, ambos alheios à política e a posições ideológicas, inteiramente consagrados à causa do Evangelho, lançam refulgente luz sobre inumeráveis outros presbíteros, que, sem lhes ser exigida a própria vida, dão-na no esforço do dia-a-dia a serviço do Pai em nossos irmãos. Reverenciemos, pois, os heróis conhecidos, igualmente os milhares de anônimos que hoje fazem a grandeza da Igreja no Brasil.

A imagem do padre é constantemente deturpada. Lembro certas novelas e filmes que tentam desmerecer o ministro de Deus. As falhas de uma infima minoria são proclamadas e positivamente se deixa no esquecimento o esforço e dedica-

ção da imensa maioria. Aqui mesmo, nesta grande cidade, poucos sabem da extraordinária e benemérita obra realizada no silêncio e na obscuridade por tantos sacerdotes.

As circunstâncias da morte do Padre João Bosco indicam uma afronta ao Evangelho. Diante dos sofrimentos das duas mulheres presas, em Ribeirão Bonito, ele vai interceder. Negar à Igreja esse direito é contradizer o Cristo que lhe confiou tal missão. Ela não pode permanecer muda ou surda. Não pode deixar de ouvir esses clamores que, quase sempre dramáticos, são, por vezes, menos perceptíveis. Eles vêm do drama dos filhos de lares desfeitos ou dos que estão viciados em drogas, dos pobres, dos miseráveis, de todos aqueles que trazem um coração ferido esmagado pela vergonha e dor.

Nós não podemos nos calar diante daqueles que assassinam os que escolheram, por ideal, resguardar e proteger os valores evangélicos na sociedade. Ao mesmo tempo, confiemos na ação do Governo que tem sob sua responsabilidade o Bem Comum. Convém recordar que muito depende do bom funcionamento da Justiça. É fácil apontar erros; difícil, corrigi-los. A gravidade dessa situação certamente há de suscitar no espírito cristão dos governantes a necessidade de empregar remédios, embora dolorosos mas eficazes.

A revolta, para ser cristã, permanece nos limites da Verdade e da Justiça. Erros acumulados durante séculos não devem

ser atribuídos a determinada fase de nossa História. Eles são um desafio à capacidade reformadora de nossos homens públicos. A obsoleta estrutura agrária e a notória resistência em modificá-la estão no alicerce desses males. O mesmo se diga de uma iníqua distribuição de riquezas aliada à ostentação, que humilha os desvalidos.

A voz da Igreja, sobretudo agora, deve soar como a voz da consciência em favor daqueles que sofrem injustiça. Deve ser tão pura que todos estejam certos de que ela foi enviada pelo Redentor para evangelizar sem distinção de classe, cor ou origem.

Ter fé não é somente erguer os olhos para Deus e contemplá-Lo, é também olhar a terra com o olhar de Cristo. Por tudo isso o Padre João Bosco deu a sua vida.

Diante desse sacrifício não há lugar para ódio ou vingança, embora a consternação seja profunda e o repúdio, unânime. Essa reação se faz indispensável, inclusive para que se evite o desaparecimento da sensibilidade humana diante do crime.

O cristão é aquele que é mais capaz de sofrer do que fazer sofrer. Ele, por essência, é o que perdoa, como aconteceu no alto da Cruz. Por isso, São Paulo escreveu aos coríntios: "Somos perseguidos mas não ficamos desamparados. Somos abatidos mas não somos destruídos. Estando ainda vivos, somos a toda hora entregues à morte por causa de Jesus, para que a vida de Jesus apareça em nossa carne mortal" (II Cor 4,9-11).

ESTADO 15/10/76

Evora: morte para punir a violência

Classificando de "barbarismo" o crime cometido pelo soldado Ezy Ramalho Feitosa, o secretário de Segurança Pública de Mato Grosso, coronel Aloysio Madeira Evora, declarou-se ontem, "plenamente favorável" à instituição da pena de morte no Brasil e à adoção de processos sumaríssimos para punir crimes como o assassinato do padre Burnier pelo policial O secretário acrescentou que, se houvesse pena de morte no Brasil, os dois tenentes que sequestraram e mataram Ludinho Coelho, filho de um rico fazendeiro de Mato Grosso, "já teriam sido fuzilados", e o assassino do padre "enfrentaria um paredão de fuzilamento, ou se sentaria numa cadeira elétrica nos próximos 30 dias".

Evora afirmou, ainda, não ser "cretino" a ponto de negar a existência de deficiências nos organismos policiais do Estado, mas ressal-

tou que estão sendo tomadas "medidas enérgicas contra os abusos". Revelou que, desde o início do governo Garcia Neto até agora, mais de 200 policiais já foram expulsos de suas corporações, pelos mais diversos motivos. "o que demonstra o interesse dos altos escalões em moralizar a nossa polícia".

Ao contrário do que prometia uma nota oficial do Comando Geral da Polícia Militar, o soldado Ezy Ramalho Feitosa não foi apresentado ontem à imprensa. "Não vamos expô-lo a vexames — disse um oficial da PM — antes que todos os fatos estejam apurados. Caso amanhã fique comprovada sua inocência, ou que ele não foi tão violento quanto parece à primeira vista, os danos do estardalhaço sobre sua pessoa seriam irremediáveis".

O índio Lourenço, que esteve na missa de corpo pre-

sente em Goiânia disse "conhecer bem" o soldado Ezy, que acompanhou a demarcação da área de sua tribo. Segundo Lourenço, Ezy dizia já ter matado duas pessoas e se oferecia — desde que a missão salesiana lhe pagasse um bom dinheiro — para assassinar o fazendeiro João Mineiro, responsável pela morte do padre Rodolfo Lunkenbein, durante a invasão da aldeia de Merure, a 15 de julho.

SEPULTAMENTO

O corpo do padre João Bosco Burnier foi levado para Diamantina, em Mato Grosso, num táxi aéreo que saiu de Goiânia às 7 e 30 da manhã de ontem, fretado pela Comunidade dos Jesuítas. A pedido dos padres e da família, não houve acompanhamento do corpo até o aeroporto, para onde se dirigiram apenas os religiosos da Casa dos Jesuítas e parentes do padre Burnier,

de Juiz de Fora. No avião seguiram os padres Albano Ternus, superintendente da Missão dos Jesuítas, e Vicente de Paulo, irmão do padre Burnier.

O enterro será na manhã de hoje. As 9 horas, mais de 100 religiosos, entre os quais o arcebispo dom Bonifácio Piccinini, cinco bispos e o superior provincial da Regional Centro-Sul da Ordem dos Jesuítas, padre Paulo Englert, levarão o corpo, da matriz Nossa Senhora da Conceição, onde está sendo velado desde a manhã de ontem, para o cemitério.

MERURE

O interrogatório das testemunhas de defesa dos fazendeiros responsáveis pela morte do padre Rodolfo Lunkenbein e do índio bororo Simão Cristino, assassinados dia 15 de julho na missão de Merure, em Mato Grosso, começará hoje, em Barra do Garças.

Cimi teme atentados contra outros padres

O secretário do Conselho Indigenista Missionário, Egdio Schawden, afirmou, ontem, que, na sequência das mortes que estão ocorrendo em Mato Grosso, estarão os outros cinco missionários do Cimi e diversos outros padres que atuam junto aos posseiros ameaçados de morte pelos fazendeiros. Na opinião de Schawden, é ingenuidade apontar o soldado Ezy Ramalho Feitosa como único culpado pela morte do padre João Bosco, ou então considerar o acontecimento como um incidente casual e isolado de todo um conjunto de fatores.

"Só um cego — disse o missionário —, um ingênuo não percebe que privilégios protegem sequestradores, fazendeiros, policiais, jagunços e, sobretudo, os autores de crimes contra posseiros, padres, bispos ou quem quer que seja que denuncie estes fatos".

Voltando a repetir o que disse durante a missa de corpo presente realizada, anteontem em Goiânia, dom Thomas Balduino afirmou que a morte do padre não pode ser vista como um ato isolado. "Quantas mortes, quantos sequestros estão sendo cometidos espe-

cialmente contra a população marginalizada por aqueles que, ao invés de agredir, deveriam ser os principais defensores do povo? Para que a Igreja dê um voto de confiança ao governo — acrescentou o bispo — é necessário que a verdade venha à tona. Enquanto isso não ocorre, vivemos uma fase de intensa expectativa".

A CNBB divulgou, ontem, uma nota de solidariedade do Instituto Aloisiano da Companhia de Jesus, do qual o padre João Bosco foi um dos fundadores. "Que esta morte — diz a nota — para além das interpretações episódicas, surja diante da consciência da Nação como um gesto profético, que denuncie, com a eloquência irrefutável do martírio, o estado de opressão e miséria dos nossos irmãos índios e dos nossos irmãos posseiros, no longínquo interior matogrossense".

Em Salvador, o cardeal Avelar Brandão divulgou carta em que 75 cursilhistas de sua arquidiocese apresentam solidariedade a dom Pedro Casaldáliga e afirmam que "o sangue desse mártir será semente de um grande reflorescimento do Evangelho libertador".

MRh.5, p. 116/223

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI
Gabinete do Presidente

CONFIDENCIAL

OF. Nº 512/PRES

Brasília, 29 de outubro de 1976

Senhor Ministro,

Esta Fundação vem, de há muito tempo, acompanhando as atividades desenvolvidas por alguns Bispos e Padres junto às comunidades indígenas no interior do Brasil.

Agem, os referidos sacerdotes, especialmente em áreas dos Estados de Mato Grosso e Goiás e, vez por outra em alguns Estados do Norte (Amazonas, Pará, Territórios de Rondônia e Roraima) e Sul (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina), do País.

A Assessoria de Segurança e Informações desta Fundação vem analisando e mantendo a Divisão de Segurança e Informações desse Ministério sempre a par de todos os fatos relacionados com tais atividades.

No entanto, Senhor Ministro, a proximidade - que, por força de nossas obrigações, mantemos com o problema, nos leva a informar, diretamente, a V. Exa. o seguinte:

Exmo. Senhor
Doutor MAURÍCIO RANGEL REIS
DD. Ministro de Estado do Interior

N e s t e

a) Em agosto de 1974, o mesmo grupo de Bispos e Padres realizou o 1º Encontro de Pastoral Indígena do Norte de Mato Grosso (Docº nº 1), com o objetivo de estabelecer suas linhas de ação;

b) após esse Encontro foram organizados pequenos grupos para visitas a aldeias e postos indígenas;

c) em agosto de 1975, reunião em Diamantino-MT, com -
forma documento nº 2;

d) no início de setembro do corrente ano, nova reunião foi realizada na Colônia Indígena de Meruri (MT), cujos objetivos e participantes estão relacionados no documento nº 3;

e) jornal "O Estado de São Paulo", edição de 25 último dá notícia da Reunião de Pastoral promovida pela regional sul do CIMI (recorte anexo);

Pelas ações que vêm sendo desenvolvidas pelos sacerdotes, Senhor Ministro, não resta a menor dúvida que estão sendo postas em prática as diretrizes estabelecidas no 1º Encontro de Pastoral (Docº nº 1). Reuniões, encontros e palestras efetuadas com certa regularidade em áreas indígenas, evidenciam que a atuação dos membros do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, e alguns outros padres e bispos, têm um objetivo específico, qual seja o de criar áreas de atrito entre índios e FUNAI.

A tônica em qualquer ação desses elementos, tem sido, como poderá ser verificado da leitura dos documentos anexos, a de enfatizar, como acomodada e omissa, a atitude do Governo no que se refere à terra e às frentes desenvolvimentistas.

MRh.5, p.118/223

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI

Gabinete do Presidente

3.

Assim, Senhor Ministro, ao tecer estas considerações, sobejamente documentadas pelo material anexo, permito-me sugerir a V. Exa., data venia, o encaminhamento do problema ao Ministério da Justiça, para conhecimento e providências que julgar convenientes.

Nesta oportunidade, renovo a V. Exa. os meus protestos de estima e real apreço.

O ORIGINAL FOI
ASSIGNADO PELO
SR. ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA
PRESIDENTE

o globo 09/11/76

Comissão Pastoral da CNBB divulga nota de apoio a bispos

GOIÂNIA (O GLOBO) — A Comissão Pastoral da Terra, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), distribuiu ontem nota apoiando as denúncias de dois bispos sobre os acontecimentos de Conceição de Araguaia, no sul do Estado do Pará, onde mais de 50 posseiros, um padre e um seminarista foram presos pela Polícia Militar.

A nota

Diz o documento da Comissão Pastoral da Terra, assinado pelo seu secretário-executivo, padre Ivo Poletto:

"A Comissão Pastoral da Terra — CPT — organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, depois de tomar conhecimento, por meio de encontro com D. Estêvão Cardoso de Avelar, Bispo de Conceição de Araguaia, e D. Alano Maria Pena, Bispo de Marabá, dos acontecimentos relativos a uma área de terra no sul do Pará, em que vivem e trabalham cerca de 300 famílias de posseiros, e que culminaram com a morte de dois soldados, a prisão de mais de 50 posseiros e de um padre e um seminarista, torna pública sua posição.

"O procedimento dos dois bispos, bem como a iniciativa do padre Florentino Maboni e do seminarista Hilário, demonstram mais uma vez que a Igreja se empenha em apoiar as justas reivindicações do povo, e exigir através de relatórios e contatos, que as autoridades competentes atendam e promovam os direitos dos cidadãos, principalmente dos mais fracos e desprezados.

"A prisão do padre Florentino e do seminarista Hilário, porém, revela que a atitude de diálogo nem sempre tem uma resposta adequada. Ao contrário, mostra que as autoridades, antes mesmo de certificar-se das intenções das pessoas, preferem recorrer ao arbítrio, prendendo e ocultando quem apenas procurou denunciar fatos irregulares — o que é direito e obrigação de todo cidadão.

"Esse fato, aliás, revela ainda a prepotência que vem sendo usada contra os posseiros e suas famílias. Com certeza as autoridades desejam provar à opinião pública e a si mesmas que os culpados pela morte dos dois policiais são exclusivamente os posseiros. Esquecem, porém, ou querem ocultar que os posseiros, têm a seu favor o fato de terem procurado todos os órgãos oficiais que poderiam esclarecer e defender seus direitos. Os soldados, ao policiar a demarcação da gleba, financiada pela Fundação Brasil Central (entidade que age ilegalmente na região), estavam protegendo uma ação que fere direitos de muitas famílias, mesmo cumprindo ordens dos seus superiores. Resta, no fim das contas, pela soma das informações de que dispomos, a total irresponsabilidade do Inbra, pois, ao mesmo tempo em que pede aos posseiros para "ficarem tranquilos na área", aceita e promove a demarcação da mesma área, por ser "feita por ordem da Fundação Brasil Central". Será este o modo, o caminho e a direção do Inbra para mais rapidamente resolver os problemas fundiários da Região Amazônica? Se assim for, os únicos que podem ficar tranquilos são os grandes proprietários e os grileiros.

"Queremos, por fim, ressaltar, como tantas vezes já foi feito, e os dois bispos deixaram claro, que o povo, principalmente os lavradores, não sabem mais a quem recorrer para a defesa dos seus direitos. Os fatos estão levando o povo — e não só na Amazônia, mas igualmente em várias outras regiões — a um descrédito total em relação às autoridades federais e estaduais. Qual será a consequência, se os interesses dos grandes são defendidos com procedimentos ilegais e violentos?

"É necessário que a consciência de todos os brasileiros seja bem informada e decida apoiar as justas reivindicações de cidadãos que, pacificamente, apenas desejam — e têm direito — um pedaço de terra para trabalhar e viver, contribuindo assim para o enriquecimento justo de nossa pátria. Padre Ivo Poletto. Secretário-Executivo".

Carvalho
p. 10/11/76

um país que vai prá frente™



MINISTÉRIO DO INTERIOR
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
7.a Delegacia Regional

MRN. S, p. 120/223

OFICIO N.º 365/7aDR/76

EM: 09.11.76

DO: Delegado Regional

AO: Senhor Chefe da Assessoria de Seg. e Informações (AST)

ASSUNTO: Recorte de jornal (encaminha)



Senhor Assessor

Para apreciação dessa Assessoria, encaminhamos em anexo, recorte de matéria publicada no jornal "CINCO DE MARÇO", de circulação semanal.

Cordiais Saudações

Ivan Baiocchi

IVAN BAIOCCHI - Del. Reg.

Ass. Carbone
17/11/76
[Signature]

- Leandra
- Infama a DSI.
[Signature]

Arquivar na pasta de Carlos Moura parte do jornal que contém a matéria (cópia).
[Signature]
Pr. 24/11/76.

Supl. nº 028-L-76, de 30/11/76.
Seguim - os.
[Signature]
Pr. 30/11/76.

FOLHA DE GIDÁS 9/11/76

DE RELANCE

Muito importante a decisão do General Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, em proibir a entrada de "antropólogos" estrangeiros nas reservas indígenas. Conforme destacou o "Correio Braziliense" de domingo, "ele está bem informado que, na pele de antropólogos, muitos interesses estranhos ao País estavam tendo acesso a áreas das mais estratégicas para o nosso futuro".

/// MRN.S.P. 12/223

Relação Cimi-Funai: o motivo das divergências

Texto: Djalba Lima



Dom Tomás Balduino, presidente do CIMI, explicando as divergências

PAGANDO PARA VER

Referindo-se à morte dos missionários do CIMI, Dom Tomás afirmou que "estamos pagando para ver o que vai acontecer. Ao que tudo indica — prossegue — a coisa vai ser tratada com panos quentes, sem maiores conseqüências para os verdadeiros culpados. Talvez sofra um ou outro pequeno, mas os grandes mandantes gostaríamos de ver se a nossa justiça vai alcançá-los".

REFORMA AGRÁRIA

Sugerindo uma reformulação no modelo de desenvolvimento econômico do governo no tocante à ocupação produtiva das terras da região amazônica, principalmente, Dom Tomás Balduino observa:

— O que a Igreja prega abertamente é a reforma agrária, que, por sinal, já tem o seu diploma legal, o Estatuto da Terra, promulgado pelo governo Castelo Branco, e que tem se tomado em letra morta. Uma reforma agrária na forma como ficou decidida, e prolongada, tocaria interesses e poria em dificuldades qualquer governo, por mais forte que fosse. Mas acredito que com uma conscientização de todo o povo e depois com um crescimento de opinião favorável a uma solução desse gênero, nós estaremos em condições de quebrar a história intocável do latifúndio na forma vigente desde as Capitâneas Hereditárias, talvez reduzida um pouquinho mais."

MULTINACIONAIS

Referindo-se à atuação das multinacionais na Amazônia, diz que "é de destruir a situação, de desmantelo, porque, são organismos anônimos imensos, gigantescos, na mesma proporção em que eles são cruéis e insensíveis. Veja, por exemplo, o caso do coronel dono de fazenda de antigamente. Ele tinha seu relacionamento humano com os peões, com os camaradas e chegava até a comer, caminhar e viajar juntos. Passa em seguida à situação vivida recentemente nas áreas ocupadas na Amazônia pelo capitão de indústria, principalmente de São Paulo, o homem invisível, o chefe inatingível, sempre ocupado em reuniões. Um homem desse imprime à sua organização um tipo de crueldade que jamais tinha sido conhecida por aqueles mais terríveis cangaceiros ou chefes de fazenda, nas oligarquias rurais. E agora o salto ainda é maior, porque são multinacionais, são monstros de uma cabeça só que se investe contra grupinhos de índios desprotegidos e que, certamente, pouco ligam para o seu desaparecimento e para a forma como vai aquele morrendo, sendo chacinados. É o grande temor para nossa condição de

CLIMA DE CENSURA

Sugerindo que a Funai seja diretamente vinculada à Presidência da República ao invés de estar subordinada ao Ministério do Interior, o presidente do CIMI pondera que a fundação "não deve ficar sofrendo as injunções que têm seus interesses na linha econômica, da produção. Subordinada à Presidência da República, ela teria condições, graças a uma assessoria mais qualificada, de enfrentar o problema no seu equacionamento mais amplo. De qualquer forma, de ministério para ministério, pouco adianta. Creio que poderia encontrar-se uma correção de muitas distorções de uma política no sistema de uma abertura. A Funai fechou-se dentro de um clima de censura: não se pode criticar a Funai, nenhum sertanista pode levantar objeções publicamente contra a Funai porque ele é demitido imediatamente. Não se tolera nem a crítica do próprio CIMI, e eu acho isso mortal, mortífero para o órgão. Por isso, ele se esclerosou, vai se fossilizando dentro de si mesmo, fechado em si mesmo, sem nenhuma abertura à contribuição de outros brasileiros, porque, afinal, somos todos co-responsáveis, porque não é só o governo que é dono de tudo."

ORIENTAÇÕES DIVIDIDAS

Afirmando que "as divergências sobre a política indigenista existem no próprio seio do Ministério do Interior e Funai — onde se destacam as posições do general Ismarth por uma linha mais razoável e propugnada pelos antropólogos da própria Funai, e do ministro Rangel Reis, que preconiza a "integração" do índio a toque de caixa" — Dom Tomás cita as recentes declarações do sertanista Orlando Villas Boas, em que afirma: "Se o ministro Rangel Reis, do Interior, continuar insistindo e exigindo um processo rápido de integração do índio, a Funai terá cada vez mais problemas com índios marginalizados e degenerados." Rangel Reis não só criticou o trabalho da Funai como também comentou, em declarações feitas em Brasília, que "não se repitam experiências como a do Parque Nacional do Xingu, onde as tribos não foram preparadas para o inevitável contato com a civilização, vivendo como se ainda estivéssemos em 1500".

— Demonstrando claramente que o ministro desconhece o problema do índio — prossegue — Orlando Villas Boas começou por explicar as diferenças entre aculturação e integração. A aculturação não ameaça a comunidade tribal, pois consiste em conquistas como a substituição do machado de pedra pelo de ferro. Já a integração implica na quebra de valores mais profundos, como os culturais e religiosos. Já que em suas declarações o ministro Rangel Reis falou no aproveitamento do índio como força de trabalho na região, Orlando Villas Boas foi categórico na defesa da comunidade indígena dizendo: "Vamos abrir as fronteiras do Xingu para levar o índio a participar do quê? De uma vida escrava, como mão-de-obra barata, nas fazendas ao redor? Para lhe dar uma enxada? Para participar das frentes garimpeiras ou seringueiras ultrapassadas dentro da estrutura extrativa?"

Se o ministro fez questão — acrescenta o presidente do CIMI — de frisar que a incorporação urgente da massa indígena à força de trabalho é uma das metas indigenistas preconizadas pelo governo Geisel, Orlando Villas Boas, com a experiência de quem há quase 40 anos de Getúlio Vargas

Dividido por duas orientações — a ala mais moderada e a mais "avançada" da Igreja — ao Conselho Indigenista Missionário reserva-se uma importante parcela de contribuição à tarefa de integração do índio à comunidade nacional. Parece não haver dúvida que o CIMI e as missões de um modo geral enfrentem o grave problema de divisionismo interno quando o ex-presidente do órgão e atualmente presidente do Instituto Anthropos do Brasil, padre José Vicente César, afirma que as acusações que vêm sendo feitas "por alguns elementos mais avançados e insatisfeitos da Igreja contra o governo não deixam dúvidas de que o alvo de tudo é o próprio sistema vigente, que seria a causa das opressões e esbulho das minorias pobres e marginalizadas". Por sua vez, o presidente do CIMI, Dom Tomás Balduino (bispo de Goiás), denuncia uma campanha de desmoralização contra o órgão e acusa a Funai de discriminação contra os missionários.

RELAÇÕES

As relações entre o CIMI e a Funai atingiram nos últimos dias os níveis mais críticos, como demonstra uma nota expedida pelo general Ismarth de Araújo, presidente da Fundação Nacional do Índio, em que afirma, a certa altura: "A atitude do padre (Egido Schwaden) deixa clara a impossibilidade de diálogo com o CIMI e o acerto da medida tomada pela Funai, proibindo o ingresso desses missionários em nossas áreas indígenas."

Esse clima de tensão foi explicado pelo padre José Vicente César, ex-presidente do conselho, da seguinte forma, à sua maneira: "De 1970 para cá, e sobretudo com a fundação do CIMI em 1972, o clima de relações entre a Igreja católica e a Fundação Nacional do Índio se agravou dia a dia, salvo um curto período em 1974, quando, como presidente do conselho, procurei dialogar com o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira. Há um ano, no entanto, quando uma ala jovem se apoderou das rédeas do CIMI, as divergências entre a Igreja e o governo, no campo da pastoral indígena, aprofundaram-se visivelmente, agravando-se o clima de denúncias e ataques em qualquer perigosa, tomando-se praticamente impossível qualquer saída para um diálogo honroso e frutífero. Em tudo isso o maior prejudicado é o índio, cansado de encontros e assembléias e desiludido com promessas que só constam nos papéis de boletins e jornais."

DESMORALIZAÇÃO

Enquanto isso, o presidente do Conselho Indigenista Missionário observa que os obstáculos para o cumprimento dos objetivos do CIMI "têm sido mais de caráter repressivo, na linha de ameaças, como por exemplo, certos membros do conselho foram proibidos pela Funai de entrar nas áreas indígenas, isso ao lado de uma certa política de desmoralização do CIMI. O presidente da Funai gosta de dizer que distingue o CIMI das missões, com isso querendo dizer que estaria pronto para apoiar as missões e não o CIMI. Ele chega inclusive a distinguir o CIMI da CNBB, também com isso querendo dizer que tem respeito pela CNBB."

Admitindo a existência do problema de divergências

O que foi o 42o. Congresso Americanista de Paris

DOM TOMÁS BALDUÍNO
presidente do CIMI

Particpei do 42o. Congresso de Americanistas por indicação do Conselho Mundial das Igrejas, que custeou minha passagem. O congresso realizou-se de 2 a 9 de setembro p.p., na Sorbone, em Paris. Reuniu aproximadamente mil congressistas, distribuídos em vários simpósios e missões. Fiquei no simpósio de Antropologia, política indigenista e colonialismo, cujo organizador foi Darci Ribeiro e os coordenadores Guilherme Bonfil Bataia, René Fuerst, Robert Jaulin, José Matos Mar, Carlos Araújo Moreira Neto e Stefano Varese. A contribuição que solicitei de minha parte foi sobre a atuação do Conselho Indigenista Missionário.

ASPECTOS POSITIVOS

O Congresso teve, sem dúvida, o mérito de levantar, com satisfatória precisão, a realidade indígena das Américas. Não foi só a realidade histórica, linguística, geográfica e religiosa ou cultural. Foi sobretudo a trágica situação sócio-política. Em todos os países das Américas, o Índio continua hoje a mesma luta de sempre, luta pela terra, luta pela sobrevivência e, mais do que em outros tempos, ele vem se defrontando com Governos visceralmente aliados do neocolonialismo multinacional.

O Congresso significou, além disso, um encontro raro de cientistas, antropólogos, etnólogos de projeção mundial, os quais, além do incomum saber adquirido pelo estudo e pela experiência, traziam, de mais a mais, em fazer profissão de engajamento na causa dos povos indígenas, reconhecendo a estes a intransferível tarefa de serem os protagonistas de sua própria libertação e de seu desenvolvimento.

Foi um encontro realizado num clima de inteira liberdade, pelo menos no que se referia à dinâmica e à organização dos trabalhos. O que podia tolher, e de fato tolheu uma maior franqueza dos participantes que queriam ainda voltar à sua Pátria, era a certeza da infiltração dos tais informantes, ligados aos diversos tipos de SNI, todos eles a serviço da repressão cultural movida por seus Governos.

Foi considerada positiva a atuação de Índios provenientes de várias tribos das Américas. Lá estavam não mais, como em outros tempos, na qualidade de observadores ou observados, mas como verdadeiros participantes com voz e voto para levarem adiante propostas bem concretas de perspectivas sentidas por eles mesmos.

ASPECTOS NEGATIVOS

Embora considerável parcela dos cientistas presentes aos simpósios fossem homens comprometidos na luta pela libertação do Índio, o Congresso desenrolou-se de maneira marcadamente acadêmica e formal. Isto se deveu, sem dúvida, ao peso da estrutura da Escola em que ele se realizou.

Não deixou de ser claramente notada a confusão e desor-

ganização do encontro. Afinal, a Associação de Americanistas, ficando parada durante dois anos, não consegue pôr-se em movimento com facilidade no espaço de uma semana. Em toda máquina que ficou ociosa por um tempo, acontece, no momento de iniciar o trabalho, que alguma peça esteja desajustada ou mesmo faltando ao conjunto.

O que, porém, vem trazer mais complicação é o fato de começarem a funcionar paralelamente outros aparelhos ou mecanismos hêm mais novos e eficientes e que acabam usurpando a condução da caminhada. Notou-se que o Congresso foi manipulado por organizações radicais interessadas em levar a cabo seus programas traçados a médio ou curto prazo, sem considerar muito a complexidade da realidade americana e conseguindo, talvez, se sobrepor ao consenso geral dos participantes.

Uma consequência deste fato foi a posição fortemente anatematizadora de certas conclusões do Congresso. Causaram surpresa a muitos as decisões comunicadas na sessão solene final e que misturando indiscriminadamente Governos e Missões religiosas proclamavam um repúdio a tudo isso como fatores ou instrumento de colonialismo e opressão contra os povos indígenas.

Deixando à parte o caso dos Governos das Américas que o Congresso, em geral, condenou, convém aqui esclarecer o problema missionário. Não ousando, talvez, nomear claramente o Summer Institute of Linguistic, que foi duramente criticado o tempo todo do Congresso por suas perspectivas integracionistas e por seus convênios ambíguos com vários Governos latino-americanos, a conclusão final misturou esta organização com as demais missões religiosas e as rejeitou todas. Ora, os congressistas estavam sabendo que havia ali missionários expulsos por Governos que não toleram uma pastoral libertadora para o Índio. Tinham também conhecimento da proibição de certos missionários de entrarem em aldeias indígenas controladas por órgãos governamentais. Como, pois, explicar uma conclusão desta a não ser por uma manipulação que busca apressadamente seus objetivos particulares mesmo passando por cima duma realidade complexa, dolorosa e delicada?

PERSPECTIVAS MISSIONÁRIAS

Mas o Congresso serviu enormemente ao trabalho missionário tanto no plano ecumênico como no plano intercontinental.

Foi a oportunidade rara e única para o encontro dos responsáveis cristãos interessados em conjugar esforços no sentido de uma mais ampla comunhão e união na Pastoral renovada de libertação do Índio. A decisão de realizar um "Barbados II" no ano próximo, isto é, um segundo encontro naquela ilha reunindo missionários católicos e evangélicos de vários continentes, assessorados por cientistas engajados, em vista de avaliar e programar a atuação junto aos Índios e que nos incumbe como homens de Igreja, foi uma das melhores aquisições possibilitadas por este grande, memorável Congresso.

SEMINÁRIO "CINCO DE MARÇO" - de 08.11.76 - Goiânia-GO.

Cimi debate pastoral no Sul

Do Enviado Especial

"Não vim aqui para criticar os órgãos federais, mas a gente vê o que vê, ouve o que ouve e diz o que tem que dizer. Pelo que conversei com meus patriotas, vi que eles estão sofrendo muitas privações. Não têm assistência médica e nenhuma proteção dos órgãos federais para defesa de suas terras".

A observação foi feita por Recobudjeba, um índio bororo de Mato Grosso, durante a Reunião de Pastoral promovida pela Regional Sul do Cimi — Conselho Indigenista Missionário e pelo Bispado de Frederico Westphalen, e realizada anteriormente no seminário dessa cidade gaúcha, situada a 597 quilômetros de Porto Alegre.

Partindo do princípio de que o índio deve ser o primeiro a assumir o problema que o atinge e os missionários devem apenas apoiá-lo no que for necessário, o Cimi decidiu que todas as reuniões previstas em seu calendário terão sempre a participação de indígenas para expor suas dificuldades, trocar experiências e integrar-se entre os diferentes grupos tribais. Por isso, Recobudjeba participou — juntamente com três outros índios da região Norte: dois xavantes e um terena — de um debate com uma dezena de kaingangues do Oeste paranaense, do Oeste de Santa Catarina e da região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul.

mi decidiu que todas as reuniões previstas em seu calendário terão sempre a participação de indígenas para expor suas dificuldades, trocar experiências e integrar-se entre os diferentes grupos tribais. Por isso, Recobudjeba participou — juntamente com três outros índios da região Norte: dois xavantes e um terena — de um debate com uma dezena de kaingangues do Oeste paranaense, do Oeste de Santa Catarina e da região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul.

Esse debate revelou que a pretendida integração é perfeitamente viável, ainda que o primeiro contato tenha acabado por revelar surpresas. Os kaingangues do Rio Grande do Sul foram surpreendidos ao descobrir que os xavantes de Mato Grosso muitas vezes expulsam as famílias de intrusos brancos que ocupam suas terras. Eles também tomaram consciência da opressão a que são submetidos pelos funcionários da Funai no Sul e descobriram que, assim como ocorre no Norte do país, onde as missões são mais atuantes, eles poderiam buscar o apoio dos missionários em caso de dificuldades. Os kaingangues chegaram mesmo a considerar que os sacerdotes e religiosos das paróquias próximas às suas reservas devem ser responsabilizados por seu comprometimento com os invasores de suas reservas, a ponto de se omitirem diante do fato consumado.

As conclusões desse debate acabaram revelando a necessidade — e a possibilidade — de uma união dos diversos grupos tribais do país. Depois de lembrar que "estando próximo, índio combina bem", o xavante Tseremeywa Orebwe, da missão de São Marcos, no posto de Barra do Garças, em Mato Grosso, defendeu a necessidade urgente dessa união e a formação de uma comissão representando os diversos grupos, para ir a Brasília reivindicar a retirada urgente dos intrusos de suas terras, o fornecimento de

cessidade — e a possibilidade — de uma união dos diversos grupos tribais do país. Depois de lembrar que "estando próximo, índio combina bem", o xavante Tseremeywa Orebwe, da missão de São Marcos, no posto de Barra do Garças, em Mato Grosso, defendeu a necessidade urgente dessa união e a formação de uma comissão representando os diversos grupos, para ir a Brasília reivindicar a retirada urgente dos intrusos de suas terras, o fornecimento de

equipamentos agrícolas para o seu trabalho, melhor assistência médica, escolarização voltada para a realidade indígena, principalmente no que diz respeito aos seus direitos, e a participação na renda obtida por meio do trabalho do índio.

Os próprios missionários reconheceram a ausência de uma participação mais efetiva das missões católicas e atribuíram essa omissão a diversas causas, entre as quais "o comprometimento da Igreja com a classe dominante". Na verdade, o encontro — do qual participaram 35 pessoas, entre indígenas do Norte e do Sul, religiosos, leigos missionários e dois bispos: d. Bruno Maldaner e d. José Gomes, respectivamente, bispos de Frederico Westphalen e Nappó, em Santa Catarina — permitiu uma profunda auto-crítica, a ponto de alguns missionários jovens terem afirmado que "pastoral indígena é uma bobagem".

"Se Cristo é graça e comunidade — assinaram os missionários — não temos nada a ensinar para os índios, que vivem em comunidade e, portanto, são mais cristãos do que nós. O que precisamos fazer é proteger esses povos, impedir a continuação da agressão sobre suas culturas". E indagaram: "que foi feito pela paróquia de Nonoai, por exemplo, que ao longo destes anos permitiu que aquelas reservas indígenas do Rio Grande do Sul fossem reduzidas de 32 para 15 mil hectares?"

mes nada a ensinar para os índios, que vivem em comunidade e, portanto, são mais cristãos do que nós. O que precisamos fazer é proteger esses povos, impedir a continuação da agressão sobre suas culturas". E indagaram: "que foi feito pela paróquia de Nonoai, por exemplo, que ao longo destes anos permitiu que aquelas reservas indígenas do Rio Grande do Sul fossem reduzidas de 32 para 15 mil hectares?"

A meta é ampliar os contatos

Depois de reconhecer a ineficácia e quase inexistência do trabalho missionário junto aos indígenas do Sul do país, os religiosos e leigos reunidos em Frederico Westphalen definiram quatro metas básicas a serem trabalhadas com alguma urgência: contato com representantes da Funai; contato direto e demorado com vigários de paróquias próximas das áreas de reservas; conhecimento aprofundado da realidade do índio; e a formação de equipes para trabalhar efetivamente junto a ele.

Durante os debates, contudo, tanto missionários quanto indígenas constataram a ausência de dados precisos sobre algumas reservas, como as de Vanuero, Iestui, Araribá, José de Anchieta, Rio Branco e Itariri, em São Paulo, onde os remanescentes indígenas já estão praticamente integrados à população branca. Segundo o padre Natalicio Weschenfelder, responsável pelo Cimi em São Paulo e no Paraná, neste último Estado a invasão dos brancos é tal que, em Novas Laranjeiras, uma reserva de 17,5 mil hectares, existem mais brancos que índios.

Foi, contudo, no Rio Grande do Sul que se verificou, ao longo dos anos, a redução mais agressiva das reservas indígenas, tanto em número quanto em área total. As reservas de Serrinha, Ventarra, Caseros, Lagoão e Liso simplesmente desapareceram, enquanto que das sete reservas atuais três

foram sensivelmente reduzidas: Nonoai, de 34,9 mil hectares para 14,9 mil; Inhacorá, de 5,8 mil para pouco mais de mil hectares; e Voturo, de 3,1 mil para 1,7 mil hectares.

Alguns missionários lembraram a ineficácia das medidas propostas pelos órgãos públicos ligados ao índio, a partir "dessas comissões do INCRA, da Funai e do governo dos Estados, que recentemente fizeram levantamentos nos Estados do Sul". Segundo os missionários "parece que eles só serviram para protelar o problema das invasões. Se havia uma data — afirmaram, referindo-se à data fixada pela Funai para que os agricultores deixassem as terras indígenas — por que o INCRA não providenciou a retirada dos agricultores a tempo? Não basta dizer que não pode se responsabilizar por gestões anteriores, como fez seu presidente recentemente, quando foi questionado pela falta de medidas antes de 31 de julho último".

Diante dessa situação, o padre Egydio Schwade sintetizou o que realmente precisaria ser feito no Rio Grande do Sul: "Reincorporação às reservas das áreas retiradas aos índios pelo Estado, como aquelas destinadas à estação experimental de Inhacorá e reserva florestal de Nonoai, sob pena de desmoralização do próprio Estado; retirada imediata dos latifundiários e arrendatários que enriqueceram à custa do índio, explorando-o através das empresas agrícolas e madeireiras; e

execução de um plano de reforma agrária real, dando terras aos agricultores, sem assustá-los com transferência para a Amazônia, o que tem provocado a sua permanência nas áreas destinadas às reservas".

O encontro caracterizou, ainda, o desânimo manifestado pelos índios como reflexo de descrédito em relação aos órgãos oficiais participantes da comissão que preparou um relatório para sugerir aos poderes centrais a adoção de medidas para transferência dos invasores de terras indígenas. Isso porque, segundo os missionários, o governo gaúcho tem sido, ao longo dos anos, o maior grileiro das áreas de reservas, com sua redução para criação de reservas florestais. Além disso, a Funai tem se limitado a repelir as mesmas promessas, enquanto que o INCRA só promoveu a reforma agrária dentro das áreas dos índios.

Depois de salientar que não importa agora avaliar o que restou da cultura indígena gaúcha, um dos missionários, o irmão marista Antonio, lembrou que o momento é "de fazer alguma coisa por este povo espeznhado, antes do extermínio total". E talvez a primeira medida seja mesmo a formação de uma comissão de índios, representantes de todos os grupos tribais, que irão a Brasília pedir ao presidente Geisel a imediata retirada dos invasores brancos de suas reservas.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMORANDO Nº 43/76 - AJACRE

Rio Branco,
12 de agosto de 1976.



Senhor Chefe da A.S.I.

Para conhecimento de V.Sa., e os fins devidos, encaminhamos em anexo, fotocópia do COMUNICADO apresentado hoje às autoridades locais, pela Assembléia Pastoral Indígena, que ora se realiza nesta capital.

Informamos ainda, que a realização da referida assembléia, até a data de hoje, quando foi entregue o citado documento, era de total desconhecimento oficial das autoridades locais, pois nenhuma das autoridades receberam a participação da realização do referido conclave.

Sem outro particular para o presente, apresentamos nossos protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente.

José Porfirio Fontenele de Carvalho
Ajudância do Adv. FUNAI
Chefe

Ao
Ilmo.Sr.
João Bezerra de Melo
M.D. Assessor de Segurança e Informação da FUNAI
BRASILIA - DF

C.M.C.

*O assunto foi
divulgado a DSI
através da Segurança
201-A/76 Ceu 8.9.76
C.M.C.*

*anal. seg.
1.9.76.*

*Seg. Jul.
9/9/76.*

MRU 5, p. 127/223

PRELAZIA DO ACRE E PURUS

CAIXA POSTAL 473 — TELEFONE 23-55
69900 — RIO BRANCO — ACRE (BRASIL)

Cópia
Rum

- Exmo. Sr. Governador do Estado do Acre
- Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública
- Exmo. Sr. Comandante da 4a. Companhia de Fronteira
- Exmo. Sr. Superintendente Regional da Polícia Federal
- Exmo. Sr. Coordenador do INCRA
- Exmo. Sr. Representante da FUNAI

COMUNICAÇÃO

Estamos reunidos com a finalidade de realizar a Segunda Assembléia Regional de Pastoral Indígena. Os Participantes, representando as Prelazias da Amazônia Ocidental, foram convidados através de convite público, enviado pelo correio e publicado no Boletim "Nós Irmãos" da Prelazia do Acre e Purus.

Esta assembléia é feita pela segunda vez, por causa da importância que damos à grave problemática das populações indígenas de nossa região. Cada dia mais nós nos apercebemos como esses povos indígenas, tão ricos em valores, estão sendo destruídos pela ação dos seringueiros, empresários e gerentes de empresas agro-pecuárias, que os exploram como mão-de-obra barata e ultimamente lhes tiram definitivamente as terras que lhes pertencem por um direito secular.

Dando-nos conta desta situação, consideramos de máxima importância a decisão de nossas igrejas, isto é, revisar a atitude tomada e os trabalhos pastorais realizados entre os índios. Revisão séria e científica, com o objetivo de melhor estabelecer linhas para a ação da pastoral indígenista, em que esperamos engajar todos os que são seguidores fiéis do Evangelho e todos os que têm boa vontade.

No final do primeiro dia de trabalho desta assembléia, depois de várias visitas de pessoas estranhas, que se apresentaram com credenciais falsas, pudemos confirmar uma ação de investigação em relação aos debates realizados, chegando ao ponto de instalarem microfones para gravação na sala de reuniões, do que temos provas em nossas mãos. Não sabemos, e nem nos importa saber, quem realizou mais esta ação ilegal, contrária à Constituição Nacional e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cabe-nos apenas deixar claro

PRELAZIA DO ACRE E PURUS

CAIXA POSTAL 473 — TELEFONE 23-55
69900 — RIO BRANCO — ACRE (BRASIL)

Comunicação... - 2

que tal atitude e procedimento atestam que estamos num estado de controle, em que a liberdade não passa de uma palavra sem conteúdo.

Finalmente, ao fazer esta declaração às autoridades e à opinião pública, queremos afirmar que este fato vem confirmar a nossa apreensão de que grupos e organismos de representação estejam apoiando e acobertando a ação de empresários inescrupulosos que promovem um capitalismo selvagem, sem controle, o que os torna corresponsáveis do genocídio lento dos povos indígenas, que vem acontecendo no Acre, Rondônia e Sul do Amazonas, dizimados cultural e fisicamente. Se assim não fosse, como entender o fato de que não tenham controlado os debates de nossa reunião sobre Pastoral Indigenista?

Este fato não nos amedronta. Ao contrário, iluminados pelo Evangelho de Jesus Cristo, nós ainda estamos decididos a colocar-nos ao lado dos povos indígenas, assumindo e defendendo sua causa, seus direitos, principalmente sua luta pela terra, pois ela é condição primeira para sua sobrevivência física, social e cultural. E fazemos voto que todo brasileiro, e especialmente todo povo de nossa Amazônia Ocidental, tome consciência das injustiças de que são vítimas os indígenas, e decida unir-se para promover uma mudança de nossa sociedade.

Só assim, todos nós, e conosco os povos indígenas, viveremos num mundo de liberdade, verdade, amor e fraternidade.

Rio Branco, 10 de agosto de 1976



+ Moacyr Grechi
Bispo Prelado do Acre e Purus
Ex-novo da 2ª. Assembleia Regional de Pastoral Indígena.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO Nº 48/76 - AJACRE

Rio Branco,
25 de agosto de 1976.



Senhor Chefe da A.S.I.

Para conhecimento de V.Sa., encaminhamos em anexo, fotocópia de matéria publicada no jornal "O RIO BRANCO" desta capital, edição de hoje, sob título "IGREJA DEBATE A / QUESTÃO INDÍGENA".

Sem outro particular para o presente, apresentamos nossos protestos de alta consideração e respeito.

Atenciosamente.

José Porfírio Fontenele de Carvalho
Ajudância do Acre - FUNAI
Chefe

AO
ILMO.SR.
JOÃO BEZERRA DE MELO
M.D. Assessor Chefe da Assessoria de Segurança e Informações
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
BRASILIA -DF

avaliada auy.
1-9-76.

Carste
Em 8.9.76
[Signature]

JORNAL "O RIO BRANCO" Nº 1793 - DE 25/8/76 - PÁGINA 4

vênio pelo próprio INPS. A assinatura do con- de intenções definidas. Uma dessas intenções é sel é pioneiro em novo enfoque no campo au

Igreja Debate a Questão Indígena

"O evangelho está sendo anunciado aos pobres. É sinal de que o Reino chegou. Na região amazônica existem muitos pobres, entre os quais pode-se incluir também os povos indígenas. A eles também o Evangelho deve ser anunciado. Nem tanto com palavras, mas sobretudo com atitudes. Entre as necessidades de nossos irmãos índios, a primeira delas, sem dúvida, é a da terra. Que o exemplo de coragem do padre Rodolfo Lukenbein, assassinado no mês passado por um grupo de fazendeiros que invadiram a reserva dos Bororo, em Mato Grosso, sirva de inspiração para nós". Com estas palavras, Dom Moacyr Grechi abriu segunda-feira, 9 de agosto, a Assembleia de Pastoral Indígena de Rio Branco.

Em seguida, voltando-se à sua direita, acrescentou: "que no próximo encontro possamos ter a alegria de ver mais representantes dos povos indígenas da região". E que, sentados à sua direita, estavam dois índios kulina do Alto Purus que, desde segunda-feira, juntamente com mais 35 pessoas, representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e agentes pastorais de quatro prelazias da região, atuavam na referida assembléia.

Juventus Programa Festas no Decênio de Fundação

O Atlético Clube Juventus comemora este

OBJETIVOS

Padre Egidio Schwade, do Secretariado do Cimi para Assuntos Missionários, explicou que a finalidade do encontro é a de concretizar as linhas de ação pastoral já definidas há dois anos atrás. Até agora — informou — já foram realizadas sete dessas assembléias regionais.

Destacou que foi "através desses encontros que nasceu uma esperança no coração de vários povos indígenas, que viram muitos missionários definirem, nos últimos dois anos, posições claras e corajosas a seu favor. Mais de uma dezena de nações indígenas, esmagadas durante séculos pelos brancos e reduzidas a pequenos núcleos populacionais, já ergueram a cabeça e se uniram para defender os seus direitos, preservar seus valores e reavivar a constante de sua história sagrada".

Numa saudação especial aos dois índios kulina presentes, Padre Egidio declarou que eles representam "um dos povos indígenas mais vigorosos e sadios e que já começam a tomar consciência da necessidade de defenderem suas terras contra os invasores". E acrescentou, em seguida, que esteve em Mato Grosso recentemente, trazia "saudações e principalmente a solidariedade dos chefes dos Xavantes e dos Bororo aos povos indígenas dessa região".

Contou que esteve visitando o índio Lourenço que está ferido no hospital, "vítima do ataque covarde e traiçoeiro do grupo de fazendei-

ros que invadiu a reserva dos Epororo, em Meruri, no Mato Grosso".

Salientou ainda a importância de "se fazer nesta assembléia, um levantamento completo da situação dos povos indígenas da chamada Amazônia Ocidental a fim de facilitar a elaboração de um plano de ação conjunta para a Região".

SITUAÇÃO

Na terça-feira, de fato, os 35 participantes, com informações trazidas e colhidas nos próprios locais de trabalho em base a levantamentos já realizados, montaram um quadro geral da situação dos índios nesta Região.

Uma das constatações foi a de que os povos indígenas da Amazônia Ocidental foram, ao longo do tempo, pisoteados e, às vezes, chacinados e escravizados, como acontece ainda hoje nos rios Purus e Madeira, pelos chamadas "frentes pioneiras" (seringalistas, soldados da borracha, caçadores, marreteiros e outros). Ainda hoje — informaram alguns — ouve-se, de velhos seringalistas e soldados da borracha, relatos de verdadeiros massacres em que teriam morrido milhares de índios.

Esses povos vivem atualmente destribalizados e dispersos em grupos menores ao longo dos rios Juruá, Purus, Madeira, Japurá e outros. A estes grupos pertencem os Jaminauag, Jammaadi, Jumas, Apurina, Manchineri, Kulinas, Surui, Cintas-Largas, Paaka-Novas e outros.

CAUSAS

Em base aos relatórios apresentados, os participantes chegaram à conclusão de que os povos indígenas da Região sofrem problemas bastante semelhantes, como o da invasão das terras, tanto pelos posseiros como por empresas agropecuárias e de loteamento. Em Rondônia, ao longo da BR-264 — informaram alguns — uma única empresa teria loteado mais de 800 mil hectares, o que tem provocado o desaparecimento dos povos indígenas daquela região. Calcula-se que, há cinco anos, o total de índios suruis somavam cerca de 5 mil. Atualmente são apenas de 200 a 300 e 60 por cento tuberculosos.

Outra causa apontada é a "ineficiência" dos órgãos públicos, como a Funai e o Inara que, muitas vezes, se mostram omissos e até cúmplices dos invasores das reservas indígenas.

O desrespeito à pessoa e à cultura indígena; uma hostilidade sistemática, constituindo um verdadeiro racismo; a presença negativa de certas seitas religiosas e a omissão da Igreja foram outras causas apontadas, responsáveis por toda esta situação dramática dos índios da Região. Por trás de todos estes fatores, estão interesses do sistema capitalista, e de "um capitalismo selvagem" que visa somente o lucro e a exploração.

Com o levantamento dos problemas e a apuração de suas causas, os participantes da Assembleia da Pastoral Indigenista esperam elaborar um plano de ação pastoral para a região.

**BISPOS DO SUL A FAVOR DOS
ÍNDIOS. CONTRA O GOVERNO**

PÁGINA 19

MRU.S, p. 131/223

13

Manifesto de bispos pede a devolução das terras indígenas

Sob o título "Em Defesa do Índio do Sul", o jornal "O Alto Uruguai", de Frederico Westphalen, publicou em sua edição de 13 de dezembro a íntegra de um manifesto dos bispos de Frederico Westphalen, Chapecó (SC) e Palmas (PR), respectivamente Dom Bruno Maldaner, Dom José Gomes e Dom Agostinho Sarteri, em que eles analisam a situação difícil em que se encontram as comunidades indígenas do Sul do País e solicitam providências urgentes dos governos de seus estados e principalmente da Fumal.

Diz o manifesto: "Nós, bispos missionários das dioceses de Frederico Westphalen, Chapecó e Palmas, reunidos com representantes dos povos indígenas Kaingang, Terena, Xavante e Bororo, com a finalidade de elaborar uma pastoral indígena especial para os estados do Sul, tomamos conhecimento, mais uma vez, dos graves problemas que atingem os índios dessa área".

"Constatamos que a causa fundamental da situação difícil em que se encontram os diferentes grupos está na terra, porque sem esta nenhum desses povos indígenas poderá sobreviver física e culturalmente".

PEDIDO AO GOVERNO

"Cristãos que somos, solidários portanto com todos os que sofrem, assumimos nesse encontro o compromisso de lutar para que seja respeitado e cumprido o Estatuto do Índio em seu artigo 13, que assim reza: "As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou qualquer ato ou negócio jurídico que restinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena".

"Solicitamos — continua o documento — que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob pena de perder o último resquício de confiança por parte desses povos historicamente espoliados, dentro da maior urgência:

a) Recupere progressivamente todas as terras dos índios, e reintegre as áreas destinadas as reservas florestais (CPI da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul — novembro de 1969) e estâncias experimentais.

b) Engenheiros, cientistas na retirada inoportuna dos latifundiários e arrendatários que se apropriaram nas terras indígenas;

c) Resolva a situação, não menos angustiante, dos agricultores indígenas e que são pobres, mediante um projeto amplo de Re-

forma Agrária que lhes garanta terras em outro lugar, aqui mesmo no Sul, com outros meios, inclusive doação de recursos imediatos;

"Lembramos à Fumal que mantém grandes projetos agrícolas e serrarias nessas áreas conseguindo grandes somas de dinheiro sem que esses lucros revertam para as respectivas comunidades indígenas, o fizesse aprovado no simpósio Fumal-Missões — 23 de julho a 4 de agosto de 1969 — em Brasília; "Propõe-se que a renda dos Postos Indígenas da Fumal e das Missões Religiosas, quer provenha do trabalho do índio, do produto do arrendamento de suas terras, da extração de madeiras ou de outras fontes, seja aplicada no posto, exceto a taxa de fiscalização da Fumal, ao menos enquanto o posto padeça de necessidades". Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

RENDA DA FUMAL

"Para a execução da lei, sugerimos que:

a) 45 por cento da renda fique para a comunidade indígena de onde provém o rendimento; que seja aplicada em projetos que tenham aprovação da comunidade; que os índios tenham acesso a essa renda e que eles próprios possam manipulá-la.

b) 45 por cento se destine a projetos de outras áreas indígenas;

c) Dez por cento seja para a Fumal.

"Da mesma forma, pedimos que a Fumal procure, por todos os meios, preservar as matas ainda existentes nas áreas, bem como evitar a derrubada e comercialização de qualquer espécie de madeira tanto pela sociedade envolvente como pela própria Fumal.

"Isto fazemos na certeza de que cada povo, reconquistando sua dignidade, serdo um sinal de esperança e um caminho de maior fraternidade entre o povo brasileiro".

M. F. - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

MRB. 5, p. 132/229

POST - Brasília - D. F.

Serviço Rádio

19 DEZ 1975

DE CWB NR 132 PLS 45 DT 19 HS 1055

RECEBIDO DE PP124 AS 191502 POR PNF/MBO

CONTROLE Nº 62622

ENDEREÇO

DIR DGO/BSB

NR. 753/4.DR DE 181275 - ADITAMENTO NR 1416/AJE VG PADRE EGON DIONISIO HECK VG ELEMENTO LIGADO PADRE EGIDIO SCHWADE ESTEVE ALICIANDO INDIOS PIS XAPECOH VG PALMAS ET MANGUEIRINHA VIAJAREM BSB PARA DECLARACOES IMPRENSA ET VISITAS AUTORIDADES PT - DR/CWB

ASI/FUNAI

N.º 921 175

EM 24/12/75

Em 22-12-75

ao Sr Superintendente

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Dept.º Geral de Operações

JOSE JOEL MARCOS
Diretor Substituto

FUNAI - DGO 75
Entrada: 19.12.75
Horário: 16,10
Envie-se: Joel
Rubrica: Joel

ADM
Entrada: 22.12.75
Hora: 5
Rubrica

TEXTO E ASSINATURA

MRN. 5, p. 133/223

A ASI

em 23 DEZ 70.

Jr

João Paulo Carapanti de Mello
Superintendente Administrativo

Ciente de volar-se a
Luiz Antônio Soares Maranha
Chefe Substituto

SEBONAI

*Idel*Ismarh de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAIEM DEFESA DO ÍNDIO DO SUL

Nós, Bispos, Missionários das Dioceses de Frederico Westphalen, Chapecó e Palmas, reunidos com representantes dos povos indígenas - Kaingang, Terena, Xavante e Bororo com a finalidade de pensar uma Pastoral Indígena especial para os Estados do Sul, tomamos conhecimento mais uma vez, dos graves problemas que atingem os índios, dessa área.

Constatamos que a causa fundamental da situação difícil em que os diferentes grupos se encontram, está na terra, porque sem esta, nenhum desses povos indígenas poderá sobreviver física e culturalmente.

Cristãos que somos, solidários portanto com todos os que sofrem, assumimos nesse encontro o compromisso de lutar para que seja respeitado e cumprido o Estatuto Índio em seu artigo 18, que assim reza: "As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos selvícolas".

Solicitamos que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob pena de perder o último resquício de confiança por parte desses povos - historicamente espoliados, dentro da maior urgência:

1º Recupere progressivamente todas as terras dos índios, e reincorpore as áreas destinadas às "reservas florestais" (CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul - novembro de 1968) e estações experimentais.

2º Se empenhe efetivamente na retirada imediata dos latifundiários e arrendatários que se enriqueceram nas terras indígenas.

3º Resolva a situação não menos angustiante dos agricultores - intrusos e que são pobres, mediante projeto amplo e global de Reforma agrária que lhes garanta terras em outro lugar, aqui mesmo, no sul, com outros meios, "inclusive doação de recursos imediatos" (CPI - novembro 1968).

Lembramos à Funai, que mantém grandes projetos agrícolas e serriarias nestas áreas, auferindo daí grandes somas de dinheiro sem que esses lucros revertam para as respectivas comunidades indígenas, o item aprovado no Simpósio FUNAI-MISSÕES - 28 de julho a 4 de agosto de 1969 - em Brasília: "Propõe-se que a Renda dos postos indígenas da Funai e das Missões Religiosas, quer provenha do trabalho do índio, do produto do arrendamento-

de suas terras, da extração de madeiras, ou de outras fontes, seja aplicado no posto, exceto o dízimo sob a fiscalização da Funai, ao menos enquanto o posto padeça de necessitados". Esta proposta foi aprovada por unanimidade. Alertamos sobre a mesma problemática da Renda Indígena os artigos 24 e 43 do Estatuto do Índio.

Para a execução da disposição da lei, sugerimos:

1º.- 45% da renda fique para a comunidade indígena de onde provém o rendimento; que seja aplicada em projetos que tenham a aprovação da comunidade; que os índios tenham acesso a essa renda e que eles próprios possam manipulá-las.

2º.- 45% se destine para reinversão em projetos de outras áreas indígenas.

3º.- 10% seja para a FUNAI.

Da mesma forma pedimos que a FUNAI procure, por todos os meios, preservar as matas ainda existentes nas áreas, bem como evitar a derrubada e comercialização de qualquer espécie de madeira, tanto pela sociedade envolvente como pela própria FUNAI.

Isto fazemos na certeza de que esses povos, reconquistando sua dignidade, serão um sinal de esperança e um caminho de maior fraternidade entre o povo brasileiro.

Frederico Westphalen, 22 de outubro de 1975.

+ Bruno Maldaner - Bispo de Frederico Westphalen

Dom Bruno Maldaner - Bispo de Frederico Westphalen

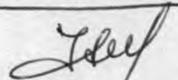
+ José Gomes, Bispo de Chapecó.

Dom José Gomes - Bispo de Chapecó

+ Agostinho José Sartori

Dom Agostinho José Sartori - Bispo de Palmas

À ASI

Ismarth de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO.

SENHOR PRESIDENTE.

Nós em nome dos 6.000 índios da nação (CAINGANGUE) dos 700 XOKLENG e dos 1.500 índios da nação GUARANI, lembrando a luta e o sofrimento dos nossos antepassados que morreram e deram seu sangue, para que nosso povo Indígena sobre vivesse viemos aqui fazer um apêlo, porque a nossa situação é muito difícil, vivendo na maior aflição e ameaçados pela invasão das nossas terras

Pedimos para o nosso Presidente que nós ajude a tirar os intrusos das nossas terras, conforme a nossa Lei o Estatuto do Indio, Art. 34" O órgão Federal de assistência ao indio poderá solicitar a colaboração das Forças Armadas e auxiliares e Policia Federal, para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios e pela comunidades Indígenas.

Pedimos também mais forças e apoio aos nossos Chefes de Posto e a nós índios para agirmos em defesa de nossas terras.

Nossas terras antigamente eram grandes e foram sendo tiradas pelo branco, agora nós pedimos que sejam devolvidas.

Que o Estado do Rio Grande do Sul, devolva as terras que ele tirou do nosso povo, especialmente a Reserva Florestal parte que é da nossa area de Nonoai, e Estação Experimental que é da area do Posto Indígena Inhacorá.

Que o Estado do Paraná devolva as terras que foram tiradas dos índios, especialmente na Época do Governador Moisés Lupion, e que a parte tirada da area de Mangueirinha atualmente em questão com a Firma Slaviero, seja decidido logo para os índios.

Cont.

Que o Estado de Santa Catarina, devolva as terras que ele ajudou do P.I. Xapecó, especialmente a area do Toldo do Umbú.

Que o senhor nós ajude a conseguir de volta a terra dos nossos Patricios do Toldo Iraní.

Que a FUNAI nos ajude dando um impulso para nós mesmo se desenvolver através das nossas roças comunitarias e particulares, e da formação de uma Cooperativa e armazem nosso.

Nós estamos procurando nossos direitos e fazendo força para melhorar nossa situação, por isso pedimos apoio de todas as pessoas que querem nós ajudar em nossos planos, tanto gente da FUNAI, MISSIONARIOS e outras pessoas.

Vamos tambem por isso faser reuniões dos nossos chefes e lideres de todos os nossos Patricios do Sul, creio que essa vai ser a nossa força.

Francisco Luiz dos Santos Cuntón

Aurelio Alipio (pungê)

Nelson Jacinto Xangre

Vicente Fernandes

Angelo Garcia

João dos Santos

Emes Mineiro

Marcolino Mineiro

Vitorino Canheró

Gilson Manoel Sabauho Talle

*Isleu*Ismarthy de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI1. Situação dos Índios do Posto Indígena de Manueirinha-Paraná

Nós devemos falar da área dos índios de Manueirinha que foi vendida pelo Governador do Estado do Paraná, Moisés Lupion, que vendeu grande parte que são 6 mil alqueires para os Slaviero. A área está em litígio e tá procurando êste acôrto do litígio para que nós possa de novo ser dono desta área que já era nossa.

O Governo Moisés Lupion dividiu e cortou a área pelo meio, deixou mil alqueires na costa do Iguazú que deixou para os Índios Guaranís e mil alqueires para nós índios Caingangues onde está situado o posto. O resto ficou para os Slaviero e está sendo fiscalizado pelos índios e se está esperando uma solução da Funai, para que volte esta terra para os índios. A melhor parte está para os Slaviero, onde tem madeira de pinho, imbuia, marfim e outras madeiras de lei. Esperamos uma solução do Presidente da Funai em favor de nós.

Se continua assim, os índios já estão pensando se estabelecer para dentro desta reserva, porque êles acham que são donos e acham que não devem perder estas terras porque são os verdadeiros donos delas.

Nós estamos sem verba para conduzir os índios enfermos para o hospital. Quando tem um índio enfermo, êle deve ficar na beira da estrada para ver se um motorista o leva para o hospital. Faz falta uma condução para os índios. Também em benefício do posto que não tem viatura.

Precisamos também de uma máquina agrícola, porque os índios lá já estão mais ou menos orientados para a precisão da lavoura mecanizada. Por nós mesmos não vamos mais só derrubar mato e temos uns 50 alqueires que pode ser mecanizado favoravelmente, já terrenos leves, com pouco trabalho pode ser preparado o terreno para o plantio. Tem lá dois índios que dirigem viatura, só não são ainda legalizado, não tem carteira e temo 3 índios que dirigem trator, trabalham na lavoura mecanizada. Temo índio praticado já nisso, de dirigir adubadeira, plantadeira.

Nós temo uma promessa do Presidente da Funai e do DGPI de 250 rôlos de arame farpado para a construção da invernada, para segurar a criação, que já está invadindo a lavoura e já está começando a explorar pelas colônia a fora também. Conforme foi falado com o Presidente par que os índios não derrubassem nas pinheiros para palanques, lascão para levantar a cêrca, tivemos a promessa do arame para cêrca da invernada.

2.

Grande área Guaraní vai ser inundada pelas águas da usina de Salto Santiago, mesmo o grupo escolar também será inundado pelas águas. O número de índios Guaranís que residem naquela área são 25 famílias, que estão sujeito a perder suas terras quando for feita a dita barragem de Salto Santiago mais abaixo. Os Guaranís são 85 índios.

A vida dos Guaranís é muito precária, são muito humilde, o asfalto com licou muito para êles, ficam na beirada da estrada vendendo objetos de vime, arcos, flexas, balainhos.

Os Caingangues somos em 60 famílias, como um total de 375 índios na área de Mangueirinha. O total entre Guaranís e Caingangues somos 460.

Temo ligação com os Guaranís, temo até Guaraní junto com os Caingangues, temo até Guaraní casado com Caingangue. Convivemo bem com êles, mas o sistema deles é viver mais isolado mesmo.

Seria necessário fazer um levantamento com um agrimensor, pois temo uma pequena área na Palmeirinha invadida pelo civilizado de uns 50 alqueires, êles fizeram uma divisa e invadiram nossas terras. Isto deu com o asfalto. Eles querem que a divisa seja o asfalto, mas a divisa passa mais adiante. Lá vivem 5 famílias na área dos índios.

E o mais da invasão é a grande área dos Slaviero cá em cima, que esperamos uma solução por parte da Funai.

Nossos principais problemas eram êsses, esperando que os Slaviero deixem nossa terra, porque sempre fomos os donos destas áreas agora invadidas.

Mangueirinha, 8 de dezembro de 1975.

Índios Guaranís e Caingangues de Mangueirinha-Paraná

Francisco Luiz dos Santos Cinton

Brasília - D. F.

Em

Do

Ao

Assunto

0 64080 19/12/75

Bispos pedem por índios sem terra da região sul

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — Num manifesto publicado no jornal "Alto Uruguai", de Frederico Westphalen, os bispos D. Bruno Maldaner, de Frederico Westphalen, e D. José Gomes, de Chapecó, em Santa Catarina, e D. Agostinho Sartori, de Palmas, no Paraná, pedem uma solução para os problemas das comunidades indígenas do Sul, causados, segundo eles, pela restrição ao pleno uso da posse da terra.

— Constatamos — dizem os bispos em seu manifesto — que a causa fundamental da situação difícil em que se encontram os índios está na terra, porque, sem esta, nenhum destes povos indígenas poderá sobreviver física e culturalmente.

Compromisso

— Somos solidários, portanto, com todos os que sofrem e assumimos neste encontro o compromisso de lutar para que seja respeitado e cumprido o Estatuto do Índio, em seu artigo 18, que afirma que as terras dos índios não podem ser objeto de arrendamento ou qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena.

No documento, os bispos assinalam que o Governo do Rio Grande do Sul, "sob pena de perder o último resquício de confiança por parte desses povos historicamente espoliados, dentro da maior urgência, deverá: a) recuperar progressivamente todas as terras dos índios e reincorporar as áreas destinadas às reservas florestais e estações experimentais; b) empenhar-se efetivamente na retirada imediata dos latifundiários e arrendatários que enriqueceram nas terras indígenas; c) resolver a situação, não menos angustiante, dos agricultores intrusos e que são pobres, mediante um projeto amplo de reforma agrária, que lhes garanta terras em outro lugar, aqui mesmo no Rio Grande do Sul, com outros meios, inclusive doação de recursos imediatos".

O documento acrescenta que a Funai mantém nesta área grandes projetos agrícolas e serrarias, sem que os lucros revertam para as comunidades indígenas, e transcreve o seguinte item aprovado no Simpósio Funai-Missões, realizado em 1969: "Propõe-se que a renda dos postos indígenas da Funai e das missões religiosas, quer provenha do trabalho do índio, do produto do errandamento de suas terras, da extração de madeira ou de outras fontes, seja aplicado no posto, exceto a taxa de fiscalização da Funai, ao menos enquanto o posto padeça de necessidades."

Para a execução dessa proposta, os bispos sugerem: "a) que 45% da renda fique para a comunidade de onde provém o rendimento, que seja aplicada em projetos que tenham aprovação da comunidade, que os índios tenham acesso a esta renda, e que eles próprios possam manipulá-la; b) que 45% se destinem a projetos de outras áreas indígenas; c) que 10% sejam para a Funai".

Invasão

BRASÍLIA (O GLOBO) — O índio Luis e dez outros caigangues denunciaram ontem ao presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, a crescente invasão de terras indígenas na Região Sul, especialmen-

te em Quarita, Nonoai e Chapecó, afirmando que o fato ameaça sua sobrevivência.

Segundo Luis, o líder do grupo, o problema é mais grave no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde oito mil posseiros e arrendatários estão instalados em terras indígenas, e, por isso, eles vieram pedir providências para assegurar a posse de suas reservas e evitar a derrubada das matas.

Depois de ouvir a promessa do presidente da Funai, de que o problema será resolvido o mais breve possível, Luis disse que os índios do Sul conhecem os seus direitos e não abrirão mão da posse das terras, que lhes foi assegurada há muitos anos.

Novo grupo

O presidente da Funai informou ontem que será organizada uma expedição no próximo ano, para tentar contato com um grupo indígena desconhecido, que, desde outubro, tem sido visto às margens do rio Solimões pelos integrantes da base avançada localizada na região.

O grupo, cuja origem os antropólogos e sertanistas da Funai estão tentando descobrir, é composto por cerca de 400 índios. Segundo a Coordenação da Amazônia, eles têm aparecido às margens do Igarapé Pardo, próximo do posto de atração Curucá, onde estão entrando em contato com os seringueiros.

Contestação

O presidente da Funai contestou a declaração do Governador do Maranhão, Nunes Freire, de que a Funai está incentivando os índios a destruir lavouras de colonos no interior do Estado dizendo que:

— A Funai não está incitando os índios no Maranhão e está contendo diversos grupos da região que estão sendo espoliados e perdendo suas terras para os brancos.

Em um levantamento da situação, o General Ismarth de Oliveira informou que já foi proposta a ação demarcatória para as áreas de Araribóia, Angico Torto e Canudal, que a legalização das terras de Bacuruzinho já está na Justiça, que Canela já é área demarcada, que Cricati é área indígena desde 1920 e que os processos de Porquinhos e Alto Turiaçu estão na Justiça desde 1972.

Em sua opinião, o problema mais grave é o da área Cana Brava—Guajajara, onde a cidade de São Pedro, com 10 mil brancos, está localizada dentro da reserva indígena. Mas, como essa área foi concedida aos índios pela lei estadual 1099, de 24 de abril de 1923, a Funai, segundo o General Ismarth, está retirando as pessoas que se fixaram ilegalmente, para evitar o aumento da tensão.

Ataque

Sobre a informação de que dez índios do Posto Sapucaia haviam matado o lavrador Teodoro José dos Santos, no dia 11, o General Ismarth disse apenas que, segundo notícia recebida pela Funai, dias antes do ataque, um índio guajajara foi agredido por posseiros armados quando fazia compras no lugarejo do Centro dos Betetas, perto da reserva.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

INFORMAÇÃO Nº 077/76 - DGPC

Ref.: Pedido de Busca nº 012/L/76



Senhor Chefe da ASI,

2.1. O Departamento concorda em que a si tuação de terras dos índios do Sul do Brasil é desespera dora para os silvícolas, e que é necessário que se recupe re a terra tomada aos índios, para o que a FUNAI, vem aliás, tomando todas as medidas viáveis.

Quanto ao problema dos "grandes pro jetos agrícolas e serrarias", também o Departamento con corda em que tais recursos devam retornar às comunidades que têm sua terra e seus recursos explorados. É de fato uma incoerência que os diversos grupos indígenas estejam famintos e miseráveis, com a sua riqueza explorada pela FUNAI, quando cabe à FUNAI, exatamente, levantar o padrão de vida das populações indígenas.

A sugestão de divisão da renda indí gena em três parcelas, uma em 45% destinada a população indígena local, outra, de 45% destinada a outras popula ções indígenas necessitadas e uma de 10%, referente ao dí zimo, é válida e inclusive já teoricamente aceita pela FUNAI.

Apesar, porém, de tentativas de se tores da FUNAI para que houvesse a reversão da renda às comunidades indígenas, dificuldades de vários tipos tem sido encontradas, e tal reversão nunca ocorreu efetivamen te.

Em suma, todas as sugestões conti das no documento têm uma base verdadeiras, e representam medidas sempre reclamadas pelos índios e por aqueles que os defendem.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Pensamos que, diferentemente de outros religiosos que têm usado de dados inverídicos ou fora de contexto, talvez por motivos políticos, o documento ora em análise é legítimo como crítica, uma vez que todas as reivindicações partem de uma base verdadeira e de necessidades prementes.

2.3. O DGPC propôs a passagem de todos os Projetos agropecuários do Sul do país para a área de Desenvolvimento Comunitário para que, portanto, revertêssem para os índios. A intenção da atual administração da FUNAI é para que isto ocorra, porém, as dificuldades administrativas para que se concretize tal mudança dentro a atual estrutura do órgão são extremas.

Brasília, 14 de janeiro de 1976.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO


GEORGE DE CERQUEIRA LEITE ZARUR
Diretor do DGPC

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

**PEDIDO DE BUSCA N.º 012/L/76**

1. DATA : 13.01.76
2. ASSUNTO : MANIFESTO DE BISPOS SOBRE TERRAS DE ÍNDIOS
3. ORIGEM : ASI/FUNAI
4. REFERÊNCIA : x x x x x
5. ÁREA : SUL
6. DIFUSÃO ANTERIOR : DGPI - PJ
7. DIFUSÃO : DGPC/FUNAI
8. ANEXO : Manifesto de Bispos (2fls.)

1. DADOS CONHECIDOS:

- 1.1. - Manifesto de Bispos, versando sobre terras de índios no Rio Grande do Sul (anexo).

2. DADOS SOLICITADOS:

- 2.1. - Parecer desse Departamento, sobre o assunto.
- 2.2. - Urgência no processamento do presente documento, a fim de atender o Escalão Superior.
- 2.3. - Outros dados julgados úteis e esclarecedores.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
 PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DES-
 TE DOCUMENTO (ART. 62 - DEC.
 N.º 60.417/67) REGULAMENTO PARA
 SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGI-
 LOSOS.

CONFIDENCIAL



Ismarth de Araújo Oliveira
 Presidente da FUNAI

EM DEFESA DO ÍNDIO DO SUL

Nós, Bispos, Missionários das Dioceses de Frederico Westphalen, Chapecó e Palmas, reunidos com representantes dos povos indígenas - Kaingang, Terena, Xavante e Bororo com a finalidade de pensar uma Pastoral Indígena especial para os Estados do Sul, tomamos conhecimento mais uma vez, dos graves problemas que atingem os índios, dessa área.

Constatamos que a causa fundamental da situação difícil em que os diferentes grupos se encontram, está na terra, porque sem esta, nenhum desses povos indígenas poderá sobreviver física e culturalmente.-

Cristãos que somos, solidários portanto com todos os que sofrem, assumimos nesse encontro o compromisso de lutar para que seja respeitado e cumprido o Estatuto Índio em seu artigo 18, que assim reza: "As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos selvícolas"

Solicitamos que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob pena de perder o último resquício de confiança por parte desses povos - historicamente espoliados, dentro da maior urgência:

1º Recupere progressivamente todas as terras dos índios, e reincorpore as áreas destinadas às "reservas florestais" (CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul - novembro de 1968) e estações experimentais.

2º Se empenhe efetivamente na retirada imediata dos latifundiários e arrendatários que se enriqueceram nas terras indígenas.

3º Resolva a situação não menos angustiante dos agricultores intrusos e que são pobres, mediante projeto amplo e global de Reforma agrária que lhes garanta terras em outro lugar, aqui mesmo, no sul, com outros meios, "inclusive doação de recursos imediatos" (CPI - novembro 1968).

Lembramos à Funai, que mantém grandes projetos agrícolas e serriarias nestas áreas, auferindo daí grandes somas de dinheiro sem que esses lucros revertam para as respectivas comunidades indígenas, o item aprovado no Simpósio FUNAI-MISSÕES - 28 de julho a 4 de agosto de 1969 - em Brasília: "Propõe-se que a Renda dos postos indígenas da Funai e das Missões Religiosas, quer provenha do trabalho do índio, do produto do arrendamento-

de suas terras, da extração de madeiras, ou de outras fontes, seja aplicado no posto, exceto o dízimo sob a fiscalização da Funai, ao menos enquanto o posto padeça de necessidades". Esta proposta foi aprovada por unanimidade. Alertamos sobre a mesma problemática da Renda Indígena os artigos 24 e 43 do Estatuto da Índia.

Para a execução da disposição da lei, sugerimos:

1º.- 45% da renda fique para a comunidade indígena de onde provem o rendimento; que seja aplicada em projetos que tenham a aprovação da comunidade; que os índios tenham acesso a essa renda e que eles próprios possam manipulá-las.

2º.- 45% se destine para reinversão em projetos de outras áreas indígenas.

3º.- 10% seja para a FUNAI.

Da mesma forma pedimos que a FUNAI procure, por todos os meios, preservar as matas ainda existentes nas áreas, bem como evitar a derrubada e comercialização de qualquer espécie de madeira, tanto pela sociedade envolvente como pela própria FUNAI.

Isto fazemos na certeza de que esses povos, reconquistando sua dignidade, serão um sinal de esperança e um caminho de maior fraternidade entre o povo brasileiro.

Frederico Westphalen, 22 de outubro de 1975.

Dom Bruno Maldaner - Bispo de Frederico Westphalen

Dom Bruno Maldaner - Bispo de Frederico Westphalen

Dom José Gomes - Bispo de Chapecó

Dom José Gomes - Bispo de Chapecó

Dom Agostinho José Sartori

Dom Agostinho José Sartori - Bispo de Palmas

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

Brasília - DF.

Memo nº 042/76 - DGPI

Em, 26.01.76

Do Diretor do DGPI
Ao Ass Chefe da ASI/FUNAI
Assunto Encaminhamento (faz)

Senhor Chefe,

ASI/FUNAI
N.º 078176
EM 24.01.76

Encaminho a V.Sa. de acordo com o Pedido de
Busca nº 013/1/76 de 13/01/76, informações solicitadas.

Atenciosamente,

Demócrito Soares de Oliveira
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Diretor do DGPI

1) Quebrar-se as demais
expediente.
2) Já informado à ASI.
Jul. 28/1/76.

Sec. DGPI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

Brasília - DF.

MEMO. Nº 026 /76 - D.G.P.I.

Em 19.01.76

Do : Assistente do Diretor do D.G.P.I.
Ao : Diretor do D.G.P.I.
Assunto

Senhor Diretor,

O PB 0131-L/76 encaminha expediente de alguns bispos da região sul, no qual, referidos bispos, levantam dois problemas distintos.

O primeiro, refere-se as terras indígenas e o segundo, sobre as rendas do Patrimônio Indígena.

Quanto ao primeiro, trata-se de assunto em que a FUNAI, INCRA e Governo dos Estados do Sul tem envidado os maiores esforços para encontrar solução urgente para o caso. Nunca houve tanto empenho e conjugação de esforços como o atualmente desenvolvido e a situação está equacionada para que até o final do corrente ano, todas as áreas indígenas estejam realmente desocupadas, com base nos trabalhos em andamento e regidos pelo princípio do bom senso. A PJ a quem foi também distribuído o presente PB, poderá com maior propriedade informar sobre o assunto. Quanto a reintegração de áreas retomadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, trata-se de problema muito complexo e deverá ser focado após liberação das áreas atualmente reconhecidas como indígenas.

Em referência a distribuição de parcelas da Renda Indígena para as comunidades, trata-se de processo de muitas vezes mal compreendido por elementos estranhos à FUNAI e até mesmo de alguns da própria FUNAI. Resumidamente, o procedimento da utilização da Renda Indígena obedece a uma sistemática julgada lógica e baseia-se na apuração dos resultados das atividades econômicas em todo Patrimônio Indígena. Após cada balanço é separada contabilmente a parcela de Desenvolvimento Comunitário a qual é utilizada

AB

a vista de projetos e planos de aplicação para socorrer situações e emergenciais de algumas comunidades, sempre aprovados pela Presidên- cia. Ocorre que nem todas atividades, embora consideradas como eco nômicas, deixam resultados positivos, principalmente as agrícolas que estão sujeitas a diversos fatores imponderáveis. Entretanto mesmo cor rendo riscos calculados, são necessários pois que tais atividades sig- nificam presença efetiva da FUNAI na área, além dos benefícios dire e indiretos às comunidades e de onde estas se utilizam para apreende- rem técnicas mais modernas da agricultura, como também do apoio da es trutura dos projetos (Veículos, Máquinas, Tratores e implementos se mentes e outros insumos).

Era o que tinha a informar.



Valter Ferreira Mendes

Assistente do Diretor do D.G.P.I.

VFM/aggs.

Missionários admitem diálogo com Funai, mas há restrições

O presidente do Conselho Indigenista Missionário, dom Thomas Balduino, bispo de Goiás, afirmou ontem que o conselho não pretende, de modo algum, superpor o seu trabalho ao da Funai e muito menos negar a sua razão de ser. "Achamô-la indispensável - afirmou - e sabemos aquilatar, sobretudo no momento atual, a importância do general Ismarth de Araújo Oliveira na sua presidência. Já dissemos, e agora repetimos, que queremos um diálogo com a Funai, mas um diálogo em clima de liberdade, sem as amarras da repressão."

"Este diálogo - acrescentou o bispo - precisa ser feito em campo aberto à opinião pública, sem cochichos e segredos. Isso sim interessa à sobrevivência do índio, além de ser uma exigência do viver humano e do existir cristão". O bispo fez essas declarações em resposta à nota divulgada pela Funai, acusando os membros do Cimi de terem quebrado qualquer possibilidade de diálogo com o órgão oficial de proteção ao índio.

POSIÇÃO DO CIMI

O secretário-geral da CNBB, dom Ivo Lorscheiter fez ontem um resumo do que foi concluído na comissão representativa que esteve reunida no Rio por uma semana. Dom Ivo explicou que nada de imediato será divulgado, mas quatro documentos que serão publicados explicarão a posição da CNBB nos assuntos que foram discutidos. Um documento será sobre o tema catequese, cujas posições serão enviadas para o sínodo dos bispos que será realizado em outubro de 77 em Roma. Outro documento se refere ao Cimi e à pastoral da Terra, onde segundo dom Ivo será reafirmada a importância e a urgência da atividade destes órgãos.

Ficou decidido ainda que o Cimi não será vinculado à CNBB, mas permanece somente vinculado à Igreja o que lhe garante uma maior autonomia. Um documento sobre os cristãos e as eleições será divulgado no dia seis de novembro para ser lido no domingo dia sete em todas as Igrejas e comunidades eclesiais que assim o quiserem. O último documento com o nome de "comunicação ao povo de Deus" tratará de uma análise dos recentes atos de violência que afetaram diretamente à Igreja. Este documento só será divulgado depois das eleições de 15 de novembro para evitar sua instrumentalização no sentido político-partidário como explicou dom Ivo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO. Nº 07/PJ-76 - CONFIDENCIAL

Brasília - DF
Em, 20.01.76.

Do: Procurador Geral
Ao: Senhor Chefe da ASI/FUNAI



Senhor Chefe:

Cumprimentando-o, com referência ao Pedido de Busca nº 011/L/76, cumpre-me esclarecer o seguinte:

A situação das terras indígenas do Sul do País já está devidamente equacionada pela Funai, de modo a que, em futuro próximo, possam os índios delas dispor, sem as inibições hoje ocorrentes.

Com efeito, a atual administração da Funai de frontou-se em seus primeiros passos com agudos reclamos partidos das comunidades indígenas sulinas, cuja tônica residia, justamente, sobre a presença do não índio em suas terras.

Sensível a problemática e dando-lhe total prioridade a Presidência da Funai no final de 1974, fixou as seguintes diretrizes:

1. Vedação de novos arrendamentos (artigo 18 da Lei 6.001/73);
2. Notificação, via cartório, de todos os arrendatários existentes, dando-lhes o prazo até 31 de julho do ano findo para devolverem as terras (art. 18 cc 62, § 3º da Lei 6.001/73);
3. Gestões junto ao INCRA e aos Governos estaduais do Sul de modo a que em mútua colaboração, levantassem a presença não índia

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Índia nas terras dos aborígenes e oferecessem sugestões visando o reassentamento de tais pessoas.

As duas primeiras diretrizes, por isso que dependente unicamente da própria atuação da Funai, foram prontamente executadas.

Quanto à terceira, por envolver outras entidades, evidentemente que teve razoável demora. Mais, engajaram-se referidas entidades à problemática indígenista e hoje, para tranquilidade da Funai, a situação encontra-se totalmente levantada.

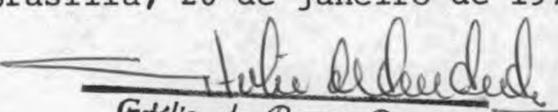
E, em decorrência dela, frente a indisponibilidade de terras pelos governos estaduais visando o reassentamento do não índio, Funai e INCRA ultimam projeto de Decreto a ser submetido ao escalão superior no qual insere-se a solução da questão: área anteriormente habitada por índios no Estado de Mato Grosso e por eles abandonadas, será revertida à União que, de sua parte irá transferi-la ao INCRA para que promova o reassentamento dos posseiros devidamente cadastrados das áreas indígenas, através de projeto fundiário.

Com isso, eliminada a inibição a posse indígena pelo não índio e garantido o acesso a propriedade aos sem terras, encerrando pois a integração das duas etnias ao processo de desenvolvimento nacional.

Quanto a questão da renda indígena, os doutos subsídios que o Departamento competente certamente ofereceu a V. Sa., dispensa nossa manifestação.

De tudo o que foi dito sobre a situação fundiária do Sul, colhe-se que os Bispos Missionários lançaram manifesto extemporâneo diante das providências já assumidas pela Funai. Que Deus os perdoe !

Brasília, 20 de janeiro de 1976.


Getúlio de Barros Barreto

Procurador Geral da

FUNAI

EM DEFESA DO ÍNDIO DO SUL

Nós, Bispos, Missionários das Dioceses de Frederico Westphalen, Chapecó e Palmas, reunidos com representantes dos povos indígenas - Kaingang, Terena, Xavante e Bororo com a finalidade de pensar uma Pastoral Indígena especial para os Estados do Sul, tomamos conhecimento mais uma vez, dos graves problemas que atingem os índios, dessa área.

Constatamos que a causa fundamental da situação difícil em que os diferentes grupos se encontram, está na terra, porque sem esta, nenhum desses povos indígenas poderá sobreviver física e culturalmente.

Cristãos que somos, solidários portanto com todos os que sofrem, assumimos nesse encontro o compromisso de lutar para que seja respeitado e cumprido o Estatuto Índio em seu artigo 18, que assim reza: "As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos selvícolas".

Solicitamos que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob pena de perder o último resquício de confiança por parte desses povos - historicamente espoliados, dentro da maior urgência:

1º Recupere progressivamente todas as terras dos índios, e reincorpore as áreas destinadas às "reservas florestais" (CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul - novembro de 1968) e estações experimentais.

2º Se empenhe efetivamente na retirada imediata dos latifundiários e arrendatários que se enriqueceram nas terras indígenas.

3º Resolva a situação não menos angustiante dos agricultores - intrusos e que são pobres, mediante projeto amplo e global de Reforma agrária que lhes garanta terras em outro lugar, aqui mesmo, no sul, com outros meios, "inclusive doação de recursos imediatos" (CPI - novembro 1968).

Lembramos à Funai, que mantém grandes projetos agrícolas e serriarias nestas áreas, auferindo daí grandes somas de dinheiro sem que esses lucros revertam para as respectivas comunidades indígenas, o item aprovado no Simpósio FUNAI-MISSÕES - 28 de julho a 4 de agosto de 1969 - em Brasília: "Propõe-se que a Renda dos postos indígenas da Funai e das Missões Religiosas, quer provenha do trabalho do índio, do produto do arrendamento-

de suas terras, da extração de madeiras, ou de outras fontes, seja aplicado no posto, exceto o dízimo sob a fiscalização da Funai, ao menos enquanto o posto padeça de necessidades". Esta proposta foi aprovada por unanimidade. Alertamos sobre a mesma problemática da Renda Indígena os artigos 24 e 43 do Estatuto da Índia.

Para a execução da disposição da lei, sugerimos:

1º.- 45% da renda fique para a comunidade indígena de onde provém o rendimento; que seja aplicada em projetos que tenham a aprovação da comunidade; que os índios tenham acesso a essa renda e que eles próprios possam manipulá-las.

2º.- 45% se destine para reinversão em projetos de outras áreas indígenas.

3º.- 10% seja para a FUNAI.

Da mesma forma pedimos que a FUNAI procure, por todos os meios, preservar as matas ainda existentes nas áreas, bem como evitar a derrubada e comercialização de qualquer espécie de madeira, tanto pela sociedade envolvente como pela própria FUNAI.

Isto fazemos na certeza de que esses povos, reconquistando sua dignidade, serão um sinal de esperança e um caminho de maior fraternidade entre o povo brasileiro.

Frederico Westphalen, 22 de outubro de 1975.

Dom Bruno Maldaner - Bispo de Frederico Westphalen

Dom Bruno Maldaner - Bispo de Frederico Westphalen

Dom José Gomes - Bispo de Chapecó

Dom José Gomes - Bispo de Chapecó

Dom Agostinho José Sartori

Dom Agostinho José Sartori - Bispo de Palmas

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

C I M I

Caixa Postal - 102382

70.000 - BRASÍLIA - DF.A EXPULSÃO DO PADRE JENTEL

O Conselho Indigenista Missionário, CIMI, realizou sua reunião ordinária do dia 17.12.75 sob o impacto da expulsão do missionário Pe. Francisco Jentel do território nacional, acionada pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão e assinada pelo Presidente da República, Ernesto Geisel.

Uma das vítimas desta expulsão é o índio. Ao índio o Pe. Francisco dedicou os melhores anos de sua vida sacerdotal. Foi ele quem acompanhou os índios Gaviões do Rio Cametaú e os índios Surui do rio Sororó, no Estado do Pará, nos tempos mais difíceis da adaptação destes após sua atração e pacificação realizada por Frei Gil Gomes Leitão.

Foi o Pe. Francisco que em 10 anos de convivência na aldeia Tapirapé garantiu, com as irmãs de Jesus, a sobrevivência do grupo ameaçado de extinção. Construiu com eles a pista de pouso para o Beetch Kraft da FAB - da base de Belém. Conseguiu para os índios equipamento de lavoura, inclusive motorizado. Ajudou a pequena criação de gado de propriedade dos Tapirapé. Construiu com eles a capela-escola e trouxe uma professora e um técnico agrícola.

Eis um depoimento espontâneo do Tapirapé pronunciado na Assembléia de Chefes Indígenas em Merure, em setembro de 1975:

"Teve um padre lá com nós. Padre Francisco. Era gente pobre, gente - pobre que teve lá. Padre novinho, negócio de 25 anos. Então nós carregando a coisa, ele também carregando a coisa. Ele não falava português era estrangeiro. Até cinco ano aprendeu português. Então todo mundo ficou gostando dele. Primeira vez que chegou ninguém não gostava dele, porque era estrangeiro e não entendia o brasileiro. Nós gosta muito dele. Nós não esquece - ele. Porque ele viveu com nós. A polícia chegou lá com ordem de tirar ele lá. Todo armado. Nós não ficou sabendo dele. Porque nós não tava lá. Nós tava no serviço, porque lá ninguém se aquieta. Só muízada ficou lá. Então nós ficou com dó dele. A casa dele ficou lá".

A prisão e expulsão do Pe. Francisco Jentel mais uma vez põe a nú algumas chagas dos seus perseguidores, a saber, o alheamento à causa dos - oprimidos, índios e sertanejos, a aliança com o Poder do dinheiro que opri - me e marginaliza o Povo e a facilidade em usar a força e a violência que - dispensam os onus do sagrado exercício do Direito e da Justiça.

Em razão disto, nós missionários do Conselho Indigenista Missionário testemunhamos neste momento nossa solidariedade com os índios, especialmente com os Tapirapé e com o Pe. Francisco Jentel e afirmamos que não deixaremos de prosseguir no mesmo trabalho dele e no mesmo espírito de luta pelos pobres, ainda que isto nos custe o preço histórico que ele teve de pagar.

Goiânia, 18 de dezembro de 1975

Dom Tomás Balduino
Presidente do CIMI

Padre pede que autoridades salvem índios de extermínio

CURITIBA (O GLOBO) — "Se as autoridades brasileiras não tomarem sérias providências para defender nossos índios da ambição dos latifundiários e outros exploradores, dentro de pouco tempo não mais existirá índio vivo no Brasil" — disse ontem, em Londrina, o padre Antônio Iasi Júnior, coordenador do Conselho Indigenista Missionário, que acrescentou:

— Todos os índios, sem exceção, serão varridos das suas terras e morrerão vítimas da exploração ou de doenças transmitidas pelos brancos invasores.

Invasões

O padre Iasi Júnior, que coordenou na semana passada o VI Encontro do Cimi Regional Sul, em Santa Mariana, fez várias acusações à Funai. E numa análise da situação dos índios, disse:

— Os índios diariamente têm suas terras invadidas pelos latifundiários e suas mulheres são violentadas pelos peões das fazendas. A toda hora acontecem surtos de doenças transmitidas pelos brancos, tudo isso sob o olhar complacente da Fundação Nacional do Índio, que foi criada justamente para defender nossos silvícolas dos exploradores de que agora estão sendo vítimas.

Segundo o padre Iasi, o índio é considerado pela Funai "um tutelado" e a autarquia "pensa e age sem respeito pela cultura indígena e a condição humana":

— A Funai, que na teoria tem por objetivo resguardar e defender as culturas indígenas, com vista à sua integração na sociedade, na prática, além de não agir como deveria para preservar essas culturas, não protege os índios.

O padre Iasi disse que a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) só libera financiamento para os projetos agropecuários a serem realizados na Amazônia mediante uma certidão de que na área pretendida não existem reservas índias:

— Mas — acrescentou — a Funai, que sempre esteve a serviço dos latifundiários, sempre ignorou esse fato detalhe por detalhe e nunca deixou de fornecer certidões negativas para seus verdadeiros patrões, mesmo que existam reservas indígenas localizadas nas terras para onde foram pedidos financiamentos.

Guaporé

Segundo o padre Iasi Júnior, o Vale do Guaporé "dá um exemplo das irregularidades da Funai com relação às certidões negativas":

— Naquela área vivem os índios nhambiquaras, mas assim mesmo a Funai forneceu 16 certidões negativas afirmando não existir nenhuma reserva indígena na região. Em consequência das certidões dadas a latifundiários, a Sudam liberou financiamentos para a abertura de fazendas agropecuárias que vieram contribuir mais para o extermínio dos índios da região.

O Conselho Indigenista Missionário — segundo o padre — denunciou o problema do Vale do Guaporé em novembro de 1973 e quis discutir as causas, "mas o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, que na época era superintendente, alegou não estar a par dos acontecimentos com relação aos índios nhambiquaras e proibiu qualquer discussão sobre o assunto".

Parte do CIMI.

JL

OK

O. E. F. S. Paulo
Cimi 6/4/76**inicia
encontro**ELIANA LUCENA
Enviada especial

O Conselho Indigenista Missionário iniciou, ontem, em Curitiba, um encontro para discutir os principais problemas enfrentados pelas comunidades indígenas do Sul do País e traçar as diretrizes para um trabalho mais eficiente junto a essas populações. Esse trabalho deverá se basear na necessidade de a Igreja comprometer-se na luta pelos direitos dos índios à terra e pela preservação de sua cultura, condições básicas, segundo o Cimi, para que eles vivam dignamente como seres humanos.

Além de ouvir todos os missionários engajados no trabalho com índios no Sul, o encontro deverá examinar uma farta documentação colhida nos últimos anos, que aponta como "lastimáveis" as condições de vida dos índios guaranis, kaingangues, xoklengues e xetás, ameaçados com a crescente invasão de suas terras. Além desse problema, os missionários apontam três fatores que contribuem para o agravamento da situação: o índio não tem voz ativa em suas terras; nota-se uma perda total de sua cultura, ritos, tradições; a extração de matéria-prima de suas reservas, como a madeira, é feita sem que haja um retorno ao menos compensador para as áreas de extração.

O Cimi deverá analisar mais detidamente a atuação da Funai nos Estados do Sul, especialmente do seu Departamento Geral do Patrimônio Indígena. O DGPI, para o Cimi, é um dos grandes responsáveis pela espoliação do índio no Sul do País, "retirando dessas áreas os últimos pinheiros que restam e fazendo grandes projetos de desenvolvimento sem que o lucro reverta ao índio". Mas os missionários apontam outro ponto negativo: o arrendamento e a presença constante de intrusos nas áreas indígenas. E citam o caso específico de Nonoai, no Rio Grande do Sul: na área vivem 1.213 índios e 10 mil intrusos.

Sobre o Paraná, o Cimi deverá apreciar graves denúncias envolvendo o nome de várias empresas que estão explorando ilegalmente áreas indígenas, destacando-se entre elas as seguintes: Marquetti: explora o sassafrás no posto indígena de Ibirama; Maia: explorou 250 mil pinheiros do posto de Guarapuava; Marocchi: invadiu a área indígena do rio das Cobras, mas em fevereiro de 1975 os índios tomaram a iniciativa de apreender tratores, caminhões e motosserras que seriam utilizados pela companhia na extração da madeira; Slaviero: apossou-se de 3.800 hectares de área indígena; Tissiani: apossou-se de uma grande faixa de terras em Nonoai e revendeu-a a Sistillo Sartoreto, que, por sua vez, passou o título a Arthur Dall'Astro.

Os índios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, segundo um trabalho do Cimi, enfrentam praticamente os mesmos problemas, embora varie em um ponto o seu grau de contato com a sociedade envolvente: os kaingangues apresentam maior assimilação, mas são explorados com mão-de-obra barata em alguns postos por madeireiros e colonos; os guaranis encontram-se mais isolados e dispersos em várias áreas, mas guardam ainda o interesse uns pelos outros e maior preservação da cultura tribal; os xoklengues resistiram mais violentamente à invasão de suas terras e, até 1954, não tinham contato com a sociedade envolvente; os xetás são apenas quatro hoje, vivendo junto ao posto de Guarapuava, no Paraná.

No encontro iniciado ontem, a preocupação dos padres não se deterá no problema de espoliação do índio e na ação da Funai, mas será feita uma verificação de todo o contato dos missionários com as comunidades tribais.

MT: Invasão de reserva

CUIABÁ (O GLOBO) — A Delegacia da Fundação Nacional do Índio vai apurar a denúncia de que 1 200 homens, com tratores e outros tipos de máquinas, estão invadindo as terras da Reserva Parecis, no norte de Mato Grosso. Eles já teriam se apossado, segundo a Funai, de quase 90 mil hectares de terra na região, onde vivem índios Munkus.

O Assessor Especial do Conselho Indigenista Missionário para Assuntos do Patrimônio Indígena, Padre Antonio Iasi Júnior, disse que há tempos alguns índios se queixaram à Missão Anchieta de que agrimensores e trabalhadores braçais estavam penetrando em suas terras.

Empresa nega

Padre Iasi conversou com um dos diretores da empresa Bandeirante Agropecuária, José Carlos de Moraes, que executa obras em área localizada entre os rios Juruena e Buriti, justamente nos limites da reserva indígena. O empresário, no entanto, negou que estivesse ocorrendo invasão de áreas indígenas, porque as terras que administra estão acima do paralelo 14, limite norte com a Reserva Parecis. Embora insistisse na negativa, não apresentou mapas ou plantas que comprovassem suas declarações.

Padre Iasi acha que a atitude do empresário é contraditória, porque, para ter acesso à sua gleba, o pessoal da Bandeirantes, partindo da BR-364 (Cuiabá — Porto Velho), tem necessariamente de cortar a Reserva indígena, que é o caminho mais curto. Por outro trajeto, os trabalhadores teriam que contornar o rio Juruena, aumentando a distância. Na opinião do sacerdote, se a Bandeirantes está utilizando como via de acesso a Reserva Parecis, não houve permissão da Funai ou da Missão Anchieta.

Processo

Disse o padre Iasi que os irmãos Tenuta, de Cuiabá, responsabilizados pela destruição da aldeia dos índios Munkus, no norte do Estado, estão sendo processados pela Funai. Há dias, segundo o Padre, eles tentaram um acordo, que foi rejeitado. A Justiça aguarda apenas que a Polícia Federal lhe encaminhe o laudo pericial para que o processo-crime contra os pecuaristas seja instruído e tenha prosseguimento.

O Globo, de 14-7-74

Cimi fica distante da Funai

ELIANA LUCENA

Enviada especial

Comparando-se o encontro da Regional Sul do Cimi, Conselho Indigenista Missionário, realizado atualmente em Curitiba, com as reuniões anteriores, realizadas no início da atual administração da Funai, pode-se notar que os missionários abandonaram qualquer política de aproximação com o órgão oficial indigenista. Embora não estejam na pauta de trabalhos dos missionários discussões sobre o relacionamento entre os dois órgãos, essa disposição podia ser sentida ontem, no segundo dia do encontro, iniciado segunda-feira.

Os próprios missionários dizem que a ação da Funai só seria debatida na medida em que a sua política reflete diretamente sobre a situação dos índios na área. E, justificada sua posição, afirmavam que a Funai até agora não resolveu o problema de invasões das áreas indígenas e não está sendo sincera para com os índios, alimentando-os com promessas. No que se refere aos intrusos — dizia o padre Egydio Schwade, assessor do Cimi — “a Funai vem oferecendo soluções utópicas, colocando, por exemplo, a perspectiva de sua transferência para áreas da Amazônia”.

Falta definição

“O governo precisa definir, de uma vez por todas, o que vai fazer com o índio da Amazônia: ou permite que ele continue vivendo isolado em sua aldeia ou o “civiliza” de uma vez, pois não queremos que ele enfrente a mesma situação que ocorre aqui no Sul do país. Hoje, não somos nem índios, nem civilizados. Nossas terras foram tomadas e, apesar de termos muitas idéias na cabeça, temos dificuldade de conviver com o branco, que continua vindo no

índio uma pessoa sem valor e inútil”.

O desabafo foi feito ontem pelo cacique kaingang Francisco dos Santos Klinton, do posto indígena de Mangueirinhas, no Paraná. Não só ele, mas os outros índios presentes ao encontro defenderam como fator fundamental para a sobrevivência das comunidades tribais a garantia da terra, a coesão tribal e a necessidade de que o próprio índio venha a assumir, no futuro, a chefia dos postos e reservas indígenas. “Quem tem que mandar na casa é o dono da casa, e não seu vizinho”, afirmou Klinton, deixando claro a firme intenção dos kainganges de se libertarem do sistema paternalista até hoje adotado pelos órgãos de assistência ao índio.

“Antes, o índio daqui do Sul não era unido — afirmou o cacique kaingang — e com isso nossa terra foi sendo invadida. A área de Mangueira foi vendida pelo governador do Estado, Moisés Lupion, para o Grupo Slaviero. Ele dividiu a área pelo meio, deixou mil alqueires na costa do Iguaçu para os índios guaranis e mil alqueires para nós. O resto ficou com o Slaviero. Com isso, perdemos seis mil alqueires, a melhor parte da área indígena, onde tem madeira boa, como pinho, imbuia e marfim. Se a coisa continuar, vamos nos mudar para dentro dessa área, porque somos os verdadeiros donos dela”.

Autodeterminação

A autodeterminação dos povos indígenas, o direito de serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento, é um dos aspectos mais importantes da nova pastoral adotada pela Igreja no seu trabalho com as comunidades indígenas. O outro é a necessidade de criar uma nova mentalidade missionária de testemunho e compromisso com a luta das minorias étnicas e, ao mesmo tempo,

com a maioria explorada e marginalizada do povo brasileiro, baseando-se nas conclusões do Concílio Vaticano II.

Sobre o primeiro aspecto, o presidente do Cimi, d. Thomas Balduino, bispo de Goiás Velho, considera que o índio deve ser aceito como adulto, com voz e responsabilidade, sem tutela nem paternalismo, capaz de construir sua própria história. “Consequentemente, qualquer organismo religioso ou civil, que considere o índio ou grupo indígena como propriedade ou objeto de manipulação, atenta contra os direitos fundamentais da população indígena”.

A partir desse conceito, d. Thomas já fala no segundo aspecto da pastoral. “Esta nova orientação da Igreja, ainda está em fase de consolidação. Na verdade, todo o trabalho da igreja missionária sempre se caracterizou exatamente pela falta de respeito à autodeterminação dos povos com a adoção de uma atitude paternalista. Na própria história vamos encontrar sempre os missionários dando total cobertura aos colonizadores, mantendo o índio sob um regime de tutela, impedindo-o de assumir seu próprio destino”.

O encontro de Curitiba, na opinião dos missionários, será mais um passo para consolidar as novas linhas de ação traçadas pela Igreja, que ainda não foram inteiramente absorvidas por todas as missões religiosas no Brasil. Algumas missões, como a do Alto Rio Negro, continuam mantendo o índio em regime tutelar e outras só agora estão despertando para a nova pastoral. Um trabalho difícil, como reconhecem os missionários, pois exige um grande esforço de autocritica.

O encontro de Curitiba completa uma série de reuniões regionais iniciada em 1974, que

levou em conta a necessidade urgente de a Igreja assumir a causa indígena através da presença e do compromisso, lutando pelos direitos dos índios e pela defesa de suas terras e sua cultura. Antes, foram realizados seis encontros regionais, em Xanxerê, Palmas, Guarapueva, Frederico Westphalen, Lins e Santa Mariana. Nesses encontros, os missionários definiram os trabalhos mais urgentes que precisavam ser feitos junto a essas comunidades: conhecimento da realidade indígena e defesa de suas terras e direitos; necessidade de conscientização da população envolvente, para criar-se uma imagem positiva do índio; incentivo a todas as práticas e trabalhos comunitários; criação de conselhos indígenas, ajudando-os a assumir sua autodeterminação; promoção de encontros entre as comunidades indígenas e reuniões entre seus líderes e chefes; e estímulo ao reavivamento de sua cultura.

Embora o Estatuto do Índio

tenha vetado a autonomia das missões religiosas no trabalho de assistência às comunidades tribais, delegando toda a responsabilidade à Funai, os missionários que discordam da linha de ação adotada pelo órgão oficial estão intensificando, cada vez mais, uma ação paralela, apoiada no trabalho das dezenas de missões religiosas católicas que atuam no Brasil.

“O índio não precisa deixar de ser índio para ser cristão”, afirmou ontem d. Thomas Balduino, ressaltando que a Igreja está preocupada em manter com o índio um relacionamento fraterno, respeitando sua cultura e suas tradições. “Queremos ajudá-los a viver melhor, por aquelas coisas que eles já em. Não queremos levar a mensagem de Cristo como a Salvação porque ela, na verdade, já existe como semente no meio deles”.

Cimi considera a atitude de Ismarth "corajosa e lúcida"

O Art. de S. Paulo, de 9-4-76

ELIANA LUCENA
Enviada Especial

A Funai respondeu a um apelo dos missionários católicos ao anunciar reformulações na estrutura interna do órgão, começando com o afastamento dos dirigentes de quatro departamentos, entre eles o general Demócrito de Oliveira, do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, setor responsável pela renda dos índios. O presidente do Cimi, d. Thomas Balduino, ressaltou que a atitude do presidente da Funai, "corajosa e lúcida", poderá refletir um melhor relacionamento entre o Conselho Indigenista Missionário e a Funai, abalado pela falta de confiança por parte dos padres no trabalho desenvolvido pela Funai junto aos grupos tribais.

"Uma nova esperança se abre — afirmou o bispo de Goiás Velho — e esperamos que, desta vez, a Funai não sofra apenas mudanças aparentes, como ocorreu por ocasião da transformação do antigo Serviço de Proteção ao Índio em Funai. O novo órgão, na verdade, herdou todos os vícios e a estrutura burocratizada do SPI, deixando que seu trabalho se desenvolvesse, quase todo ele, dentro dos gabinetes de Brasília e de outras cidades, colocando em segundo plano a assistência direta aos postos indígenas e às aldeias".

Embora o presidente da Funai não tenha anunciado detalhes sobre as novas linhas de ação que serão adotadas, os missionários acreditam que o afastamento do diretor do

DGPI indica que, finalmente, o general decidiu tomar uma atitude concreta diante desse departamento, que é uma espécie de super-órgão dentro da Funai. Indevassável até mesmo pelos outros setores da Funai e criticado por antropólogos e técnicos, o DGPI pode ser apontado como a mola mestra do desentendimento entre a Funai e o Cimi.

Fim do encontro

Ontem, foi encerrado, em Curitiba, o encontro da Regional Sul do Cimi. Todas as conclusões apresentadas apenas reafirmam a disposição da Igreja de lutar pelos direitos dos povos indígenas, mas, ao lado disso demonstraram que o Cimi deverá percorrer ainda um tortuoso caminho em seu relacionamento com algumas missões religiosas que não absorveram ainda a mudança de conceito sofrida pela pastoral católica a partir do Concílio Vaticano II.

"É inútil criticar a Funai e os latifundiários — afirmou o padre Thomas de Aquino Lisboa, vice-presidente do Cimi — sem levar em conta que a Igreja também cometeu e ainda vem cometendo uma série de erros no seu trabalho com minorias étnicas. Temos que admitir que, desde o colonialismo, ela vem participando ativamente de um processo de assimilação da cultura européia imposto aos índios e, o que é pior, aplicando métodos de aculturação inteiramente irracionais, que provocam sérias divergências no próprio meio indígena".

Thomas de Aquino afirma que este trabalho para a tomada de

uma nova consciência por parte das missões tem sido penoso, pois muitos missionários ainda acreditam que o objetivo básico de seu trabalho consiste "em batizar o índio, ganhando um novo adepto da religião cristã". Esta posição foi muito criticada durante o encontro pelos missionários que atuam no Sul do País. Com raras exceções, todos eles já seguem a nova orientação, que se firma no respeito à cultura tribal e sua autodeterminação, ao contrário do que ocorre em várias missões dos Estados da Amazônia, que colocam maior resistência às inovações. Em geral, essas missões estão instaladas nessas áreas há várias décadas, exercendo uma total dominação sobre as comunidades tribais, todas elas cristianizadas depois de intenso trabalho de catequese.

Em suas conclusões, o encontro insistiu na necessidade do reconhecimento do índio como adulto, com voz e responsabilidade pela sociedade nacional; na firme disposição da Igreja de assumir, até as últimas consequências, as posições tomadas pelos índios, quando houver um acontecimento dramático; incentivar reuniões entre os líderes indígenas e apoiá-las no sentido de que suas propostas e aspirações sejam realizadas; incentivar as reuniões entre os líderes indígenas; maior entendimento entre as lideranças das diversas denominações cristãs, a fim de evitar o proselitismo, a imposição e as confusões da religiosidade do índio; procurar um relacionamento pessoal com o índio, conscientizando-o de seus direitos e deveres.

Past CIMI.

Y 9/4/76.

CONFIDENCIAL

MRU. 5, p. 160/223



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- 9ª DR. -

Of. n.º 06/9ªDR/76-CONFIDENCIAL

Campo Grande, Mt.

Do: Delegado da 9ªDR

Em: 22.03.76

Ao: Sr. Chefe da ASI/FUNAI

Assunto: Boletins Informativos (ENCAMINHA)



Encaminho a V.Sa, fotocópias de 03 (tres) Boletins Informativos do CIMI, para análise e providencias cabíveis.

Sendo só o que se apresenta para o momento, renovo a V.Sa, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Gerson de Silva e Silva
Gerson da Silva
Delegado da 9ª DR/FUNAI

OK

Inf. a DSI
[Signature]

Inf. 136-4/76.

Inf. Aug.

CONFIDENCIAL

27/4/76.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO. Nº 171/SA - CONFIDENCIAL

Brasília, 30 de setembro de 1976

Da : SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Para : ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Assunto : CIMI

JAR MOACYR GRECH



Senhor Chefe da ASI:

1. O Senhor Prefeito da cidade de Feijô, Acre, entregou-me os dois anexos xerox, que mostram a ação do CIMI junto aos índios do Acre, através de encontros e pastorais.

2. Adiantou-me o referido Prefeito que o semanário "Ordem do Universo", nº 9, publica matéria que ele reputa falsa, sobre os índios do Acre.

3. Outrossim, nosso Chefe da Ajudância, em Rio Branco, Sr. Porfírio Carvalho, telefonou-me, hoje, informando que acabara de expulsar do meio indígena três elementos estranhos, que se encontravam, a serviço do CIMI, na área do PI Alto Purus. Esses três elementos, sem qualificação profissional (aparentemente a nível de 2º Grau), alegaram que desejavam realizar tarefas entre os índios, tarefas, ao nosso ver, destituídas da menor base ou lógica:

- a) ✓ Marta Callori - Parece que italiana.
"Animação Indígena" (sic)
- b) Darcy Sessi - Brasileiro
"Pesquisa Linguística" (sic)
- c) ✓ Rosa Maria Monteiro - Brasileira
"Convivência Indígena" (sic)

Cordialmente,

João Batista Cavalcanti de Melo
JOÃO BATISTA CAVALCANTI DE MELO
Superintendente Administrativo

auspício Lavouf, insua à DSI.

Jul. 04/10/76.

Jul. 5-10-76.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CAIXA POSTAL 10.2382

70.000 - Brasília - DF - Brasil

Brasília, 23/6/1976.

Pe. Alberto,



Como é do seu conhecimento a II Assembléia Regional de Pastoral Indigenista da Amazonia Ocidental; realizar-se-á na Prelazia de Rio Branco-Acre, dia 9 a 12 de agosto, (e no dia 12 e 14, Comissão Pastoral da Terra). Solicitamos que venha acompanhado com 1 ou 2 indígenas líderes de sua área, a fim de participarem da reunião e nos ajudar na organização de um futuro trabalho.

Já temos recebido comunicado de dois chefes indígenas do Norte de Mato Grosso, Mério Juruna Xavante e Lourenço Tabas Dworero, dispostos a participarem daquela Assembléia Missionária, com finalidade de se encontrarem com os irmãos indígenas da Amazonia Ocidental.

Desta forma cremos que seja de grande importância a presença de representantes do maior número de tribos possível para incentivá-lo a assumirem a sua causa.

Atenciosamente,

Agostinho Schwade

Pe. Agostinho Schwade

Secret. Exec. Adjunto do CIMI

*W. de O
maior possível
para ser
com a
Kafukina
continuar
M. Schwade
M. Schwade
e...*

69.960 — FEIJÓ — ACRE

Sr. Francisco Rego

O encontro dos chefes Indígenas em Rio Branco é do dia 9 a 15 de agosto, colégio N. Sra. das Dores, com o Pe. Egidio.

Aqui vai o Tuxaua, para combinar. Convide também uma passagem para o Bruho: Ida e VOLTA, sim?

Santações

Alberto

RELATÓRIO DA EQUIPE CULINA - SITUAÇÃO -

HISTÓRICO- Como fruto da 2ª Assembléia de Pastoral Indígena realizada no Regional Norte 1 do CIMI, realizada em Rio Branco de 9 a 13 de agosto de 1.976, foi formada a Equipe Culina que atende os índios Culina do Alto Purus.

A Equipe é composta de 3 elementos, ligados à Prelazia de Acre e Purus e sua linha de trabalho é assumida pela Prelazia. As pessoas e seus respectivos trabalhos são os seguintes:

- MARTA CALLOVI- Atua na aldeia de Maronaua.
- DARCI SECCHI- Atua em Santo Amaro.
- ROSA M. MONTEIRO- Inicialmente permaneceria em Santo Amaro e faria um trabalho de atendimento ao pessoal da zona ribeirinha. Marta e Darci se preocupariam sobretudo do estudo da língua indígena e Rosa visto que ficaria mais volante, atenderia casos de doenças, digo, doenças tanto das aldeias como ao longo do rio. Rosa serveria de ponte entre Santo Amaro e Maronaua e Darci e Marta fariam um trabalho por sexo, já que o grupo é culturalmente dividido por sexo, o que ocasionaria um revezamento e deslocamento de um para uma aldeia e vice versa.

Com este plano saímos de Sena Madureira dia 25 de agosto, tomando uma embarcação até Santo Amaro, onde ficaram Rosa e Darci sendo que Marta seguiu com a mesma embarcação até Maronaua. Em Santo Amaro ficamos morando na casa que foi ocupada por Padre Paulino quando de passagem para suas desobrigas. Marta se hospedou numa dependência da escola enquanto aguardava a construção de uma casinha para morar. Estávamos neste pé apenas por 8 dias quando chegou a delegação da FUNAI e cujo acontecimentos vamos relatar.

SAIDA DO PROJETO- Dia 11 de setembro pela manhã, se apresentou na Aldeia de Maronaua um funcionário da FUNAI (Célio Host) acompanhado por um agente da Polícia Federal do Acre, de nome Antonio. Após ter cumprimentado Marta que se encontrava na aldeia comunicou que ela deveria sair da área indígena. Marta se mostrou surpresa com a forma como foi informada e por isso pediu maiores esclarecimentos, quando foi informada que ele (Célio) havia recebido ordens de Brasília para fazer baixar até Rio Branco a Equipe atuante na área. Esta atitude conforme o Célio, teria sido motivada pela relatório que Célio apresentou para a FUNAI por ocasião de sua primeira visita a área, realizada a 45 dias atrás, quando entrou em contato com Marta, Giovannê e Rosa lá presentes depois do levantamento.

Marta tentou encontrar outras saídas para poder permanecer na área, como por exemplo, mandar carta ao Bispo da Prelazia pedindo que ele fizesse esta identificação pedida pela FUNAI. Foi informada então ^A que teria que ir pessoalmente para Rio Branco, acompanhada, ou melhor, acompanhando a delegação.

De uma forma enigável Marta pesquisou outras formas para poder ficar por mais algum tempo na aldeia e então baixar com outra embarcação pois estava fazendo um tratamento especial que exige acompanhamento para um índio doente, o que lhe foi refutado de forma terminante. "Marta, você terá que vir comigo de qualquer jeito" dizia o funcionário da FUNAI. Dizia que "estava comprindo ordens" e que "não adiantaria resistir pois mandaria a polícia atrás", o que deixou Marta bastante surpresa uma vez que não havia motivo para tal atitude.

Vendo que não achava outra saída, Marta concordou em baixar com ele até Santo Amaro onde tomaríamos uma resolução de toda Equipe. Assim, baixando com a delegação, Marta gastou 15 dias até chegar em Santo Amaro pois a embarcação era encostada em todas as casas ao longo do rio onde o representante da FUNAI informava aos moradores que a área estava sendo decretada "área indígena" e que todos deveriam ir providenciando a retirada, e proibindo a todos de fazerem novas derrubadas ou construções. Aliás, esta atitude deixou a todos preocupados pois há famílias que estão a muitíssimos anos residindo naquela área e não possuem ainda título definitivo de propriedade, o que representa uma saída sem nenhuma indenização, conforme nos falou o próprio Célio.

Em Santo Amaro, logo na sua chegada, de uma forma bastante violenta informou ao Darci que a exemplo de Marta, também Darci e Rosa teriam que lhes acompanhar até Rio Branco para "regularizar a nossa situação e nos identificarmos junto à FUNAI". Na ocasião falou também que Rosa não teria nenhuma possibilidade de permanecer na área nem mesmo depois de ir a Rio Branco, possivelmente motivado pelo desentendimento pessoal que teve com Rosa quando de sua primeira visita em S. Amaro. Este fato já estava sendo comentado por todo Alto Furus, espalhado pelo próprio Célio, o que deixou a população bastante intrigada pois via em todos os membros da Equipe de Pastoral seus amigos e pessoas a serviço da população marginalizada.

Já que sabíamos que a delegação da FUNAI permaneceria em Santo Amaro por vários dias, continuamos nossa vida normal durante as horas de trabalho e aproveitamos para conversar bastante para ver qual seria a melhor saída para a situação que parecia bastante conflitiva. Depois de alguns dias, uma vez que Célio só falava para cada um em particular, e nunca para toda a equipe, convocamos uma reunião para que fôssemos melhor informados do que ocorria.

Na reunião apresentamos para Célio uma sugestão no sentido que a gente concordava em que baixasse com ele um elemento da Equipe para , juntamente com o bispo e o conselho de Pastoral, vissem com o Delegado da FUNAI em Rio Branco uma forma menos dispendiosa para nós, ou se fosse o caso, que comunicassem por rádio que todos baixassem. Esta sugestão vinha se justificar por fazermos parte do plano geral de Pastoral da Prelazia e que uma atitude tão significativa sem o conhecimento dos representantes da Prelazia seria bastante crítica para nós. A esta sugestão, Célio nos respondeu que era absolutamente impossível pois tinha ordens de Brasília de levar todos "os elementos não identificados pela FUNAI" para Rio Branco. Isso nos fez pedir a ele que mostrasse a carta com a referida ordem, no que fomos atendidos. Ao lermos a carta percebemos que "éramos convidados a comparecer a Rio Branco para regularizarmos nossa situação". Na carta não deixava transparecer que devíamos baixar com ele, e tampouco não marcava prazo para tal. Por isso insistimos que aceitasse nossa sugestão acima escrita, no que fomos informados que ele teria recebido "outras ordens não escritas" e que se negava a dar por escrito para nós, uma vez que era simples "cumpridor de ordens". Estas ordens não escritas eram explícitas e claras: "Deveríamos sair da aldeia antes de sua baixada, pois caso contrário sua viagem perderia a finalidade." Toda e qualquer outra sugestão foi terminantemente refutada. Neste pé, chegamos a conclusão que só tínhamos duas alternativas: Ou baixar com eles, ou ser expulso da área imediatamente. Avaliamos as duas alternativas:

Caso nos negássemos a baixar -

- Quebraríamos a possibilidade de "diálogo" com a FUNAI.
- Seríamos levados a força pela Polícia Federal.
- Possibilidade de uma reação dos índios em nossa defesa. Reação esta , talvez violenta, o que só traria prejuízos para os índios.

Caso nós baixamos:

- Diálogo permanece com a Funai, quebrando a alegação de Célio que dizia que a Igreja é cabeçuda(...)
- Evitaria atitudes drásticas dos índios e da Polícia.
- Possibilidade de chegar a um acordo entre D. Moacir e o Delegado da Funai o que representaria a volta para o projeto.

Em última análise, visto que na última Assembléia , digo Reunião do CIMI em Rio Branco foi optado pela "diplomacia" e então, resolvemos baixar com a delegação , muito intranquilos em termos de trabalho.

Assim, saímos de Santo Amaro, os 3 elementos da Equipe, no dia 27 de setembro com a embarcação da FUNAI, rumo a Balsa de Manuel Urbano onde deixaríamos o rio e seguiríamos até Sena Madureira com alguma condução que haveria por lá.

OS ÍNDIOS: Todos os índios dos rios pertencentes à Prelazia até o momento estavam sendo atendidos de forma esporádica pelo Padre Paulino. Assim como outros grupos, os Culina do Purua tecem grande amizade pelo P. Paulino que verdadeiramente gosta dos índios. Desta forma, depois do trabalho de reunião de todas as famílias Culina que noravam dispersas, feito pelo próprio P. Paulino, a sua presença naquele grupo se tornou um fato de grande simpatia entre os índios. Por ocasião de nossa chegada à aldeia, acompanhados pelo P. Paulino, toda a simpatia que os índios cultivam pelo Padre, nos foi transferida, e já bem cedo fomos e somos bem vindos entre o grupo.

Neste contexto, a chegada de uma delegação estranha na aldeia, feita de uma forma bastante diferente que a nossa (ex. portando armas, sendo agressivo e gritalhão), deixou os índios de sobre-aviso e intrigados pois viram na FUNAI, seus tutores, elementos ~~que~~ muito AUTORITARIOS, o que, aliás, foi também ~~apareceu~~ para a população ribeirinha.

Assim, depois de alguns dias de convívio entre os índios, e de terem escolhido local para construção do campo de pouso e casas para o futuro posto, os índios estavam cientes de que todos nós deveríamos baixar acompanhando a FUNAI.

A nossa retirada da área daquela forma, vieram confirmar o que os índios tinham percebido já nos primeiros dias, ou seja: A FUNAI não é amiga dos agentes do P. Paulino. Esta confirmação deixou-os bastante tristes, e se não fosse nossa tranquilidade em acatar a ordem recebida, poderiam ter tomado alguma atitude em nossa defesa o que representaria só desvantagens para eles no futuro. Por isso não nos estranhou quando estávamos descendo o barranco para entrarmos na embarcação, quando a tuchana (chefe) nos falou: "diga ao padre Paulino e para o chefe do Célio que nós não queremos ele aqui. Se ele vier morar aqui, nós vai tudo embora".

Os índios também não gostaram que os moradores carius mais próximos da aldeia teriam que se retirarem da área quando a aldeia, digo, quando a área fosse decretada e demarcada, pois lhes preocupava como fariam os carius para poderem se alimentar uma vez que suas roças estão todas do lado da área que será decretada. Até comentavam que "se o Mané for embora nós também vamos".

Conforme havíamos previsto, chegamos a Manuel Urbano onde paramos para então seguirmos por terra até Sena Madureira. Ficamos um tanto surpresos quando sabemos que Célio nos acompanharia por terra e deixaria a embarcação para alguém pegar em outra ocasião. Por isso o motorista índio (Kozidzi) que deveria levar o barco até Sena, também foi dispensado e teve que voltar de carona com um marreteiro que subiria naqueles dias, ~~deixando~~ esperando o pagamento quando o elemento da FUNAI subir para Santo Amaro, ficando muito triste.

A atitude de nos acompanhar por terra deixando o barco em Manuel Urbano, somado a outras indiretas e brincadeiras feitas durante a viagem e mesmo ainda na aldeia, nos deixou bastante preocupados e sem saber qual a razão verdadeira de nossa baixada. Isso não afetou a nossa calma e clareza dos passos que deveriamos dar em qualquer circunstancia. Aconteceu um pequeno contratempo na viagem e tivemos que caminhar 10 quilometros, chegando em Sena Madureira quase a meia-noite do dia 29 de setembro, cansados mas sem maiores problemas.

No outro dia ao meio dia saímos de Sena rumo a Rio Branco e casualmente viajamos com o Célio que veio a Rio Branco.

Em Rio Branco fomos direto para o palácio do bispo onde fizemos um relato das causas de nossa vinda. Logo em seguida D. Moacir foi falar com o representante da FUNAI para o Estado do Acre onde tiveram um bate papo de esclarecimento e onde D. Moacir soube que aquele Regional da FUNAI, havia recebido ordens de Brasília para que nós fôssemos até Rio Branco para nos identificarmos junto a Delegacia da FUNAI; Dias antes, no Rio de Janeiro, o próprio General Izmarth (presidente da FUNAI) havia dito publicamente que não teria partido de Brasília tal ordem.

Dias após, D. Moacir se encontrou outra vez com o Delegado da FUNAI e na ocasião marcou uma entrevista para nós (Rosa Marta e Darci).

Depois disso, pelo que se sabe, teremos que esperar a decisão de Brasília que será tomada entre o CIMIEPrelazia com o Presidente da FUNAI.

Esta entrevista será realizada dia 14 de outubro em Brasília. Até lá teremos que aguardar pois poderemos ter permissão ou não. "isto dependerá um futuro trabalho, se possível ou não. Aproveitaremos estes dias para estudar, e aprofundaremos um curso que será realizado nestes dias. Quanto a sequencia da "comédia" trataremos logo que tivermos maiores detalhes e tão logo se decidir algo mais concreto. Não podemos voltar à área sem permissão da FUNAI, por isso aguardamos.

Rio Branco, 06 de outubro de 1.976

Marta Callovi
MARTA CALLOVI

Darci Secchi
DARCI SECCHI

Rosa Maria Monteiro
ROSA MARIA MONTEIRO.

Célio Host e o agente Antônio, no nosso modo de ver, cometeram algumas irregularidades e envolveram-se em situações duvidosas:

- Ter-se embriagado em Santa Rosa, juntamente com o delegado de lá e o agente da PF na presença e com a participação dos índios.
- Ter cortado cordas de punhos de rede, fazendo com que os que se encontravam dormindo caíssem ao chão, isso pelas 2 horas da madrugada, depois de ter-se embriagado.
- Ter espalhado o pânico entre os ribeirinhos aconselhando-os (quase obrigando-os) a saírem da área indígena, proibindo-lhes novas derrubadas ou construções na área. (Dado a área indígena não foi ainda nem decretada nem demarcada, essa saída precipitada de pessoas que a habitam a região por longos anos poderia ser-lhes sumamente prejudicial).
- Ter usado a arma (possivelmente uma "bereta" com pente interno) indevidamente nos seguintes casos:
 - . Atirando à noite, atrás de uma pessoa (o Camões, o motirista do seu barco) quando este se dirigia para a beira da mata para urinar. Nesta ocasião, conforme nos dizia o próprio Camões, a bala teria assobiado próxima a sua orelha.
 - . Atirando contra o mesmo Camões, numa laranjeira, quando este estava apanhando frutas para ambos. Nesta ocasião, a bala teria batido na aba da casa próxima onde se encontrava o autor do disparo.
 - . Atirando contra uma pessoa (o Ito do Refúgio) quando este se encontrava deitado na rede dentro de casa, altas horas da noite. Nesta ocasião os disparos abriram dois rombos no mosquiteiro que cobria a rede onde se encontrava deitado o senhor Ito. Os disparos se perderam na noite, atravessando a casa onde se encontravam deitadas ao menos 3 pessoas. Nesta ocasião os disparos foram efetuados de dentro da rede onde estava deitado Célio. Nos casos dos disparos acima descritos sempre a mesma pessoa estava acionando a arma, ou seja, o sr. Célio Host, da FUNAI.
- Ter andado habitualmente dentro da aldeia de Santo Amaro com a mesma arma anteriormente mencionada, além de uma faca-punhal ambos expostos na cinta.
- Ter deixado a espingarda cal.28 carregada durante o dia dentro da Escola de Santo Amaro. Este fato ocasionou protesto do Professor Paulo que via possibilidade de algum índio mexer e assim se acidentar. Comumente os índios não deixam suas armas, digo espingardas, municiadas enquanto estão nos arredores da aldeia.
- Ter ameaçado "dar um banho forçado" em Rosa, Marta e Darci, antes que chegássemos na Balsa de Manual Urbano. Disse isso, depois de nos contar de "incidentes" inesperados que ocorrem e que não se sabe como pode ocorrer. Citou como exemplo: abreese sem querer a porta do avião e o pressor cai sem que nada se possa fazer. Ou ainda: vira a embarcação e o preso se afoga. Disse que isso eram comum na Polícia.
- Ter ameaçado Marta, fazendo menção de jogar a faca-punhal, e logo em seguida então cravando-a realmente em várias melancias que havia no barco, a certa distância.

14-10-76

- Ter abusado de autoridade quando disse que "só deixaria nós irmos por terra quando chegássemos na balsa, se nós nos comportássemos bem durante a viagem até lá.
- Ter exigido que Komidui (índio Culina) pilotasse o barco até a Balsa, tirando-o da rede pois estava cansado (haviam dançado durante a noite, pois havia festa na aldeia). No final da viagem não acertou contas, deixando o índio subir com um marretão, muito enfurecido.

D. Aloisio reitera no Paraná posição pastoral da CNBB

Do Correspondente MARINGÁ

O presidente da CNBB, dom Aloisio Lorscheider, disse ontem, em Maringá, que "a posição do órgão é clara e procura dar uma visão de fé cristã sobre os problemas às vezes candentes do dia-a-dia e não vejo como possa mudar frente à atual situação política. A CNBB não está preocupada em manter-se mais ou menos em evidência, apenas procura cumprir o seu dever de servir à Pastoral Orgânica da Igreja no Brasil".

Sobre como evolui as relações da Igreja com o governo, declarou que "não estou a par de algo negativo". Em relação às recentes críticas feitas pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio de Brito, dom Aloisio afirmou que devido à sua doença não pôde seguir os últimos acontecimentos e que "é costume na CNBB responder às críticas que lhe são dirigidas de modo formal".

Quanto aos últimos acontecimentos envolvendo tribos indígenas na Amazonia, afirmou que "por falta de suficientes informações nada poderei adiantar sobre a posição da Igreja. É prescrição médica que me abstenha, no momento, de qualquer tipo de preocupação."

Dom Aloisio Lorscheider está em Maringá desde a última terça-feira em visita à sua irmã. Na quarta-feira precisou ser internado em uma clínica especializada em problemas cardíacos, por causa de uma "indisposição gástrica", segundo informações dos médicos que o assistiram, mas recebeu alta no mesmo dia.

O presidente da CNBB tem se negado a qualquer contato com a imprensa e as visitas que recebe são muito limitadas, de acordo com prescrição médica. Anteontem recebeu a visita do bispo de Apucarana, dom Romeu Alberti.

Presidente da CNA reafirma denúncias ao CNBB e Cimi sobre comunistas no clero

Brasília — Em nota oficial distribuída ontem à imprensa, o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Sr Flávio Brito, reafirmou as recentes denúncias que fez ao CNBB e ao Conselho Indigenista Missionário — Cimi — segundo as quais existem no meio eclesiástico pessoas que só têm procurado promover discórdia entre patrões e empregados, com prejuízo para a produção nacional.

Acrescentou, ainda, que, embora estivesse ausente de Brasília, soube que o secretário do Cimi, Padre Antônio Iasi, em entrevista aos jornais, agradeceu-o "com palavras que darão margem a uma interpelação judicial, porque não transijo com questões que envolvem minha dignidade pessoal".

DESAFIO

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura desafiou também as sociedades civis apontadas ou outras, que indiquem se

no meio do empresariado rural houve alguém que tenha sido envolvido em atos contrários à segurança nacional, ou banido do país por ter-se tornado indesejável.

JORNAL DO BRASIL, 10-9-76

Brito reitera as críticas ao clero

Dos correspondentes

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura — CNA —, ex-senador Flávio Brito, reiterando declarações anteriores contra o Clero brasileiro, afirmou ontem, em Manaus, que os padres "estão fugindo de seus votos, passando a pregar o ódio, a indisciplina — a jogar patrao contra em pregado e, enfim a desordem no meio rural". Flávio Brito insistiu em afirmar que "tudo isso é uma tentativa de se comunistar o meio rural".

Flávio Brito, que ontem manteve encontro com o arcebispo metropolitano de Manaus, dom João de Souza Lima, revelou que vai interpor judicialmente o Cimi e a CNBB, "ambas de caráter civil e não eclesiástico, que acusaram a classe patronal de inverdades sobre o problema fundiário brasileiro". Por outro lado, fon-

tes da Arquidiocese de Manaus informaram que o presidente da CNA no encontro com dom João de Souza Lima exibiu uma relação de nomes de padres e bispos "que vem promovendo a desordem e a discórdia no meio rural da Amazonia. Segundo as fontes, essa relação será levada ao SNI pelo ex-senador Flávio Brito. Já o arcebispo de Manaus afirmou que "a Igreja está em seu papel não permitindo que os pobres e os indefesos sejam feridos no seu direito".

Em Porto Velho o presidente da Funai general Ismarth de Oliveira reafirmou que os problemas surgidos com o Cimi "tratam-se de uma discussão apenas administrativa". Para o general, o Cimi não quer se enquadrar na política do governo "As histórias que o Cimi apregoa não têm cabimento. O Cimi critica por criticar", disse o general.

ESTADÃO, 10/9/76

Cimi revela que político instigou matança em merure

O padre Antonio Iasi Júnior, do Conselho Indigenista Missionário - Cimi - apontou ontem Antonio Nonato Rocha, candidato da Arena a prefeito do município de General Carneiro, como um dos principais responsáveis pelo ataque dos posseiros e fazendeiros a aldeia de Merure, quando foram assassinados o padre Lunkenbein e o índio Bororo Simão, em Mato Grosso.

Antonio Nonato Rocha, preso na semana seguinte ao ataque de Merure foi libertado logo após ser ouvido pela polícia de Barra do Garças, sob a alegação de que é paralítico e a cadeia local não lhe oferecia condições para permanecer detido. Ontem, o padre Antonio Iasi mostrou um bilhete enviado por Nonato Rocha a seu companheiro Antonio Miguez, na véspera do ataque a Merure. Eis a íntegra do bilhete: "amigo Miguez, fineza vir cedinho para embarcarmos a médica de Merure. Devemos estar lá mais ou menos às 7 horas. Do amigo Nonato. Venha com Alaor e Lazineho. 14.7.76".

Para o missionário Antonio Iasi, é estranho que tanto Antonio Miguez, como Alaor e Lazineho estejam sendo apontados,

juntamente com João Marques de Oliveira, o "João Mineiro", como líderes do ataque, enquanto Antonio Nonato Rocha está aparentemente isento de qualquer culpa.

O representante do Cimi lembra que, de acordo com as próprias autoridades, logo após o crime, Nonato Rocha viajou, com "Mineiro", para Barra do Garças, "capital" das agropecuarias e de outras desordens, segundo Iasi. O padre afirma que no dia 26 do mês passado o juiz de Barra do Garças recebeu ofício do advogado de "João Mineiro", José Brati, que afirmava, entre outras coisas: tão logo Vossa Excia. haja por bem sua presença em juízo, para esclarecimento a respeito dos fatos, compromete-se comparecer para tanto".

"Até hoje, no entanto - afirma o missionário - o líder do ataque sangrento a Merure não foi sequer convocado, judicialmente, a depor. E o tempo concedido pelos índios para que as autoridades agissem já está esgotado. De agora em diante, essas autoridades serão responsáveis pelo que acontecer, pois os índios já perderam a confiança nelas".

JORNAL DE BRASÍLIA, DE 18-8-76.

D. Ivo: a Igreja só prega a conciliação

Da Sucursal de PORTO ALEGRE

“Constatamos que na atual sociedade há quem sofre e há quem manda. O marxismo pregaria, num caso destes, a luta de classes para corrigir as injustiças sociais, mas a Igreja sabe que o melhor caminho é unir e conciliar. A Igreja está com todos, está com a família e contra qualquer fator que prejudique o bem-estar do homem”. A partir desta idéia, anunciada ontem por Dom Ivo Lorscheider, secretário-geral da CNBB, é que os 19 bispos gaúchos, reunidos no Seminário Maior de Viamão (a 24 quilômetros de Porto Alegre), decidiram elaborar um plano de pastoral, aprovado ontem, que será empregado durante os próximos dois anos no Rio Grande do Sul.

A pastoral, segundo a decisão dos bispos das 14 Dioceses do Rio Grande do Sul divulgada durante entrevista coletiva, terá duas diretrizes básicas: os marginalizados rurais e urbanos e os grupos de influência.

Quatro projetos deverão ser desenvolvidos junto às populações marginalizadas: levantamento para delimitação das áreas geográficas mais marginalizadas no Rio Grande do Sul; estudo sobre as causas que determinam a situação, atuais tendências, consequências e seminário a respeito desses pontos; formação de líderes para atuar nessas áreas através de apoio à Frente Agrária Gaúcha — a nível rural — e tentativa de descobrir quem pode formar líderes urbanos; e montagem de

organismos para atuar nas áreas marginalizadas

Segundo Dom Ivo Lorscheider, nesta pastoral a Igreja não distinguirá prioridades entre áreas urbanas e rurais, já que acredita “na causalidade recíproca entre as duas zonas”. “Apesar disso — continuou — percebemos que há certa dominância da zona urbana sobre a rural que, em função disso, adquire hábitos e idéias urbanas”.

A ação da Igreja, de acordo com a nova pastoral que será aplicada em 1977 e 1978, a nível dos chamados grupos de influência, atingirá “aqueles grupos que de uma maneira ou outra fazem acontecer o processo da sociedade atual”, de acordo com a definição de Dom Ivo Lorscheider.

Cimi desafia Flavio Brito a provar que clero agita

Das Sucursais

“O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Brito, que não se faça de rogado apresente logo as provas contra o clero brasileiro e deixe de muita história porque, do contrário, as acusações gratuitas que fez serão rebatidas por negações também gratuitas”.

Com esta declaração, em Brasília, o padre Antonio Iasi, secretário do Conselho Indigenista Missionário — Cimi, afirmou que o ex-senador Flávio Brito, quando reitera suas acusações de que o clero está infestado de subversivos, fala uma linguagem que agrada muito ao deputado José Bonifácio e aos seus seguidores, mostrando que só conhece a moda atual, precisando atualizar-se sobre a verdadeira situação no meio rural.

Para o padre Iasi, tanto o presidente da CNA quanto os sindicatos são suspeitos para falar que os sacerdotes estariam tumultuando o campo, jogando os empregados contra empregadores. “E a voz dos trabalhadores que deve ser ouvida, são eles que sabem o que estão sofrendo no meio rural — prosseguiu o missionário — Flávio Brito está falando em nome dos patrões e não nos consta que os empregados participem dessa organização”.

A partir do momento em que as grandes empresas agropecuárias começaram a atuar, assegurou o padre Iasi, principalmente a Amazônia se transformou em uma verdadeira desordem sob todos os aspectos, porque, não satisfeitas com a devastação da fauna e flora, começaram a explorar o homem. “No momento, os trabalhadores sem terras estão tomando conhecimento das

injustiças que sofrem por parte dos latifundiários, o que está deixando a classe empresarial rural bastante inquieta e vem justificar as denúncias de Flávio Brito.” acrescentou.

Iasi disse, também, que se o presidente da CNA pretende interpelar judicialmente o Cimi, como já declarou, que o “faça logo e não fique apenas ameaçando”. Por outro lado, ele relacionou o problema atual com o caso do missionário Francisco Jentel, que foi expulso do País no início deste ano, em virtude de “um conchavo entre o governo brasileiro e a própria Nunciatura Apostólica”. Para Antonio Iasi, este é um exemplo bem claro do que poderá acontecer

a outros sacerdotes desde que Flávio Brito e demais empresários da Amazônia consigam. “por meio irregular e do conhecimento geral, uma decisão da Justiça contra a verdade, uma vez que ela está sempre a favor dos mais poderosos”.

CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reiterou ontem, no Rio, que só fará qualquer pronunciamento a respeito das acusações contra o clero brasileiro, que vêm sendo feitas pelo presidente da CNA, Flávio Brito, depois de receber uma resposta oficial da carta que enviou ao ex-senador no início desta semana. Para a CNBB, aquelas declarações são muito graves e devem ser discutidas com cuidado.

Cimi denuncia nova opressão a índios

O Est. S. Paulo, de 21-1-76.

Do correspondente em
LONDRINA

"O silvícola paranaense é também um povo oprimido, que tem suas terras invadidas por posseiros e sem condições de explorá-las em benefício próprio. Por isso, se vê forçado a trabalhar como bóias-frias". Esta é a primeira conclusão do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), reunido em Santa Mariana, Norte do Paraná, para analisar a situação do índio no Estado.

Segundo o missionário Antonio Issi, secretário do Cimi e coordenador da reunião que termina amanhã às 12 horas, somente em São Jerônimo da Serra, há 200 famílias que se apossaram de terras dos 280 índios kaigangs. Em Tamaran, na reserva Apucarana, habitada por mais de 360 índios, entre kaigangs e guaranis, os 16 mil

hectares de terra (que, em 1953, eram 27 mil) são praticamente todos ocupados por arrendatários contratados pela Funai. "No fim do ano — declara o missionário — a Funai vem, vê os lucros e leva-os embora. O índio não chega a tocar no dinheiro que, por lógica lhe pertenceria. Para ele, sobram apenas alguns metros para o cultivo de alguma banana".

Diante desta situação, os índios do Paraná, estimados em 3.272, distribuídos em 10 reservas, são obrigados a trabalhar como bóias-frias. Para o Cimi, é mais uma forma de marginalizar trabalhadores:—"Dentro desse tipo de vida, o índio é classificado como indigente". E o missionário Antonio Issi denuncia o tratamento do índio como "uma coisa qualquer" ou "um bicho que pode ser morto", segundo a concepção dos aventureiros.

Padre do Cimi desafia a Funai e visita reserva

Do correspondente em
LONDRINA

O padre Antonio Iasi, secretário do Cimi — Conselho Indigenista Missionario, proibido pela Funai, no ano passado, de visitar qualquer reserva indígena do país, está desafiando o órgão indigenista: pretende ignorar essa determinação e prosseguir em seus contatos com os grupos indígenas que porventura necessitem de assistência. Ontem, ele somente não permaneceu numa reserva no Paraná para não "complicar o chefe do posto, pois respeito mais um sertanista do que o presidente da Funai". Garantiu, contudo, que irá manter sua decisão: "Se me detiverem ou me agredirem, tarão que explicar os motivos. Sou um padre e estou defendendo o índio. Ele é que deve determinar se sou nocivo ou não para sua comunidade".

A proibição foi estipulada em maio do ano passado, pelo presidente do órgão indigenista, general Ismarth de Araujo Oliveira. Um decreto nesse sentido incluía além do nome do padre Antonio Iasi, o do missionario Eugenio Sewade. O decreto informava que a decisão fora tomada em virtude de os religiosos terem rompido um pacto de cavalheiros denunciando irregularidades na assistência ao índio à imprensa, em lugar de levar o assunto diretamente à Funai".

Sobre esse assunto, Antonio Iasi afirma que nunca foi possível um diálogo com a Funai. Mesmo porque "ela pensava que estavam comprados, somente porque algumas vezes elaboramos levantamentos de reservas. Não eramos seus funcionários. Não lhe devíamos satisfações".

Até o momento, os padres ainda não aceitaram o veto, por não verem motivos suficientes para uma atitude drástica como essa, sobretudo porque envolve a frase "polícia em caso de desobediência do decreto". Mas, agora, o padre Iasi resolveu ignorar essa decisão, exigindo um diálogo com a Funai, para que explique com dados "por que somos nocivos ao índio, se sempre defendemos seus direitos?". Mesmo que para isso, necessite ir preso: "Assim, precisarão dar a resposta que procuro".

O padre decidiu iniciar esse desafio à Funai, ontem, no Pa-

raná, visitando o posto indígena Apucarana, em Tamarana, distrito de Londrina. Ao se apresentar ao chefe do posto, Getulio Couto Pereira, o padre Iasi, apresentou-se como missionario e disse que iria fazer um levantamento no local para apurar as condições de vida dos índios. Quando mencionou seu nome, o sertanista mudou bruscamente sua atitude, dizendo: "Tenho em mãos um telegrama do presidente da Funai, proibindo sua entrada aqui. Queira se retirar".

Depois de um áspero diálogo no qual o chefe do posto chegou a ameaçar um pedido de interferência da Polícia Federal — o que, contudo, não demoveu o padre de seu objetivo inicial — o incidente foi contornado. Diante da afirmação do sertanista de que poderia permanecer no posto mas que "eu serei o unico prejudicado", o padre decidiu se retirar "para não complicar um sertanista, pois tenho mais respeito por ele do que pelo presidente da Funai". Antonio Iasi, contudo, não abandonou seu propósito. Disse que hoje mesmo visitará outro posto indígena e continuará a tentar, "até que me permitam desenvolver meu trabalho novamente".

Afirmando que a Funai é um "monstro de enorme cabeça, mas pés de barro", o missionario Antonio Iasi, voltou a criticar a falta de estrutura do órgão, para atender o índio.

"A Funai é hoje o que era há tempos o SPI — Serviço de Proteção ao Índio — disse — um simples órgão de promoção particular e que defendia unicamente os interesses governamentais. Está atuando como uma repartição de abertura de campos inexploráveis para dar início a projetos pioneiros. Primeiramente, vai na frente e domina o índio. Depois, o governo vem atrás e implanta estradas e obras, que aos poucos vão extinguindo sua espécie".

Antonio Iasi não acredita que o problema do índio seja solucionado, com a política que o governo imprime à Funai. "As reservas indígenas são depredadas e os índios explorados nas barbas da Funai, que a tudo assiste passivamente. Vinte tribos na Amazonia ainda não têm áreas delimitadas. Os que têm as vêem invadidas por posseiros, que na maior parte das vezes são empresas de influência no país. Mesmo que queiram tirá-las agora, será muito difícil".

Part. CIMI ✓

Índios de Rodeio Bonito estão sendo torturados por guardas florestais

Os poucos índios caingangues que ainda sobrevivem radicados na Reserva Florestal de Rodeio Bonito (no extremo norte do Estado) estão sendo espancados, torturados e estuprados. Essa série de violências são cometidas pelas pessoas que, teoricamente, teriam que defendê-los: os guardas florestais. Essas funcionários da Secretaria de Agricultura, movidos pela cobiça de um rico garimpo de pedras semi-preciosas localizado na Reserva, têm aterrorizado os índios para que não se aproximem do local, para que abandonem o território de seus ancestrais. Esta denúncia, veiculada pelo jornal Regional, de Frederico Westphalen — depois de investigações para apurar sua autenticidade — foi endossada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que reivindica imediata reintegração da posse daquelas terras para os caingangues.



Violências contra os índios começaram há dois anos

São muitas as denúncias contra os guardas, todas elas feitas com evidente temor de represálias. Conta o chefe indígena do aldeamento — capitão Vitorino Kaneró — a tentativa de estupro de sua filha menor Belmíria. No dia 12 de agosto, Belmíria chegou em casa correndo e aos prantos. Um guarda florestal tentara agarrá-la à força, quando ela levava o irmão pequeno num caique pelo Rio da Várzea até a cidade de Rodeio Bonito.

Naquele mesmo dia, os guardas invadiram o rancho do índio Antonio Domingos, arrastaram-no para fora e o espancaram barbaramente, sem maiores explicações. A mulher de Antonio, Florinda, fugiu apavorada para o matto com seus filhos. Enquanto ainda se afastava do local, temendo ser violentada, pôde ver os guardas matando a tiros os cachorros da casa, enquanto outros agrediam sem parar o seu marido. Quando retornou, não encontrou Antonio e teme que ele "estivesse morto e jogado no matto para apodrecer no tempo".

O Conselho Indigenista constatou que o índio, depois de espancado até a exaustão, foi amarrado e abandonado à própria sorte, ficando atado durante três dias ao relento.

SANGUE PELA BOCA

Vitorino relata ainda as ameaças feitas pela Guarda Florestal ao seu genro Antonio Kaneró. Se ele não se mudasse do lugar, eles voltariam para espancá-lo "até botar sangue pela boca e pelos ouvidos". Depois de morto, ameaçaram ainda, "seria deixado à beira do Rio da Várzea". Os guardas voltariam depois. Queriam quatro mulheres índias. Caso o desejo deles não fosse satisfeito, "muitos índios seriam espancados até morrer". E concluiu: "Índio não tem vez em nada. Os guardas tem poder de espancar à vontade e até matar".

A casa de Antonio Kaneró foi derrubada e suas poucas coisas espalhadas pela área. O mesmo aconteceu com os índios Elias e João Cego e pode acontecer em breve com a casa de Chico Kaneró.

As violências contra os índios caingangues da Reserva de Rodeio Bonito começaram há mais de dois anos, quando a índia Cema Kaneró foi violentada por sete guardas florestais que lhe impuseram todas as selvagerias, segundo o depoimento da própria Cema. Atualmente, ela se encontra na área indígena de Nonoai.

TORTURA E TERROR

Desde aquela época se instalou o terror constante no aldeamento caingangue situado a

dos com torturas que chegam a tentativas de enforcamento, informa ainda o jornal da região.

O Conselho Indigenista denuncia a proibição, feita pelos guardas, de qualquer cultivo da terra ou construção de casas. A insistência em fazer roças ou enguer casebres leva ao incêndio ou à depredação, sempre praticada pelos guardas florestais. Essa proibição, comenta a CIMI, "aconteceu uma semana após a visita do chefe do Posto Indígena de Nonoai — Lídio Dalla Bitta — funcionário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)".

RECHUADOS A BALA

O Conselho Indigenista se reuniu, no fim da semana passada, em Xanxerê. Com a presença do bispo de Chapecó, Dom José Gomes, a CIMI constatou as denúncias veiculadas pela imprensa. E situou uma data ainda mais remota como o início da exploração dos caingangues: "o clima de violência contra esse grupo indígena data de 1949, quando o Estado do Rio Grande do Sul, iludindo a Assembléia Legislativa, grilou a área de 1.998 hectares, pertencentes ao toldo de Nonoai, tentando sempre pressionar os índios a abandonarem suas terras". Os grileiros, desde então, começaram a tomar à força as terras indígenas.

As atuais violências, segundo o índio João Batista, são motivadas pela cobiça da jazida de pedras semi-preciosas que existe na área da Reserva. As pedras, de ótima qualidade, alcançam altos preços no comércio do ramo. A jazida, atualmente explorada pelos guardas florestais — funcionários da Unidade de Preservação dos Recursos Naturais Renováveis da Secretaria de Agricultura do Estado — está muito bem vigiada. Não há possibilidade dos índios se aproximarem. Eles são rechuados à bala e coçados a facão.

INTIMIDACÃO OFICIAL

O índio João Batista denunciou também a presença de brancos dentro da Reserva Florestal, armados e acompanhados pelos guardas. Nelson Falabrete e Romeu Possenti são alguns dos nomes apontados como invasores e envolvidos no comércio ilegal de pedras semipreciosas.

Enquanto todas essas violências ocorrem, os caingangues permanecem na defensiva. Mas, se a paciência acabar e os índios se revoltarem — argumenta o jornal Regional — então sim os guardas terão uma alegação forte para uma represália que os expulse definitivamente da



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Cimi afirma que Governo é culpado pelos conflitos

A luta entre posseiros e índios só existe a partir do momento em que, na região onde os dois convivem, se instalam grandes empresas. A explicação sobre as últimas ocorrências cruéis foi dada por D. Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, ontem, aqui em Brasília.

A convivência pacífica entre os dois grupos, observou D. Tomás Balduino, é o resultado da compreensão do índio que já descobriu ser o posseiro não um inimigo, mas vítima também dos interesses das empresas que exploram as áreas já ocupadas pelos posseiros e índios.

No caso do Merure, por exemplo, os posseiros — e também os pequenos proprietários — encontram-se em situação mais agravada, inclusive com suas famílias sem qualquer amparo, enquanto o fazendeiro João Mineiro, autor do primeiro disparo contra o padre Lukenbeim, participa de reunião da Confederação Nacional da Agricultura, embora esteja sendo procurado pela Polícia Federal.

Até a chegada das grandes empresas, o relacionamento entre índios e pequenos fazendeiros se desenvolvia de maneira harmoniosa, mas, a partir do momento em que se instalaram, começaram os desentendimentos como, por exemplo, em Mato Grosso, a instalação da Codeara e da Tapiraguaia.

JORNAL DE BRASÍLIA - 20/9/76

MRN. S, P. 179/923

Briga sem final: Cimi volta a atacar Funai

"O desmentido da Funai contra a denúncia do Conselho Indigenista Missionário constituiu-se numa rendição incondicional aos espoliadores do índio acreano", afirmou ontem o Cimi, através de uma nota.

Há alguns dias o Cimi denunciou a Funai, juntamente com seu funcionário no Acre, José Porfírio de Carvalho, de envolvimento com espoliadores de terras indígenas, para os quais teriam passado certidão negativa da presença de índios na região do Alto Envira.

Em nota oficial divulgada anteontem, a Funai informou que jamais passou certidão negativa para nenhuma empresa do Acre, mas não negou a existência nem de

índios, nem de projetos econômicos no Alto Envira.

O Cimi, informou que não dispõe de cópias das certidões negativas que a Funai teria fornecido, para instalação da Companhia de Desenvolvimento Novo-Oeste e Agropecuária Califórnia - na região do Alto Envira, mas que denunciou o fato com base no depoimento de um funcionário dos próprios projetos econômicos.

Segundo o Cimi, a Funai não conseguiu desmentir dois fatos "que se sucedem no Alto Envira: que há ali empresas instaladas e instalando-se em terras indígenas e que as mesmas se utilizam de mão-de-obra indígena a revelia da lei; que dentro da Funai se situa a responsabilidade por esses abusos".

JORNAL DE BRASÍLIA, DE 26/6/76.

Cimi rejeita desmentido da Funai

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou ontem nota em que declara que o desmentido da Fundação Nacional do Índio à denúncia de que, juntamente com seu funcionário no Acre, José Porfírio de Carvalho, está envolvida com espoliadores de terras indígenas "constituiu-se numa rendição incondicional" a esses espoliadores.

Em nota oficial divulgada anteontem, a Funai informara que jamais passou certidão negativa da presença de índios a nenhuma empresa no Acre, mas, segundo o Cimi, não negou a existência de índios e nem de projetos econômicos na região do alto Envira.

Diz o Cimi que não dispõe de cópias das certidões negativas que, segundo a denúncia, foram fornecidas pela Funai para instalação da Companhia de Desenvolvimento Novo Oeste e da Agropecuária Califórnia na região do alto Envira, mas valeu-se de depoimentos de funcionários dessas empresas.

O Globo, de 26-6-76

Pasta do Cimi.



CONFIDENCIAL

MRN. 5, P 180/223

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO Nº 052 /SA-CONFIDENCIAL Brasília, 29/março/1976
Da : SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
À : ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Assunto : reunião de Missionários.



Senhor Chefe,

Para conhecimento de V.Sa., remeto-lhe, em anexo, xerocópia do Of. nº 187/DGO, de 26 do corrente, do Sr. Diretor do DGO.

O expediente em tela dá conta de uma reunião de elementos da organização CIMI, em Diamantino, MT, com a participação de intelectuais estrangeiros e de líderes indígenas do Paraguai e da Bolívia.

Entre os intelectuais estrangeiros, que o CIMI reuniu em Diamantino, estava o Antropólogo peruano LUIZ URIARTE, cujas declarações ao "O Estado de São Paulo" - 24.03.76, xerocópia anexa, dispensam comentários.

Cordialmente,

João Batista Cavalcanti de Melo
JOÃO BATISTA CAVALCANTI DE MELO
Superintendente Administrativo

Ciente.

*Fonte e seg. as
pats. p. p. p.*

Feb. 29-3-76

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

Brasília - DF.

OF. Nº 187 /DGO

Em 26/03/76

Do Diretor do Departamento Geral de Operações
Ao Sr. Superintendente Administrativo da FUNAI
Assunto Reunião de Missionários.

Segundo informes trazidos para a 5ª DR pelos índios PAULO MONDA XAVANTE e EGIDIO BORORO, no período de 26 a 30 de janeiro do corrente ano, houve uma reunião de missionários, na cidade de DIAMANTINO (MT).

Foram participantes, entre outros:

- Padre IASI e outros, do CIMI;
- Padre THOMAZ de AQUINO e outros da Missão Anchieta;
- Padre e Antropólogo peruanos;
- Representantes índios das tribus das Missões Anchieta e Salesiana de Mato Grosso;
- Representantes de índios do PARAGUAI e da BOLÍVIA.

2. Foram tratados assuntos da política indigenista das Missões Religiosas e feitas críticas ao Estatuto do Índio, sendo preconizadas revisões na política indigenista até agora adotadas pelas Missões e no Estatuto do Índio.

3. A reunião foi objeto de uma reportagem do "ESTADO DE S. PAULO" de 01/02/76 feita pelo repórter RAMOS GASPAR, que assistiu aos trabalhos ostensivos.

Ao ensejo reiteramos a V.Sa. protestos de elevada estima e consideração.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Dept.º Geral de Operações

JOÃO CRISÓSTOMO DA SILVA
Diretor



JJ/enc

Estrada ameaça o Parque do Xingu, afirma antropólogo

Do correspondente e
da Sucursal

"O Parque Nacional do Xingu foi uma iniciativa que recebeu os maiores elogios da opinião pública de todo o mundo, mas hoje está reduzido a uma vergonha nacional, que caracteriza o descaso das autoridades brasileiras para com a minoria étnica indígena". A afirmação é do antropólogo peruano Luis Uriarte, do Centro Amazônico de Antropologia do Peru, que fez uma conferência, ontem, em Diamantino, no Norte de Mato Grosso, durante o Encontro da Região Norte do Conselho Indigenista Missionário, o Cimi.

Nascido da inspiração dos irmãos Villas Boas, o Parque Nacional do Xingu significou a grande esperança de dar o índio a garantia da terra, resguardando-se, assim, a integridade de uns poucos grupos que não foram de todo dizimados pelas frentes pioneiras. "Entretanto — disse Uriarte — quando se pensava que o parque seria um reduto onde o índio, embora deslocado de seu habitat, como foi o caso dos krenhakarores, pudesse estar livre desses contatos criminosos, a

Funai autorizou a passagem de uma estrada, a BR-080, que praticamente dividiu o parque ao meio".

Nos últimos dois anos, não apenas o Cimi, mas outras entidades e vários especialistas têm protestado contra a execução daquela estrada, considerada uma "via direta" para levar o índio ao alcoolismo e à prostituição, desintegrando grupos inteiros, que perdem a identificação com seus valores tribais. A conferência do antropólogo terminou com uma advertência: "Basta que os responsáveis pela BR-080 ter atravessado o Parque do Xingu se lembrem do que aconteceu aos krenhakarores, quase dizimados pelos vícios e doenças, poucos meses depois de terem suas terras atravessadas por uma estrada".

Tikunas.

Ontem, o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, determinou a reativação do Projeto Tikuna, no Amazonas, pois verificou um grande atraso na sua execução, durante a visita que realiza atualmente aos postos indígenas da área. Os motivos do atraso, contudo, seria a própria redução de dotação para o projeto este ano.

744

CONFIDENCIAL

De ordem
FUNAI
18.4.75

ORLANDO DE ALMEIDA ALBUQUERQUE
Chefe do Gabinete

AV.G/000706 -B

Em 15 de julho de 1975



Senhor Ministro

Em atenção ao Aviso nº 008, de 11 de junho próximo passado, com respeito a críticas dirigidas contra a Fundação Nacional do Índio - FUNAI pelo Padre ANTONIO YASI JUNIOR, informo a Vossa Excelência que determinei ao Departamento de Polícia Federal procedesse a investigações para o efeito, se for o caso, de dar origem a procedimento criminal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

Armando Falcão
ARMANDO FALCÃO
Ministro da Justiça

À ASI
Em 21/07/75
Teitel

Jomarath de Araújo Oliveira
PRESIDENTE

A Sua Excelência o Senhor
Doutor MAURÍCIO RANGEL REIS
Ministro de Estado do Interior

GAB. PRESIDENTE
ENTRADA
Em 21/07/75

Cont. arg
tel. 22/7/75

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONFIDENCIAL

opositores, notadamente entre os que, embora os princípios básicos da política indigenista, preferem ver o índio permanecer

AVISO Nº 008/75-

dl. 6-75-

CONFIDENCIAL

Infelizmente, no entanto, ocorrem também fatos mais graves como é o que passo a relatar a Vossa Excelência.

Os atuais trabalhos do Conselho Indigenista Missionário - CIM, sob a presidência de Vossa Excelência, tem apresentado diversas críticas aos programas de trabalho da FUNAI, sem sugerir qual

Senhor Ministro,

A política indigenista tem sido motivo de permanente atenção deste Ministério em face das complexas questões que a envolvem.

A orientação básica traçada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República é a da progressiva integração do silvícola à comunhão nacional, desenvolvendo a Fundação Nacional do Índio - FUNAI intenso trabalho no sentido não só de atender aos aspectos econômicos relacionados com as terras, as reservas e a economia das comunidades indígenas, como também aos aspectos sociais no que diz respeito às questões relacionadas com a saúde e bem estar dos diversos núcleos das populações indígenas.

A política da FUNAI, executada de acordo com os princípios básicos do Estatuto do Índio e com os próprios postulados da Constituição Brasileira, encontra, não raro, o sentimento de que o interesse Senhor seja convocado a prestar esclarecimentos oficiais, com o objetivo de esclarecer o assunto, demonstrando, evidentemente, a veracidade da referida declaração, da natureza grossieramente caluniosa.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Armando Falcão
Digníssimo Ministro da Justiça
BRASÍLIA - DF.

Maurício Rangel Pais

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

opositores, notadamente entre os que, contra os princípios basilares da política indigenista, preferem ver o Índio permanecendo em sua situação primitiva. Em determinados casos até mesmo missões religiosas, pouco esclarecidas, contribuem para criar clima desfavorável ao trabalho da FUNAI.

Infelizmente, no entanto, ocorrem também fatos mais graves como é o que passo a expor a Vossa Excelência.

Os atuais dirigentes do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, entidade oficiosa, tem apresentado severas críticas aos programas de trabalho da FUNAI, sem sugerir qualquer alternativa ou proposição correta, contribuindo para desgastar a ação do órgão. Algumas dessas críticas têm sido motivo de análise do Serviço Nacional de Informação.

Um dos dirigentes da FUNAI, o Padre Antonio Yasi Junior, de acordo com o Informe nº 002/75, da 5a. Delegacia Regional da FUNAI, difundido através da SI/FUNAI, além de apresentar sérias críticas à ação da FUNAI, faz uma referência de extrema gravidade, sobre a qual venho solicitar a Vossa Excelência as providências cabíveis, de acordo com a lei. Refere-se, textualmente, a que o problema do Índio NHAMBIQUARA jamais seria solucionado, devido ao fato de que "o filho do Ministro do Interior possui uma área próxima ao Rio Sararé, no interior do Vale do Guaporé.

Como se trata, Senhor Ministro, de uma declaração destituída de qualquer fundamento, deplorável pela inverdade e insensatez, venho solicitar a Vossa Excelência providências, no sentido de que o referido Senhor seja convocado a prestar declarações oficiais, com o objetivo de esclarecer o assunto, cabendo-lhe, evidentemente, comprovar referida declaração, de natureza grosseiramente caluniosa.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Maurício Rangel Reis
CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
5ª DELEGACIA REGIONAL

CONFIDENCIAL

INFORME Nº002/75

gals

1 - DATA	-	02 Junho 1.975
2 - ASSUNTO	-	Receptividade à Política Ministerial(1.6)
3 - ORIGEM	-	5ª DR/FUNAI
4 - REFERÊNCIA	-	PB Nº 1.001/N/74
5 - ÁREA	-	Centro Oeste
6 - DIFUSÃO ANTERIOR	-	Não Houve
7 - DIFUSÃO	-	ASI/FUNAI
8 - ANEXO	-	(7) Sete anexo
9 - AVALIAÇÃO	-	B 4

Nestes últimos meses a FUNAI vem sofrendo severas críticas, oriundas de diversas fontes, o que gradativamente / concorre para o seu desgaste, e conseqüentemente influenciando negativamente na atuação do Órgão.

Estas críticas como podem ser analisadas, nas anéxos 1(um), 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro), extraídos da súmula informativa do Serviço Nacional de Informação (Agência de Campo Grande - MT), tem o objetivo comum de incutir na opinião pública, não só Regional, como Nacional (principalmente as oriundas do C I M I), uma FUNAI inoperante, e alheia ao processo desenvolvimentista, por que passa atualmente o Brasil.

Esta situação verifica-se com maior incidência, no momento, nesta região do Estado de Mato Grosso, onde o Governo Federal esta lançando a "Política de aproveitamento dos cerrados", e que segundo a opinião de diversos políticos e líderes sindicais, esta política deverá abranger as atuais reservas indígenas, deste Estado.

Os atuais dirigentes do C I M I, especificamente o Pe. ANTONIO YASI JUNIOR, constantemente cita que a FUNAI "já perdeu completamente sua finalidade", uma vez que não pode atuar decisivamente em favor do Índio, mormente na questão, TERRA INDÍGENA devidas em algumas regiões, parte dessas terras estarem em poder de Autoridades Governamentais, dizendo ainda textualmente e em termos agressivos em uma das ultimas vezes que ocorreu na Sede da 5ª Delegacia Regional, que o problema do índio YUPIKARI, jamais seria solucionado, devido ao fato de que "o filho do Ministro do Interior, possui uma área próxima ao rio SARARÉ, no interior do Vale do GUARANI".

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

*De ordem
FUNAI
18.7.75*

ORLANDO DE ALMEIDA ALBUQUERQUE
Chefe do Gabinete

AV.G/000706 -B

Em 15 de julho de 1975



Senhor Ministro

Em atenção ao Aviso nº 008, de 11 de junho próximo passado, com respeito a críticas dirigidas contra a Fundação Nacional do Índio - FUNAI pelo Padre ANTONIO YASI JUNIOR, informo a Vossa Excelência que determinei ao Departamento de Polícia Federal procedesse a investigações para o efeito, se for o caso, de dar origem a procedimento criminal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

M. Falcão
ERMANDO FALCÃO
Ministro da Justiça

À ASE
Em 21.07.75
Fidel

Gomath de Araújo Oliveira
PRESIDENTE

A Sua Excelência o Senhor
Doutor MAURÍCIO RANGEL REIS
Ministro de Estado do Interior

GAB. PRESIDENTE
ENTRADA
Em 21/07/75

*Cont. aug.
Jul. 22/2/75*

CONFIDENCIAL

O globo, de 01-11-75

Cimi critica mudança dos nhambiquaras

BRASILIA (O GLOBO) — O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Padre Antonio Yazl, criticou ontem a decisão da Funai de concentrar todos os índios nhambiquaras na região sul do vale do Guaporé, em Mato Grosso, entre os rios Galera e Sararé. Disse Padre Yazl que a medida correta seria criar um grande parque indígena em todo o vale, pois a transferência poderá prejudicar os silvicultas.

A propósito, o dirigente do Cimi lembrou a transferência do grupo Hahaintesu, no início do ano, em que morreram vários índios e os demais se negaram a ficar na região, tendo regressado a pé, em viagem de 200 quilômetros.

Erros

Padre Yazl observou que essa tentativa da Funai de solucionar agora o problema dos nhambiquaras decorre de erros por ela própria cometidos, na administração anterior, já que no Simpósio Funai-Missões Religiosas, em 1973, o General Bandeira de Mello, então presidente da Fundação, alegara não estar a par do que acontecia naquela região.

O dirigente da Cimi adverte que a razão dos problemas no vale do Guaporé reside no fato de a própria Funai ter fornecido certidões negativas a grandes grupos econômicos, para que estes conseguissem aprovação de seus projetos agropecuários e incentivos da Sudam.

O General Bandeira de Mello, disse Padre Yazl, "cedeu às pressões desses grupos econômicos, beneficiando-os em detrimento dos índios". Tais pressões, acrescentou, "partiram também do filho do ex-Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, que tinha interesse na implantação de projetos econômicos na região, o que dificultou a resistência da Funai".

Tática

A Funai não tomará nenhuma iniciativa para acelerar o contato com os índios vaimiris-atroaris; prosseguirá adotando a tática de aguardar a visita espontânea dos indígenas às suas frentes de atração. É o que informa o presidente desse órgão, General Ismarth de Oliveira, acrescentando que não permitirá a quebra do sistema de segurança adotado, que é o de manter os seus elementos à frente e ao lado das turmas de abertura da estrada Manaus—Caracarái, a fim de evitar um contato inadequado entre os trabalhadores e os índios.

A mudança da tática de atração dos indígenas fora proposta pelo sertanista Sebastião Firmo, que substituiu Apoena Meirelles na frente de atração dos vaimiris-atroaris. Firmo pretendia acelerar o processo, indo procurar os índios em suas malocas, tática que contrariaria todo o trabalho desenvolvido por Apoena, cuja política consistia em receber bem os silvicultas que porventura quisessem entrar

IGREJA

Bispo vê mais distantes as relações com poder público

“As recentes agressões contra religiosos, como o assassinio do padre Burnier, só podem contribuir para deteriorar as relações entre a Igreja e o poder público no Brasil”, disse ontem o bispo auxiliar de Porto Alegre, dom Antonio Cheuiche, que esteve em Salvador participando dos festejos pelo tricentenário de fundação da Arquidiocese.

Dom Cheuiche salientou que não sabe explicar “essas formas de agressão à Igreja, quando as coisas poderiam caminhar para o diálogo”, principalmente porque “realmente estava existindo progresso, nas relações entre a Igreja e o poder público”. Para a Igreja, essas agressões são motivo de alegria, pois representam a luta da instituição em defesa das pessoas simples, contra a pobreza e contra as injustiças — acrescentou ele.

No seu entender, o papel da Igreja no Brasil está ligado à situação sócio-econômica da população.

— As características do nosso país são altamente gritantes. Há pessoas enriquecidas, recebendo salários astronômicos, enquanto outras recebem salários de fome. Um usufruindo de todos os bens oferecidos pela população, enquanto outras vivem as margens de todo o progresso”.

Ainda sobre o papel da Igreja, dom Cheuiche disse que a instituição tem uma missão especificamente religiosa.

— Mas os católicos leigos também são Igreja, na medida em que tem a tarefa de dar a dimensão do reino de Deus e trabalhar pelo progresso. Não podemos, falar de Cristo a uma pessoa que carece do mínimo de condições humanas. Ela não pode entender.

Morte de Burnier

O bispo de São Felix do Araguaia, dom Pedro Casaldaliga,

foi apontado ontem, em editorial do primeiro número do jornal Diário de Mato Grosso, como responsável pelo assassinato do padre João Bosco Penido Burnier, morto com um tiro disparado pelo soldado da Polícia Militar, Ezy Ramalho Feitosa, quando, em companhia daquele prelado, foi até à delegacia de Ribeirão Bonito, pedir a libertação de três pessoas que estavam sendo torturadas.

Depois de afirmar que a imprensa de todo o país “sensacionalizou o brutal acontecimento”, o editorialista do jornal Diário de Mato Grosso, afirma taxativamente, que “além do celerado que desonrou sua farda e já foi expulso de sua corporação, outro elemento concorreu para a tragédia que comoveu a nação: o famoso bispo Pedro Maria Casaldaliga, bispo da prelazia de São Felix.”

Lembrando que o bispo Pedro Casaldaliga “foi o responsável pela expulsão do Brasil de outro não menos famoso personagem, o padre Jentel”, o editorialista do Diário de Mato Grosso afirma que o prelado “parece haver trocado o crucifixo, que significa misericórdia, pelos emblemas da guerra subversiva”. A certa altura o jornal cita trecho de um poema escrito por dom Pedro Casaldaliga e que, segundo ainda o editorialista, se encontra na página 17 de um livro de autoria do prelado e publicado na Espanha: “Me chamarão de subversivo e eu lhes direi que sou/por meu povo, em luta vivo/por meu povo, em luta vou/tenho fé de guerrilheiro/e amor de revolucionário/e entre o Evangelho e canção/soiro e digo lo que quero./Incito a subversão contra o poder e o dinheiro/quero subverter a lei que converte o povo em gkei/e o Governo em carniceiro./Creio na internacional/e clamo a ordem do mal/e ao progresso da mentira/”

Depois de citar o trecho do poema, o editorialista do Diário de Mato Grosso, — conclui pergun-

tando: “seria preciso mais para retratar o segundo responsável pela morte do inocente padre Burnier?”.

Apelo a Geisel

Manifestando estranheza pela censura imposta ao jornal O São Paulo, editado pela Cúria Metropolitana, desde início do Governo Médici, os 37 bispos reunidos na 2ª. assembléia-geral regional ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, encerrada ontem em Itaici, Indaiatuba, enviaram carta ao presidente Geisel, demonstrando desejo pela suspensão da medida. A íntegra do documento, porém, não foi divulgada.

O encontro promovido pela CNBB, que reuniu cerca de 170 religiosos, representando as 29 dioceses do Estado de São Paulo, mereceu uma preparação anterior, a partir das bases da Igreja, o que caracteriza sua importância, na opinião dos bispos Luís Eugênio Peres, de Jales, e Antônio Celso Queiroz, da região sudeste de São Paulo. Como trabalho preliminar à série de reuniões, segundo eles, foram distribuídos questionários junto a todas as dioceses do Estado, visando sentir as aspirações do povo, sua visão de Igreja e dos padres. “Procuramos descobrir, a partir das realidades levantadas, o encaminhamento pastoral, com objetivo de dinamizar a vida das paróquias, estrutura da Igreja destinada à comunhão de pessoas, como fruto de um intenso convívio dos padres e leigos. Nesse aspecto ganham importância as comunidades eclesiais de base que fizeram parte do tema principal da assembléia”, explicaram.

Da análise do temário proposto surgirá um texto que será elaborado nos próximos dias, para ser dirigido aos grupos de base da Igreja como instrumento de reflexão.

João de Brancilio - 12-11-72

Arquivar Pastas
CIMI
A.

Igreja pretende ajuda para os índios do Brasil

A Igreja pretende maior ajuda do Governo aos índios Bororo e Xavante, "que estão passando por problemas angustiantes, morrendo aos poucos por falta de terras e assistência da Funai".

A conclusão é do Conselho Indigenista Missionário, reunido no último fim de semana em Goiânia, pela primeira vez após a recente Assembléia Nacional, também realizada nesta Capital. Foi cumprida extensa pauta de trabalhos, "da qual fizeram parte acontecimentos ligados aos índios Xavantes, Bororos e Suruis, e fazendeiros que estão invadindo suas terras. O Conselho se preocupou notadamente com a disposição de algumas tribos que se declaram resolvidas à luta caso seus problemas não sejam resolvidos. Fazendeiros estão tomando conta das terras dos Bororos e Xavantes em Mato Grosso. Existe uma verba da Funai para indenizar os fazendeiros que deve ser imediatamente liberada, para que os índios possam recuperar o que lhes pertence" afirmaram os participantes da reunião, acrescentando que "no Território de Rondônia os índios Suruis, que eram quatro mil, estão reduzidos a 200 com a maioria atacada de tuberculose. Suas terras foram transformadas em fazendas, a maior parte vendidas por uma imobiliária".

NOVA POLÍTICA — A reunião foi dirigida pelo próprio presidente do Conselho, bispo Dom Tomás Balduino, e foram eleitos o padre Antônio Iasi para secretário executivo; padre Thomaz Aquino Lisboa, da Prelazia de Diamantina, para vice-presidente; padre Uchoa, irmão Salvador Valadares, cacique bororo, Lourenço Txiabaibó e Diácono Valter Barbosa, conselheiros; Egidio Schwade, secretário, e Ivo Schoroder, assessor.

Foram examinadas as propostas da Assembléia Indigenista Missionária, e preocupou-se com o encaminhamento da programação dos trabalhos do Conselho para o atual exercício, concretizando a nova política e pastoral indigenista traçadas recentemente, dando-se destaque aos cursos de reciclagem em Antropologia e Linguística para os missionários.

Vazante

V"

Dº

E"

DE



Cimi diz que veto O Est. de SP, de 10/4/24 fere Constituição

Da Sucursal de
BRASÍLIA

O Conselho Indigenista Missionario, em nota oficial, afirmou ser anticonstitucional o veto do ex-presidente Médici aos dispositivos do Estatuto do Índio que autorizavam as missões religiosas e científicas a prestarem serviços de natureza assistencial aos índios brasileiros. O Estatuto, com a autorização legal ao trabalho das missões, foi aprovado pelo Congresso, mas, ao ser sancionado pelo então presidente, teve esses dispositivos vetados. Depois, o Congresso aprovou os vetos e agora o Cimi aprecia a medida.

"Legislar não é mesmo que administrar", diz o Conselho, órgão oficioso da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil. Invocando o artigo da Constituição que diz competir à União legislar sobre a incorporação dos silvícolas à vida nacional, o Cimi declarou que esse dispositivo não estabelece monopólio da União nessa prestação de serviços, mas, simplesmente, diz que compete ao Estado estabelecer as normas gerais que os devem reger.

— Como aquilo que não é expressamente proibido é certamente permitido, há, na nossa Constituição, base suficiente para dizer que a prestação de serviços aos silvícolas não é uma mera ingerência, como o presidente Médici pretende, mas um direito. Aliás, os artigos vetados deixavam bem claro que essa prestação de serviços só poderia ser realizada

respeitadas a legislação em vigor e a orientação do órgão competente" — diz a nota oficial.

LIBERDADE RELIGIOSA

E, para provar que o veto do presidente da República "não só carece de base constitucional, mas é claramente anticonstitucional", o Cimi cita o Item II, do artigo 9, da Constituição: "A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios é vetado: II — Estabelecer cultos religiosos ou igrejas; subvencioná-los, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma e nos limites da lei federal, notadamente nos setores educacional, assistencial e hospitalar".

O Conselho Indigenista Missionario frisa, então, que desde o descobrimento do Brasil a Igreja assiste os índios. "Negar de chofre esse direito é claramente embaraçar o exercício da liberdade religiosa, violando preceito constitucional. A própria Carta Magna vai além da simples permissão: propicia uma colaboração em plano de igualdade". Ao vetar a autorização legal a que a Igreja assiste os índios, diz o Cimi, o presidente "deixa entrever bem claramente que não se trata de uma verdadeira colaboração e sim de uma subordinação, coisa absolutamente inaceitável do ponto de vista constitucional. Para a nossa Constituição, Estado e Igreja são livres e independentes, sem relação de subordinação entre eles".

MRB. 5, p. 192/

a ASI.

em 29.10.76.

Impratores Mendes Le.
João Batista Cavalcanti de Mello
Superintendente Administrativo

A ASI

Arquivar.

Em, 26.01.76

Ilse

Ismarthy de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

Cumprido o
despacho supra
27.1.76

Jus/ASI



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- 9ª DR. -

CONFIDENCIAL

Campo Grande, Mt.

Of. n.º 39/9ªDR/75-CONFIDENCIAL

Em : 23.09.75

Do: Delegado da 9ªDR

Ao: Sr. Diretor do DGO

Assunto : Informação (PRESTA)



Informo a V.Sa. o comparecimento nesta Delegacia, do Diácono VALBER DIAS BARBOSA, portador da Carteira de Identidade nº 352085, datada de 17-04.74, expedida por Brasília.

O referido Diácono diz pertencer à Congregação dos Padres Redentoristas, ser Conselheiro do CIMI para a região Sul de Mato Grosso e acompanhava os índios Paulo Xavante e Frederico Bororo, de Sangradouro e Merure, respectivamente, que se destinavam ao P.I. Dourados.

Permití que apenas os dois índios entrassem na área do P.I. Dourados, onde o índio Frederico Bororo declarou ir visitar um irmão que lá vive. Ao Diácono foi permitido chegar apenas à sede da Missão Caiuá, onde desejava visitar o Sr. Diretor do Hospital, não podendo adentrar à área indígena.

Soube, entretanto, que o Diácono Valber houvera já percorrido áreas dos PIs Bodoquena, Cachoeirinha e Caarapó, onde conseguiu, às escondidas e burlando a vigilância dos Chefes dos PIs, bater várias fotografias, que estão em seu poder.

Interrogado por este Delegado sobre outras finalidades da visita dos dois índios às áreas indígenas, respondeu que os mesmos estavam observando a atuação da FUNAI quanto à assistência aos seus patricios.

Disse-me mais que, após percorrermos as áreas indígenas, os índios Paulo e Frederico seguiriam para Brasília, onde solicitariam uma audiência com o Sr. Presidente da FUNAI.

Tendo o Diácono Valber pedido uma autorização para visitar as áreas indígenas subordinadas à 9ªDR, respondi-lhe

M. Costa

CONFIDENCIAL



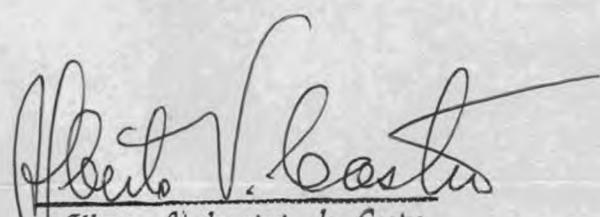
MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- 9ª DR -

que de acôrdo com a Portaria nº 120/N de 05/07/73, somente o Sr. Presidente da FUNAI poderia concedê-la, no que, embora contrariado, respondeu que iria se dirigir àquela autoridade máxima da FUNAI.

Esclareço que determinei ao Chefe do PI. Dourados, que vigiasse todos os passos dos índios Paulo Xavante e Frederico Bororo durante a permanência dos mesmos em áreas da da quele Posto, onde estiveram pelo espaço de 24 horas.

Solicito a V.Sa. levar ao conhecimento do Sr. Presidente da FUNAI, dos termos deste Ofício, pois o mesmo já tem conhecimento dos fatos acima, através de um telefonema, nesta data, ao seu Assessor Dr. Jurandy Marcos da Fonseca.

Atenciosamente


Alberto Verlangieri de Castro
Delegado da 9ª DR/FUNAI



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

REF.: OFICIO CONFIDENCIAL 39/9ª DR

Ao Sr. Superintendente Administrativo

1. Ofício nº 39/9ª DR Confidencial, de 23/9/75, onde se faz a comunicação de que o diácono VALBER DIAS BARBOSA, conselheiro do CIMI, acompanhado de Paulo Xavante, de Sangradouro e Frederico Bororo, de Merure, estiveram no PI Dourados, tendo antes, visitado, sem permissão, os PI Bodoquena, Cachoeirinha e Caarapó, burlando a vigilância dos respectivos chefes.
2. Encaminho, para conhecimento de V.Sª, tendo em vista que os índios acima referidos declaram que vêm a Brasília pedir audiência ao Exmo. Sr. Presidente.

Brasília, 29 de setembro de 1975.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Dept.º Geral de Operações

[Handwritten signature]
JOSE DEL MARCOS
Diretor Substituto

JJM/eam.

A Procuradoria Jurídica da FUNAI, para ciência.

2.10.75

João Batista Cavalcanti de Mello
Superintendente Administrativo

PJ/FUNAI	
Procedência:	SA
Data:	02/10/75
<i>[Handwritten signature]</i>	

SEUAAO SUPERINTENDENTE:

Depoito de toda conveniêcia seja o sicario abbe digo, walber Dias Barbosa interrogado pela Policia Federal sobre sua vincencia na area indige na inclusive sobre as fotografias tiradas de modo a prevenir futuras especulacões em torno de sua presenca na jurisdicção de Funai.

Atenciosamente,

12/10/75

[Handwritten signature]

Gelano

Procurador
FUNAI

JP. ADM
Entrada: 20.10.75
Hora: 10:00hs
[Handwritten mark]
Rubrica

PJ/FUNAI
S. 1 1 A
Destino: JA
Data: 12/10/75
[Handwritten signature]

Da SS/ASI,
informar o que
ocorre.

13/10/75.

João

João Bezerra de Mello
Ass Ch da ASI/FUNAI

Sr. Ass Chefe ASI

Consta apenas em nossos arquivos o Boletim do CIMI nº 22, de julho/agosto/75, que discorre sobre a 1ª ASSEMBLÉIA NACIONAL DE PASTORAL INDÍGENA, realizada em Goiânia, 24 a 27 de junho de 1975, onde os participantes, além de redigirem um documento final com as propostas para a linha de ação, orientando as atividades missionárias junto às comunidades indígenas e programação para 75/76, elegeram o presidente do CIMI e os novos conselheiros:

Presidente: Dom TOMÁS BALDUINO - Diocese de Goiás.

Conselheiros:

- Pe. THOMAZ DE AQUINO LISBOA - Diamantino/MT, Vice-Pres.
- Diácono VÁLBER DIAS BARBOSA - Aquidauana/MT.
- Irmã SÍLVIA WEWERING - Tocantínia/GO.
- Ir. SALVADOR VALADARES - Pimenta Bueno/RO.
- Pe. NELLO RUFALDI - Diapoque/AP.
- Pe. EGON HECK - Xanxerê/SC.

Secretário Executivo: Pe. ANTONIO IASI JR.

Assessor: Pe. EGYDIO SCHWADE

Em 23/12/75

Aracy Luz Lima
Aracy Luz Lima
Ch SS/ASI/FUNAI

Restitua-se à SA.

06/11/76.

João

João Bezerra de Mello
Ass Ch da ASI/FUNAI

DGRC

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

CONFRATERNIZAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS

RELATÓRIO

1. - Local - Missão Anchieta de Diamantino, Município de Diamantino, Mato Grosso
2. - Data - 17 a 19 de abril de 1974
3. - Patrocinador - Missão Anchieta de Diamantino (MIA) e Conselho Indígena Missionário (CIMI)
4. - Participantes:
 - 4.1 - Indígenas:
 - Borôro - capitães: Eugênio
Raimundo
 - Apiakã - capitães: Pedro
Francisco
 - Tapirapê - Capitão: Marcos
 - Xavante - Capitão: João
interprete: Pedro
 - Erigpactsa - Capitão: Tapema
 - Nambikwara - Capitão: Antonio
Secretário: Tito
 - Irantxe - Capitães: Tamuxi
Aníbal
 - Pareci - Capitão : Antonio
 - Kayabi - Capitão : Yopareyp
 - 4.2 - Missionários:
 - Dom Tomás - Bispo da Prelazia do Araguaia
 - Pe. Rodolfo - Missão Salesiana em Meruri

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Fl. 02

- Jr. Luís - Leigo, pertencente à Missão de ... com trabalho no grupo Tapirapé
- Pe. Iasi - Missão Anchieta e CIMI
- Pe. Tomás - Missão Anchieta e CIMI
- Pe. Adalberto - Missão Anchieta

4.3 - Imprensa:

Representantes do Jornal "Estado de São Paulo", como enviados especiais, à convite da Missão Anchieta e do Conselho Indígena Missionário.

- Jornalista: Mário Chimanovitch
- Fotógrafo: Edwaldo Montrose

4.4 - Pela FUNAI

- Ana Maria da Paixão - Antropóloga da Divisão de Estudos e Pesquisas do DGPC.

5. - Objetivo:

Reunião de vários chefes indígenas para debaterem, não só a problemática indígena da área, mas também as semelhanças e as diferenças culturais existentes, ressaltando os padrões culturais, os grupos representados e os vários grupos indígenas brasileiros.

6. - Dinâmica:

A Confraternização desenvolveu-se com todos os participantes apresentando-se e explicando o motivo da participação. O clima existente foi de liberdade, sendo os indígenas livres de toda e qualquer coação por parte dos participantes. Aos indígenas foi dado o direito de expressar o que sentiam,

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

11. 03

o que o seu grupo necessitava, explanando exaustivamente os problemas existentes. Criticaram a FUNAI, a Missão Anchieta e a si próprios, culpando-se de alguns problemas que atualmente enfrentam. Propuseram soluções para alguns problemas, como por exemplo o da terra, das bebidas alcoólicas e prostituição. Opinaram sobre o modo de encarar a realidade indígena local, sugerindo novas reuniões, compreendendo os meses de junho a agosto, que corresponde ao período de secas, pelo menos uma vez por ano. Sugeriram que das reuniões participassem "outros índios", bem como o corpo técnico-administrativo da FUNAI.

Houve trocas de presentes entre os indígenas e a admiração do artesanato dos que levaram. Foi muito elogiada pelos indígenas a posição dos Xavante frente a seus problemas, as suas soluções, as suas sugestões ao porte altivo e guerreiro e a lealdade étnica, que apesar de toda a compulsão sofrida, não abandonam.

Os indígenas presente falavam o português, alguns com dificuldade, sendo que alguns chefes, fizeram questão em se expressar na língua tribal, como os capitães João (Xavante) e Tapema (Erigpactsa), sendo depois traduzidos os seus discursos para o grupo.

Os participantes não indígenas, tiveram acesso às reuniões do dia 18 e a primeira parte dos trabalhos realizados no dia 19, pois o restante do dia foi dedicado à reunião exclusivamente dos chefes tribais, que discutiram a sós os seus problemas. A reunião não teve seu início no dia 17, porque os indígenas provenientes do norte de Mato Grosso tiveram dificuldades de se locomover, devido a interrupção de tráfego em alguns trechos da Cuiabá-Pôrto Velho.

7. Problemas apresentados7.1 - Aspectos Gerais7.1.1 - Terras:

A demarcação das áreas indígenas foi uma constante. Solicitaram que lhes fosse fornecido um documento da FUNAI, dizendo que possuem a terra que habitam, para protegê-la dos fazendeiros e posseiros, bem como para poderem comercializar os seus produtos.

Prontificaram-se a demarcar a terra que habitam e a defenderem-na, se necessário for, com a guerra ao homem civilizado.

Houve o pedido, por parte dos Nambikwara, Pareci, Xavante, Borôro e Tapirapé de nova definição de suas terras. Os Nambikwaras e Pareci porque não irão para as reservas decretadas, por serem elas ruim para o plantio, caça ou pesca. Foi esclarecido pelos Pareci, que os mesmos se dividem em índios de campo e de mata. E que continuarão onde estão.

Os Borôro querem de volta uma gleba de terra, que lhes foi "dada" pelos Padres Salesianos, por volta de 1918 e que hoje faz parte da Reserva Xavante de São Marcos. Alegam que a população aumentou e que necessitam de mais lugar para plantar. Os Xavantes fingiram não escutar este pedido e solicitaram que fosse retirado um fazendeiro que se encontra em sua Reserva. Em tempos passados Borôro e Xavante foram inimigos, talvez não continuando com suas lutas,

devido ao pequeno índice demográfico dos Borôro.

Os Tapirapê querem mais terra para o plantio e estão satisfeitos com o local.

7.1.2 - Educação

Pediram escolas, professoras e material didático para que seus filhos possam estudar, a fim de mais tarde tornarem-se "doutores para cuidar de índio".

7.1.3 - Saúde

Reclamaram da falta de medicamentos e dos atendentes, que só cuidam de "doenças banais", segundo os seus depoimentos. Querem uma enfermeira para cuidar das doenças graves e que membros de seus grupos estudem enfermagem.

7.1.4 - Transporte

para que possam escoar as mercadorias produzidas nas aldeias, pois as mesmas são distantes entre si e dos centros comerciais. Outrossim, há entraves com a Polícia Federal relativas ao escoamento dos produtos.

7.2 - Aspectos particulares

7.2.1 - Borôro (Meruri)

- 1) questão das terras com os Xavante e com civilizados;
- 2) alcoolismo na área;

- 3) perda da safra de arroz, devido as chuvas;
- 4) vão "policiar" suas terras contra os civilizados.

7.2.2 - Apiakã (Nova Esperança)

- 1) defesa das terras, a qualquer preço;
- 2) há posseiros na área, inclusive um japonês;
- 3) solicitou ajuda para adquirir munição para caçar;
- 4) quer explorar madeira, mas faltam vias de acesso e transporte para a área;
- 5) quer ajuda para "juntar" os índios que estão fora da Reserva "esparramados", sendo "explorados por seringueiros, que só deixam sair depois de pagas as contas".

7.2.3 - Xavante (São Marcos)

- 1) nova demarcação da Reserva, pois a atual não está "certa, pois deixou um fazendeiro com as terras que pertenceram aos Xavante. Deus fez a terra para todo mundo e os Xavante querem a sua terra";
- 2) devido ao aumento demográfico, vão dividir-se em 3 (três) subgrupos, para a ocupação efetiva da terra;
- 3) reclamaram que os parentes de Arcões não tem permissão para visitar São Marcos;
- 4) conservarão "as coisas de índio, para não pegar as coisas de branco, poucos brancos gostam de índio e os brancos devem respeitar os Xavante" (Capitão João).

7.2.4 - Tapirapé (Ilha do Bananal)

- 1) querem mais terras, porque a população cresceu e também para criar gado;
- 2) solicitaram sementes de amendoim e feijão.

7.2.5 - Pareci

- 1) "a Reserva é grande, mas não serve para plantar, foi feita sem ninguém se preocupar com os índios", que "precisam de campos e de mata";
- 2) foi declarado que a maior parte dos Pareci está fora da Reserva e que não pretendem ir para a mesma;
- 3) bebidas alcoólicas sendo fornecidas por um cidadão chamado Demétrio e "os índios vão bater nele".
- 4) os índios Pareci estão trabalhando "nas fazendas em regime de escravo";
- 5) os índios Pareci, da Aldeia Formoso demarcaram as terras onde estão, embora sendo fora da reserva e não abrirão mão da mesma;
- 6) querem escolas;
- 7) querem que índios Pareci façam o curso de atendente de enfermagem.

7.2.6 - Erigpactsa

- 1) presença de civilizados querendo penetrar na Reserva para caçar e morar, "os índios vão matar quem entrar na Reserva sem ordem dos índios ou da FUNAI";
- 2) querem os documentos da terra para poder comercializar;

- 3) há mais homens que mulheres no grupo, fazendo com que os rapazes saiam da área para tentarem casar;
- 4) escolas para unir os grupos em um só local;
- 5) medicamentos, principalmente, contra a malária;
- 6) solicitaram transporte para as aldeias mais distantes

7.2.7 - Nambikwara

- 1) a atual "reserva é pobre, os índios estão na margem esquerda, quando a melhor parte é na margem direita";
- 2) solicitaram ajuda porque "os Nambikwara estão acabando" - Capitão Antonio;
- 3) em um último esforço levarão os "índios para um local onde não é Reserva Oficial, mas que pode abrigar um bom grupo", pois os índios "estão esparramados".
- 4) solicitaram, em um pedido direto, "placas da FUNAI para colocar na Reserva, pois assim branco não entra e se entrar nós vamos bater nele".

7.2.8 - Irantxe

1. "não temos caça, nem pesca, na Reserva";
2. falta de mulheres Irantxe para casamento, havendo o casamento intertribal, ocasionando a perda da língua e das festas;

- 3) estão "com problemas de comida. A terra é fraca;
- 4) há americanos querendo tirar madeira da área;
- 5) solicitaram escolas e "uma enfermeira para tratar de doenças pesadas";
- 6) solicitaram transporte;
- 7) querem demarcar a área que ocupam "e chamar um engenheiro, para dar a palavra final";
- 8) pediram para que fosse estudado o problema dos "Irantxe Novos" - MENKÛ, "para que tenham a terra onde estão". (Foi constatado pelo Pe. Iasi, que há um barracão de madeira, com teto de zinco, no centro da aldeia dos MENKÛ, não sabendo quem fez tal construção).

7.2.9 - Kayabi

1. reunião de todo o grupo Kayabi, pois uma parte encontra-se no PQXIN e a área que ocupam é boa, dando para todos.

8. Conclusão

A reunião dos nove Chefes tribais, a nosso ver, foi um marco importante e positivo dentro da história dos grupos indígenas, apesar de ter sido organizada por Missionários. Os Missionários participantes da Confraternização, passaram a chamá-la de 11ª Confederação dos Tamoios, talvez, não pela mesma importância política, mas sim pelas decisões que eles resolveram tomar, como exemplo, citamos o pedido de anúncio que fizeram ao Jornalista Mário Chimanovitch, colocar no jornal: "Os in-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Índios não se responsabilizam pelo gado, que entrar em suas áreas", como povo: a conscientização de problemas comuns, um modo de resolvê-los; a deparação da identidade étnica e o conhecimento de outros grupos.

Positiva também, foi a necessidade que sentiram de influir em decisões que lhes dizem respeito, como por exemplo na demarcação de áreas que desejam.

Há necessidade que a FUNAI tome iniciativa de reunir os líderes tribais, dando-lhes toda a liberdade de dialogar entre si e com o corpo técnico-administrativo da FUNAI, aqui em Brasília ou em qualquer outro local, onde haja um acesso eficiente. Os Chefes pediram que a MIA e o CIMI não parem nesta primeira Confraternização, mas que realizem a próxima entre os meses de junho a agosto, época da seca, quando poderão se deslocar mais facilmente e um maior número de indígenas poderá estar presente, cabe portanto a FUNAI congregar esforços no sentido da realização deste encontro com os líderes tribais.

9. Sugestões

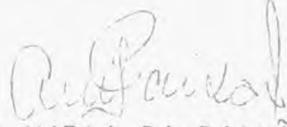
- 1) Reunião de líderes indígenas, com os não índios participando somente como observadores.
- 2) Reunião de líderes indígenas e missionários.
- 3) Reestudo das Reservas Nambikwara, Pareci e Xavante.
- 4) Envio de documento que comprove que terra é indígena.
- 5) Estudo do problema Kayabi, com a reunião de todo o grupo, para que eles mesmos decidam onde querem ficar.
- 6) Estudo da denúncia feita, de que há indígenas em regime de semi-escavidão, com as providências cabíveis para o caso.

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

11. 11

- 7) Fornecimento das placas solicitadas pelos índios Nambi - kwara e das sementes para os Tapirapé.
- 8) entendimentos junto a MIA, sobre a presença de estranhos entre os MENKŪ.

Brasília, 03 de maio de 1974.


ANA MARIA DA PAIXÃO
Antropóloga

AMP/fcb

Obs.: Em anexo, a reportagem publicada no jornal "O Estado de São Paulo", do enviado especial Mário Chimanovitch, em 21 de abril de 1974.

Journal de Brasília a 13/3/74

Pastores-missionários apontam dificuldades da mudança dos índios

Pastores-missionários da Missão Cristã Brasileira, que desde 1961 prestam assistência a grupos nambiquara no vale do Guaporé, em Mato Grosso, afirmaram ontem em Cuiabá, que o processo de mudança desses índios de seu "habitat" natural para a reserva criada pela FUNAI às margens da rodovia Brasília-Acre, além de criar inúmeros problemas para a tribo poderá determinar no futuro a destruição de inúmeros valores culturais e religiosos dos Nambiquara.

Os dois missionários, Heinrich Berg e Gustav Bringsken, revelaram que a situação da tribo, de modo geral, é crítica, pois os que ainda não foram transferidos para a nova reserva à margem da rodovia federal estão praticamente cercados por dezenas de fazendas que foram implantadas no Alto Guaporé com incentivos fiscais da União. "Eles estão sujeitos a toda sorte de contatos perniciosos com peões de fazendas, que não são as pessoas mais indicadas para lidarem com os índios" — disseram os missionários, acrescentando que a FUNAI, por seu lado, tem pressionado as missões católicas, evangélicas e protestantes que operam junto aos Nambiquara para que acelerem o processo de transferência desses índios para a nova reserva.

TRAUMAS

Os dois pastores-missionários lembraram também que a mudança está provocando grandes traumas nos índios que, em sua maioria estão se recusando a se fixar no vale do rio Camararé.

"O Vale do Guaporé — disse Heinrich Berg — é um lugar santificado para os Nambiquaras por dois aspectos: primeiro porque ali estão enterrados os seus mortos, cultuados a nível de divindade, e depois porque no Vale está localizado o céu sagrado da tribo responsável pelos destinos bons ou maus da nação Nambiquara".

Os dois missionários argumentaram ainda que nada é possível fazer para se evitar a transferência dos índios "porque a Bíblia nos ensina que não devemos nem nos obedecer às autoridades", mas reconheceram, todavia que a situação dos Nambiquara não poderá ser simplesmente resolvida com a sua transferência para a reserva criada pela FUNAI.

"Não vamos nem discutir a validade dessa nova reserva" — disseram — "pois todos sabem que suas terras são extremamente férteis. Queremos nos ocupar à situação da tribo que está subdividida em

inúmeros grupos que falam dialetos diversos, tem costumes diferentes e brigam muito entre si. Como, então, é possível aglutiná-los do dia para a noite numa reserva para que vivam conjuntamente?"

FORÇA

Os pastores afirmaram também que um grupo Nambiquara — os Galera — foram praticamente levados à força pela FUNAI para a nova reserva, e que os fazendeiros cujas terras esses índios ocupavam "colaboraram" na transferência dos índios fornecendo até mesmo condução ao sertanista Fritz Tolsdor, encarregado do êxodo.

Tudo isso é muito trágico e violento. Trata-se da sorte de um povo. Será que não percebem, não tem sensibilidade? Os campos de caça dos Nambiquara, uma grande área onde os grupos, apesar de hostis, caçavam conjuntamente, em razão da grande presença de animais, está hoje ocupado por peões rudes, que cobrem suas mulheres, sujeitos a toda sorte de violações. Nós pedimos à FUNAI por várias vezes que nos permitisse criar pequenas reservas no Vale para que pudessemos abrigar os índios, mas sempre nos negaram. Sabemos também de um documento que Queiroz Campos forneceu à Sapé Agropecuária, reconhecendo que havia índios na área onde iria se instalar o projeto agropecuário mas, ao mesmo tempo, afirmando que "os índios não seriam impedimento ao progresso da região".

REMEDIOS

As populações indígenas sob a jurisdição da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) receberão remédios distribuídos pela Central de Medicamentos (Ceme) convênio nesse sentido foi assinado pelos presidentes Wilson de Souza Aguiar, da Ceme e General Bandeira de Melo, da Funai.

Para execução do programa, a FUNAI designará um coordenador que ficará responsável pela distribuição dos medicamentos em toda a área de atuação da FUNAI, depois de feito o levantamento das necessidades das populações indígenas. O transporte dos produtos para os locais de estocagem ficará a cargo da FUNAI, segundo estabelece convênio que terá validade até 31 de dezembro próximo, podendo ser prorrogado por mais de um ano, se assim desejar a Fundação Nacional do Índio.

MI: Igreja continuará com os índios

O presidente do Conselho Indigenista Missionário, padre José Vicente Cesar afirmou ontem que "embora reine atualmente um clima de estreita colaboração entre as missões religiosas e a direção da Funai, não pode a Igreja abrir mão de que conste, por lei, a presença do trabalho missionário na integração do índio à comunhão nacional".

A afirmação do presidente do CIMI diz respeito ao veto presidencial feito ao Estatuto do Índio, que reconhecia a presença das missões religiosas junto aos grupos indígenas. Para o padre, o veto na ocasião foi justo, pois o texto era realmente confuso, mas por outro lado defende a introdução de uma emenda, no estatuto estabelecendo o seguinte: "As missões religiosas continuarão prestando assistência

as comunidades indígenas, respeitadas a legislação em vigor e a orientação do órgão federal competente".

TEXTO ANTERIOR

O texto anterior, vetado "reconhecia o trabalho das missões religiosas e científicas" e não foi aceito pelo presidente da República.

O novo texto, proposto pelo presidente do CIMI, já foi endossado pelo senador Franco Montoro que o encaminhou à apreciação do Senado Federal. A sugestão já se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, tendo como relator o senador do Mato Grosso, Otávio Coelho.

Caso o governo mais uma vez não reconheça oficialmente a

presença da Igreja junto aos índios, voz corrente que os missionários deverão mobilizar a opinião pública do país, "cerrando fileiras com protestantes e outras representações religiosas que têm missões entre os índios".

SITUAÇÃO ATUAL

Apesar do veto presidencial, as missões religiosas continuam atuando junto as comunidades índias, mas agora com a supervisão direta da Fundação Nacional do Índio. Anteriormente as missões tinham autonomia de trabalho, seu trabalho com os índios é defendido pelo presidente do CIMI, Vicente Cesar, "como um direito secularmente adquirido", que os padres muito antes do Governo se preocuparam com os índios brasileiros.

CIMI Igreja admite bororo
entre os missionários

A Igreja acaba de admitir pela primeira vez no Brasil um índio como integrante de suas entidades religiosas, segundo revelou o padre Vicente César, do Conselho Indigenista Missionário, ao anunciar a eleição de um cacique bororo para conselheiro.

O Conselho — vinculado à CNBB — passou a ser formado por um bispo, cinco missionários, uma freira e o cacique bororo. Trata-se do índio Eugênio, cujo nome bororo é Aidge Kuguri. Ele já tomou posse e sua eleição foi homologada pela CNBB.

TENDÊNCIA

O índio foi eleito para o Cimi em substituição ao padre Casimiro Beksta, que pediu demissão para tratar de assuntos pessoais. Também se retirou do Conselho o padre Adalberto Holanda, pelos mesmos motivos.

Para substituí-los, o Cimi escolheu o padre José Dalla Valle e o índio Eugênio, que além de católico, vem tornando conhecidas suas posições de liderança em defesa dos interesses da tribo bororo — hoje praticamente extinta e reduzida a uns poucos remanescentes que recebem assistência dos padres salesianos.

Eugênio — ou Aidge Kuguri — poderá agora defender suas idéias nas reuniões do Conselho, de onde saem as normas gerais do trabalho missionário na Amazônia. Seu mandato é de três anos.

A tendência do Cimi, na realidade, é entregar a tarefa toda aos índios. Os missionários acham que eles podem se dirigir, sem o auxílio de terceiros, na medida em que estejam preparados para "compreender a civilização que os rodeia".

JB de 16-7-74

Missões protestam contra o veto

MR 5, p. 212/223

O Conselho Indigenista Missionário - CIMI - que até agora mantinha uma posição reservada diante do veto presidencial ao Estatuto do Índio, no dispositivo referente

à autorização para que missões religiosas e científicas atuem junto as comunidades indígenas, divulgou nota oficial, ontem, deixando clara sua posição contrária a

medida presidencial, agora endossada pela Congresso Nacional. Os missionários dizem que o veto do presidente Emilio Médici, em dezembro, partiu de um pressuposto

falso de que a União tem competência exclusiva para prestar serviços assistenciais ao índio.

Afirmam os missionários que a Constituição não esta-

belece um monopólio da União sobre os serviços assistenciais a serem prestados ao índio, mas apenas sobre as normas gerais que os devem reger, não havendo,

portanto, "preceito constitucional que proíba a assistência ao índio por entidades diversas dos órgãos públicos, sempre que sejam respeitadas as normas legais."

A nota do CIMI:

Journal de Brasília, de 10.4.74.

I. Os pressupostos do veto presidencial

O veto do sr. Presidente da República ao parágrafo único do art. 2º e ao art. 64 do Estatuto do Índio parte de um pressuposto falso: a competência exclusiva da União para prestar serviços assistenciais ao índio. Justificando o seu veto, o sr. Presidente afirmava:

"Permitir às missões a prestação desse tipo de serviço significaria partilhar esse encargo entre a União e tais entidades, pois são elas investidas no poder jurídico de ingerir-se, por decisão unilateral, na prestação de tutela que o projeto assegura ao silvícola".

Vejamos, porém, o que a Constituição Federal estabelece a respeito:

"Art. 8º - Compete à União: XVII - legislar sobre: o) ... incorporação dos silvícolas à comunhão nacional".

A Constituição não estabelece, portanto, um monopólio da União sobre os serviços assistenciais a serem prestados ao índio, mas apenas sobre as normas gerais que os devem reger. Legislar não é o mesmo que administrar. O citado art. 8º da Constituição, no mesmo item XVII, letra "d", estabelece a competência da União para legislar sobre "produção e consumo". Ninguém com o seu juízo veria nessa norma um dispositivo comunista: a iniciativa particular fica, de fato, plenamente respeitada na legislação ditada pela União. Esta regulamenta, mas não monopoliza a produção e o consumo.

Não há, portanto, preceito constitucional que proíba a assistência ao índio por entidades diversas dos órgãos públicos, sempre que sejam respeitadas as normas legais. E como aquilo que não é expressamente proibido é certamente permitido (cf. art. 153 parágrafo 2º da Constituição Federal), na nossa Carta Magna há uma base suficiente para dizer que a prestação de serviços aos silvícolas não é uma "ingerência", como o sr. Presidente pretende, mas um direito. Aliás, os artigos vetados deixavam bem claro que essa prestação de serviços só poderia ser realizada "respeitadas a legislação em vigor e a orientação do órgão competente" (art. 2º, parágrafo único) e levando em conta "os princípios desta lei, bem como a orientação do órgão de assistência ao índio" (art. 64, parágrafo único).

II. Os serviços assistenciais e o regime de tutela

O sr. Presidente afirma que na prestação de serviços aos índios, da parte das entidades religiosas, haveria uma ingerência no regime de tutela que o projeto assegura aos silvícolas.

Em primeiro lugar, em nenhuma parte da Constituição se diz que essa tutela deva ser exercida pela União.

Não haveria, portanto, nenhuma contradição se a lei estabelecesse que o órgão, tutelar, pudesse ser, além da FUNAI, por exemplo, uma missão religiosa. É verdade que o art. 2º parágrafo 2º do Estatuto do Índio diz que a tutela compete à União, que exercerá através de competente órgão Federal. Mas, nesse caso, o que o sr. Presidente deveria ter apontado

era a contradição no texto do Estatuto do Índio entre os artigos 2º e 7º. Por que deveria prevalecer necessariamente este último? Não em virtude de preceito constitucional. Logo em virtude de idéias e filosofias políticas que o sr. Presidente parece querer defender e que analisaremos mais adiante.

Em segundo lugar, a própria argumentação presidencial carece de base, porque do que se trata nos artigos vetados não é da possibilidade de o índio realizar atos jurídicos para os quais se requer a assistência do órgão tutelar competente. Do que se trata é de favorecê-lo com serviços assistenciais (de cultura, saúde, etc), que, longe de constituírem um esbulho das populações indígenas, as enriquecem. Também os menores podem receber serviços assistenciais, sem que, em todo momento, isso tenha que aparecer como graciosa concessão do tutor.

III. O veto e a liberdade religiosa

O veto do sr. Presidente da República, não só carece de base constitucional, mas é claramente anticonstitucional, ao contrariar o que a nossa Carta Magna estabelece a respeito da liberdade religiosa. Com efeito, o item II do art. 9º diz:

"A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

II - Estabelecer cultos religiosos ou Igrejas; subvencioná-los; embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma e nos limites da lei Federal, notadamente nos setores educacional, assistencial e hospitalar".

Não é algo inventado nos últimos anos, mas que foi sendo desenvolvido desde o mesmo dia da descoberta do Brasil: a prestação de serviços assistenciais ao índio foi e é uma constante na atuação da Igreja Católica. Negar de chofre esse direito é claramente embaraçar o exercício da liberdade religiosa, violando preceito constitucional. A própria Carta Magna vai além da simples permissão; propicia uma colaboração em plano de igualdade. O sr. Presidente, ao vetar os citados dispositivos do Estatuto do Índio, frisou que "essa colaboração será reputada bem-vinda e até encorajada pelo Governo Federal"; mas, ao afirmar um monopólio da União sobre o Direito a prestar serviços assistenciais, deixa entrever bem claramente que não se trata de uma verdadeira colaboração e sim de uma subordinação, coisa absolutamente inaceitável do ponto de vista constitucional. Para a nossa Constituição, Estado e Igreja são livres e independentes, sem relação de subordinação entre eles.

IV. A Filosofia inspiradora dos vetos

No fundo do veto presidencial, parece esconder-se uma perigosa filosofia política: a idéia de que o sujeito primário de todos os direitos é o Estado, que "benevolamente" pode conceder uma parcela, maior ou menor, aos particulares, mas que também pode retirá-la em qualquer momento. Em sã filosofia política

democrática isso é absolutamente inaceitável. Pelo contrário, deveria levar-se sempre em conta o princípio de subsidiariedade, em virtude do qual tudo aquilo que pode ser adequadamente realizado pelos grupos inferiores não deve ser remetido a uma instância superior. Por isso, se, no nosso caso, grupos religiosos ou beneficentes podem prestar adequadamente certos serviços ao índio, por que reservar essa prestação exclusivamente à União? A verdade é que a capacidade de prestação da parte da Igreja está mais do que comprovada ao longo de mais de quatro séculos. Seguir a linha apontada pelos vetos presidenciais, levaria fatalmente a uma burocratização crescente da vida nacional, a uma despersonalização dos serviços e, sobretudo, a uma perigosa trilha totalitária, de conseqüências nefastas para a Nação.

II-ASPECTOS TEOLÓGICOS

I - Os parlamentares e sua "missão" cristã.

Na sua grande maioria, os ilustres membros do Congresso Nacional professam a Fé Cristã. Além disso, na sua totalidade, receberam o "mandato" de um povo quase unanimemente cristão. Mais do que os dados estatísticos, o que confere ao nosso povo o direito histórico de ser chamado cristão é a sua formação de berço, sua evolução no tempo e a caldear valores que inspiram sua vida, embora nem sempre adequadamente traduzidos pelas estruturas da nossa sociedade.

Quem recebe um "mandato", recebe uma "missão", sempre conseqüente com os objetivos do mandatário. Eis que nosso povo cristão investiu de sua confiança nossos parlamentares, pelo legítimo instrumento do voto, para interpretarem e traduzirem em nossa legislação as marcas de sua consciência cristã. Mesmo aqueles que pessoalmente não se situam dentro do universo da Fé Cristã, não podem ficar insensíveis ao táctico apelo de seus milhares de eleitores cristãos, cujos anseios e aspirações dão lastro à sua personalidade de legisladores. Estão portanto investidos de uma "missão" que ultrapassa, de muito, suas posições individuais.

A realidade religiosa de nosso povo cria vinculações muito mais estreitas e urgentes, porque vitais, do que o superado regime dos tratados e concordatas.

II. Transcendência da missão do cristão face ao poder humano.

Para quem aceita Jesus Cristo e a ele adere, a "missão" recebe uma mais alta e mais exigente instância. Provém do Evangelho que a todos convoca e mobiliza para o essencial anúncio da Salvação, constituindo assim um indeclinável dever.

Esse mandato promana do Pai Celeste - fonte de todo poder no Céu e na Terra, do qual toda autoridade procede - (mesmo que se exprima, através do veredito do povo). Por Ele foi "missionado" seu divino Filho, o Verbo humanado em Jesus Cristo, fecho de abóbada de todo o Universo, para anunciar o amor salvífico. Esta

missão salvadora se prolonga e consoma na ação do Espírito Santo, alma da Igreja, enviado para preencher todo o orbe terrestre, na profusão dos seus dons que se antecipam à explícita proclamação da palavra revelada e reveladora, por uma misteriosa atuação no coração das pessoas e na alma dos povos que ainda não puderam ouvir a pregação do Evangelho.

Esse mistério da "divina economia" da Salvação, na medida em que nos é revelado, constitui-nos inapelavelmente seus mensageiros: a Boa Notícia da Salvação que nos concerne e dá sentido à existência, destina-se, por sua própria natureza, a todos os povos e a todos os homens. É da natureza de toda mensagem chegar às mãos de seu destinatário, criando estrita obrigação naquele por cujas mãos por acaso passe... Quem tiver uma clara e sincera consciência de sua Fé Cristã, há de reconhecer-lhe o caráter absoluto e irrevogável de compromisso e de missão que transgredem todo o poder humano radicalmente relativizado pelos inexoráveis limites do tempo e do espaço.

III. A Igreja define-se como "sacramento da missão".

Constituídos, pela Fé em Jesus Cristo, não membros "denominados" mas "denominativos" da Igreja, Corpo vivo de Cristo e vivo organismo da graça, a carga missionária de que somos portadores dimensiona-se como um elemento intrínseco da mística histologia eclesial. A proclamação do Evangelho, o anúncio a "todos os homens" da Boa Notícia da Salvação de Deus é a própria razão de ser da Igreja de Cristo. Neste sentido, ela pode definir-se operativamente como o "sacramento da Missão", porque, sinalizando-a, é o seu instrumento na História.

Eis que a Missão não se configura apenas como uma "tarefa" da Igreja: ela é uma lei fundamental do seu existir. Portanto um direito vital, tão imprescindível como o ar que respira.

Não reconhecer à Igreja esse direito ou pretender impor-lhe limitações, equivale a sufocá-la, a atentar contra a sua existência, a negar-lhe o direito à vida. Por isso a Igreja não é livre de aceitar qualquer restrição ao seu direito missionário. Seria perder sua própria identidade, profanar a soberania de Deus, Senhor do Universo e Pai de todos, trair a Fé em Jesus Cristo, o Senhor, centro da História e pólo do futuro, onde se situa nossa esperança e para onde nos orienta nossa vocação radical.

Neste terreno, não pode a Igreja admitir que seja cortada sua liberdade, pois cumpre-lhe restreas o misterioso itinerário da Salvação na rota desses povos, afim de captar a revelação contida naquilo que sua alta tradição chama de "sementes do Verbo" ou "preparação do Evangelho".

É lamentável que os representantes do nosso povo cristão, cristãos eles mesmos na grande maioria, cedendo a pressões de outro poder, se tenham demitido e omitido (com raras e honrosas exceções). É de temer que o veto em questão, ferindo

um direito insofismável, vanha a sangrar em tensões e conflitos, numa área para a qual se volta a atenção internacional, ciosa em defender um inequívoco patrimônio da humanidade.

Sem querer invadir o indevassável mistério da consciência, podemos perguntar se a "medida maior" que votou pela manutenção do veto não o terá feito maciçamente, sem uma clara consciência de que tais gestos não escaparão ao julgamento de Deus que costuma pronunciar-se através do tribunal da História.

IV - Direito dos homens, dever da Igreja.

Trata-se de um direito a ser reconhecido e não de uma concessão a ser outorgada. Pela promulgação de Jesus Cristo, sob a chancela do próprio Pai Celeste que o ressuscitou, assiste a todos os homens o direito inabrogável de receber o Evangelho. A esse direito de todos os homens "pelos quais Jesus Cristo derramou o seu sangue" corresponde o impostergável dever missionário da Igreja, isto é, de todos aqueles que têm fé, reunidos na comunidade que é testemunha e arauto do Reino de Deus projetado para os homens.

Ao longo dos tempos e mesmo em nossos dias, a Igreja tem sabido cumprir esse dever, com intepidez, por maiores que sejam os obstáculos opostos por aqueles que, declaradamente ou não, por atos ou omissão, atentam contra o plano de Deus, pretendendo negar ou limitar o divino mandato. A marca "apostólica" da Igreja de Cristo, tem sido ilustrada na História pelo sangue dos seus mártires, seguidores dos Apóstolos que, todos, viveram e sobretudo morreram na fidelidade à Cruz de Cristo.

V. Até nossos índios, se estende a liberdade da Igreja.

Quanto aos nossos índios, cada dia nosso povo toma consciência mais aguda de sua dívida histórica. Digam-no as freqüentes denúncias que aparecem nos órgãos de publicidade.

Responsáveis pela Salvação que professam, profissionais da Salvação, devem os cristãos empenhar-se em "salvar" os valores humanos e éticos dos povos indígenas, dramaticamente ameaçados pela sofreguidão do desenvolvimentismo. Entre nossos índios, sobreviveram valores congenitamente evangélicos, fruto de discreção e eficácia com que opera o Divino Espírito que habilita os corações, para além das fronteiras eclesiais.

Tais valores dizem respeito à Igreja e clamam por sua solicitude, enquanto apelos e sinais a serem decifrados numa ótica de Fé, como senhas divinas para um mundo em que o humano cede o passo ao "técnico". Nós, cristãos "civilizados", que tão facilmente nos deixamos fascinar pelos novos mitos, teremos, nesses valores, uma interpelação histórica, um desafio, um convite para converter-nos a um lídimo sentido de humanidade.

D. Eugênio de Araújo Sales
Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro

O problema indigenista vem sendo tratado, com frequência, em nossa imprensa. Revela interesse público pelo assunto. Entretanto, ele é aproveitado, às vezes, para expor a inocência de nossos silvícolas à malsã curiosidade. Há também esquecimentos e omissões. Em longa reportagem, recém-publicada, nem uma só vez é mencionado o ingente, anônimo e válido trabalho missionário em favor do índio.

Essa atividade da Igreja já começou com o descobrimento e vem até nossos dias. No primeiro documento de nossa História, a carta de Pedro Vaz Caminha, lemos: "O melhor fruto, que dela (a terra descoberta) se pode tirar, parece-me que será salvar essa gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar". Embora reconhecendo imperfeições, creio poder afirmar que nenhuma outra instituição, por mais meritória que seja, possui nesse terreno uma tão larga folha de serviços prestados à fé e à Pátria.

Na Bula *Veritas Ipsa* Paulo III, em 1537, declarava que "os índios eram verdadeiros homens e, ainda que estejam fora da fé em Cristo, não devem ser privados de sua liberdade nem do domínio de seus bens e não devem ser reduzidos à servidão." Assim, esse documento se transformava em arma contra conquistadores, desejosos de escravizarem as populações autóctones. Urbano VIII, em 1629, vai além e excomunga todos aqueles que levariam ao cativeiro os silvícolas. O Papa Bento XIV, pela Bula *Immensa Pastorum* em 1741, confirma as decisões anteriores.

Épica a luta de, entre outros, os Padres Nóbrega, Anchieta e Vieira, em favor dos nativos. Este famoso jesuíta, em abril de 1657, escrevia a Dom Afonso VI: "Em espaço de 40 anos se mataram e se destruíram por esta costa e sertão mais de 2 milhões de índios e mais de 500 povoações, como grandes cidades, e

disto nunca se viu castigo."

A Igreja não pode jamais renunciar à sua missão de propor a todos os homens a mensagem de Cristo, até os confins da terra.

O cristianismo não é demolidor de culturas e tem sido sempre plasma-dor de civilizações. "A Igreja trabalha de tal maneira que tudo o que de bom se encontra semeado no coração e na mente dos homens ou nos próprios ritos e culturas dos povos não só não desapareça mas seja sanado, elevado e aperfeiçoado..." (*Lumen Gentium*, n.º 17).

O trabalho missionário, especialmente em nossos dias, procura utilizar-se do progresso das ciências, inclusive da Antropologia para maior eficácia da missão que abrange a promoção humana.

A preocupação nacional incluindo a louvável determinação em favor do índio, por parte do Governo, deve ter, diante dos olhos, algumas lições de nosso passado, como o ocorrido no extremo Norte.

Um franciscano, Frei Cristóvão de São José, recebeu, em 1624, a significativa nomeação de Comissário do Santo Ofício e Protetor dos Índios. Na Amazônia, em 1751, calculava-se haver nos aldeamentos dos missionários 50 mil silvícolas, isto depois de uma mortífera epidemia que assolou a região, no final da primeira metade do século XVIII. Vieram, entretanto, os tempos borrascosos de Pombal. Os resultados dos planos do todo-poderoso Ministro do Rei Dom José são catastróficos, mas contêm sábias lições para nossos dias.

As leis de 1755, publicadas em 1757, querem libertar os índios da tutela dos missionários. O *Diretório* veio substituir o *Regimento das Missões*.

Alguns anos depois, a situação da maioria dos povoados era péssima. O trabalho dos missionários portugueses e brasileiros, por uma preparação gradativa, era substituído pela exploração do índio em favor de novos dirigentes. E muitas

voltaram a se embrenhar nas florestas. Em menos de 40 anos foi destruído o imenso esforço da Igreja. E as consequências dessa tragédia chegam até nossos dias.

A ganância do homem oprime os mais fracos. Sem uma atuação firme, a onda avassaladora, sob os mais variados pretextos, continuará a esmagar o índio e ainda entrava a diligência dos evangelizadores e dos agentes governamentais. Evidentemente, o apóstolo é um empecilho à desmedida ambição, tornando-se alvo preferido dos ataques, pois assim sua benéfica e patriótica atuação será anulada ou minimizada.

Os missionários são encontrados nos mais recônditos lugares dos nossos sertões, dedicados a um ideal superior. Sobre eles, o General Frederico A. Rondon, em *O Problema Indígena Brasileiro*, publicado em 1972, manifesta "o grande respeito que nos inspira a obra missionária e o reconhecimento da eficiência de seus métodos de educação e processos de aculturação cívico-religiosa" (pág. 30). Afirma ainda que as missões católicas têm sabido realizar admirável ação patriótica, apesar das agruras, dificuldades e incompreensão nacional. Não poucos têm pago, com a vida ou a saúde, sua dedicação.

O problema do índio, em sua complexidade e múltiplas soluções apresentadas, requer dos brasileiros a devida atenção. Impõe-se mais rigor na defesa dos silvícolas contra a ambição. Importante o apoio moral aos missionários que, ontem, como hoje, lutam, anonimamente, em defesa desses irmãos mais fracos.

O índio merece dos brasileiros respeito, o que não acontece quando se torna mero objeto de curiosidade.

A crescente e louvável preocupação com nossos silvícolas deve ser ocasião de fazermos justiça a tantos missionários que, constantemente, dedicam a saúde e a vida para o crescimento material e espiritual desses nossos irmãos.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

ASI/FUNAI
N.º 4581/74
EM 28/8/74

De ordem do Sr. Presidente, encaminha-se a ASI para encaminhamento e arquivamento.

AS
José de Aguiar
CHEFE DO GABINETE

28. VIII. 74

Exte. Sup. Pasto.

"Missão Anchieta"

3/9/74.

Jus

At. Sr. Cláudio J. J. J.

- 1) - Para utilização pela ANP
 - 2) - Para estudos para a ASIEDG
- Em, 26.08.74

Cláudio J. J. J.

Osmarth de Araújo Oliveira
PRESIDENTE

MISSÃO ANCHIETA

DIAMANTINO-MATO GROSSO

C G C 33.613.654/001

UTILIDADE PUBLICA DF

Nº 65.001 de 15/8/69

COMUNICAÇÃO DO PRIMEIRO CONTATO COM NOVA TRIBO SITUADA NO VALE DOS AFLUENTES DO ALTO JURUENA E CAMARARÉ.

Em setembro de 1973, em sobrevôo realizado pelo avião da Missão Anchieta, foi localizada uma aldeia as margens do alto rio Juruena.

Desde 1962, os missionários obtiveram notícias, através dos seringueiros, da existências desses índios; diziam ser de índole pacífica, pois não hostilizavam os trabalhadores, mas trancavam os córregos, a fim de que os brancos não atingissem suas moradias.

Com o fim da exploração da borracha nessa região, não mais se falou nesse grupo indígena, mas havia notícia certa de que lá permaneceram.

Localizada a aldeia, em setembro de 1973, os missionários resolveram estabelecer o primeiro contato com os índios.

Pela localização, havia certa probabilidade que fosse algum grupo de índios Nanbikuára. Assim que, os missionários acharam por bem levar três índios da referida tribo.

No dia 9 de julho último, os índios Nanbikuára Roberto, Zezinho e Baiano e o índio Irantxe Tupxi, acompanhados pelos missionários Viente Canas e Thomaz de Aquino Lisboa, iniciaram a expedição, partindo do porto Feliz, no rio Papagaio, em barco com motor de popa.

Pelas 14 horas do dia 12, atingiram o local que havia sido tomado como ponto de referência, no sobrevoo, para atingir a aldeia, por terra: uma grande lagoa na margem esquerda do rio Juruena. E, de fato, embicando o barco na entrada da lagoa, encontraram o primeiro sinal evidente da presença dos índios nas imediações: ali havia tapagem de pesca e um xiri para recolher peixes; além disso, rasto novo de índio adulto. Com esses sinais evidentes, procuraram um lugar para fazer o acampamento, na margem oposta do rio. Logo para cima encoçaram o barco. Bem em frente verificaram que estava a barra de um córrego e logo deduziram que a aldeia estava bem próxima. Pela tardezinha, foram com a embarcação até o córrego e verificaram que lá também havia tapagem para pesca. Saindo na mata, logo acharam trilho bem batido, certamente o caminho para a aldeia. Sendo já as 17 horas, resolveram deixar alguns presentes por ali, no trilho dos índios. Deixaram 1 machado e 1 facão cravados em uma árvore, e uma faca, uma batata doce e alguns gomos de urucú sobre o galho de árvore tombado; retiraram-se para o acampamento. No dia seguinte, pelas 8 horas, vestidos só com calção e pintados de urucú, os índios e missionários foram verificar a picada, com a intenção de atingir a aldeia. Cheios de surpresa, constataram que os presentes já haviam sido retirados pelos donos da terra. Emocionados seguiram andando pela picada, com muita cautela; na frente iam os três Nanbikuára, pois os novos índios poderiam ser patrícios seus e, então, seria fácil a comunicação. Em questão de 20 minutos, andados em camera lenta, chegaram ao pato de uma pequena aldeia, formada por cinco casas; tudo estava em silêncio, e as casas fechadas. Logo puderam verificar que os seus moradores haviam partido pela madrugada, pois havia rasto bem novo seguindo pela continuação da picada. Entraram nas casas para verificar os objetos; havia muita panela de barro, alguns xiris de pesca, feixes de urucú, e pouco mais do que isso. Logo deduziram que ali era uma simples aldeia de caça e pesca, para onde os índios vinham de tempos em tempos. Certos de que o pequeno numero de índios que ali estivera, tendo percebido a presença de outra gente em suas terras, recolheu os presentes deixados e foi avisar os demais, os da expedição resolveram dei-

MISSÃO ANCHIETA

DIAMANTINO-MATO GROSSO

C G C 33.613.654/001

UTILIDADE PUBLICA DF

Nº 65.001 de 15/8/69

Comunicação... (2)

xar mais presentes, agora no pátio daquela aldeia de caça, e aguardar a volta dos donos da terra. Assim fizeram, deixando lá mais dois machados, dois facões e duas facas. Retiraram-se, logo depois, para o acampamento. Porém, logo surgiu a primeira dúvida sobre o novo grupo indígena: foi encontrada uma flecha quebrada, e a amarração da pena, era idêntica a dos índios Rikbáktsa, ou canoeiros de Mato Grosso; além disso, era certo que os índios em questão, dormiam em redes, pois dentro das casas foram vistos armadores e cordas de embira. Assim, era praticamente certo de que não se tratava de um grupo Nambikuára. Com essas primeiras impressões, os missionários e índios passaram o restante do dia no acampamento, aguardando a tarde chegar, para voltarem novamente na aldeia de caça. Eram 15 horas quando voltaram. Na aldeia encontraram tudo como haviam deixado; os índios não haviam retornado. Então, decidiram que no dia seguinte haveriam de continuar pela picada por onde os índios haviam se retirado.

Dia 14, domingo, pelas 8 horas, iniciaram a caminhada, cheia de cautela, pois os índios poderiam estar por perto; os Nambikuára, desconfiados de que não eram patrícios seus, não quiseram mais tomar a dianteira e os próprios missionários o fizeram. Pelas 15,30, chegaram ao pátio de mais uma aldeia; esta havia sido uma aldeia de moradia definitiva, pois passaram por imensas capoeiras de antigas roças; as casas eram em número de 8, muito grandes, mas já em péssimo estado; era uma aldeia abandonada. Dentro das casas, enormes panelas de barro, pilões, cabaças, etc. Mas, uma coisa chamou a atenção: numa das casas havia resto de fogo recente, fibras de tucum ainda verdes e rasto novo de adultos, mulheres e crianças. Logo deduziram que o grupo de índios que se retirara da aldeia de caça, estivera ali, descansando. Sendo já tarde e não sabendo a que distância estavam da aldeia atual, dos novos índios, resolveram voltar para o acampamento; a volta foi rápida, pois não era necessária mais tanta cautela. Eram 19 horas quando atingiram a aldeia de caça e logo depois o acampamento.

Com a possibilidade de serem Rikbáktsa os índios com os quais tentavam entrar em contato, os missionários resolveram dispensar dois dos Nambikuára e ir buscar dois Rikbáktsa. Assim foi feito. No dia 15, recolheram o acampamento e desceram o rio Juruena até a reserva dos índios Rikbáktsa. Lá chegaram na tarde do dia 16 e logo chamaram os chefes mostrando-lhes alguns objetos que haviam trazido da aldeia de caça: flecha, panela, xiri, fuso, etc. Os índios Rikbáktsa ficaram indesejosos e disseram que poderiam ser patrícios seus, mas não era certeza. Resolveram que o seu chefe, Tapema e mais outro índio, Ogudubá, acompanhassem a expedição.

No dia 18, às 6,30 o barco reiniciou a subida do Juruena, para atingir o habitat dos novos índios. Os dois Nambikuára, Zezinho e Baianô, ficaram na reserva dos Rikbáktsa, aguardando uma oportunidade para serem levados à sua aldeia. Tapema e Ogudubá tomaram os seus lugares na expedição. No dia 20, sábado, faltando apenas 4 horas de viagem de moto para atingir o local do acampamento, em frente a aldeia de caça, o motor pifou. Eram 10 horas e até de tarde foram infrutíferos os esforços para consertá-lo, pois o defeito era na engrenagem e era necessária outra peça. No dia seguinte, Vicente Canas e Tupxi ficaram tentando consertar o motor, enquanto que Tapema, Ogudubá, Roberto e Thomaz foram a pé, para atingir a aldeia de caça. Julgando ser mais ou menos perto, não levaram nada, nem rede, nem mantimento; levaram, sim, duas armas. No fim do primeiro dia, chegaram perto da aldeia e resolveram prosseguir; ao meio dia atingiram a aldeia de caça e com surpresa verificaram que os índios desconhecidos haviam voltado, recolheram os presentes deixados e retri-

MISSÃO ANCHIETA

DIAMANTINO-MATO GROSSO

C G C 33.613.654/001

UTILIDADE PUBLICA DF

Nº 65.001 de 15/8/89

Comunicação (3)

buíram, deixando um beijú de farinha de mandioca, coberto com panela de barro. Isso animou-os a prosseguir a caminhada, tentando atingir a aldeia. Comeram o beiju e reiniciaram a marcha. Pousaram bem além da aldeia velha, já conhecida na viagem anterior. Cedo reiniciaram a andar, com esperança de atingir a aldeia. Mas, pelas 10 horas, chegaram em outro acampamento dos índios, o que dava a entender que a aldeia / ainda estava distante. Assim que, estando mal alimentados e não tendo provisão nenhuma para enfrentar a caminhada, resolveram voltar até o barco, comunicar o que haviam verificado e voltar preparados para passar o tempo que fosse necessário até atingirem a aldeia e encontrarem os índios. Assim fizeram. No dia 25, pela manhã, estavam todos reunidos no local onde o barco ficara. Descansaram todo esse dia e prepararam-se para iniciar a expedição definitiva no dia 26.

Dia 26, cedo, bem equipados, partiram. No fim desse dia, receberam a notícia, pelo rádio receptor, de que o missionário Balduino, responsável pelos Rikbaktsa, viria ao nosso encontro, pois pela demora desconfiou que haviam tido problema com o motor. Então ficou resolvido que Tupxi voltaria para o barco, aguardando lá a chegada de Balduino. Assim foi feito. No dia seguinte a turma de atração prosseguiu até atingir a aldeia abandonada. Dia 28, domingo, reiniciaram a caminhada, esperançosos de atingirem a aldeia principal e estabelecerem o contato. Às 12 horas chegaram no acampamento onde já haviam chegado / na expedição de dias atrás; lá almoçaram e prosseguiram. Logo começaram a aparecer sinais indicativos da proximidade da aldeia: o mais claro foi a fumaça de queimada. Assim, pelas 16 horas, atingiram uma grande clareira; era uma roça nova, só de mandioca. Escutando bem, puderam escutar o socar de pilão. Tapema, adiantando-se ao grupo, verificou, / que se tratava, realmente, de uma grande aldeia, e havia muitos rastros bem recentes. Voltando, todo o grupo preparou-se para o encontro, ficando só de calção e levando nas mãos os presentes, machados e facões. Atravessaram as roças, o correço, e saíram em estrada muito larga e / limpa, certamente a estrada que levava da aldeia ao porto, no correço. Prosseguiram cautelosamente e chegaram a uns 20 metros do patio da aldeia. Escutaram, perfeitamente, que uma criança chorava; Tapema e Roberto escutaram a fala de mulheres, mas nada entenderam. Assim que, / Os novos índios não eram Nanbikuara e nem Rikbaktsa. Tão próximos de / atingirem a aldeia, o grupo ficou indeciso sobre como agir, pois parecia que na aldeia só estavam mulheres e crianças. Estavam assim, parados, quando uma menininha índia, saindo de uma das malocas, viu o grupo e correu. Incontinenti, o missionário Thomaz, percebendo que já não adiantava ficarem ali, pois já haviam sido vistos, falou alto: "boa / tarde". Então, houve tal correria na aldeia, de mulheres e crianças correndo para o mato, que a turma de atração ficou receiosa de haver algum ataque. Porém, passados os primeiros instantes de indecisão, prosseguiram em direção do patio e só encontraram um índio aleijado, de meia idade, que não conseguira fugir. Este, avistando os recém vindos, fez sinal para que se aproximassem; aproximaram-se e verificaram que o índio estava muito emocionado, tremendo de medo. Para tirar dele essa impressão de terror, os missionários e índios assentaram-se ao pé do aleijado, colocando aos pés dele os facões e machados. Aos poucos o índio foi ficando calmo e prosseguia a falar muito e a gesticular. Então, o grupo de atração foi percebendo que, por tudo o que iam observando, o novo grupo indígena encontrado, pertencia ao grupo ARUAK-: o estilo das malocas, em numero de 7, a casa das flautas, o sotaque da língua, etc.

MISSÃO ANCHIETA

DIAMANTINO-MATO GROSSO

C G C 33.613.654/001

UTILIDADE PUBLICA DF

Nº 65.001 de 15/8/89

Comunicação ... (4)

Achando já ser suficiente aquele primeiro contato, resolveram / deixar a aldeia, passar o córrego e pousar na roça, pretendendo voltar ali pela manhã do dia seguinte. Por sinais procuraram comunicar / isso ao índio e retiraram-se. Este, então, começou a gritar, chamando os que haviam fugido. Pela noite, deitados em suas rédes, puderam ouvir o falatório dos índios na aldeia; aos poucos foram voltando e, talvez, até os que se achavam mais retirados haviam sido chamados.

No dia seguinte, 29, ainda não eram 7 da manhã, e já o grupo de atração se preparava para ir novamente na aldeia quando foram surpreendidos pela iniciativa de três índios novos que, passando o córrego, gritaram de longe; receberam resposta com grito semelhante e se aproximaram até o local onde estavam acampados. Traziam arco e flechas, / sendo um deles mais idoso e os outros dois de meia idade. Logo receberam mais um facão e um machado e mostraram-se muito emocionados, / falando muito e gesticulando. Ao verem o colar que Oguaubá e Vicente levavam, não tiveram dúvida e pegaram para si. Então os do grupo de atração fizeram sinal de que estavam com fome e foram logo levados / para a aldeia. Lá não havia ninguém; continuavam no mato e só os três homens estavam sendo os testas de ferro desse primeiro encontro oficial. Logo trouxeram cabaças cheias de chicha de mandioca e os visitantes logo beberam. O contato foi-se tornando cada vez mais espontâneo e Thomaz conseguiu até filmar, sem que isso causasse estranheza. O índio mais idoso, a certo momento, retirou-se para o mato; depois / de algum tempo voltou trazendo três mulheres, mais um homem e um menino de uns 10 anos. Com isso estava ratificada a aproximação de mais esse grupo indígena. Das mulheres, uma era bem velha, a outra de meia idade e a outra mais jovem; logo foram buscar beijú e trouxeram mais de 10 bolos. Mostraram-se muito expansivas, alegres e comunicativas. Aos poucos os visitantes foram dando a entender aos donos da aldeia / que iriam embora: faziam com a boca pum, pum, pum, pum, .. indicando / que iam descer o rio com o barco a motor, e, apontando para o céu com a mão em círculo, deram a entender que voltariam na outra lua; isso / foi repetido diversas vezes e, ao que parece, foi entendido. Os que / iam viajar, beberam mais chicha e, intencionalmente, pediram as cabaças e cuias para levarem, a fim de não deixarem na aldeia aquelas vazilhas já utilizadas por eles. Assim, colocados os beijús em xiris / cedidos pelos índios, o grupo de atração retirou-se para o seu acampamento; foram seguidos pelos três "testas de ferro". Estes assistiram os preparativos do grupo para a viagem de volta e caminharam, / acompanhando-o, por algum tempo. De repente, começaram a gritar para que parassem; vinham correndo dois jovens, pintados de urucu na face, com arco e flechas e desejavam conhecer os visitantes. Foram forte e mostraram-se igualmente emocionados, alegres, expansivos e um deles / deu pulos de contentamento. Prosseguiram na marcha, agora seguidos / por cinco dos índios novos. Mais na frente repetiu-se a cena anterior, pois vieram correndo mais três índios, homens maduros e fortes, / que também desejavam conhecer os que tão pacificamente haviam chegado em sua aldeia. As mesmas manifestações de alegria, explosão de / expansividade e muita eloquência no falar e gesticular. Ao que parece,

MISSÃO ANCHIETA

DIAMANTINO-MATO GROSSO

C G C 33.613.654/001

UTILIDADE PUBLICA DF

Nº 65.001 de 15/8/89

Comunicação... (5)

queriam que seus hóspedes voltassem até a aldeia; mas estes repetiram, por sinais, que iriam voltar lá na outra lua, e isto tranqüilizou-os. Prosseguiram na caminhada, agora acompanhados por 8 dos novos índios. Estes não paravam de falar, gesticular, sorrir; Perto do primeiro córrego, tendo avançado uns 6 km. desde a aldeia, eles pararam de seguir o grupo de atração, despediram-se e retornaram. Os missionários e companheiros prosseguiram sua caminhada de dia e meio, impressionados com a receptividade que haviam tido entre aqueles índios com as quais tinham estabelecido o primeiro contato.

GASTOS PARA A MONTAGEM E REALIZAÇÃO DA EXPEDIÇÃO.

500 litros de gasolina.....	1.000.00
25 litros de óleo 2T.....	150.00
Brindes para a atração.....	500.00
Pagamento para os integrantes da expedição (8).....	1.500.00
Mantimentos.....	700.00
Levantamento fotográfico e filme.....	500.00
	<u>Cr\$ 4.350.00</u>

NB. Essas despesas foram feitas com recursos oferecidos pela Missão / Anchieta.

Para a próxima visita a esses índios será necessário verba equivalente.

Pedimos, pois, que seja estudada a possibilidade de termos ao / nosso dispôr, uma verba para essas realizações extraordinárias.

Cuiabá, 13 de agosto de 1974.

Pe. Thomaz Aquino Lisboa

Pe. Thomaz de Aquino Lisboa, sr
responsável pela atração.

FOTOGRAFIAS:

- ① O grupo de atração, na 1a. fase, no pátio da aldeia de caça e pesca: Baiano, Tupxi, Zezinho, Roberto e Vicente (da esquerda para a direita)
- ② O aleijadinho - ③ Os tres "testas de ferro" e Vicente, no pátio da aldeia principal. ④ Duas das tres mulheres que foram trazidas para terem contato conosco.
- ⑤ Thomaz mostra máquina filmadora para tirar qualquer receio.
- ⑥ Tapema, de pé, à direita, e Ogudubá, de pé, à esquerda, índios Rikbá-ktsa que fizeram parte do grupo de atração, na 2a. fase.



MO • 7A



MISSÃO ANCHIETA

DIAMANTINO-MATO GROSSO

C G C 33.613.654/001

UTILIDADE PUBLICA DF

Nº 65.001 de 15/8/89

LEGENDA :

▲ ALDEIA ACAMPAMENTO

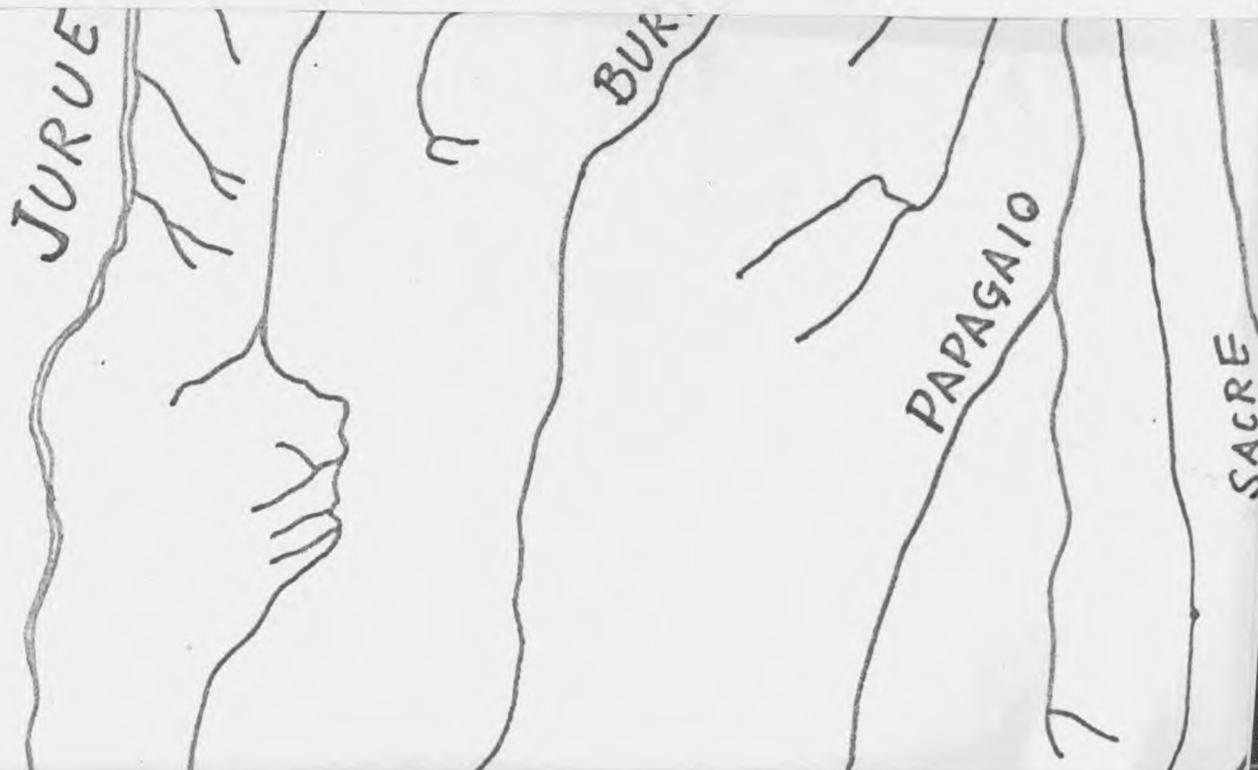
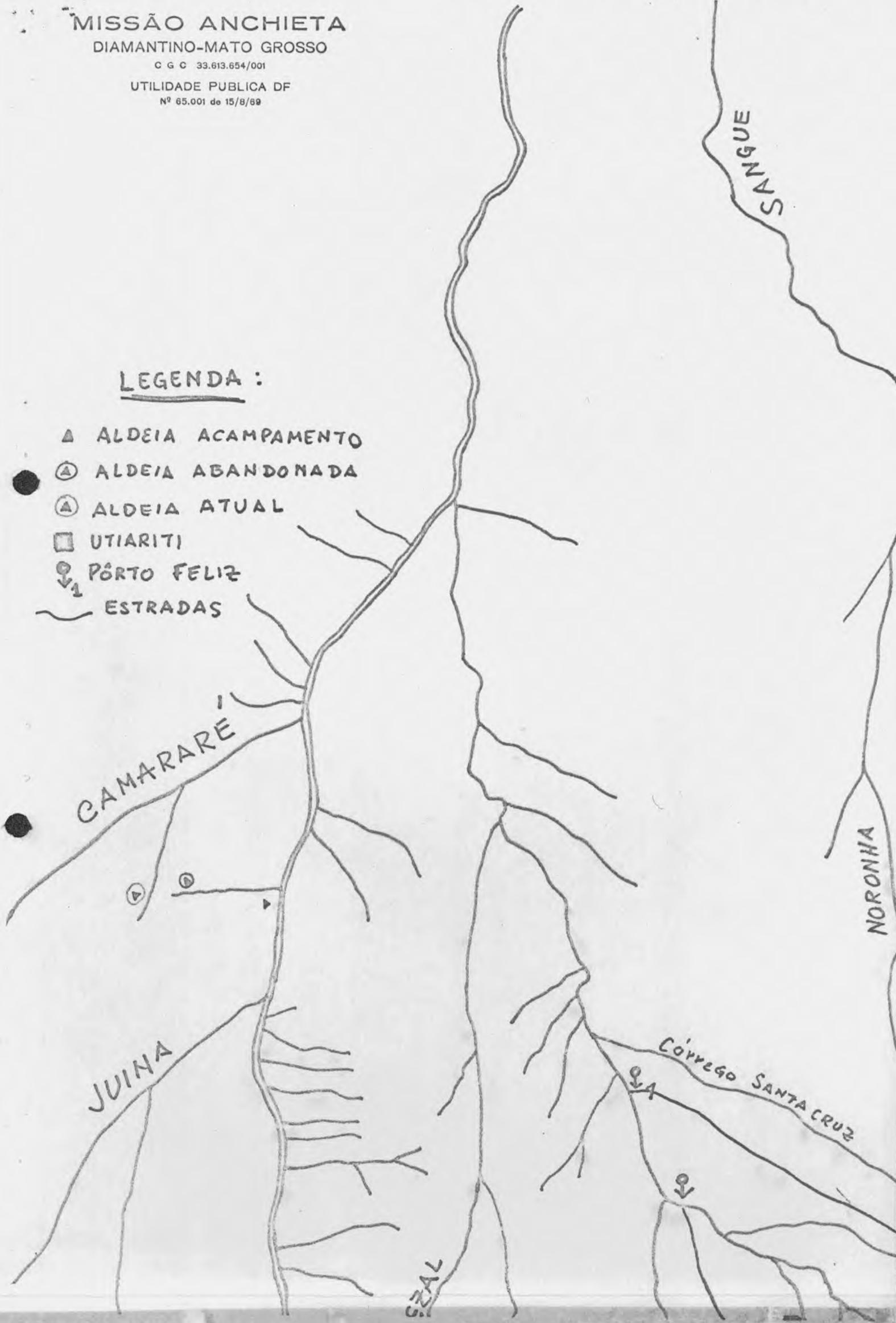
⊙ ALDEIA ABANDONADA

⊕ ALDEIA ATUAL

□ UTIARITI

♀ PÓRTO FELIZ

— ESTRADAS



Cuiabá, 07 de novembro de 1973.

Estimado SUPERIOR e AMIGO Cel. OLAVO:

Desde o dia do seu embarque para Brasília, senti a necessidade em lhe escrever afim de agradecer-lhe por tudo de bom que a nós proporcionou, principalmente a mim, que foi dada a mão no momento exato e oportuno, acreditando-me sem nenhum conhecimento pessoal anterior e facilitando tanto o meu serviço com a sua mestria, compreensão e bondade, como se mostrando amigo ao nos fazer companhia nas horas mais difíceis. Muito obrigado por tudo.

Sobre o assunto a mim solicitado pelo Senhor, informo-lhe que: a uns dois (02) meses passados, o Padre Yasig trouxe da MISSÃO ANCHIETA, mãe e filha Pareci, ambas em estado muito avançado em tuberculose. Estava mais grave a filha que com apenas 3/4 meses já quase não tinha mais pulmões.

Segundo o convênio FUNAI-MISSÃO ANCHIETA-U.F.M.T., os casos trazidos à Cuiabá pela Missão, deveriam ser entregues à U.F.M.T.; assim o Padre o fez. Não encontrando apoio na mesma depois de uns (3) três dias procurou-nos e o Sr. DELEGADO na ocasião mandou-os para a Chácara Ambulatório imediatamente, sob meus cuidados.

Para a mãe consegui internação imediata, pois a mesma apresentava péssima aparência e seu estado geral era o dos piores com bacilifera. Foi internada no Sanatório em caráter de urgência.

A criança não pode ser internada pois o caso não era rotina do Sanatório, internar crianças principalmente recém-natos. Como na Chácara Ambulatório não tínhamos condições de manter a criança pois a mesma precisava de tratamento intensivo, até com oxigênio, consegui a internação desta no Hospital "Santa Helena", pelo FUNRURAL.

No Hospital a criança permaneceu apenas dois (02) dias, vindo a falecer por insuficiência Respiratória e mal estado geral.

Durante esses dois dias já tínhamos conseguido em caráter excepcional uma vaga a mesma no Sanatório.

Se o Padre Yasig cita demora de atendimento, foi porque recorreram primeiramente, como era a cordata, à UFMT., a qual não deu o menor apoio.

Se êle alega como causa de morte a demora do atendimento, não há lógica, pois segundo constatou-se e termos médicos, a paciente não apresentava condições de vida, e virtude das extensões das lesões pulmonares causados pela tuberculose e também pelo péssimo estado geral apresentada pela mesma.

Cel . OLAVO, isto foi realmente o que se passou em relação a esse fato, espero ter-lhe aclarado a contento.

No mês de outubro fizemos com o Dr. MIRANDA a viagem à Missão Anchieta, no meu relatório mensal envio os dados conseguidos e também/ consegui um Relatório através do Delegado , sobre a situação geral na Missão Anchieta, conforme pude observar.

Aqui estou pronto para lhe servir, juntamente com todos os colegas de serviço.

Com votos de felicidades despeço-me.

Abraços


ANTÔNIO RAIMUNDO FE FIGUEIREDO FILHO.